

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PPGEA

COMUNIDADES TRADICIONAIS EM MOVIMENTO

MODOS DE VIDA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
MARINHO-COSTEIRA NO LITORAL DE SANTA CATARINA

Rio Grande (RS)

2015

CARINA CATIANA FOPPA

Comunidades Tradicionais em Movimento:

Modos de Vida e Educação Ambiental para o Desenvolvimento Territorial Sustentável em uma Unidade de Conservação Marinho-Costeira no Litoral de Santa Catarina

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Doutora em Educação Ambiental.

Área de Concentração: Educação Ambiental não formal.

Orientador: Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto.

Rio Grande (RS)

2015

F691c Foppa, Carina Catiana.
Comunidades tradicionais em movimento: modos de vida e Educação Ambiental para o desenvolvimento territorial sustentável em uma unidade de conservação marinho-costeira no litoral de Santa Catarina / Carina Catiana Foppa. – 2015.
251 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG,
Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2015.
Orientador: Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto.

1. Modos de vida 2. Desenvolvimento territorial sustentável
3. Unidade de conservação 4. Território tradicional 5. Educação Ambiental
I. Veras Neto, Francisco Quintanilha II. Título.

CDU 504:37

CARINA CATIANA FOPPA

“Comunidades Tradicionais em Movimento: Modos de Vida e Educação Ambiental para o Desenvolvimento Territorial Sustentável em uma Unidade de Conservação Marinho-Costeira no Litoral de Santa Catarina”

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Comissão de avaliação formada pelos professores.



Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto
(Orientador PPGEA/FURG)



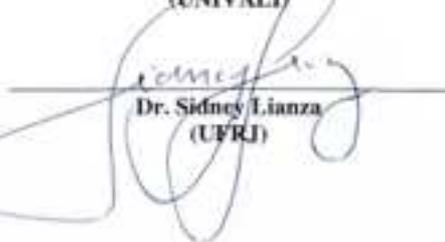
Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli
(PPGEA/FURG)



Dr. Milton Lafourade Asmus
(FURG)



Dr. Ricardo Stanzola Vieira
(UNIVALI)



Dr. Sidney Lianza
(UFRI)

Dedico este trabalho:

Ao Salatiel e ao Nego Leite (in memorium) e em nome deles à comunidade do Acaraí.

Ao meu Pai (Salvador Foppa) e minha Mãe (Ligia Maria).

Ao Henry e ao Vitor.

AGRADECIMENTOS

São muitos para agradecer, afinal foram quatro bons e longos anos...Agradeço:

A Daniela C. Kalikoski pelo convite inesperado e tão feliz para eu ir à Rio Grande, promovendo singular aprendizado pessoal e profissional em minha vida. Ainda que tenha sido breve nossa convivência, guardo um profundo carinho, afinidade e admiração.

Ao meu orientador, Prof. Quintanilha Francisco Veras Neto por ter me adotado e pelo respeito que conduziu a orientação permitindo que eu seguisse com liberdade o caminho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental com especial apreço aos professores Arion Kurtz e Humberto Calloni pelos espaços de profundo aprendizado proporcionados em suas aulas. Às professoras Maria do Carmo Galliazi, Elizabeth Brandão, Wilmar Alves e Alfredo Martin pelos encontros proveitosos para pensar a ciência.

A CAPES pelo período em que concedeu a bolsa, pela possibilidade de integrar a Rede Transformar (Ciências do Mar) e por proporcionar a participação em circuitos acadêmicos. Aos professores Pedro Quevedo, Cristiana Simão Seixas e Paulo Vieira pelos encontros promovidos, dos quais suscitam infindáveis reflexões. Aos demais membros da rede, que com suas experiências promoveram oportunidades de sempre aprender.

A Universidade do Vale do Itajaí pela oportunidade de vivenciar o Projeto A carai, sem o qual esta tese não teria sido possível. Em especial, ao professor Pedro Floriano dos Santos por sempre deixar um canal aberto para o diálogo.

Ao antropólogo Marcos Farias de Almeida, pelas reflexões que envolvem o universo da antropologia.

Aos amigos e amigas da SBDG pela convivência e tão profundo conhecimento.

Aos amigos que nasceram em Rio Grande, nas bandas do inesquecível, friorento, úmido, acolhedor Cassino...Carmen, querida, por ter compartilhado a casa, um pouco da vida, das nossas histórias! Ai que saudade que deu! Ao Javier pela ajuda, pela alegria, a disponibilidade permanente e pelas caronas que salvaram muitas vezes a minha vida! À Raquel, Carol Nascimento, ao Ching, a Deisy, Melina, ao Alexandre...eu estava sempre correndo, mas aprendi muito com vocês!

Aos reikianos que me salvaram nesses anos: Marcos, Alvacir e Rô.

As sereias! À Clícia pelas dicas poderosas para enfrentar meus ciclos.

A tia Rosana pelas contribuições inestimáveis e pelo feedback que me deu confiança em continuar a redigir a tese.

Aos meus avós, Umbelina Maria Paza e Anselmo Paza pelas orações e, sobretudo, por permitir ver minhas raízes e resignificar minhas memórias.

A minha família...ao meu pai, minha mãe, minha irmã Carla e meus sobrinhos amados que permitem meu equilíbrio oscilante. Que me proporcionam alegria e me empurram sempre adiante! Uma boa conversa das “super poderosas” faz com que qualquer pessoa saia

do imobilismo! Espero que a ausência desses quatro anos seja recuperada com muitos momentos especiais!

De uma forma especial, que as palavras não podem retratar, ao Rodrigo Pereira Medeiros e ao Tico. Pelo duplo papel. Pelas infindáveis bibliografias que nem em três vidas eu poderia assimilar. Mas nessa vida e em todas as outras será sempre muito bom te amar... agradeço por tudo, do almoço especial às palavras de incentivo e confiança que só você é capaz de me dar! Te amo!!

E por fim, à comunidade do Acaraí, da qual eu poderia nominar cada um e cada uma de uma forma muito especial. Vocês são os verdadeiros autores deste trabalho! Vocês estarão para sempre guardados nas minhas memórias, nas minhas lembranças e no meu presente.

Com meu mais sincero respeito: eu sinto muito, me perdoa, eu te amo e te agradeço...

“Você que sabe muito lê o be-a-bá,
quero que você me diga quantos peixes tem no mar?
Olha, o peixe que tem no mar, eu cubro com meu chapéu.
Eu quero que você me diga quanta estrela tem no céu?
A estrela que tem no céu conto de quatro em quatro.
Quero que você me diga quantas folha tem no mato?
Olha, as folha que tem no mato, isso aí eu não posso lhe dizer,
porque nasce a verde e cai a seca, fora o que tem pra nascer.
E a senhora que sabe muito, venha cá me dizer,
quem era a senhora no mundo antes de sua mãe nascer?
Antes da minha mãe nascer, eu não era vivo, nem morto.
Andava na mão de Deus, não era preto nem sorto”.

(Henrique Nascimento – “Negó Leite” (in memoriam) - morador da Figueira, da Tapera, do Acaraí, de São Francisco do Sul e do céu...)

RESUMO

Esta pesquisa teve o objetivo de avaliar as perspectivas da construção de uma abordagem de educação ambiental para o desenvolvimento territorial sustentável em áreas marinhas protegidas. A perspectiva territorial adotada contribuiu para compreender a dimensão histórica dos modos de vida e as estratégias adaptativas resultantes de territórios ocupados tradicionalmente e que são afetados pela criação de unidades de conservação. Parte-se da hipótese de que as transformações socioecológicas na zona costeira e as políticas existentes afetam os modos de vida. De tal forma, a diversificação dos modos de vida historicamente utilizados nos territórios tradicionalmente ocupados constituem-se como importantes fatores para garantir a sustentabilidade, mas têm sido desconsiderados e, sobretudo, alterados com transformações significativas nos elementos que o constituem. O desenho do modelo analítico da pesquisa combinou duas abordagens assentadas na perspectiva sistêmica: os Modos de Vida Sustentáveis (MVS) e o Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). Dos modelos inicialmente independentes foram traçados elos comuns, numa perspectiva de complementariedade das abordagens, trazendo para o conjunto analítico aproximações entre o sistema socioecológico e o território. Incorporou, ainda, a ideia de incertezas e imprevisibilidade, o foco nas pessoas, dimensões endógenas e exógenas, de escala e o avanço de um olhar setorial para um olhar integrado das dinâmicas territoriais. A unidade de análise foi delineado pelo território afetado pela criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral no litoral de Santa Catarina - Território Acaraí, valorizando o espaço-tempo da comunidade tradicional, integrando nos modelos analíticos a composição sistêmica dos ativos e recursos (para o modelo MVS) e dos fatores em potencial e de recusas do território (do DTS). A reconstrução da trajetória de desenvolvimento possibilitou construir, em conjunto com os grupos tradicionais e usuários de recursos, vetores de transformação, suas consequências, bem como identificar a reconversão criativa dos modos de vida por eles vivenciados. Com auxílio da história oral e da micro-história, a reconstrução da trajetória permitiu compreender as dinâmicas territoriais, considerando as dimensões sociopolítica, socioeconômica, sociocultural e socioecológica incidentes, a partir do que os grupos percebem como marcantes. Os resultados demonstraram as mudanças nos sistemas produtivos da pesca artesanal, agricultura e extrativismo, a partir de transformações oriundas de vetores internos e externos do território. Adaptação e mecanismos de aprendizagem individual e coletiva foram evidenciados para lidar com choques e incertezas, fortemente marcados pela diversificação das estratégias de modos de vida. Os diferentes contextos de vulnerabilidade associados aos ativos e políticas incidentes auxiliaram a compreender as implicações da criação de áreas protegidas e outras políticas ambientais para a resiliência dos modos de vida tradicionais. Para além de uma perspectiva setorial, outros elementos, como do patrimônio imaterial foram colocados em evidência, indicando a amplitude do sistema de conhecimento dos comunitários. O território estudado se revelou pela inter-relação entre distintos grupos com diferentes recursos, marcados por arranjos institucionais específicos. A diversidade étnica, de grupos e de relações com os recursos naturais (material e imaterial) traduzem as territorialidades, exigindo uma compreensão cuidadosa, a fim de que a tradução das políticas públicas incluam a diversidade e possam conciliar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento dos grupos associados. Muito embora, as relações mais diretas estejam vinculadas ao estuário e aos subsistemas que o constituem, diferentes dinâmicas e fatores de

mudança do território estão vinculados a uma configuração espacial ampliada, correlacionando-se diretamente com outros municípios, com o entorno maior da Baía da Babitonga, quiçá do próprio contexto de desenvolvimento do litoral catarinense. A categoria de UC de Proteção Integral não acomoda os direitos multiculturais das comunidades tradicionais e, somadas às demais políticas de ordenamento e gestão da zona costeira, criam situações de perda de resiliência dos modos de vida sustentáveis. A educação ambiental contribui para desenhar um novo compasso para o impasse territorial resultante da criação de unidade de conservação, mas exige uma atuação transversal e transdisciplinar entre as organizações que operam no nível local, as organizações-ponte e a comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Modos de Vida Sustentáveis. Desenvolvimento Territorial Sustentável. Unidades de Conservação. Território Tradicional. Educação Ambiental.

ABSTRACT

This research aimed to assess the prospects to building an environmental education approach for sustainable territorial development in a marine protected areas. The territorial approach relied on understanding the historical dimension of livelihoods and adaptive strategies resulting from territories traditionally occupied and which are affected by the creation of protected areas. The hypothesis states that socio-ecological transformations in the coastal zone and existing policies affect livelihoods. Otherwise, diversification of livelihoods in the traditionally occupied territories constitutes important factors to ensure sustainability despite being disregarded and above all changed with significant changes in the elements that constitute it. The analytical framework combined two approaches grounded on systems thinking: the Sustainable Livelihoods Approach (SLA) and Sustainable Territorial Development (DTS). Common links were drawn from these initially independent frameworks in a perspective of complementarity, bringing together approaches from the socio-ecological system and the territory. It encompasses the idea of uncertainty and unpredictability, focusing on people, endogenous and exogenous dimensions, scale moving from a sectoral to an integrated look of territorial dynamics. The unit of analysis was designed through the territory affected by the creation of the no-take protected areas at the coast of Santa Catarina - Acaará Territory, emphasizing the space-time of traditional community, integrating into the analytical framework livelihoods assets and resources (SLA) and potential drivers and constraints (DTS). The reconstruction of the development trajectory made it possible to build, together with the traditional groups and resource users, drivers of changes and their outcomes, and to identify the creative conversion of livelihoods they experienced. With support from oral history and microhistory, the reconstruction of the trajectory has allowed understanding spatial dynamics, considering the socio-political, socio-economic, socio-cultural and socio-ecological dimensions, from what the groups perceive as remarkable. The results showed changes in production systems of artisanal fisheries, agriculture and other extractive uses, arising from internal and external drivers of the territory. Adaptation and individual and collective learning mechanisms were highlighted to deal with shocks and uncertainties, strongly marked by the diversification of livelihood strategies. The different contexts of vulnerability associated with the assets and existing policies helped to understand the implications of the creation of protected areas and other environmental policies to the resilience of traditional livelihoods. Apart from a sectoral perspective, other elements such as the intangible heritage were placed in evidence, indicating the amplitude of the Community system of knowledge. The territory studied proved the interrelationship between different groups with different resources, marked by specific institutional arrangements. Ethnic diversity, groups and relationships with natural resources (material and immaterial) reflect the territoriality, requiring a careful understanding so that the translation of public policies include diversity and to reconcile biodiversity conservation and development groups associated. Despite direct connections have been related to the estuary and its subsystems, different dynamics, and spatial change factors are linked to a larger spatial setting, correlating directly with other municipalities, with the largest surroundings of the Bay Babitonga, perhaps the own development context of the Santa Catarina State's coast. The category of a no-take protected area was unable to accommodate the multicultural rights of traditional

communities and, added to other planning policies and management of the coastal zone, create situations of loss of resilience of sustainable livelihoods. Environmental education contributes to design a new compass for the territorial impasse resulting from the creation of protected areas, but requires a cross-disciplinary and action among organizations operating at the local level, bridging organizations, and the community.

KEY-WORDS: Sustainable livelihoods. Sustainable Territorial Development. Protected Areas. Traditional Territory. Environmental Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Área de estudo da pesquisa. Destaques para o Parque Estadual do Acaará e Baía da Babitonga, município de São Francisco do Sul e município de Joinville no norte catarinense. Fonte: Elaborado por Evandro Celso da Silva 09
- Figura 2 - Modelo de Análise dos Modos de Vida Sustentáveis. Fonte: Traduzido de Scoones (1998) 30
- Figura 3 - Modelo de Análise dos Modos de Vida Sustentáveis. Fonte: Traduzido de Farrington (1999) e Allison; Horemans (2006) 32
- Figura 4 - Atributos da capacidade adaptativa. Fonte: Traduzido de Armitage (2007) 39
- Figura 5 - Síntese das etapas da pesquisa para reconstrução da trajetória de desenvolvimento da região estudada. Fonte: Adaptado de Seixas (2005) e Simpson (2009) 49
- Figura 6 - Triangulação de informações a partir de: (a) três ou mais técnicas de coleta de dados, ou (b) três ou mais interlocutores. (Fonte: McArthur (1994) apud Seixas (2005:85) 61
- Figura 7 - Território Acaará. (A) Localização do Casqueiro, cemitério e acesso à Praia Grande; (B) Tapera; (C) Figueira; (D) Foz do Rio Acaará (Enseada), (E) Ervino; (F) Pólo Industrial - município de Joinville; (G) Morro Grande (Terras Indígenas. Fonte FUNAI: (1) Terra Indígena Piráí. (2) Terra Indígena Tarumã. (3) Terra Indígena Pindoty. (4) Terra Indígena Morro Alto). Indicação dos municípios do norte catarinense 73
- Figura 8 - Rede de parentesco de uma amostra da comunidade da Tapera com especial atenção às famílias de afrodescendentes 84
- Figura 9 - Rede de parentesco de uma amostra da comunidade da Tapera 85
- Figura 10 - Principais fases e vetores de mudança que constituem a trajetória de desenvolvimento da região do Acaará. A linha do tempo contínua indica as principais fases da trajetória de desenvolvimento do território Acaará, sendo estas demarcadas nos quadros verdes. Nos quadros em vermelho, estão descritas as influências ou vetores de mudanças destas fases, em relação às fases demarcadas em verde. Acima da linha do tempo contínua, uma linha do tempo pontilhada, demarca fases/atividades produtivas, demarcadas em azul, consideradas contínuas ao longo do tempo..... 92
- Figura 11 - Aparelhos de pesca utilizados antigamente no Rio Acaará. À esquerda, fisga e à direita gasômetro 98
- Figura 12 - Série histórica de imagens aéreas da foz do Rio Acaará. 1957, 1978 e 2014 em ordem de apresentação. Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina (1957 e 1978) e Google Earth (2014) 101

Figura 13 - Foz do Rio Acaraí. Fonte: Da autora	103
Figura 14 - Ciclos produtivos marcados pela pluriatividades (de 1 a 5). A partir do ciclo 6 tem-se a representação do cenário atual, no qual possuem tendências: com Parque (6b) e negação das atividades tradicionais, sem parque (6c). Com ou sem parque pode haver tendência de outros ciclos oriundos de outras medidas de gestão ou recriação criativa (7)	117
Figura 15 - À esquerda motoqueiros na região do casqueiro. À direita, vista do Rio Estreito de cima do Barranco Grande	128
Figura 16 - Momentos das famílias da Tapera. Aprendizado da pesca, o lazer, confraternização familiar e comunitária	131
Figura 17 - Calendário etnoecológico construído com os pescadores artesanais da Tapera ..	136
Figura 18 - Esquema do ciclo de comercialização da samambaia	145
Figura 19 - Matriz de Potencialidades e Obstáculos - Dimensão Político-Institucional	176
Figura 20 - Matriz de Potencialidades e Obstáculos - Dimensão Socioeconômica e Técnica	179
Figura 21 - Matriz de Potencialidades e Obstáculos - Dimensão Sociocultural	181
Figura 22 - Matriz de Potencialidades e Obstáculos - Dimensão Socioecológica	183
Figura 23 - Elementos a serem considerados pela educação ambiental para conciliar e pensar políticas, a partir do reconhecimento dos ativos. Fonte: Elaborado pela autora.....	213

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Modelo de Análise dos Modos de Vida Sustentáveis. Correlação entre a Plataforma dos Modos de Vida, Contexto, a composição das estratégias dos modos de vida e os resultados em termos de segurança e sustentabilidade nos modos de vida	31
Tabela 2 - Definição dos ativos (capitais) utilizados no Modelo de Modos de Vida Sustentáveis e as variáveis utilizadas na pesquisa	34
Tabela 3 - Saídas de Campo guiadas por grupos comunitários durante a pesquisa realizada no território Acaará.....	54
Tabela 4 - Roteiros de entrevistas elaborados e respectiva aplicação	56
Tabela 5 - Localização das Aldeias do Pólo Base de Araquari/SC	111
Tabela 6 - Regras propostas pelos pescadores artesanais do Acaará e respectivas justificativas	137
Tabela 7 - Caracterização geral dos Grupos de Extrativistas do Acaará.....	142
Tabela 8 - Macro-áreas e respectivas áreas utilizadas para extração de samambaias dos grupos de extrativistas relacionados ao Território Acaará	147
Tabela 9 - Características da Comunidade Tradicional do Acaará, São Francisco do Sul em comparação com outras definições encontradas na bibliografia	164
Tabela 10 - Evidências do conhecimento ecológico tradicional da Comunidade Tradicional do Acaará, São Francisco do Sul em comparação com outras definições encontradas na bibliografia	166
Tabela 11 - Principais tendências e choques do contexto de vulnerabilidade do Território Acaará	171
Tabela 12 - Especificação dos ativos identificados no Território Acaará.....	185
Tabela 13- Síntese dos Componentes dos Modos de Vida Sustentáveis do Território Acaará	191
Tabela 14 - Marcos legais de políticas e instrumentos em potencial para articular conservação e desenvolvimento. PNMA (Política Nacional de Meio Ambiente), GERCO (Política Nacional de Gerenciamento Costeiro), SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), PNB (Política Nacional de Biodiversidade), CDB (Convenção de Diversidade Biológica), PNPCT (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais)	193

Tabela 15 - Comparação das principais características descritas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação entre Parques, Reservas Extrativistas (Resex) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) 200

Tabela 16 - Possíveis cenários resultantes do contexto institucional e condição esperada dos ativos 211

LISTA DE SIGLAS

ACP - Ação Civil Pública

AMP - Área Marinha Protegida

ANP - Área Natural Protegida

APA - Área de Proteção Ambiental

CDB - Convenção de Diversidade Biológica

DTS - Desenvolvimento Territorial Sustentável

FATMA - Fundação Estadual de Meio Ambiente

GERCO - Gerenciamento Costeiro

ICP - Inquérito Civil Público

MP - Ministério Público

MPF - Ministério Público Federal

MVS - Modos de Vida Sustentáveis

PEA - Parque Estadual do Acaará

PNB - Política Nacional de Biodiversidade

PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades

Tradicionais

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX - Reserva Extrativista

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

UC - Unidade de Conservação

SUMÁRIO

SEÇÃO I - Construção da pesquisa: problemática e modelo de análise

1 INTRODUÇÃO	01
1.1 Situação-Problema	01
1.2 Área de Estudo e Sujeitos de Pesquisa	08
1.3 Objetivos da tese	12
1.3.1 Objetivo Geral	12
1.3.2 Objetivos Específicos	12
1.4 Questões Norteadoras	13
1.5 Estruturação da Tese	14
2 O DESENHO DO MODELO ANALÍTICO	16
2.1 Introdução	16
2.2 As perspectivas normativas do Desenvolvimento Territorial Sustentável	20
2.3 A abordagem dos Modos de Vida Sustentáveis	27
2.3 Cogestão adaptativa e Educação Ambiental	38

SEÇÃO II - A verificação: reflexões da observação

3. RECONHECENDO OS MOVIMENTOS NO ESPAÇO-TEMPO DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NO LITORAL DE SANTA CATARINA	41
3.1 Introdução	42
3.2 Potencial metodológico: reconhecer a voz dos sujeitos	43
3.2.1 Contribuições da História Oral e da Micro-História	45
3.2.2 Questões de Escala	46
3.3 No Cotidiano da Pesquisa	47
3.3.1. Dados Primários	51
3.3.2. Técnicas de Coleta de Dados	53
3.3.3 Registros dos Dados	59
3.3.4 Dados Secundários.....	59

3.3.5. Sistematização dos dados	60
3.4. Reflexões resultantes	61
3.4.1. Numa primeira dimensão	61
3.4.2. Na Dimensão Resultante	67

SEÇÃO III - Capitulando os resultados

4. A TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO E A COMPOSIÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO ACARAÍ	70
4.1 Introdução	70
4.2 Baía da Babitonga, porto de histórias	72
4.3 Território Acaraí: é de Tapera, tem Figueira, uma Praia Grande e o “Nosso Acaraí”	77
4.4 Síntese das Fases, Vetores de Mudança e Cenário Atual	90
4.4.1 Os circuitos produtivos, no mato, na água e na terra	90
4.4.2 Os circuitos multivariados históricos e no tempo atual	117
5. IMAGENS E MOVIMENTOS DO TERRITÓRIO NO CENÁRIO ATUAL	120
5.1 Introdução	120
5.2 As atividades produtivas atuais.....	121
5.2.1 A Pesca Artesanal	122
5.2.2 Atividades Extrativistas	141
5.2.3 Agricultura familiar e atividades não agrícolas	152
5.3 Patrimônio Imaterial: festas, religiosidade, contos e... ..	154
5.4 Características da comunidade, aproximando imagens e movimentos do possível autorreconhecimento	160
6. A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS MARINHO-COSTEIROS.....	168
6.1. Introdução	168
6.2 O contexto de vulnerabilidade e a plataforma dos modos de vida	169
6.2.1 Potencialidades e obstáculos em perspectiva	173
6.2.2 Como se comportam os ativos?.....	184
6.2.3 Síntese	190

6.3 E por falar em políticas: reafirmação ou reversão do contexto de vulnerabilidade?	192
6.4 Unidade de Conservação e Educação Ambiental por uma gestão que promova aprendizado e desenvolvimento.....	206
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
8. REFERÊNCIAS.....	229
9. APÊNDICES.....	241
APÊNDICE A - Roteiros de Entrevistas.....	241
APÊNDICE B - Características dos Entrevistados.....	248
APÊNDICE C - Mapa com os pesqueiros e relações simbólicas indicados pela comunidade tradicional no Rio Acaraí.....	249
APÊNDICE D - Mapa com as áreas utilizadas pelos extrativistas de Samambaia no Território Acaraí.....	250
10. ANEXOS.....	251
ANEXO A - Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público Estadual e a FATMA na Ação Civil Pública 061.07.009145-6.....	251

1. INTRODUÇÃO

As imagens desestabilizadoras só serão eficazes se foram amplamente partilhadas (...) Como interrogar de modo a que a interrogação seja mais partilhada do que as respostas que lhe forem dadas? Julgo que, hoje, no actual momento de perigo, a interrogação poderosa, para ser amplamente partilhada, deve incidir mais sobre o que nos une do que sobre o que nos separa. (BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 2006, p.83)

1.1 Situação-Problema

A crise socioambiental contemporânea reflete a hegemonia alcançada por modelos de desenvolvimento que se caracterizam pela apropriação destrutiva dos recursos naturais renováveis e pela exclusão social. Também representa um desafio conciliar a proteção dos recursos naturais (conservação) e a manutenção digna das populações humanas (desenvolvimento). Na zona costeira brasileira, esse cenário é expressivo, considerando os elevados índices de crescimento e das políticas públicas incidentes que subestimam sua importância ecológica, potencial de desenvolvimento e aspectos histórico-culturais. Como resultado, ocorrem interferências sobre o patrimônio natural, a paisagem, bem como transformações severas nas formas culturais locais (BROWN; TOMPKINS; ADGER, 2002; FOPPA, 2009).

O litoral de Santa Catarina segue a perspectiva nacional, por um modelo desenvolvimentista¹, socialmente excludente, ecologicamente predativo (VIEIRA; CUNHA, 2002; FOPPA, 2009), gerador de inúmeros conflitos. Expressa-se pelo incentivo à implantação de grandes empreendimentos, sejam eles vinculados ao setor turístico-imobiliário ou industrial. No processo de licenciamento ambiental desses empreendimentos - de significativo impacto ambiental - a criação de Unidades de Conservação (UC) tem sido utilizada como instrumento de compensação ambiental. Essa medida é amparada pelo Sistema

¹ Modelo desenvolvimentista compreendido aqui como um paradigma marcado fortemente por mentores economicistas em que é sinônimo de crescimento econômico e industrialização, potencializando o declínio dos setores tradicionais, especialmente agricultura. Dinamizado por uma economia capitalista típica dos países do Norte, marcada pela transição da sociedade do estado tradicional (caracterizado pela estagnação e subsistência); e no qual o papel do Estado é essencial e não apenas com equilíbrio de forças do mercado (ANDION, 2007).

Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)² que regulamenta a criação e implementação de Áreas Naturais Protegidas (ANP) no Brasil.

As Unidades de Conservação, no entanto, têm sido interpretadas, por um lado, como potencial para repensar a gestão dos recursos naturais, com a participação dos usuários, e por outro, como geradora de conflitos, uma vez que afetam os modos de vida tradicionais de comunidades e grupos sociais que precederam a sua criação. Todavia, importa reconhecer no contexto da zona costeira a presença de comunidades tradicionais como parte constituinte desses espaços naturais, configurando territórios que expressam modos de vida e saberes tradicionais. Esses grupos salvaguardam atributos naturais importantes, com o estabelecimento de arranjos institucionais de gestão, que permitiram o uso prolongado dos recursos naturais locais, bem como a subsistência de gerações (DIEGUES, 1999; ALMUDI; KALIKOSKI, 2010).

No cenário internacional, o repertório sobre Áreas Marinhas Protegidas (AMPs)³ direciona que o êxito do planejamento e implementação dessas áreas é alcançada quando são consideradas as dimensões humanas, com entendimento dos efeitos de sua criação com pescadores e outros usuários diretamente afetados (FAO, 2011). O êxito desse mandato duplo para conservação dos recursos naturais e desenvolvimento das populações é complexo na prática, tornando-se necessário avaliar a efetividade real dos resultados sociais e ecológicos associado à criação dessas áreas (BENNETT; DEARDEN, 2014).

No Brasil, evidências indicam que conflitos ocorrem, especialmente nas UCs implantadas sob o regime de Proteção Integral⁴ em territórios usados pelas comunidades tradicionais (DIEGUES, 2008). Ao mesmo tempo, outras experiências bem sucedidas indicam estratégias de solução de conflitos e do uso sustentável dos recursos naturais sob o regime de UCs de Uso Sustentável. Elas têm ocorrido em processos de protagonismo e participação dos usuários diretos, em alguns casos, transcendendo os próprios limites da unidade de conservação, exemplificados nos acordos de pesca, fóruns litorâneos e de pesca, reservas extrativistas marinhas e reservas de desenvolvimento sustentável (QUEIROZ, 2005;

² Lei Federal 9.985/2000 (BRASIL, 2000) e Decreto 4.340/2002 (BRASIL, 2002).

³ Terminologia utilizada na bibliografia acadêmica: Marine Protected Areas (MPA).

⁴ A Lei 9.985/2000 estabelece dois grupos de Unidades de Conservação: I- Proteção Integral e II - Uso Sustentável (Art. 7º).

VASCONCELLOS; DIEGUES; SALES, 2007; KALIKOSKI; SEIXAS; ALMUDI, 2009; SEIXAS; KALIKOSKI, 2009).

Há, portanto, uma dicotomia presente no contexto das Unidades de Conservação. Num extremo, as unidades de conservação de proteção integral, cujos objetivos de gestão priorizam a preservação e manutenção das funções ecológicas de fragmentos ecossistêmicos considerados prioritários. De outro, as UCs de uso sustentável, como as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e as Reservas Extrativistas (RESEX), orientadas para a proteção e conservação dos modos de vida das populações tradicionais. As distintas categorias experimentam condições distintas de gestão participativa, entre o controle majoritário do Estado (via conselhos consultivos) e a promoção da participação direta dos usuários na tomada de decisão (via conselhos deliberativos) (MEDEIROS, 2009). Igualmente nas categorias são observados conflitos em diferentes dimensões com impasses no seu processo de criação e/ou implementação (VIVACQUA, 2012). Numa terceira linha, como categorias “intermediárias”, as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) têm provocado reflexões sobre sua efetividade, considerando a permissividade que resulta dos interesses, especialmente dos usos privados em seus limites territoriais (FOPPA, 2009; FOPPA; MEDEIROS, 2012).

Apesar da presença de critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (pelo SNUC), a efetivação de tal política tem sido um grande desafio. Os conflitos são muitos e a crise existente nos processos, da criação à implantação de Unidades de Conservação, têm sido alvo de muitas reflexões, forçando um olhar para a configuração de novos arranjos institucionais (PRATES, 2007; MACEDO, 2008; ALMUDI; KALIKOSKI, 2009) e para avaliação de seus efeitos, no que tange o desenvolvimento das comunidades e sustentabilidade dos territórios protegidos.

Argumenta-se, assim, que existem conflitos inerentes a todas as categorias de unidade de conservação, sendo muitos deles oriundos do seu processo de criação, e que se acumulam na sua implementação. Notável assim, são as particularidades que resultam da dinâmica dos territórios especialmente protegidos, e as consequências à gestão dos territórios, compreendidos aqui não somente pelos aspectos ambientais, mas com mesma importância, dos padrões de interação social que configuram o território e, sobretudo, que coexistem e são anteriores ao estabelecimento do espaço legalmente protegido.

A aparente incompatibilidade entre as comunidades e a proteção da biodiversidade se dá na maioria das vezes pelo não reconhecimento das práticas tradicionais que tais comunidades historicamente empreendem em benefício da biodiversidade. O reconhecimento no campo científico do papel dos usuários dos recursos naturais na manutenção dos ecossistemas encontra pouco respaldo no campo político e de tomada de decisão, ainda fortemente concentrado no modelo “comando e controle” (HOLLING; MEFFE, 1996).

Os mecanismos sociais criativos, de renovação e adaptação, acumulados e transferidos entre gerações têm sido um meio de sobrevivência dos grupos sociais (HOLLING et al., 1998) mas pouco considerados ou omitidos pela gestão das Unidades de Conservação. Em direção adicional, revela-se que o reconhecimento ou aproximação das atividades desempenhadas pelas comunidades tradicionais potencializa o processo de gestão e desenvolvimento da região, a partir da aproximação dos componentes que constituem um território tradicionalmente ocupado (ALMEIDA, 2008).

Com uma definição ampliada de território, onde este assume significados distintos aos centrados à base física dos Estados, ou da delimitação da Unidade de Conservação, incorpora-se analiticamente o sentimento de identidade, baseado no conhecimento, no patrimônio cultural e nas relações sociais e religiosas que os povos (tradicionais) guardam com a parcela geográfica (ALBAGLI, 2004).

Tal abordagem institui outra lógica para a gestão e desenvolvimento da área protegida (espaço) além daquelas definidas pela via da normativa legal, para uma dimensão de território, resultado da expressão de diferentes escalas, condições internas e externas e relações sociais. Além disso, a compreensão de qualquer grupo “precisa de uma roupagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado” (LITTLE, 2002, p.03), configurado em múltiplas expressões com particularidades socioculturais.

A gestão de áreas protegidas deveria objetivar, portanto, o estabelecimento de relações mais claras, considerando as demandas sociais e as limitações da natureza, avançando numa concepção de desenvolvimento e gestão configurada além de parâmetros economicistas, ou puramente ecologizantes, incorporando uma noção de integralidade dos sistemas socioecológicos (ARMITAGE et al., 2009; FOLKE, 2007).

Contrariamente, o que se observa quando da criação de Unidades de Conservação atreladas ao licenciamento ambiental de grandes empreendimentos, é a configuração de uma medida de compensação ambiental unilateral, com escassa consideração às questões afetas às comunidades tradicionais, e menos ainda, dos efeitos para o desenvolvimento integral daqueles territórios.

A bibliografia relacionada às áreas marinhas protegidas, indica que os modos de vida e os resultados socioeconômicos dessas áreas variam entre aspectos positivos e negativos, dependendo do contexto e insumos, e o sucesso da conservação e desenvolvimento são influenciados pelos contextos sociais, econômicos e ecológicos locais e em macroescala da qual a AMP se relaciona. Por isso, qualquer área protegida, não pode ser dissociada de seu contexto social, cultural, econômico, político e ambiental, e de fatores, como história, política, macroeconomia, mudanças tecnológicas ou mesmo climáticas (BENNETT; DEARDEN, 2014).

Segundo documento elaborado pela FAO (2011), se uma AMP foi planejada e executada sem envolver as comunidades costeiras e os usuários de recursos em questão, suas situações e necessidades, há grande risco de fracasso, especialmente pela falta de aceitação e, conseqüentemente, do não cumprimento de seus regulamentos. Surge como reflexo da fragmentação das políticas os “parques no papel”, com taxas estimadas atingindo quase 80-90% em alguns países⁵. No contexto brasileiro, das 313 UCs federais, 43% possuem Plano de Manejo⁶, sendo que muitas foram criadas na década de 1960-1970 e ainda não possuem instrumentos de gestão instituídos, ou mecanismos de avaliação de sua efetividade, nem mesmo no que tange aos aspectos ambientais.

Residem, contudo, desafios de como desenhar uma abordagem para trazer à tona a realidade das pessoas, seus múltiplos setores e modos de vida tão dinâmicos. Chambers (1995) pontua que tem sido subjacente na agenda política o direito básico das pessoas em realizar sua própria análise em relação às suas realidades e, especialmente, indo além de uma configuração limitada do desenvolvimento econômico, incluindo o desenvolvimento social. Como uma nova agenda para pensar o desenvolvimento, Chambers (1997) sinaliza as

⁵ Dados da FAO (2011).

⁶ Dados ICMBio (2014) em <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/uniidades-de-conservacao/planos-de-manejo.html>

abordagens participativas como métodos que permitam que as pessoas pobres e marginalizadas expressem suas realidades, diferentemente da definição estática e exterior de suas necessidades.

O olhar analítico desses processos, contornado pelos princípios do ecodesenvolvimento ou da sua versão mais atual, o desenvolvimento territorial sustentável - DTS (VIEIRA, CAZELLA; CERDAN, 2006) oferece pistas para uma compreensão normativa de planejamento e gestão que possam incorporar as dimensões das pessoas, do território, das mudanças adaptativas dos sistemas socioecológicos e seus efeitos nos modos de vida tradicionais.

No arcabouço dinâmico e de transformação inerente aos territórios tradicionais, a abordagem dos Modos de Vida Sustentáveis (Sustainable Livelihoods Approach) contribui para tratar do desenvolvimento sustentável⁷ e se lança como transdisciplinar, sendo produzida, divulgada e aplicada na fronteira entre pesquisa, política e prática (KNUTSSON, 2006).

Em se tratando das comunidades tradicionais, indispensável grifar o princípio da autodeterminação a elas associado. Tal princípio, está expresso no cenário internacional⁸, baseado em demandas de organizações indígenas e tradicionais sobre o direito de determinar suas próprias prioridades e ter poder de negociação em decisões que impactem seu futuro (ALMUDI; KALIKOSKI, 2009), bem como dos Tratados Internacionais, tais como a Convenção da Diversidade Biológica (BRASIL, 1992) e Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais (OIT, 2011).

No Brasil, os contornos legais associados aos direitos tradicionais foram também acomodados pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e

⁷ O termo desenvolvimento sustentável está aqui apresentado para respeitar sua aplicação pelos autores originais da abordagem de modos de vida. No entanto, quando da incorporação do conceito de DTS recupera-se o conceito de ecodesenvolvimento, originalmente tratado nas discussões que permeiam o tema. Contribuições sobre o conceito de ecodesenvolvimento disponíveis em Sachs (1986).

⁸ Políticas como a Comissão Mundial de Áreas Protegidas (World Commission on Protected Areas – WCPA) em parceria com World Wildlife Fund (WWF) e a União Internacional para Conservação da Natureza (International Union for Conservation of Nature – IUCN).

Comunidades Tradicionais - Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007), cujas comunidades tradicionais são definidas como⁹:

Art. 3º, I: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais; que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Esse tratamento tem sido pouco incorporado no contexto formal das UCs, com sérias limitações nas categorias de Proteção Integral, bem como na escala municipal e estadual da implantação em diferentes categorias. A estreita relação entre as comunidades locais e os espaços naturais tem sido negligenciada e, conseqüentemente, omitida nos espaços formais de gestão dessas áreas. Essa condição não contempla elementos importantes da cogestão adaptativa, tais como o compartilhamento de poder e responsabilidades entre gestores e usuários, flexibilidade nos instrumentos de gestão e mecanismos de aprendizagem social (ARMITAGE; BERKES; DOUBLEDAY, 2007), bem como dos princípios de gestão participativa previstos no SNUC.

Partindo da necessidade de considerar as diversas dimensões que envolvem o território afetado pela nova regulamentação das Unidades de Conservação, entende-se que uma primeira esfera envolve observar em profundidade as dinâmicas territoriais associadas, extraíndo os potenciais e obstáculos para configurar novos modelos de gestão e desenvolvimento que garantam a proteção da biodiversidade e ao mesmo tempo as demandas sociais.

Para tanto, entende-se como passo inicial, a necessidade de compreender as comunidades tradicionais, suas dinâmicas e modos de vida, num contexto de mudança, favorecidos por vetores externos e internos a esses grupos.

⁹ Ainda que exista política específica sobre os Povos e Comunidades Tradicionais importa também registrar os artigos 215 e 216 da Constituição Federal que reconhecem os modos de viver e fazer desses grupos. Art. 215: O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais; Art. 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Numa segunda dimensão, o contexto do território precisa ser compreendido pela nova roupagem institucional decorrente da Unidade de Conservação e de que maneira interfere para manutenção ou erosão dos modos de vida tradicionais. Tal prisma, contudo, pretende compreender o território, considerando suas dimensões naturais, culturais, sociais e simbólicas, bem como os efeitos das medidas de gestão adotadas para os modos de vida tradicionais.

Essa problemática, que se apresenta como necessariamente integrada e sistêmica para compreender a realidade das Unidades de Conservação em territórios ocupados tradicionalmente, mobiliza, portanto, duas abordagens com elos comuns: desenvolvimento territorial sustentável e os modos de vida sustentáveis, no intuito de pensar os elementos-chave da educação orientada para gestão e desenvolvimento.

O estudo de caso que traduz a situação problema aqui delineada está localizado no litoral centro norte catarinense e envolve a criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral em território tradicionalmente ocupado por diferentes grupos que desenvolvem a pesca, atividades extrativistas e resguardam importante patrimônio imaterial.

1.2 Área de Estudo e Sujeitos de Pesquisa

A análise apresentada nesta tese foi realizada valendo-se da sistematização de dados e informações de um território marinho-costeiro, tradicionalmente ocupado, e que foi afetado pela criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral - o Parque Estadual do Acaraí (PEA).

O Parque Estadual do Acaraí localiza-se em São Francisco do Sul, litoral norte de Santa Catarina, município mais antigo do Estado. Conforme ilustra a Figura 1, a região do Acaraí é assim denominada pela existência de um estuário ligado à montante ao Canal do Linguado (Baía da Babitonga) e com foz na Praia de Ubatuba/Enseada. Em seu limite leste, localiza-se a Praia Grande, uma das maiores em extensão do município e que conservam importantes remanescentes de vegetação de restinga e fauna associada.

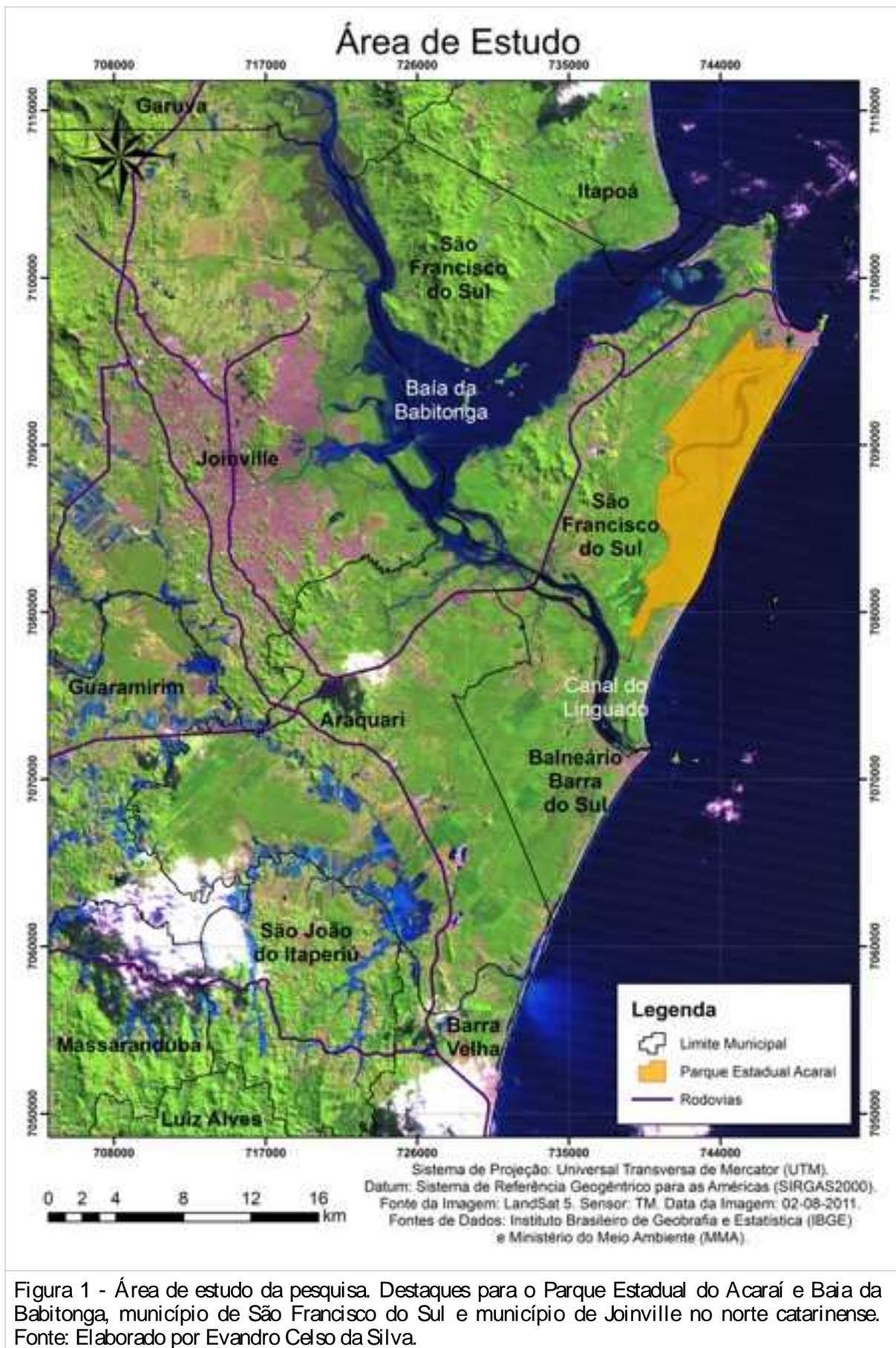


Figura 1 - Área de estudo da pesquisa. Destaques para o Parque Estadual do Acaraí e Baía da Babitonga, município de São Francisco do Sul e município de Joinville no norte catarinense. Fonte: Elaborado por Evandro Celso da Silva.

A criação da UC abrange cerca 6.667 hectares de área protegida na zona costeira catarinense e possibilita a formação de corredores ecológicos com fragmentos ecossistêmicos de valor ecológico e paisagístico. As comunidades associadas compreendem pescadores artesanais, extrativistas e remanescentes quilombolas, com evidências de grupos indígenas com circulação no território.

O PEA inclui como área protegida, não somente áreas emersas, mas também ambiente estuarino – Rio Acaará e Arquipélago dos Tamboretas localizado em área marinha. A delimitação reflete nas relações territoriais das comunidades, que se configuram fortemente associadas ao conjunto “marinho-costeiro”. Os principais ecossistemas existentes na região e que potencializaram a criação de uma Unidade de Proteção Integral são os manguezais, praias arenosas, restingas, estuário, e também o Arquipélago Tamboretas localizado em frente à Praia Grande.

Em termos de adensamento urbano, os maiores núcleos se encontram associados à foz do Rio Acaará, sendo as atividades econômicas fortemente relacionadas ao turismo e pelas instalações da Petrobras (Terminal). No entorno do Rio Acaará, estão localizadas os núcleos comunitários São José do Acaará (Tapera), Gamboa e Morro Grande, marcadas por dinâmicas rurais em processo de transformação.

A macrorregião da área de estudo - norte catarinense compõe o eixo de metropolização Florianópolis-Curitiba e apresenta setores em fase intensiva de conurbação, marcada pela expressão dos setores da construção civil, turismo de massa, serviços portuários, além da grande influência das atividades industriais do município de Joinville.

Embora o processo de constituição da Unidade de Conservação remeta a uma organização de setores da sociedade que reivindicaram a implementação de uma Área Natural Protegida no município (reivindicações de associações não governamentais ambientalistas), o processo que antecede a sua criação não contemplou o entendimento de todas as relações sociais e culturais, especialmente, dos efeitos de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral na tradicionalidade dos grupos sociais associados¹⁰.

A desconsideração foi enfatizada, uma vez que a criação da referida UC decorre do licenciamento ambiental da Empresa Vega do Sul (ArcelorMittal) que direcionou como

¹⁰ Informações originalmente obtidas na Ação Civil Pública 061.07.009145-6.

compensação ambiental a criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, com base no artigo 36 da Lei 9.985/2000 (BRASIL, 2000)¹¹.

Com base nos efeitos negativos que a criação do Parque Estadual do Acaraí (PEA) ocasionaria nas comunidades tradicionais, foi promovida Ação Civil Pública nº 061.07.009145-6 (Comarca de São Francisco do Sul - 2ª Vara) pelo Ministério Público Estadual e Federal, com pedido de suspensão da Unidade de Conservação, por entender inadequada a categoria de proteção integral quando da presença de comunidades tradicionais.

Como decorrência da judicialização, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi firmado em 2012 entre o Ministério Público Estadual e o órgão gestor (FATMA), mantendo a categoria de proteção integral, com indicações para permanência da comunidade tradicional (Anexo A).

A área de estudo é caracterizada pelos seguintes aspectos que constituíram importante contexto para a realização da pesquisa:

- i) O contexto particular da criação da Unidade de Conservação estudada ocorreu como instrumento de controle ambiental, especialmente àqueles associados aos processos de licenciamento ambiental, e não como resposta à medidas conservacionistas;
- ii) Possui comunidades tradicionais vinculadas direta e indiretamente ao território regulamentado pela UC;
- iii) Possui intervenção do judiciário considerando os conflitos com as comunidades tradicionais existentes;
- iv) Apresentaram mobilização da sociedade em seu processo de criação/gestão, seja contrário ou favorável à sua criação/gestão;
- v) os instrumentos de gestão (Conselho Gestor e Plano de Manejo) foram implementados, mas não estavam em plena atividade durante a pesquisa, tendo em vista os conflitos existentes na UC e as decisões judiciais decorrentes;

¹¹ Lei 9985/2000, art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

vi) possuem importantes ecossistemas costeiros e valor paisagístico, predominantemente explorados pelo turismo e atividades industriais que compõe o repertório predominante da macrorregião em que o município está inserido.

1.3 Objetivos da tese

1.3.1 Objetivo Geral

Esta tese teve como objetivo geral avaliar as perspectivas para a construção de uma abordagem de educação ambiental para a gestão de unidades de conservação marinho-costeiras que incidem em territórios ocupados tradicionalmente, sob a perspectiva da noção de modos de vida sustentável e desenvolvimento territorial sustentável, a partir de um estudo de caso no Parque Estadual do Acaiaí.

1.3.2 Objetivos Específicos

1. Analisar os componentes da Trajetória de Desenvolvimento do Território Acaiaí, município de São Francisco do Sul/SC;
2. Identificar vetores de transformação e as estratégias adaptativas na compreensão dos modos de vida que compõem o repertório da comunidade tradicional que constitui o território;
3. Compreender as dinâmicas territoriais e seus potenciais e obstáculos para construção de estratégias de DTS e da cogestão adaptativa dos recursos naturais;
4. Propor elementos-chave para inserção da educação (ambiental) na estrutura e funcionamento dos sistemas de gestão associados à Unidade de Conservação.

1.4 Questões Norteadoras

Diante da situação-problema apresentada e dos objetivos desenhados, as seguintes questões nortearam a pesquisa:

1. Como ocorreu o processo de formação e transformação do território tradicionalmente ocupado, atualmente associado à Unidade de Conservação de Proteção Integral?
2. De que maneira os modos de vida sustentáveis respondem às transformações, especialmente àquelas decorrentes da criação da UC?
3. Como a dinâmica dos modos de vida pode orientar a construção de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira estudada?
4. De que forma a UC implica em mudanças (positivas e negativas) aos grupos tradicionais e da sua sustentabilidade?
5. Qual a configuração e que elementos devem existir na construção de opções alternativas para implementação de sistemas de gestão integrada e que promovam estratégias de desenvolvimento territorial sustentável?
6. Qual estrutura e funcionamento necessária para que as unidades de conservação sejam promotoras de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, contemplando e valorizando os modos de vida tradicionais e, da mesma forma, a conservação dos recursos naturais?
7. De que forma a Educação (ambiental) se insere nesse processo, especialmente para garantir o empoderamento das comunidades tradicionais e a manutenção dos modos de vida, bem como da melhoria das condições socioeconômicas das comunidades tradicionais?

1.5 Estruturação da Tese

A tese está organizada em três seções, totalizando seis capítulos. A primeira seção apresenta o problema de pesquisa, desenhando a situação problema e a área de estudo (Capítulo 1), seguidos do Modelo Analítico (Capítulo 2) que mobilizou a abordagem dos modos de vida sustentáveis (livelihoods) e os fundamentos normativos do desenvolvimento territorial sustentável (DTS).

Na Seção II, o Capítulo 3 apresenta reflexões dos pressupostos metodológicos que fundamentaram a pesquisa, apresentando as técnicas utilizadas no seu cotidiano. São destacados no capítulo os elementos da história oral e da micro-história que foram mobilizados para aproximar as memórias dos comunitários e constituir uma compreensão do território estudado.

A partir da Seção III estão sistematizados os resultados da pesquisa em três capítulos articulados entre si. O Capítulo 4 apresenta a reconstrução da trajetória de desenvolvimento do Território Acaraí numa composição analítica dos principais aspectos históricos da comunidade, das suas relações de parentesco, principais vetores de transformação e fases que marcaram o território. Indica, ainda, os elementos que constituíram o sistema socioecológico no espaço e no tempo. O destaque do capítulo decorre da compreensão dos elementos do Território, a partir do que os próprios comunitários definiram como marcantes no processo histórico de desenvolvimento. No Capítulo 5 prossegue com a apresentação das imagens e movimentos do território, com foco no cenário atual, retratando as estratégias que o sistema socioecológico dispõe, seja pelo circuito produtivo desenvolvido ou pelas manifestações imateriais associadas ao território.

Como desdobramento dos resultados apresentados no Capítulo 4 e 5, o Capítulo 6 apresenta um cenário prospectivo de análise, no qual a estrutura e funcionamento da gestão instituída pela Unidade de Conservação é analisada em decorrência da compreensão dos modos de vida identificados. O capítulo identifica também os potenciais e limitações para a construção de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável e propõe elementos-chave para inserção da educação (ambiental) na estrutura e funcionamento dos sistemas de gestão

associados à Unidade de Conservação, considerando os modos de vida, o contexto de vulnerabilidade, os processos, políticas e instituições a ela associados.

2. O DESENHO DO MODELO ANALÍTICO

Carecemos de teorias para unir e esta carência torna-se particularmente grave num momento de perigo. A gravidade desta carência não está nela mesma, mas no facto de coexistir com uma pletera de teorias da separação. O que é grave é o desequilíbrio entre as teorias da separação e da união (BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 2006, p.84)

Mapa do Capítulo:

- 2.1 Introdução
- 2.2 As perspectivas normativas do Desenvolvimento Territorial Sustentável
- 2.3 A abordagem dos Modos de Vida Sustentáveis
- 2.4. Cogestão adaptativa e Educação Ambiental

2.1 Introdução

Este capítulo descreve o modelo analítico adotado na pesquisa. Ele combinou duas perspectivas analíticas - dos Modos de Vida Sustentáveis¹² e do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), ambas assentadas numa mesma base epistemológica: da abordagem sistêmica.

A perspectiva sistêmica desenvolveu-se em contraposição ao reducionismo e reconhece que não existe uma só forma de conhecimento (SOUSA SANTOS, 2006). Define também que as relações entre as dinâmicas naturais e sociais são vistas como interdependentes, formando sistemas socioecológicos¹³ de maneira adaptativa e coevolutiva

¹² Do termo original: Sustainable Livelihoods Approach.

¹³ Enquanto sistemas socioecológicos, a definição apresentada por Berkes e Folke (1998) menciona que o sistema social está associado à governança, em termos de regimes de apropriação e acesso aos recursos. Inclui também os diferentes sistemas de conhecimento pertinente à dinâmica dos ambientes, o uso dos recursos, as visões de mundo e a ética da relação homem-natureza. Já o sistema ecológico (ecossistemas) refere-se às comunidades auto-reguladoras de organismos que interagem entre si e com o seu ambiente.

(OSTROM, 1990; BERKES; FOLKE, 1998; HOLLING; BERKES; FOLKE, 1998; VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005).

A visão disjuntiva dessas dimensões, estimulada pela hegemonia da ciência reducionista, tem sido questionada a partir dos fundamentos conceituais do enfoque da gestão de recursos de uso comum¹⁴. Nesse enfoque, a ideia de surpresas e incertezas compõe a unidade de análise dos sistemas complexos, entendendo-os em movimento, em função dos impactos da gestão e da expansão progressiva das influências humanas e/ou ecológicas (GUNDERSON; HOLLING; LIGHT, 1995; HOLLING; BERKES; FOLKE, 1998).

A “teoria dos commons”, emergida a partir da crítica à metáfora da “tragédia dos comuns” apresentada por Hardin (1968)¹⁵, reflete sobre o comportamento humano em relação aos recursos naturais, trazendo conceitos-chave para o estudo dos sistemas socioecológicos e o importante papel dos arranjos institucionais que podem se configurar como um mecanismo viável para promover a gestão sustentável dos recursos (BERKES et al., 1989; FEENY et al., 2001; AGRAWAL, 2002; OSTROM et al., 2002; DIETZ; OSTROM; STERN, 2003).

Da noção do maior grau de risco e incerteza associada aos sistemas socioecológicos para realidades marinho-costeiras, estratégias de gestão dos recursos e de alívio a pobreza têm sido configuradas em abordagens que possam auxiliar na compreensão das flutuações de recursos e outros choques, trazendo à tona as soluções criativas desenhadas pelos usuários de recursos (ALLISON; ELLIS, 2001; FERROL-SHULTE et al., 2013).

A abordagem dos Modos de Vida Sustentáveis (MVS), tem fornecido uma estrutura conceitual e um conjunto de princípios operacionais sobre a formulação de políticas e práticas, oriunda das discussões internacionais, desde a década de 1990, integrando e aplicando conhecimentos em torno da sustentabilidade do desenvolvimento (ALLISON; HOREMANS, 2006; KNUTSSON, 2006; MORSE; McNAMARA; ACHOLO, 2009; FERROL-SCHULTE et al., 2013).

¹⁴ Common property resource management.

¹⁵ Para Hardin, a solução para a “Tragédia dos comuns” estaria baseada no estabelecimento de dois arranjos institucionais: a privatização ou a propriedade estatal. Por outro lado, estudos demonstraram que em algumas comunidades era possível observar arranjos institucionais de gestão auto-governados com diferentes níveis de sucesso quanto sustentabilidade dos usos praticados (BERKES et al., 1989; OSTROM, 1990; AGRAWAL, 2002).

Definido em termos da capacidade de uma unidade social para melhorar seus meios e capacidades em face de choques e tensões ao longo do tempo, o MVS procura identificar ativos importantes na vida das pessoas, as suas tendências espaço-temporais, bem como a natureza e os impactos de choques e tensões (ambiental, econômica e social) sobre esses ativos (MORSE; McNAMARA; ACHOLO, 2009).

Da primeira definição apresentada por Chambers e Conway (1991), existe uma combinação analítica para aglutinar, de um lado os modos de vida capazes de recuperar-se de "estresses e choques" e, de outro, a capacidade de "manter e melhorar" as capacidades e recursos para o futuro.

as capacidades, ativos (lojas, recursos, reclamações e acesso) e as atividades necessárias para um modo de vida: um modo de vida é sustentável quando pode enfrentar e se recuperar do stress e choques, manter ou melhorar as suas capacidades e recursos, e proporcionar oportunidades de modos de vida sustentáveis para a próxima geração; e que contribui benefícios líquidos para outros meios de subsistência a nível local e global e, a curto e longo prazo (CHAMBERS; CONWAY, 1991, p.06).

Apresenta, contudo, foco na "resiliência" dos modos de vida, a partir da diversificação dos seus elementos como forma de resistir à fontes de perturbação (FERROL-SHULTE et al. 2009). No debate do desenvolvimento, o conceito de Modos de Vida Sustentáveis tem sido uma ferramenta conceitual para reexaminar as estratégias de gestão e desenvolvimento, considerando uma unidade de análise diferente das políticas setoriais comumente adotadas, sendo uma resposta à necessidade de lidar com problemas complexos numa perspectiva mais integrada e holística (SCOONES, 1998, ALLISON; ELLIS, 2001; KNUTSSON, 2006).

Tendo a inerente relação com o debate sobre o desenvolvimento, adotou-se como aporte de diálogo as contribuições do conceito em construção do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), que pode ser visto como uma síntese atualizada do conceito de ecodesenvolvimento (SACHS, 1986). O DTS parte numa primeira dimensão do conceito de desenvolvimento territorial (DT), destacando o processo de criação coletiva e institucional associada a um novo estilo de desenvolvimento, nesse caso, ancorado na dimensão que complementa o conceito: o da sustentabilidade (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006).

As discussões que permeiam o conceito de DTS pontuam a necessidade de incorporar as dimensões históricas, junto das espaciais, nas análises do fenómeno do desenvolvimento

territorial, tendo assim, uma aderência à abordagem dos MVS, uma vez que ela pretende avaliar a resiliência e a capacidade de adaptar-se positivamente, requerendo uma análise de uma série de fatores, incluindo uma avaliação das experiências históricas de respostas aos vários choques e tensões (SCOONES, 1998).

O conceito de modos de vida, central para o debate sobre o desenvolvimento e redução da pobreza (SCOONES, 1998; CHAMBERS, 1997) provoca também a observar os distintos sentidos para o DT. As formulações teóricas pioneiras do DTS têm como referencial empírico países ou regiões com expressivos indicadores econômicos, onde a questão central do desenvolvimento territorial não se reduz à luta contra a pobreza no campo¹⁶.

Em contextos socioeconômicos como o Brasil - e especificamente num contexto de territórios tradicionais, não se pode ignorar as carências no suprimento das necessidades básicas, como segurança alimentar, moradia, abastecimento de água, saúde e educação das populações mais pobres, na qual a redução das disparidades de desenvolvimento social e econômico entre regiões e as demais constituem-se como tema central (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006).

A proposição de complexificar o espaço-lugar de desenvolvimento, substituindo-o pela idéia de espaço-território, possibilita identificar novas potencialidades de desenvolvimento (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006; VIEIRA; CAZELLA; CERDAN, 2006), bem como entender e mobilizar os atores que integram um dado espaço geográfico. Nesse sentido, a participação dos atores locais é condição e pilar fundamental quando se pensa no processo de desenvolvimento territorial sustentável (CAZELLA, 2006), demonstrando outra aproximação à abordagem dos modos de vida, especialmente pela compreensão das similaridades entre os sistemas socioecológicos e do território como unidade de análise.

A perspectiva do território incorporada ganha expressividade para analisar a situação problema desenhada, considerando a existência de terras ocupadas tradicionalmente (ALMEIDA, 2008) no complexo sistema que envolve os territórios marinho-costeiros e que traduzem a realidade histórica e cultural do litoral catarinense (e brasileiro).

A noção de território, embora tenha assumido importância destacada nos discursos dos gestores de políticas públicas de numerosos países, inclusive o Brasil (CAZELLA; BONNAL;

¹⁶ A França é a base empírica dos estudos de DT.

MALUF, 2009), na prática ainda está fortemente marcada por um processo político que induz a omissão de grupos sociais distintos, subjugados em seus direitos fundamentais.

O objetivo deste capítulo, contudo, é apresentar uma síntese de integração entre as duas abordagens, indicando os elos comuns do conceito normativo do DTS na estrutura organizacional do modelo de MVS. Para tanto, o capítulo apresentará alguns principais elementos que fundamentam as duas abordagens, costuradas na síntese intentada.

2.2 As perspectivas normativas do Desenvolvimento Territorial Sustentável

Na discussão que permeia as noções de meio ambiente e desenvolvimento, resgata-se a gênese e estrutura do enfoque de ecodesenvolvimento e da sua versão mais atual, relacionada à maturação do conceito de DTS, no qual se fundamenta na análise das possibilidades de dinamização dos territórios e estratégias de desenvolvimento.

Na busca de qualificar o desenvolvimento e, dessa forma, incorporar o econômico, o social, o político, o cultural, ecológico e humano, Sachs (2007) propõe o termo desenvolvimento integral, que denota as múltiplas facetas do desenvolvimento, ainda que este apareça, no melhor dos casos, como um ideal distante.

O desenvolvimento pode ser compreendido como um processo intencional e autodirigido de transformação e gestão de estruturas socioeconômicas, direcionado no sentido de assegurar a todas as pessoas uma oportunidade de levarem uma vida plena e gratificantes, provendo-as de meios de subsistência decentes e aprimorando continuamente o seu bem estar, seja qual for o conteúdo concreto atribuído a essas metas por diferentes sociedades em diferentes momentos históricos (SACHS, 2007, p. 293).

Segundo o autor, seria tratar simultaneamente paz, economia, meio ambiente, justiça e democracia, tomando as condições sociais como ponto de partida dos esforços em prol do desenvolvimento. Um desenvolvimento reavaliado, que supere o economicismo, balanceando em situações duplamente ganhadoras: o econômico e o ecológico, o econômico e o social.

Como descreveu Andion (2007) o paradigma desenvolvimentista, marcado fortemente por mentores economicistas, foi base de um modelo sinônimo de crescimento econômico e

industrialização. Além disso, potencializou o declínio dos setores tradicionais, dinamizado por uma economia capitalista típica dos países do Norte, marcada pela transição da sociedade do estado tradicional (caracterizado pela estagnação e subsistência); e no qual o papel do Estado é essencial e não apenas com equilíbrio de forças do mercado. Sousa Santos (2006) trata dessas questões e pondera que a economia capitalista persiste em não reconhecer a existência de outros saberes, gerando marginalizações, silenciamento, exclusões ou liquidações de outros conhecimentos.

Na evolução do conceito do DTS, Veiga (2004) menciona que o uso cada vez mais freqüente da noção de Desenvolvimento Territorial (DT) tende a substituir a tradicional expressão “desenvolvimento regional”, pois permite uma referência simultânea ao desenvolvimento local, regional, nacional, e até continental (no caso da Europa). Sinteticamente o autor menciona a evolução do conceito, marcado por algumas fases, especialmente numa fase transitória marcada pelo desenvolvimento local:

(...) essa retórica do “DT” também deve muito à evolução paralela dos debates da “economia industrial”, da “economia rural” e da “economia regional e urbana”. Nos últimos quinze anos houve nessas três disciplinas uma forte valorização da escala “local”, logo seguida (ou acompanhada) da necessidade óbvia e imperiosa de não isolá-la das escalas superiores que vão até a “global”. A retórica do “DT” é certamente melhor que a do “desenvolvimento local”, mas ambas estão longe de engendrar uma ‘teoria e prática’ que venha, de fato, superar as divisões setoriais (primário, secundário e terciário) e também permitir um tratamento integrado da divisão espacial (urbano-rural). (VEIGA, 2004, p.29)

Considerando o DTS como um conceito em construção, Andion (2007) menciona que três campos estão envolvidos na configuração da noção do DTS, sendo eles: a) o debate que reintegra variáveis ambientais no processo de desenvolvimento a partir da noção de sustentabilidade, considerando as dimensões econômicas, sociais, ecológicas, culturais, etc; b) noção de território (inscrição espacial, social, política e cultural do desenvolvimento); e por fim, c) a institucionalização da ação coletiva e pelo retorno do ator.

Abramovay (2006), propõe que a noção de território tem quatro virtudes básicas. A primeira refere-se ao abandono do horizonte estritamente setorial, além de ampliar a natureza teórica dos territórios, que enfatizam a importância da cooperação e dos conhecimentos e

experiências compartilhadas entre os atores na formação do ambiente que permitirá o desenvolvimento. A segunda é que ela impede a confusão entre crescimento econômico e o processo de desenvolvimento, incorporando a análise das instituições. A terceira indica que o estudo empírico dos atores e suas organizações são cruciais para compreender situações localizadas, considerando os vários setores econômicos, origens políticas e culturais, estimulando o estudo dos mecanismos de governança pública. E por último, o território enfatiza a maneira como a sociedade utiliza os recursos que dispõem na sua organização produtiva e, portanto, na relação entre sistemas sociais e ecológicos. Segundo o autor,

(...) os territórios são o resultado da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais no que se apoia sua reprodução, o qual abre um interessante campo de cooperação entre as ciências sociais e naturais para o conhecimento desta relação (ABRAMOVAY, 2006, p.53).

Em se tratando de territórios, um ponto destacado por Little (2002b) é a noção de territorialidades que possui uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais. Todavia, pode-se dizer que na perspectiva territorial, o espaço é definido de uma forma dinâmica, com particularidades de cada território, e sua recomposição territorial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. As estratégias de desenvolvimento não são universais e, portanto, segundo Andion (2007, p.69), “elas convidam cada localidade ou região que enfrenta uma situação de declínio a inventar seu próprio modelo de reconversão”.

Segundo Carrière e Cazela (2006) as dinâmicas territoriais possuem características especiais: a) são múltiplas e sobrepostas, além de impermanentes; b) seus limites não são nítidos; e c) buscam valorizar o potencial de recursos latentes, virtuais ou “escondidos”. A abordagem territorial opõe-se as alternativas neoliberais, mostrando que os espaços locais não têm como destino apenas espelhar os movimentos globais. Defendem uma teoria “de baixo para cima”, na qual as comunidades locais se mobilizam para valorizar suas especificidades, frente a um processo de globalização recente (ANDION, 2007, p.72). Ainda, possibilita com suas estratégias, minimizar a exclusão social, a elitização do desenvolvimento, reforçando as identidades territoriais e compatibilizando as políticas setoriais com as territoriais, indo ao encontro das proposições do ecodesenvolvimento e dos MVS, como dito anteriormente.

No contexto das dinâmicas territoriais acima sintetizadas, a dimensão de interação dos sistemas socioecológicos (BERKES; COLDING; FOLKE, 2003) se somam, auxiliando a designar uma visão não-dual de sistemas sociais e de sistemas ecológicos que refletem na construção do território. Conforme define Cazella, Bornal e Maluf (2009, p.61), exceto pelas variações repentinas no meio natural (catástrofes ambientais), as dinâmicas territoriais resultam das ações humanas, sejam elas internas ou externas ao território. Além disso, o espaço tem também características próprias (o clima, o relevo) que influenciam os projetos sociais, os quais, por sua vez, determinam a organização e as funções do espaço por meio de ações de ordenamento e de produção de externalidades.

O modelo de análise proposto por Vieira e Cazella (2004)¹⁷ e Vieira (2006) tratou de orientar a identificação de potencialidades e obstáculos à promoção de uma estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável em territórios selecionados. Trata-se de um roteiro metodológico, que leva em conta as “Trajetórias de Desenvolvimento” e o “Jogo de Atores” envolvidos na gestão local do desenvolvimento. Para tanto, o modelo prescreve a análise de um conjunto interdependente de fatores político-institucionais, socioeconômicos, socioculturais e socioecológicos direcionados para o entendimento das potencialidades e fragilidades para construção de um cenário negociado de desenvolvimento territorial sustentável – DTS para a zona costeira.

Sobre a Trajetória de Desenvolvimento proposta, ela possibilita abordar as múltiplas dinâmicas territoriais associadas ao desenvolvimento de uma região estudada, incorporando questões ambientais, socioculturais e políticas, além das econômicas, qualificando o desenvolvimento e o diferenciando da perspectiva restrita de crescimento. A compreensão da trajetória de desenvolvimento auxilia também na construção de novos contornos para o planejamento e gestão sustentável de uma região, visto o destaque da recriação criativa que os grupos sociais, nesse caso, as comunidades litorâneas, empreendem para manter seus modos de vida, suas atividades produtivas e, conseqüentemente, sua reprodução sociocultural e econômica (VIEIRA; CAZELLA, 2004; ANDION, 2007, FLORES, 2007; FOPPA, 2009).

¹⁷ Modelo de Análise do projeto de pesquisa Desenvolvimento Territorial Sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos e zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina – Projeto CAPES/COFECUB 449/04, coordenado pelos professores Paulo Freire Vieira (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política) e Ademir Antonio Cazella (Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas), ambos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A partir da construção da trajetória de desenvolvimento é também possível identificar a evolução dos processos de inovação da comunidade e ser um passo fundamental na recuperação da memória coletiva. A partir dela é possível sistematizar e recolocar numa escala temporal as sucessivas inovações significativas, sendo um primeiro passo na identificação do sistema local de conhecimento de uma região (SABOURIN, 2001).

O estudo das trajetórias de desenvolvimento pode ser visto enquanto pré-requisito para uma compreensão mais lúcida da complexidade embutida nos cenários contemporâneos e na busca da elucidação das novas dinâmicas produtivas para repensar o fenômeno do desenvolvimento na sua configuração territorial (VIEIRA; CAZELLA, 2004).

Embora as dinâmicas territoriais tratem da expressão de diversos atores e setores, o destaque do modelo no arcabouço desta tese reside em compreender as dimensões envolvidas no fenômeno de desenvolvimento, a partir do que os comunitários percebem como importantes. Trata-se de incorporar as proposições de Cazella et al. (2009), considerando os modos de vida das famílias na sua integridade, e não apenas seus componentes econômicos, trazendo à tona fenômenos estéticos, relações de poder, formas de resistência e adaptação, ou mesmo de inovação.

Ancorada na proposição metodológica da Trajetória de Desenvolvimento, a participação dos atores locais, torna-se condição e pilar fundamental quando se pensa no processo de desenvolvimento territorial sustentável (CAZELLA, 2006), em estreita relação com o prisma de considerar a dimensão humana nos processos de criação e gestão de Unidades de Conservação.

O olhar minucioso sobre os processos de mudanças das comunidades estudadas constitui-se como base para a análise dos movimentos no espaço-tempo e do sistema de conhecimento que constituem o território tradicionalmente ocupado¹⁸. A reconstrução da trajetória, a partir do que os comunitários percebem como marcantes, possibilita identificar os vetores de transformação, suas consequências, bem como identificar a reconversão criativa dos modos de vida por eles vivenciados, não afastando do conjunto analítico as modalidades de instituições informais e organização socioeconômica que marcaram o processo histórico.

¹⁸ A ser tratado no Capítulo 3.

Já para a análise do cenário atual, o conjunto dos fatores em potencial nas dimensões político-institucionais, socioeconômicos, socioecológicos e socioculturais do território foram colocados em evidência.

No rol dos fatores político-institucional, o modelo levou em consideração dados que indicam:

- a) Existência de sistemas de planejamento de longo prazo e/ou processos de descentralização do sistema político (existência e dinamismo de Conselhos Municipais e interfaces do Estado com o terceiro setor);
- b) Programas de fomento da ação coletiva voltada para a criação e implementação de estratégias de desenvolvimento local integrado e sustentável;
- c) Leis e normas reguladoras das ações de agentes e instituições econômicas, bem como de instituições informais, especialmente no que diz respeito aos aspectos ligados à apropriação e gestão de recursos naturais.

O modelo também indica dados como o nível de transversalidade no planejamento e na condução das políticas públicas, a incorporação da questão ambiental nas agendas dos partidos políticos, bem como adoção de medidas para sua implementação e inovações no sistema de ensino público que foram trabalhados de forma tangencial nessa tese.

Dos fatores socioeconômicos e técnicos foi levantado:

- a) Existência de sistemas produtivos ajustados à satisfação das necessidades básicas da população local;
- b) Existência de modalidades específicas de economia social e solidária (grau de associativismo e cooperativismo);
- c) Presença de instituições capazes de organizar a poupança local e suprir as necessidades de crédito dos agentes locais;
- d) Ações de alívio à pobreza (assistencialistas e “empoderadoras”).

O nível educacional e de formação técnica para o desenvolvimento local integrado e sustentável, o nível de saúde/qualidade de vida da população e nível de empreendedorismo coletivo são outros aspectos sugeridos pelo modelo, mas não foram priorizados na pesquisa.

Dos fatores socioculturais, os seguintes aspectos foram levantados:

- a) Especificação de mecanismos de integração social (redes associativistas, festas típicas, movimentos sociais);
- b) Formas de valorização cultural local/territorial,
- c) Potenciais de conexões culturais transescalares (local, microrregional, nacional e internacional);
- d) Patrimônio cultural, imaterial e arquitetônico existente.

Os dados levantados sobre fatores socioecológicos dizem respeito à:

- a) Existência de ONG e partidos políticos que assumem a problemática socioambiental como diretriz de ações de mudança na área;
- b) Potencial de recursos naturais e do capital natural e social (acumulado e transferido);
- c) Nível de degradação ecossistêmica e das ações em curso visando a sua superação.

Finalmente, para identificação de Obstáculos, o modelo prescreve alguns indicadores:

- a) Carência e/ou utilização inadequada de recursos naturais;
- b) Legislação excessivamente coercitiva em termos ambientais e de normas técnicas;
- c) Carências do sistema de gestão socioambiental do ponto de vista da descentralização;
- d) estratégias sócio- econômicas definidas em função de espaços externos e indutoras de efeitos negativos no nível local/territorial;
- e) produção local voltada exclusivamente a mercados consumidores externos (nacional ou internacional);

O baixo nível educacional, o baixo nível saúde pública e cultura política autoritária e clientelista também são aspectos abordados pelo modelo.

2.3 A abordagem dos Modos de Vida Sustentáveis

Na linha de argumentação proposta, o modelo de análise dos Modos de Vida Sustentáveis (MVS), contribuiu para reconhecer os ativos que compõem o capital natural, físico, humano, econômico, social e cultural e, sobretudo, na relação entre eles e no território estudado.

A exemplo das proposições de Allison e Ellis (2001), a abordagem dos modos de vida foi incorporada nesta pesquisa como ferramenta conceitual para examinar as estratégias passadas em gestão e desenvolvimento, a partir de uma perspectiva diferente da análise setorial, com estreito paralelo com a proposição analítica do DTS.

O MVS configura-se como uma abordagem para tratar de problemas sociais, como a pobreza e a falta de desenvolvimento em áreas rurais, mas tem sido utilizada como estrutura para produção de conhecimento, divulgados e aplicados na fronteira entre pesquisa, política e prática (KNUTSSON, 2006).

Farrington et al. (1999) indicam que a abordagem MVS pode melhorar as estratégias de intervenções, especialmente pela identificação de i) quais informações são necessárias para a tomada de decisões acertadas, ii) identificação dos diferentes interesses de subsistência entre as partes interessadas (grupos particularmente pobres), iii) ligações entre os níveis local e políticos, melhorando a coordenação intersetorial e são iv) mais realistas sobre a complexidade que retratam, mas menos passíveis de quantificação, a exemplo de outras abordagens utilizadas para a pobreza.

Allison e Ellis (2001), embora reflitam sobre uma análise diferente da setorial, debruçam-se no arcabouço analítico para compreender a pesca de pequena escala e seus componentes, o que difere da perspectiva adotada nesta tese, que partiu da compreensão do território, a partir dos elementos percebidos pela comunidade. O olhar para os componentes que o constitui não teve como alvo uma única atividade produtiva e, sim, a constituição oferecida pela comunidade que são expressões do território e suas territorialidades, em vários âmbitos.

A composição do território traduziu, assim, uma série de componentes, não restrito a uma única atividade produtiva (no caso a pesca de pequena escala), e dela decorreu a hipótese

da existência de efeitos positivos para a sustentabilidade do ambiente e na segurança dos modos de vida. Essa premissa fundamental aproximou as duas abordagens, o que implicou num olhar mais integrado da área estudada, mas ao mesmo tempo, não permitiu recobrir todas as variáveis previstas nos modelos¹⁹.

No escopo desta tese, optou-se em atribuir um maior significado ao território ocupado tradicionalmente, sob a hipótese de reconhecer os fatores importantes que estimulem a autodeterminação dos grupos tradicionais, trazendo critérios sobre o uso sustentável dos recursos e ao mesmo tempo, renda, bem estar, ou outros resultados pretendidos para alcançar os modos de vida sustentáveis.

As críticas tecidas nas discussões que permeiam os recursos de uso comum (AGRAWAL, 2002), entre outras questões, abordam a pouca compreensão das complexidades escondidas nos termos comunidade e tradição (ALLISON; BADJECK, 2004). Assim, na aplicação de abordagem, que intenta ser prática e política, dialoga-se com tais termos e definições que compõem o arcabouço jurídico instituído no Brasil.

Para o caso do Brasil, sua condição de autodeterminação precisa ser considerada, na qual os grupos tradicionais reivindicam o reconhecimento jurídico-formal de suas formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais, focalizando os fenômenos recentes, onde o “tradicional” é considerado como atrelado a fatos do presente e às atuais reivindicações dos movimentos sociais (ALMEIDA, 2008). Adiciona o autor que há tensões relativas ao seu reconhecimento jurídico-formal e que as “terras tradicionalmente ocupadas” expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza, exigindo uma noção de “tradicional” relativizada e crítica, e que não obstante suas diferentes formações históricas e variações regionais, foram instituídas na constituição de 1988 e reafirmadas nos dispositivos infraconstitucionais:

A noção de “tradicional” não se reduz à história, nem tão pouco a laços primordiais que amparam unidades afetivas, e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização. O critério político-

¹⁹ O reconhecimento de um grande número de variáveis potenciais envolvidas para entender a sustentabilidade de sistemas socioecológicos (SSE) e da forma como estão progressivamente ligados a sistemas cada vez maiores (para cima e para baixo), em diversos setores e escalas e quais atributos são suscetíveis de ter um impacto sobre os padrões de interação e resultados, deve ser desafio a ser enfrentado por pesquisadores para pensar um problema particular (ÖSTROM, 2008).

organizativo sobressai combinado com uma “política de identidades”, da qual lançam mão os agentes sociais objetivados em movimento para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado (ALMEIDA, 2008, p.30).

As dificuldades de efetivação, entretanto, motivam a mobilizar abordagens que se apliquem à realidade histórica e política brasileira.

O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados mostram na atualidade” (LITTLE, 2002b, p. 23).

No paradigma sistêmico adotado para abordar a gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento, a lógica de separação entre natureza e pessoas impostas pelo Estado, são reconciliadas para trazer à tona o potencial das práticas de uso sustentável dos bens e serviços ambientais utilizadas por atores e grupos sociais (ALLISON; BADJECK, 2004).

Reflete-se, assim, que o retorno à gestão tradicional não oferece uma maneira de avançar em um mundo em aceleradas mudanças e penetração dos mercados globais em locais onde economias de subsistência locais existiam. Necessário, contudo, observar novas formas institucionais desenhadas a partir de tradições e instituições locais, em parceria entre o Estado e os grupos de usuários - promovidos na compreensão da cogestão adaptativa (PINKERTON, 2003; ALLISON; BADJECK, 2004; ARMITAGE; BERKES; DOUBLEDAY, 2007), tratada adiante neste capítulo.

Pode-se dizer que a abordagem dos Modos de Vida está evoluindo e se fundindo com abordagens baseadas em direitos e comunidade para o desenvolvimento, principalmente na forma como os sistemas de base comunitária ou de co-gestão estão sendo analisados, projetados e apoiados por programas de desenvolvimento (ALLISON; HOREMANS, 2006).

Recuperou-se, assim, aplicações do modelo de análise do MVS, do qual parte-se apresentando suas interpretações e conceituações. Scoones (1998) propôs o modelo IDS (Institute of Development Studies) para pensar os modos de vidas rurais, no qual uma série de elementos básicos são dispostos, tendo como casa central a análise das instituições e organizações (Figura 2). O autor partiu que de um dado contexto particular, mobilizando

variáveis políticas, históricas, agroecológicas e sócio-econômicas, combinadas por diferentes recursos de subsistência (tipos de “capital”), deriva a capacidade de combinar estratégias de subsistência (intensificação agrícola/extensificação, diversificação subsistência e migração) e, conseqüentemente, seus resultados para alcançar os modos de vida (outcomes).

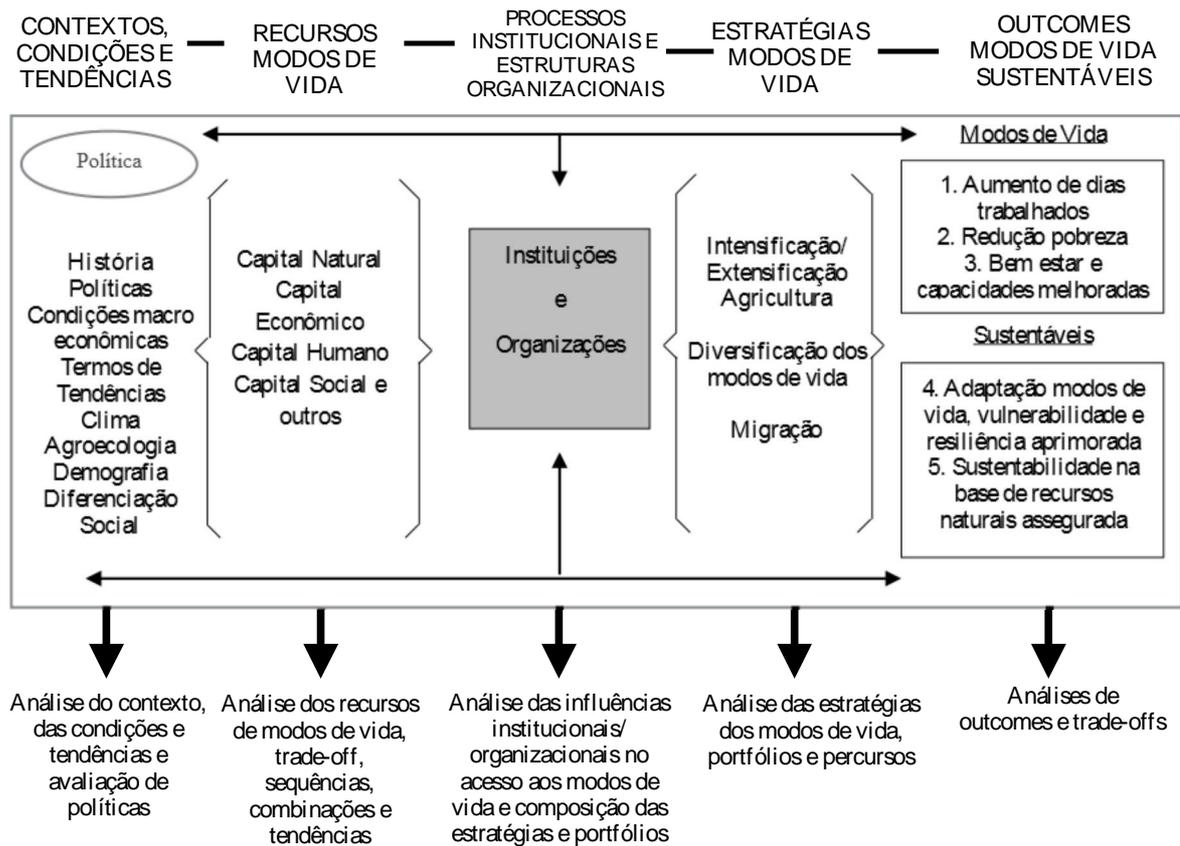


Figura 2 - Modelo de Análise dos Modos de Vida Sustentáveis. Fonte: Traduzido de Scoones (1998).

O interesse central nos processos institucionais destacam a casa “instituições e organizações” - formais e informais - que mediam a capacidade de realizar as estratégias e, conseqüentemente, alcançar, ou não, os resultados (outcomes). Segundo Scoones (1998), o quadro pode ser aplicado em uma variedade de diferentes escalas - do indivíduo, a casa, a aglomeração domiciliar, a aldeia, região ou até mesmo país, com resultados de subsistência sustentáveis avaliadas em diferentes níveis. A especificação da escala de análise é, portanto, fundamental, pois é dela que decorre a interpretação entre os níveis em termos de efeitos dos modos de vida, tanto positivos, como negativos.

A representação dada auxilia na definição dos modos de vida, bem como demonstra as interações entre eles. Os conceitos de capacidade, equidade e sustentabilidade se combinam e a integração indica que os conceitos separados estão sistematicamente ligados, e sua reconfiguração resulta no conceito de modos de vida (CHAMBER; CONWAY, 1991; KNUTSSON, 2006).

Allison e Ellis (2001) representaram o modelo na forma de uma tabela (Tabela 1), explicando as variáveis do modelo original apresentado na Figura 3 (FARRINGTON, 1999; ALLISON; HOREMANS, 2006; KNUTSSON, 2006; MORSE; McNAMARA; ACHOLO, 2009).

Tabela 1 - Modelo de Análise dos Modos de Vida Sustentáveis. Correlação entre a Plataforma dos Modos de Vida, Contexto, a composição das estratégias dos modos de vida e os resultados em termos de segurança e sustentabilidade nos modos de vida.

A	B	C	D	E	F
PLATAFORMA MODOS DE VIDA	ACESSO MODIFICADO POR	NO CONTEXTO DE	RESULTANDO EM	COMPOSTO POR	COM EFEITOS EM
ATIVOS Capital Natural Físico Humano Econômico Social Cultural (visões de mundo)	RELAÇÕES SOCIAIS Gênero Classe Idade Etnia	TENDÊNCIAS População Migração Mudanças Tecnológicas Economia Nacional	ESTRATÉGIAS MODOS DE VIDA	ATIVIDADES NÃO- AGRICOLAS Pesca Cultivos	SEGURANÇA NOS MODOS DE VIDA Nível de Renda Nível de Estabilidade Sazonalidade Graus de Risco
	INSTITUIÇÕES Regras e Costumes Mercados na prática	CHOQUES Tempestades Doenças Falhas recruta- mento Políticas		OUTRAS ATIVIDADES Comércio rural Manufaturas Outros serviços	SUSTENTABILIDADE AMBIENTE Qualidade solo Água Estoques pesqueiros Floresta Biodiversidade
	ORGANIZAÇÕES Associações ONGs Adm Local Agências Estado				

Fonte: Traduzido de Allison; Ellis (2001).

Partindo dos ativos que constituem a plataforma dos modos de vida (coluna A/Tabela 1) ou da representação esquemática dada pelo pentágono na Figura 3, o modelo reconhece cinco categorias de ativos principais (físico, natural, humano, financeiro e social), sendo por

alguns autores também adicionado o componente cultural (CHAMBERS, 1995; KNUTSSON, 2006). Scoones (1998) menciona que as pessoas combinam diferentes “capitais” que têm acesso e controle, a partir de capacidades pessoais por meio de recursos materiais (bens tangíveis) e reivindicações e acesso (ativos intangíveis), da forma como proposto por Chambers (1995).

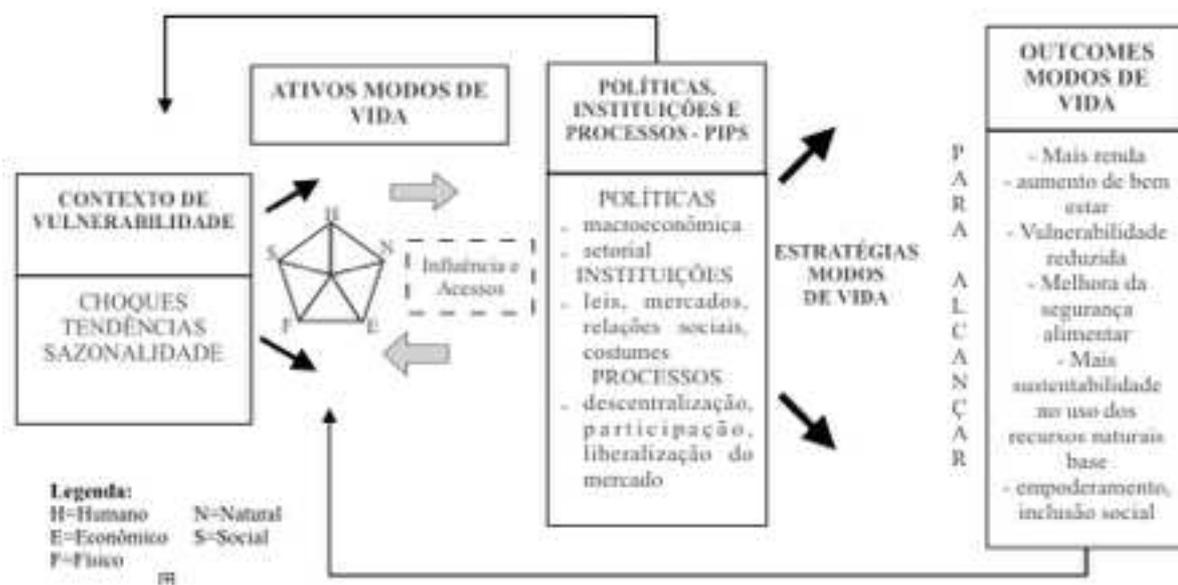


Figura 3 - Modelo de Análise dos Modos de Vida Sustentáveis. Fonte: Traduzido de Farrington (1999) e Allison; Horemans (2006).

Outros conceitos, como da vulnerabilidade e sustentabilidade são mobilizados, bem como as atividade e o acesso aos ativos, mediados por instituições e relações sociais (coluna B) que, juntos, determinam a vida do indivíduo/família/comunidade. Assim, a sustentabilidade é considerada em termos dos capitais/ativos múltiplos disponíveis (natural, humano, social, físico e financeiro) e um exame do contexto de vulnerabilidade (tendências, choques e tensões) em que existem esses ativos, dos quais irão variar em termos de sua capacidade de resistência a diferentes tipos de choques e intensidade (MORSE; McNAMARA; ACHOLO, 2009).

As categorias de capitais do pentágono tornam-se também úteis para destacar que as pessoas usam, para o caso da pesca, por exemplo, não só barcos e peixes para apoiar a sua

subsistência, mobilizando outras habilidades, de conhecimento, de influência política ou serviços sociais prestados pelo Estado (ALLISON; HOREMANS, 2006).

Allison e Ellis (2001) explicam que o acesso aos ativos e atividades está habilitado ou prejudicado pela política e do contexto institucional dos meios de vida, incluindo as relações sociais, instituições e organizações (coluna B). Continuam os autores, indicando que os ativos são afetados por fatores externos, por vezes referido como o contexto da vulnerabilidade, incluindo tendências e choques que estão fora do controle do agregado familiar (coluna C).

Os ativos permitem que estratégias de subsistência sejam constituídas e são compostas por diferentes atividades, algumas das quais podem ser baseadas em recursos naturais ou não (coluna E). Na coluna F, Allison e Ellis (2001) apontam os resultados das estratégias dos modos de vida, distinguindo-os entre os efeitos de segurança da subsistência e efeitos de sustentabilidade ambiental (coluna F).

Da explicação geral dos ativos que influenciam e são influenciados na definição de estratégias dos modos de vida, a Tabela 2 sintetiza a definição dos ativos (capitais) que constituem o Modelo de Análise dos MVS, apresentado as variáveis de cada um dos ativos utilizados na pesquisa.

Criticamente abordando o modelo, Allison e Horemans (2006) mencionam que embora o Modelo de MVS forneça conceitos úteis e operacionais para pensar um programa para pesca, possui pontos fracos da forma como é representada e interpretada. Elencam, assim, fragilidades:

- a) insuficiente para analisar e abordar as relações de poder e de energia;
- b) utilidade limitada no que tange os aspectos humanos, experiência e conflitos sobre valores;
- c) o foco nas “famílias” não considera explicitamente as diferenças intra-domiciliares dos modos de vida (por exemplo, entre mulheres e homens, jovens e idosos) e o impacto das grandes escalas de organização social, tais como o grupo de trabalho, comunidade, grupo étnico e nação;
- d) utilidade limitada para a compreensão de como os modos de vida das pessoas moldam e são moldadas por práticas institucionais locais e relacionamentos;

Tabela 2 - Definição dos ativos (capitais) utilizados no Modelo de Modos de Vida Sustentáveis e as variáveis utilizadas na pesquisa.

Categories de Ativos	Definição	Variáveis utilizadas na pesquisa
FÍSICO	Compreendem as estruturas ou capital produzido em nível do agregado familiar, como barcos, casa, bicicleta etc. No nível comunitário ou cidadão, pode corresponder o acesso à infra-estrutura, como portos, redes de estradas, clínicas, escolas, etc.	- Infraestrutura vinculada às atividades produtivas
NATURAL	Os estoques de recursos naturais (água, ar, recursos genéticos, do solo, do mar, peixes, etc) e serviços ambientais (ciclo hidrológico, etc). A partir dos quais os fluxos de recursos e serviços úteis para os meios de subsistência são derivados.	- Recursos da floresta - Estuário - Paisagem natural/cultural
HUMANO	As habilidades, o conhecimento, a capacidade de trabalho e de boa saúde, e capacidade física importante para a busca bem sucedida de diferentes estratégias de subsistência. Dizem respeito as pessoas, educação, saúde, etc.	- Sistema de Conhecimento - Sistemas produtivos - Patrimônio Imaterial - Questões de gênero - Questões étnicas
ECONÔMICO (FINANCEIRO)	Base de capital (dinheiro, crédito/débito, poupança e outros ativos econômicos, incluindo infra-estrutura básica e equipamentos de produção e tecnologias), que são essenciais para o exercício de qualquer estratégia de subsistência.	- Benefícios Sociais - Renda direta e indireta
SOCIAL	Os recursos sociais (redes, reivindicações sociais, relações sociais, afiliações, parentesco, associações) sobre a qual as pessoas detêm ao conquistar diferentes estratégias de subsistência por meio de ações coordenadas.	- Redes de Parentesco - Associações - Instituições Informais - Características dos grupos

Fonte: Elaboração da autora a partir de Scoones (1998), Allison; Ellis (2001), Allison; Horemans (2006).

e) engajamento limitado com abordagens e conceitos de desenvolvimento comunitário;

f) a importância dos mercados e seus papéis no desenvolvimento e redução da pobreza é subenfocado, escondido, uma vez que está na caixa das Políticas, Instituições e Processos (PIPs);

g) ênfase excessiva nos ativos (capitais representados na forma do pentágono) em detrimento das questões acima;

h) algumas das fragilidades são aplicadas quando o modelo é utilizado acriticamente como algo estático/instantâneo dos modos de vida, em vez de tentar entender as mudanças ao longo do tempo.

Com a junção da abordagem dos modos de vida e da abordagem territorial para pensar o desenvolvimento, variáveis de interferência foram correlacionadas, destacando-se princípios comuns das abordagens, tentando minimizar, assim, as fragilidades dos modelos, quando utilizados em separado. Entende-se que a articulação dos modelos, ou mesmo o aprofundamento dado na compreensão dos ativos por meio da trajetória de desenvolvimento (perspectiva histórica), reduziu as fragilidades apontadas, especialmente no que tange as alíneas “c”, “e” e “h”, anteriormente listadas.

A incorporação da dimensão territorial na análise do fenômeno do desenvolvimento, seja ele pessoal, familiar ou comunitário/região, possibilitou incorporar questões étnicas do território tradicionalmente ocupado, das suas manifestações entre os mais velhos e os mais novos (na compreensão do sistema de conhecimento), bem como nas questões de gênero associado às atividades produtivas e que garantem segurança nos modos de vida. Complementarmente, a trajetória de desenvolvimento, como construção coletiva adotada, possibilitou incorporar uma análise espaço-temporal dos ativos que constituem o território e as mudanças adaptativas resultantes, avançando da compreensão “instantânea” dada pelo modelo.

Para tanto, alguns níveis de observação foram necessários, a fim de sistematizar a coleta e interpretação de dados, tal qual proposto por Cazella, Bonnal e Maluf (2009), quando da análise das dinâmicas territoriais e que podem ser incorporadas na leitura do modelo de MVS.

- a) no nível das famílias ou dos grupos vinculados às atividades produtivas;
- b) do território; e das
- c) das políticas públicas.

Para a pesquisa aqui delimitada, a trajetória de desenvolvimento incorporou o nível das famílias e da sua expressão com o território, compreendendo os efeitos das políticas

incidentes e observando suas implicações e novos ciclos de renovação. A construção mais abrangente do território indicou uma série de estratégias adotadas pelas famílias/comunidade com efeitos nos modos de vida. Além disso, outras integrações resultaram da leitura combinada das duas abordagens, que podem ser sintetizadas da forma como segue listado:

- a) A perspectiva sistêmica pode ser considerada comum nas duas abordagens, no sentido que considera a existência de sistemas complexos marcados por surpresas e incertezas, traçando paralelos entre o sistema socioecológico (MVS) e o território (DTS) como unidade de análise e prática de gestão e desenvolvimento;
- b) Integra conhecimentos numa esfera transdisciplinar e pretende atuar na fronteira entre pesquisa, política e prática;
- c) As abordagens são centrada nas pessoas e, por consequência, exige o seu envolvimento para pensar políticas de gestão e desenvolvimento (FARRINGTON et al., 1999; MORSE; McNAMARA; ACHOLO, 2009) ou, minimamente, incorporam metodologias participativas (CHAMBERS, 1997) no processo de levantamento de dados durante a pesquisa;
- d) O desenvolvimento humano é incorporado para alcançar a melhoria da sustentabilidade e da subsistência;
- e) Valoriza os conhecimentos (sistema de conhecimento) e estratégias adaptativas;
- f) Envolve múltiplos setores, tendo como premissa fundamental que um setor não pode ser tomado isoladamente, devendo considerar um todo integrado (MORSE; McNAMARA; ACHOLO, 2009);
- g) Considera diferentes escalas para compreensão do sistema socioecológico ou da sua dimensão territorial, mobilizando questões endógenas e exógenas ao sistema/território;
- h) Reconhece e assume as características dinâmicas do sistema socioecológico ou do território, sendo fundamental considerar o seu contexto histórico para analisar estratégias dos modos de vida e avaliação da sustentabilidade (SCOONES, 1998; MORSE; McNAMARA; ACHOLO, 2009), em estreita relação com a trajetória de desenvolvimento prevista no DTS;

i) A abordagem institucional é central nas duas abordagens, porquanto destacam as capacidades dos grupos/atores para conceber regras e aplicá-las, remetendo a ação coletiva pelo retorno do ator;

j) A dimensão de recursos e ativos (latentes ou disponíveis) podem ser mobilizadas como potencial do que o território dispõe para melhorar o desenvolvimento e buscar sustentabilidade dos recursos naturais e inclusão social.

k) Pretendem ser aplicadas para desenhar políticas baseadas em evidências.

Por fim, necessário ponderar que o conjunto marinho-costeiro, altamente suscetível a riscos e incertezas, intensifica o estado de vulnerabilidade desenhando, assim, desafios para pesquisadores e profissionais para lidar com as fronteiras entre pesquisa e prática, conservação e desenvolvimento, alívio à pobreza e gestão de ecossistemas/e recursos naturais (FERROL-SCHULTE et al., 2013).

O modelo aqui desenhado pretendeu, contudo, aproximar os limiares dessas fronteiras, que no contexto da situação problema desenhada, ficou traduzida pelas implicações da criação de Unidade de Conservação para os grupos sociais afetados²⁰. Assim, o modelo foi aplicado para pensar a conciliação entre a conservação da natureza e os modos de vida tradicionais para a construção de um projeto de desenvolvimento para o território construído, entendendo a Unidade de Conservação como parte constituinte do contexto de vulnerabilidade ou das políticas, instituições e processos que poderão implicar nas estratégias de modos de vida.

No desenho dicotômico delineado, de um lado, pelo decréscimo na abundância dos recursos e perda da diversidade biológica, e por outro, a erosão dos modos de vida e diversidade cultural das comunidades tradicionais, muitas vezes marcada pelo seu empobrecimento e marginalização (KALIKOSKI, 2007), necessário repensar mudanças nas bases do sistema de governança dos recursos naturais, com um redesenho das relações institucionais que regulam o uso e gestão desses recursos, ao tempo em que proporcionem suporte para alcançar o desenvolvimento.

²⁰ Não se afasta do contexto da criação da Unidade de Conservação a própria intervenção do judiciário que motivou inicialmente a realização da pesquisa.

Conforme afirma Bennett e Dearden (2014), os ativos subjacentes em uma comunidade podem ser um foco particularmente importante para a concepção de intervenções de desenvolvimento relacionados com áreas marinhas protegidas, já que formam a base de opções de subsistência e adaptabilidade, a escolha dos meios de vida, normas culturais, a força das instituições, dos níveis de cumprimento, e as escolhas de artes/utilização de artes destrutivas.

2.4 Cogestão adaptativa e educação ambiental

Correlação com aspectos da educação no processo de gestão vem à tona, considerando o caráter educativo e transformador que os espaços de tomada de decisão podem conquistar no processo de gestão (ARMITAGE; BERKES; DOUBLEDAY, 2007; PLUMMER; FITZGIBBON, 2007; ARMITAGE et al., 2009), estimulados e reconhecidos, ou não, pelas Unidades de Conservação.

O escopo da análise, contudo, a partir da estruturação das variáveis para a área de estudo desafia as previsões mais sombrias sobre a interação homem-ambiente, sugerindo que as sociedades podem aderir a um conjunto de regras e evitar a tragédia dos comuns. No entanto, o descompasso existente entre o reconhecimento das práticas tradicionais pelos órgãos de gestão motiva a desenhar modelos capazes de retratar elementos em potencial dessa relação.

O desenvolvimento de capacidades adaptativas podem estar relacionados nos ativos e direitos que poderão melhorar a coordenação entre escalas institucionais, sendo componentes chaves dos esforços para o estabelecimento de modos de vida sustentáveis. O reconhecimento dessas relações destaca oportunidades para intervenção política e direciona um número de obstáculos para efetividade de parcerias entre atores locais e regionais, auxiliando no entendimento dos princípios institucionais para ação coletiva (ARMITAGE, 2007).

A combinação de atributos das capacidades adaptativas propostas por Armitage (2007) possibilitam visualizar como, quando e em que espaço de tempo diferentes grupos sociais, obtém, mantém e/ou protegem o que está sobre suas posses (Figura 4).

Da dimensão das capacidades adaptativas correlação com a cogestão adaptativa extrai-se, no sentido que gera aprendizado (ARMITAGE et al., 2009). O aprendizado, segundo os autores, relacionam-se com quatro questões essenciais: i) aprendizado para lidar com as incertezas, no qual conhecimento local e tradicional dialogam num esforço de construir confiança e deliberação; ii) arranjos institucionais flexíveis que encorajam reflexão e inovação com reconhecimento por parte de cientistas e tomadores de decisão; iii) cogestão adaptativa requer um modelo de aprendizado que incorpore o contexto social (conflito e poder), pluralismo, capacidade adaptativa, reflexão crítica; iv) aprendizado que ultrapasse a escala do individual.

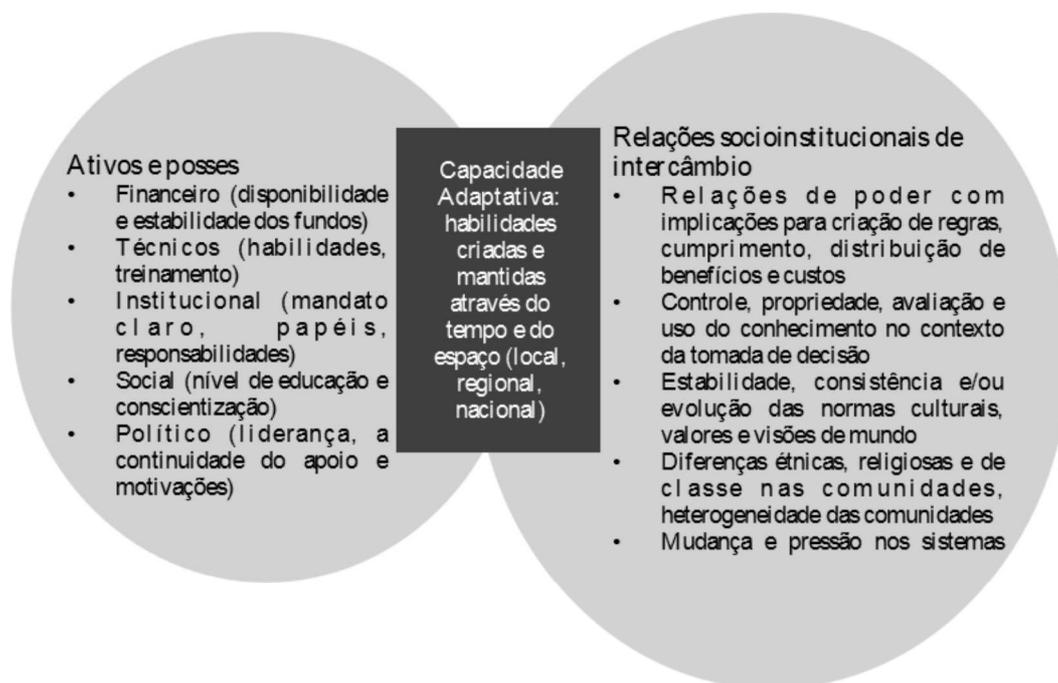


Figura 4 - Atributos da capacidade adaptativa. Fonte: Traduzido de Armitage (2007).

Condições como o compartilhamento de poder e responsabilidades entre gestores e usuários, flexibilidade nos instrumentos de gestão e mecanismos de aprendizagem social (ARMITAGE; BERKES; DOUBLEDAY, 2007) são também importantes e no escopo desta tese serão desenhados em correlação com a educação ambiental, no sentido de pensar o desenvolvimento, o protagonismo dos usuários e o auto empoderamento.

No sentido em que propõe (CARLSSON; BERKES, 2005), a co-gestão adaptativa reserva duas características principais: aprendizado dinâmico e as conexões, num processo de divisão de poder e responsabilidade e cria um contexto que incentiva a aprendizagem, liderança e construção de confiança. Por definição, é um processo colaborativo e inclusivo em que stakeholders compartilham poder de gestão e responsabilidade.

3. RECONHECENDO OS MOVIMENTOS NO ESPAÇO-TEMPO DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NO LITORAL DE SANTA CATARINA

A existência de múltiplas bússolas faz com que a vigilância epistemológica se converta no mais profundo acto de auto-reflexividade. Num contexto quiçá semelhante àquele em que Santo Agostinho confessou: 'converti-me numa questão para mim'. (BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 2006)

Mapa do Capítulo:

- 3.1 Introdução
- 3.2 Potencial Metodológico: reconhecendo a voz dos sujeitos
 - 3.2.1 Contribuições da História Oral e da Micro-História
 - 3.2.2 Questões de Escala
- 3.3 No cotidiano da pesquisa
 - 3.3.1 Dados Primários
 - 3.3.2 Técnicas de Coleta de Dados
 - 3.3.2.1 Observação Participante
 - 3.3.2.2 Saídas de Campo Guiadas por Grupos Comunitários
 - 3.3.2.3 Entrevistas Abertas
 - 3.3.2.4 Oficinas Participativas
 - 3.3.3 Registro dos Dados
 - 3.3.3.1 Audiovisuais e fotográficos
 - 3.3.3.2 Diário de campo
 - 3.3.3.3 Cartografia
 - 3.3.4 Dados Secundários
 - 3.3.5 Sistematização dos Dados
 - 3.3.5.1 Transcrição das gravações e categorização
 - 3.3.5.2 Espacialização dos dados em mapas diáticos
 - 3.3.5.3 Triangulação
- 3.4 Reflexões Resultantes
 - 3.4.1 Numa primeira dimensão
 - 3.4.2 Na dimensão resultante

3.1 Introdução

A análise das dinâmicas territoriais associadas aos territórios tradicionais configura-se como importante abordagem para integrar a dimensão territorial no planejamento da gestão e desenvolvimento de áreas naturais protegidas. A reconstrução da trajetória de desenvolvimento, apresenta-se como estratégia metodológica que possibilita construir, em conjunto com os grupos diretamente afetados pela criação de unidades de conservação marinho-costeiras, vetores de transformação, suas consequências, bem como identificar a reconversão criativa dos modos de vida por eles vivenciados.

A primeira parte do capítulo trata das condutas ético-metodológicas para reconstrução da trajetória de desenvolvimento, destacando o papel da história oral e da micro-história para identificar os potenciais de desenvolvimento dos territórios, a expressão da tradicionalidade, suas territorialidades, memórias, vetores de mudanças e estratégias adaptativas, considerando as dimensões sociopolítica, socioeconômica, sociocultural e socioecológica incidentes.

Embora o autorreconhecimento seja condição fundamental que envolve a dimensão da tradicionalidade das populações tradicionais, a trajetória de desenvolvimento do território, indica vetores de mudança e potenciais de sua reativação, construindo e fundamentando a ideia de movimento e mudanças extremamente presentes na realidade desses grupos sociais.

Este capítulo, contudo, apresenta o detalhamento das técnicas utilizadas para reconstruir a trajetória de desenvolvimento e, assim, trazer à tona o conjunto de transformações vivenciadas pelas comunidades, a partir do que elas mesmas pontuam como marcantes. Adicionalmente, as reflexões objetivam permitir o uso genérico em diferentes contextos geográficos e territoriais, bem como a sua aplicação por gestores de áreas naturais protegidas.

3.2 Potencial metodológico: reconhecer a voz dos sujeitos

Segundo Sabourin e Teixeira (2002) o estudo das trajetórias procura analisar as transformações das sociedades rurais pela identificação e pela interpretação das mudanças técnicas, econômicas e sociais. Segundo o autor, esse conceito pode ser definido como a “evolução dos recursos produtivos – naturais, humanos, capital e informações – e sua organização no tempo e no espaço, por um grupo de atores sociais, num espaço definido, com o objetivo de manter, reproduzir ou melhorar suas condições de vida” (p.302).

Construir a trajetória de desenvolvimento, contudo, obriga a problematizar a realidade, mantendo a essencialidade de não recair numa descrição genérica do território estudado. Um dos pontos sugeridos por Cazella (2006) para superar os estereótipos normalmente embutidos junto às instituições ligadas ao desenvolvimento, é entender e explicar a dinâmica das mudanças sociais em relação às intervenções externas, bem como os desvios, recomposições e as recusas que os atores locais operam. Nesse sentido, importante ter em mente que o território está inserido num contexto histórico. Assim, em oposição aos contextos homogeneizantes da maioria dos estudos históricos, o que se propõe é assumir a pluralidade dos contextos, num esforço de identificar elementos da “história longa” e da “história recente” (CAZELLA, 2006).

As premissas adotadas em campo buscaram fundamento na pesquisa qualitativa e participativa (MINAYO, 2000; HAGUETTE, 2000; SEIXAS, 2005; THIOLENT, 2002). Para o reconhecimento das transformações associadas aos territórios, foram utilizados os métodos e instrumentos indicados por Sabourin e Teixeira (2002), que auxiliaram na identificação e caracterização do a) território; b) recursos naturais e territoriais e c) atores e atividades desenvolvidas, com base no princípio que as comunidades tradicionais têm uma história própria e uma lógica econômica, social e cultural específica.

Essa orientação serviu para compor os roteiros de entrevistas, sendo utilizadas as adaptações construídas por Foppa (2009) para o contexto de territórios vinculados à atividade pesqueira (territórios marinhos-costeiros), realidade não tratada por Sabourin e Teixeira (2002), ou por Andion (2007) e Flores (2007) que objetivaram construir a trajetória de desenvolvimento em territórios do interior do Brasil. Como complementação, o roteiro de

orientação proposto por Vieira e Cazella (2004) para composição de matriz sistêmica de fatores do território foram incorporados, numa composição de dados primários e/ou secundários.

O propósito central da conduta metodológica adotada nessa pesquisa está associado ao princípio estruturante de dar voz aos sujeitos que viveram sua história, e que no momento atual são alvos de políticas públicas que podem implicar diretamente em suas demandas e modos de ser e fazer. Para tanto, a reconstrução da trajetória de desenvolvimento, um “produto” inicialmente a ser conquistado, alcançou variáveis e “processos” subjetivos ainda mais importantes.

Com esse entendimento, os fundamentos da história oral possibilitou à comunidade reviver suas histórias, e a cada “contação”, resignificar e a reintroduzir no momento atual. Esse propósito suscitou reflexões não só para os sujeitos de pesquisa, mas, sobretudo, para o pesquisador - observador. Tal situação assemelhou-se muito às reflexões suscitadas por Bosi (2009) quando da pesquisa sobre “memórias de velhos”:

O presente estudo sobre a memória se edificou naturalmente e sem nenhum mérito de minha parte sobre uma comunidade de destino - o envelhecimento - de que participamos, sujeito e objeto da pesquisa. Sei que a expressão “objeto de pesquisa” pode repugnar aos que trabalham com ciências humanas, se essa objetividade é entendida como tratar o sujeito à maneira de coisa, como redução de de suas qualidades individuais para torná-lo objeto compatível com o método experimental. Nesta pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças. (BOSI, 2009, p.38)

A recuperação da memória coletiva dos comunitários auxiliou não somente para sistematizar e recolocar, numa escala temporal, as sucessivas inovações significativas do território (SABOURIN, 2001), mas também traduziu o sistema local de conhecimento, com grande potencial para gestão de territórios de especial proteção. Além disso, no nível das famílias foi possível desenhar as relações de parentesco existentes, bem como as diferentes influências étnicas presentes no território, que podem traduzir direitos de acesso à terra (LITTLE, 2002a).

3.2.1 Contribuições da História Oral e da Micro-História

Os fundamentos da História Oral foram fundamentais para o registro da história de vida dos indivíduos (atores do território) que, ao focalizar suas memórias pessoais, construíram também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social a que pertencem. De acordo com Paul Thompson (1992) a experiência de vida das pessoas de todo tipo pode ser potencializada como matéria-prima, e a história ganha nova dimensão, sugerindo uma reconstrução mais realista do passado.

Segundo Carvalho (2006) o relato, especialmente o biográfico, é também ele um ato narrativo de auto-invenção, que proporciona ao sujeito sempre uma nova oportunidade de apresentar, recontar e reposicionar-se. Assim, as funções das narrativas para demonstrar, através de um relato de fatos sólidos, o verdadeiro funcionamento de alguns aspectos da sociedade que seriam distorcidos pela generalização e pela formalização quantitativa, foram incorporadas na pesquisa (LEVI, 1992).

Importantes também foram as contribuições metodológicas da micro-história²¹ para contemplar a compreensão das interrelações sociais, trazendo à tona as dimensões analíticas de escala, da contextualização e da importância do particular (LEVI, 1992):

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral (LEVI, 1992, p.158) grifo nosso.

Apesar de muitos confundirem esse método com a análise de pequenas localidades geográficas, ou a busca de biografias de pessoas pouco conhecidas, os historiadores dessa abordagem, chamam a atenção de que tais análises estão equivocadas e que o recorte deve ser temático, e mesmo assim, relacionado com um assunto mais amplo (ROSA, 2007 e CAZELLA, 2006). Assim, a micro-história configura-se como um instrumento de indiscutível relevância para o estudo das dinâmicas territoriais de desenvolvimento e que se movimentam

²¹ A micro-história surge no movimento de historiadores italianos a partir da década de 70, tendo como principais autores, Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Contribuições em Burke (1992) e Ginzburg (1989).

no interior de configurações em processo permanente de adaptação, possibilitando uma modulação local da grande história (CAZELLA, 2006, p. 233).

O suporte ético-metodológico da História Oral (THOMPSON, 2002), contudo, sustentou a técnica para recomposição da micro-história. Com utilização de fontes da história oral e, conseqüentemente, da memória e das lembranças, o caráter subjetivo imbuído nas comunidades reconstruiu-se em evidência. Como menciona Chauí (1979), essa perspectiva “oferece aos contadores uma nova oportunidade, já que de algum modo, tornaram-se reféns da sinistra história oficial celebrativa, cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos, numa ação que sufoca a lembrança”.

Nessa linha de argumentação, em oposição às generalizações excessivas dos estudos históricos, Paul Thompson (2002) afirma também que, por vezes, a finalidade social da história é obscura, evitando qualquer envolvimento com interpretações mais amplas ou com questões contemporâneas. O autor afirma que pela história oral é possível, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista, com julgamento mais imparcial.

Mesmo que haja um campo de rejeição por parte dos historiadores tradicionais com a história oral, importa ressaltar o disposto por Prins (1992, p. 171): a “história oral está autoindulgentemente preocupada com questões tangenciais enclausurada na irrelevância da pequena escala”. Numa abordagem territorial, Little (2002, p.03) indica que qualquer território é um produto “histórico de processos sociais e políticos e que para analisar qualquer grupo, necessário mobilizar uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado”.

3.2.2 Questões de Escala

Na abordagem dos Modos de Vida, Scoones (1998) propõe o caráter dinâmico existente na composição e recomposição das estratégias de modos de vida faz com que a abordagem histórica seja fundamental para análise dos contextos e opções de sustentabilidade. O autor também pondera que as estratégias de sobrevivência podem ser descritas em nível individual, familiar, da aldeia, regional ou mesmo nacional, mas ao avaliar a sustentabilidade

dos modos de vida, uma apreciação de questões de escala deve levar a um exame crítico de tais questões entre os níveis hierárquicos.

No contexto da micro-história a redução da escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado. Os fenômenos previamente considerados como bastante descritos e compreendidos assumem significados completamente novos, quando se altera a escala de observação. A partir dessa definição torna-se possível utilizar os resultados para extrair uma generalização mais ampla, embora as observações iniciais tenham sido feitas, dentro de dimensões relativamente estreitas e mais como experimentos do que como exemplos. (LEVI, 1992).

Sob o ponto de vista da gestão, importante também considerar que os fatores históricos são essenciais para retratar as instituições que operam em níveis superiores (BERKES, 2005) e, conseqüentemente, para qualificar impactos, positivos ou negativos, gerados nas instituições locais (formais ou informais). Assim, entende-se que ressaltar o conhecimento local e saberes que constituem o sistema local de conhecimento pode ser um mecanismo inicial para co-gestão e empoderamento, tendo em vista as legítimas perspectivas da comunidade sobre o que é conservação-desenvolvimento, ou o que poderia ser (BERKES, 2004).

Sobretudo, assumindo a go-gestão como um processo com diferentes fases, a interpretação ou a aproximação do que ocorre no nível local pode auxiliar na sua compreensão de como influenciam, ou são influenciados em diferentes conexões entre níveis (vertical e horizontal).

3.3 No Cotidiano da Pesquisa

A partir das premissas acima expostas, os sujeitos-chave, especialmente os mais antigos que ainda residem na região de estudo foram o foco da pesquisa, sendo convidados a contar sobre suas vidas, sua aproximação com a pesca, com a “terra”, com o “lugar”, onde nasceram, quem eram suas famílias, como viveram, com quem se relacionavam e, acima de

tudo, sobre questões que cada sujeito entendeu como importante a ser abordado sobre o território estudado.

Pela relação de proximidade construída com os sujeitos em contatos informais antes da realização das entrevistas, as narrativas iniciaram, na maior parte das vezes, com eles mesmos contando algo peculiar sobre a história do lugar e a partir de então a conversa seguiu informalmente, direcionada ora pelo entrevistado, ora pelo entrevistador.

As entrevistas foram precedidas por um significativo período de imersão do pesquisador em campo para o reconhecimento das lideranças formais e grupos previamente reconhecidos da leitura de dados secundários da área. Além disso, com maior importância e como estrutura basal da construção do diálogo, foram os períodos de contato informal com a comunidade (famílias, lideranças, etc), a fim de construir relações de confiança e reciprocidade (*rapport*), fundamentais em pesquisas dessa natureza.

No esquema apresentado na Figura 5, inspirado nas contribuições analíticas de Simpson (2009) para avaliar os efeitos dos empreendimentos de turismo em regiões africanas e de Seixas (2005) para abordar a pesquisa participativa para gestão integrada de recursos naturais, estão sintetizados passos que resultam num olhar integrado para compor os movimentos e espaços do território estudado.

Como pode ser visto na figura apresentada, a combinação de técnicas e ferramentas de análise, associado a um intenso e extenso trabalho de campo, favoreceram um crescente de informações e memórias recuperadas com os comunitários e, conseqüentemente, auxiliaram na compreensão do território.

Foram identificados cerca de 32 interlocutores-chave durante nove meses de imersão em campo. A releitura do território partiu de um agrupamento comunitário previamente reconhecido de fontes secundárias, para posteriormente identificar as relações em potencial e/ou de conflitos com outros agrupamentos comunitários ou grupos/famílias “isoladas” da região, traduzindo, assim, também uma dimensão de escala entre famílias e comunidades.

Tal esforço amostral apresentado condiz com a necessidade de compreender em profundidade os meandros das relações sociais que ocorrem no espaço e nos fluxos das comunidades, bem como das dimensões culturais que resultam de suas diferentes influências (CUCHE, 2002).

A abrangência do trabalho de campo com os comunitários permitiu a identificação das mudanças nas práticas produtivas - individuais e coletivas - nos diferentes sistemas de subsistência, como pesca, lavoura e atividades não-agrícolas. Por isso, a aproximação com os diferentes agrupamentos comunitários e diferentes famílias tornou-se estratégia importante para compreender o território construído.

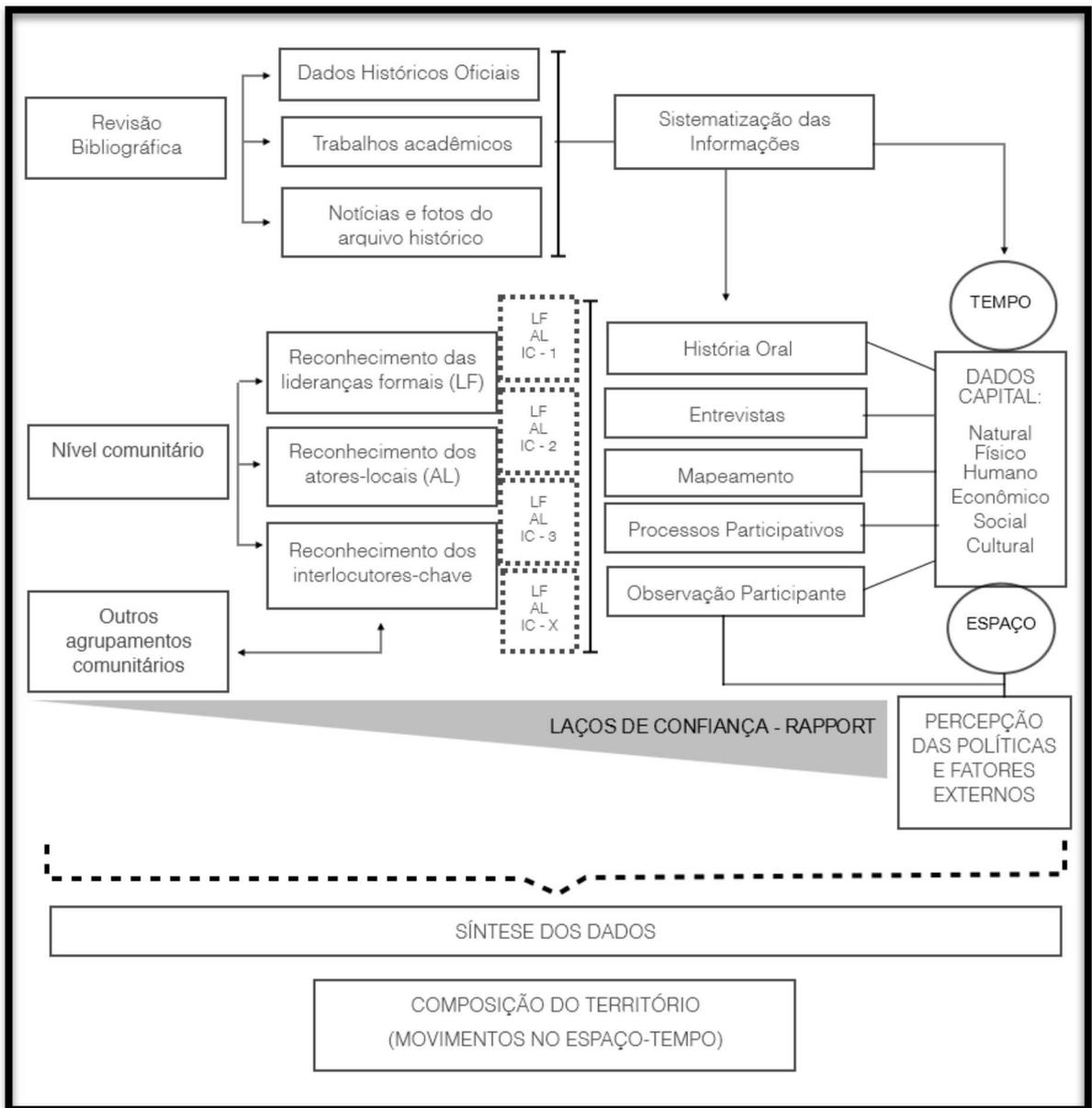


Figura 5 - Síntese das etapas da pesquisa para reconstrução da trajetória de desenvolvimento da região estudada. Fonte: Adaptado de Seixas (2005) e Simpson (2009).

A análise estritamente setorial de uma atividade produtiva, como a pesca por exemplo, não foi adotada, porquanto, reduziria a compreensão do território, e do mesmo modo,

inviabilizaria a identificação da gama de vetores de mudanças, bem como os potenciais decorrentes, traduzido para além das atividades produtivas.

Da mesma forma, as mudanças identificadas pelos comunitários não foram vistas de forma individualizadas, mas sobretudo, no contexto local, regional e nacional das políticas incidentes. Tal contexto auxiliou a estabelecer relações, como por exemplo a chegada da energia elétrica como motivador de mudanças tecnológicas, eventos de migração dos grupos como aporte de mão de obra (para o Porto ou construção de ferrovias), ou mesmo pela proibição legal de práticas de plantio, como o caso da mandioca, impedida de ser cultivada pelo estabelecimento do Código Florestal Brasileiro no final da década de 1960²² (ver Capítulo 4).

A compreensão do comportamento dos diferentes vetores ao longo do tempo trouxe outros elementos importantes dos territórios marinhos-costeiros na atualidade, retratadas pelas implicações do turismo e da especulação imobiliária, interferindo como um vetor de transição (ou barreira) entre importantes atividades e práticas tradicionais desenvolvidas ao longo de séculos. Tais atividades, na maioria das vezes, incentivadas por políticas pró-crescimento, ocasionaram também impactos nos atributos naturais, considerando o porte das obras empreendidas, como condomínios e estradas que causaram prejuízos às nascentes, cursos d'água, além de uma poluição crescente. Assim, o olhar sobre as políticas e processos foram também manuseadas para o desenho metodológico da pesquisa.

Como a construção das narrativas ocorre organicamente, e não setorialmente, bastante presente na fala de cada um dos entrevistados foram as questões relativas ao setor econômico, seja pela ascensão de impostos crescentes que tencionam aos comunitários realizar a venda das terras, bem como da inflação que interferia no sistema mercantil, quando tornou-se não mais de troca, como era originalmente. Relações como essas indicam a dimensão transescalar necessária para compreender o território, em constante mudança, seja por mudanças oriundas do nível local, regional, ou nacional.

As influências étnicas foram incorporadas para compreender as relações de parentesco e a genealogia do território. O senso de comunidade, de pertencimento, de afeto pelo lugar, o

²² A Lei 4.771/1965 instituiu o Código Florestal Brasileiro.

sistema de conhecimento e saberes imensuráveis desses grupos sociais foi traduzido ou aproximado, com a postura altruísta de respeito por cada uma das histórias de vida contadas.

Diante de tantos circuitos e interrelações, a aproximação com os sujeitos de pesquisa permitiu compreender não somente a dimensão do território pelas práticas produtivas, mas também pelas relações simbólicas que nele coexistem. Na sequência, sintetiza-se a coleta dos dados primários na área de estudo e detalham as etapas ilustradas na Figura 5.

3.3.1 Dados Primários

A coleta de dados primários foi realizada entre setembro de 2010 e junho de 2011, compreendendo prioritariamente a comunidade de São José do Acaraí (Tapera) e atores-chave dos bairros Miranda, Morro Grande, Gamboa, Enseada, Majorca e Ervino. O Bairro São José do Acaraí é a denominação oficial da região da Tapera como é chamada pelos moradores locais. Nesta pesquisa será utilizado o nome Tapera por ser este o termo que possui significado maior perante a comunidade.

O estudo foi realizado no escopo da Ação Judicial que determinou a realização de pesquisa com a comunidade tradicional relacionada ao Parque Estadual do Acaraí, na ocasião coordenada pela equipe da Universidade do Vale do Itajaí (Univali)²³, na qual eu fiz parte.

O contato na área de estudo ocorreu inicialmente pela aproximação com liderança formal da comunidade da Tapera, com o objetivo de tratar do conflito judicial e o papel da pesquisa para esclarecer, prioritariamente, a tradicionalidade do território afetado pela criação do Parque Estadual do Acaraí. As reuniões iniciais com a liderança comunitária, então presidente da Associação de Moradores, objetivou apresentar o projeto e a conduta metodológica a ser adotada em campo. As visitas realizadas na comunidade (famílias) foram acompanhadas na fase inicial da pesquisa pelo presidente da Associação de Moradores, para que uma relação de confiança pudesse ser estabelecida.

²³ A pesquisa foi operacionalizada por contrato de prestação de serviços estabelecido entre a Empresa ArcelorMittal e a Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI, tendo como interveniente a Fundação Estadual de Meio Ambiente/Fatma. Tal convênio operacionaliza-se a partir de recursos provenientes do Plano de Compensação Ambiental relacionados ao empreendimento da empresa contratante (ArcelorMittal) e a supervisão da FATMA, na qualidade de ré da ACP e órgão ambiental licenciador (FOPPA e MEDEIROS, 2011, p.5).

A motivação para participação das famílias e lideranças se deu não somente pela questão conflituosa com o Parque, que deflagrou o questionamento de sua criação, mas também porque a metodologia da pesquisa previu retratar a história, saberes e relação com o território do Acaraí em um filme. A linguagem audiovisual motivou a comunidade em relatar sua história, sendo o compromisso firmado entre os pesquisadores e os entrevistados, que suas histórias pudessem ser registradas em linguagem acessível, traduzindo-se em devolutiva concreta da pesquisa aos comunitários. Esse foi um compromisso assumido e construído entre pesquisadores e comunitários, sendo o roteiro do filme definido por eles mesmos, incumbindo aos pesquisadores apenas a sua operacionalização – filmagem e edição. Muitos resultados emergiram no processo de constituição do filme, importando registrar o instrumento legível que se constituiu, podendo ser utilizado pela comunidade em seu processo de empoderamento.

A dedicação e a presença constante no cotidiano da comunidade foi sistematicamente realizada durante 09 meses, respeitando o tempo de inserção e aproximação a cada família e ao contexto da comunidade. O estabelecimento de uma relação de confiança e reciprocidade (*rapport*) entre pesquisadores e a comunidade, foram essenciais para o êxito da pesquisa e dos dados aqui analisados.

No período de outubro a junho de 2011 foram completados 72 (setenta e dois) dias de campo, objetivando a realização de saídas de campo, reuniões, encontros informais, realização das entrevistas e observação em campo. O maior número de dias em campo compreendeu a comunidade de São José do Acaraí (setembro a fevereiro), devido à: i) estreita relação geográfica da comunidade com o Acaraí; ii) configuração comunitária bem definida; iii) organização sociopolítica que facilita o entendimento dos objetivos da pesquisa; iv) ao maior número de comunitários envolvidos com o Acaraí.

Além disso, os indicativos prévios da relação histórica estabelecida com outros territórios, como a Figueira, Praia Grande, Porto do Rei, Morro Grande, bem como Gamboa, Miranda e Ervino, e a existência de atores-chave nessa comunidade é que foi priorizada a inserção à área de estudo, via Tapera.

3.3.2 Técnicas de Coleta de Dados

As técnicas utilizadas para levantamento de dados primários serão a seguir descritas.

3.3.2.1. Observação Participante

A observação participante é uma técnica importante para o pesquisador aprender sobre a comunidade ao participar das atividades do seu dia a dia, tais como agricultura, caça, pesca, trabalho doméstico, comércio, festividades, lazer e reuniões comunitárias (SEIXAS, 2005). Esta técnica, segundo Seixas (2005), exige bastante tempo de permanência no campo e baseia-se na observação direta e na experiência pessoal.

Com base no exposto, justifica-se a opção metodológica de acompanhamento sistemático da rotina da comunidade, ampliando as oportunidades de observar diferentes contextos, em diferentes épocas do ano. A observação participante é adequada para pesquisar o conhecimento ecológico local ou tradicional, que muitas vezes é transmitido por demonstrações práticas em vez de verbalizações. A escuta e observação das pessoas e do ambiente são fundamentais, sem que, contudo, seja necessário questionar entrevistados ou comunitários. Importante apenas é adotar a conduta de permanente reflexão sobre o que está acontecendo e o que significa (SEIXAS, 2005).

Adotou-se também a estratégia de realizar encontros informais com pessoas da comunidade, e também lideranças para aproximação. Tais encontros visaram observar as atividades de lazer nos fins de semana, banho no rio, plantio de espécies agrícolas, rotina de pesca, etc. Importante mencionar que em relação às atividades produtivas, foi possível identificar as diferentes fases que envolvem cada uma dessas atividades. Em relação à pesca, além das saídas específicas para acompanhamento da pescaria, foi possível notar momentos de conserto de redes, manutenção dos ranchos de pesca e preparação dos petrechos. Já com os grupos envolvidos com a extração de samambaiá, as fases de coleta, organização da produção, e distribuição aos compradores foram acompanhadas em encontros informais, além dos configurados nas saídas de campo a seguir especificadas.

3.3.2.2 Saídas de Campo Guiadas por Grupos Comunitários

Foram realizadas 11 (onze) saídas de campo guiadas por grupos comunitários. Esta estratégia foi proposta pelos pesquisadores aos grupos comunitários, e também pelos próprios grupos comunitários aos pesquisadores, tomando-se por base o reconhecimento da importância do registro das atividades. De tal modo, cada saída, dependendo do grupo guia, cumpriu determinado objetivo, conforme especificação na Tabela 3. As saídas de campo foram registradas com apoio de recurso audiovisual e fotográfico e anotações no diário de campo. Essas saídas foram estruturantes para compreender os processos associados aos ciclos produtivos da comunidade nos seus aspectos organizacionais, econômicos, saberes tradicionais e relações simbólicas.

Tabela 3 - Saídas de Campo guiadas por grupos comunitários durante a pesquisa realizada no território Acaraí.

Saídas Guiadas	Grupo Comunitário envolvido	Objetivo
Pesqueiros do Rio Acaraí	Pescadores e liderança comunitária	Reconhecer os pesqueiros e representações que constituem o patrimônio imaterial ao longo do Rio Acaraí. Registro em GPS e diário de campo. Observação da composição paisagística da área.
Pescaria (diurna e noturna)	Pescadores e liderança comunitária	Acompanhar a pescaria de cerco ou redondo (emalhe) dos pescadores artesanais da Tapera.
Coleta da Samambaia	Patrão e coletores	Acompanhar o processo de extração de samambaia dos diferentes grupos associados à atividade extrativista (Grupo da Tapera, Grupo do Ervino e Coletor do Miranda). Áreas do Capivaru, Gamboa e Casqueiro (Praia Grande).
Processamento do musgo	Patrão e coletores de musgo	Acompanhar o processo de secagem do musgo coletado pelo grupo comunitário envolvido na atividade produtiva.
Atividades agrícolas	Agricultores familiares	Acompanhar o processo de fabricação de farinha e processamento de ervas medicinais.
Praia Grande	Pescador e moradora	Visitar os pontos que constituem as memórias associadas ao Casqueiro (Praia Grande) e a pescaria do manini.

Fonte: Elaborada pela autora.

3.3.2.3 Entrevistas Abertas

As entrevistas foram realizadas em duas etapas, sendo a primeira uma composição do que orienta Quivy e Campenhoudt (2005), as entrevistas exploratórias. Na segunda etapa foram realizadas as entrevistas em definitivo, nos moldes de uma conversa informal com os interlocutores-chaves, com perguntas previamente definidas, para atender temáticas orientadoras. As entrevistas foram realizadas com base nas orientações propostas por Thompson (2002), especialmente, no que tange à natureza essencialmente criativa e cooperativa do método da história oral, para reconstituir a história local sob o enfoque das comunidades.

Cada pessoa entrevistada foi visitada pelo menos duas vezes antes da entrevista em definitivo. Em geral foram realizadas: a) visita de apresentação acompanhados da liderança comunitária; b) visita para agendar a entrevista e c) dia da entrevista. Muitos entrevistados foram visitados mais vezes, a fim de conciliar uma agenda para entrevista.

Vale ainda destacar o sistema Bola de Neve (BUNCE et al., 2000) adotado na pesquisa, sendo esse utilizado no processo de inserção da pesquisa na comunidade. Durante o processo, muitos sujeitos se disponibilizaram voluntariamente a participar da pesquisa, entendendo a sua importância, especificamente para reconstruir a história da comunidade e com isso ficar registrada no filme da comunidade. Os roteiros orientadores da pesquisa foram organizados originalmente em três tipos (Apêndice A) e aplicados da forma como segue especificado na Tabela 4.

Ao longo da pesquisa, os três roteiros orientadores foram utilizados para uma mesma pessoa, devido à relação dinâmica com as diferentes atividades ao longo da história de vida de cada comunitário. Além disso, embora as atividades produtivas tenham sido utilizadas como fator de caracterização, a análise das dinâmicas territoriais não ficaram restritas a elas. Ao todo, foram realizadas:

- i) 18 (dezoito) entrevistas (pessoas) no nível exploratório;
- ii) 32 (trinta e duas) entrevistas abertas (pessoas entrevistadas).

Tabela 4 - Roteiros de entrevistas elaborados e respectiva aplicação.

Tipo de Roteiro	Aplicação
Trajetória de Desenvolvimento	Interlocutores mais antigos da comunidade, bem como os mais reconhecidos por ela para compartilhar tais informações.
Pesca Artesanal	Pescadoras e pescadores da comunidade com ligação direta ou indireta com a pesca, seja na produção ou nas atividades de conserto e manutenção dos petrechos de pesca.
Extrativistas de plantas	Pessoas envolvidas com extração de plantas (samambaias e musgos).
Questões de gênero e patrimônio imaterial	Questões relacionadas à mulher e ao patrimônio imaterial (festas, etc.) permearam todos os roteiros de entrevista, visto que abrangem diferentes atores da comunidade.

Fonte: Elaborada pela autora.

Os sujeitos da pesquisa tiveram sua identidade nominal resguardada, sendo identificadas como “Interlocutor X, gênero, idade” ao longo da tese (por exemplo: Interlocutor 1, mulher de 30 anos). As informações prestadas pelos sujeitos entrevistados de forma exploratória serão mencionadas de forma genérica, sem mencionar as suas características, mas constando a fonte de informação, ou seja, conforme informações prestadas por moradores da comunidade. No Apêndice B estão apresentados as características dos(as) trinta e dois entrevistados(as) nas comunidades envolvidas com a pesquisa e que serão mencionadas ao longo do relatório (gênero e idade).

Sobre o vídeo realizado, do qual não há como omitir as identidades, ao contrário, quer valorizá-las, esse seguiu passos metodológicos específicos, que serão tratados na sequência. Embora não serão abordados diretamente os resultados da sua construção nesta tese, será registrada a sua realização como parte integrante das técnicas utilizadas em campo.

3.3.2.4 Oficinas Participativas

O contato coletivo com os pescadores foi priorizado durante a pesquisa, entendendo-os como um grupo focal de direta relação com o Rio Acaraí. Outro momento importante foi a aprovação do filme por parte da comunidade, no qual não somente a comunidade da Tapera, mas todos os protagonistas do filme e familiares participaram.

(a) Encontro com Grupo focal - Durante o período da pesquisa foi realizada uma reunião com o grupo de pescadores da Tapera. A reunião ocorreu em 13 de dezembro de 2010, após dois meses de reconhecimento inicial dos principais sujeitos envolvidos com a pesca. Os pescadores foram previamente convidados, contando com apoio do representante da associação de moradores. Foram entregues convites impressos a cada um dos pescadores já envolvidos com a pesquisa, solicitando-lhes que auxiliassem no convite de outros pescadores que julgassem importante. Na ocasião da reunião, as condições climáticas (muita chuva) desfavoreceram a participação, sendo a reunião, contudo um momento para reconhecimento geral sobre convergências e divergências associadas à pesca artesanal na região do Acaraí. A reunião contou com a participação de 12 pessoas, sendo um deles morador da comunidade sem vínculo direto com a pesca. A metodologia da reunião foi estruturada com base em técnicas participativas, colocando em evidência o conhecimento dos pescadores sobre: i) o ciclo reprodutivo das principais espécies de peixes capturadas no Acaraí, ii) as formas de manejo comunitário adotadas e o conhecimento do estuário e os iii) ranchos de pesca da região. O seguinte roteiro foi proposto para realização da reunião:

- vídeo preliminar com imagens do Rio Acaraí realizadas até o momento da pesquisa;
- construção do calendário etnoecológico (ciclo reprodutivo) das espécies de peixes capturados no Rio Acaraí;
- construção do Mapa com os principais pesqueiros e ranchos de pesca do Rio Acaraí;
- elaboração de regras para gestão e desenvolvimento da pesca artesanal na região do Acaraí.

Sobre a identificação dos ranchos de pesca existentes ao longo do rio Acaraí cabe destacar que foi um procedimento necessário para atender os objetivos da ação judicial. A

existência ou manutenção do Parque, a priori, implicaria na retirada dos ranchos de pesca, sendo oportuno, portanto, reconhecer os ranchos vinculados à atividade pesqueira.

(b) Lançamento e Aprovação do Vídeo - Durante todo o período da pesquisa, cada um dos entrevistados teve conhecimento que um dos objetivos era retratar, num filme, a história da comunidade. Após o período de análise das informações, cada entrevistado foi visitado para tratar da finalização do filme e a importância da participação no momento do lançamento. O objetivo do encontro de lançamento, além de valorizar a comunidade, foi dar uma devolutiva do trabalho realizado e validar as informações contidas. Alguns entrevistados optaram em não visualizar as falas e imagens separadas para compor o filme, preferindo a visualização completa, tendo o caráter surpresa. Já, outros participantes, foram visitados, com o intuito de demonstrar as imagens e falas que seriam postas no filme. Além da visita a cada entrevistado, também foram disponibilizados convites na escola local e cartazes no bairro para contemplar a participação da comunidade e, assim, poder construir junto deles a seguinte indagação: o filme retrata de maneira fidedigna a história e a identidade do território Acaraí? Importante mencionar que o lançamento do filme na primeira data marcada (17 de junho de 2011) não aconteceu, visto que os equipamentos de audiovisual não funcionaram. Assim, uma nova reunião foi marcada, sem contudo prejudicar a participação da comunidade. No segundo dia marcado para o lançamento do filme (21 de junho de 2011) um número maior de moradores prestigiou o evento. Estima-se que cerca de 100 pessoas participaram do lançamento do filme na ocasião. Ainda, vale destacar que moradores da região da Enseada, Morro Grande, Gamboa e Ervino que cederam entrevistas para a pesquisa (interlocutores do filme) foram conduzidos de suas residências até a Tapera para participar do evento, com apoio logístico da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Depois da transmissão do filme uma roda de conversa foi proporcionada, com uma avaliação do conteúdo do filme pelos presentes. Nas semanas seguintes ao lançamento do filme, a comunidade recebeu exemplares do DVD. O filme não será analisado nesta tese de doutorado, no entanto, descrever esta etapa é extremamente necessária, tendo em vista que a construção coletiva que permeou o processo, possibilitou a realização de entrevistas em profundidade e o acompanhamento de momentos cotidianos da comunidade.

3.3.3 Registros dos Dados

3.3.3.1 Audiovisuais e fotográficos

As entrevistas, reuniões, saídas guiadas por grupos comunitários e oficinas participativas foram gravadas, sempre que permitida pelos sujeitos de pesquisa. O objetivo dos registros foram sempre esclarecidos aos sujeitos de pesquisa: compor o filme documentário sobre a região do Acaraí, bem como para compor o estudo da ação civil pública.

3.3.3.2 Diário de campo

As intervenções de campo, foram sempre sistematizadas em diário de campo, com anotações e observações pertinentes ao trabalho. Algumas entrevistas ou conversas informais foram registradas no diário de campo, durante ou após tais encontros.

3.3.3.3 Cartografia

Foram identificados com auxílio de GPS diversos pontos de significado entre a comunidade e os espaços naturais (extração de plantas, pesqueiros, espaços de valor simbólico, etc.) durante as saídas de campo guiadas por grupos comunitários.

3.3.4 Dados Secundários

As fontes secundárias relacionadas ao estudo compreenderam busca de bibliografia histórica da região, dados disponíveis na Secretaria de Pesca do Município de São Francisco do Sul, documentos técnicos produzidos sobre a área, documentos preliminares do Plano de Manejo do PEA Acaraí e que constam da Ação Civil Pública.

3.3.5 Sistematização dos dados

3.3.5.1 Transcrição das gravações e categorização

As gravações foram realizadas com auxílio de filmadora e/ou gravador digital, sendo as entrevistas transcritas na sua totalidade. Após a transcrição, os dados das entrevistas foram categorizados por assunto, sendo os textos de maior importância para cada tema, destacado de cada um dos entrevistados.

3.3.5.2 Espacialização dos dados em mapas didáticos

Para elaboração dos mapas foram plotadas as coordenadas geográficas dos principais pontos identificados pela comunidade em base cartográfica. Os pontos de GPS com os nomes dos pesqueiros, ranchos, samambaias e portos, foram então espacializados no mapa confeccionado.

3.3.5.3 Triangulação

Os dados obtidos, provenientes de diferentes fontes e técnicas de coleta, foram triangulados. A Figura 6 demonstra a base metodológica para a triangulação, sendo realizada a partir do que exemplifica a letra (a) da figura, ora pelo que identifica a letra (b). As diferentes fontes, tal como indica a letra (a) foram: observação em campo, saídas de campo com grupos comunitários, entrevistas e fontes secundárias. Já para a triangulação entre diferentes interlocutores, também foi possível, devido ao número ampliado de entrevistas com atores-chave realizadas.

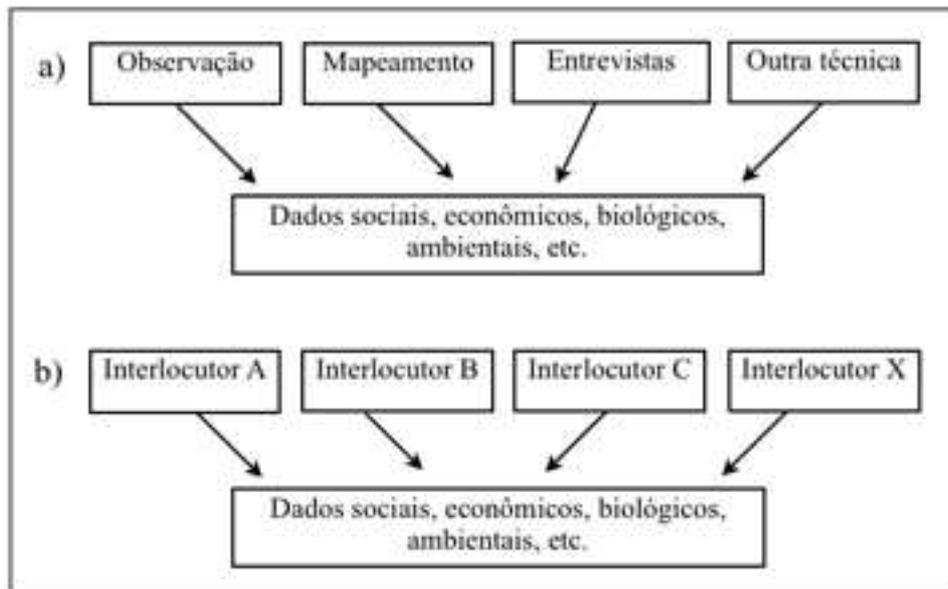


Figura 6 - Triangulação de informações a partir de: (a) três ou mais técnicas de coleta de dados, ou (b) três ou mais interlocutores. (Fonte: McArthur (1994) apud Seixas (2005, p. 85).

3.4 Reflexões resultantes

3.4.1 Numa primeira dimensão

A reconstrução da trajetória de desenvolvimento e a mobilização das técnicas utilizadas possibilitou alcançar resultados e reflexões em vários níveis. Num primeiro nível, possibilitou ao sujeito-objeto da pesquisa (o ser-estar pesquisador) refletir sobre os encontros e desencontros de uma pesquisa que assume “não existir apenas uma forma de conhecimento” (SOUSA SANTOS, 2006), cujas questões sociais e ecológicas estão imbricadas.

Conforme propõe Sousa Santos (2010) a ecologia de saberes expande o caráter testemunhal dos conhecimentos de forma a abarcar igualmente as relações entre o conhecimento científico e não científico, alargando, desse modo, o alcance da intersubjetividade como interconhecimento e vice versa. O autor chama a atenção:

Existem, no entanto, outras formas de intervenção no real que hoje nos são valiosas e para as quais a ciência moderna nada contribuiu. É

o caso, por exemplo, da preservação da biodiversidade tornada possível por formas de conhecimento camponesas e indígenas e que, paradoxalmente, se encontram hoje ameaçadas pela intervenção crescente da ciência moderna. E não deverá espantar-nos a riqueza de conhecimentos que conseguiram preservar modos de vida, universos simbólicos e informações vitais para sobrevivência em ambientes hostis com base exclusivamente na tradição oral? (SOUSA SANTOS, 2010, p. 49)

A trajetória de desenvolvimento, embora possa parecer comum a outras inúmeras técnicas e abordagens, e até pode ser que seja, experimenta o desafio de acomodar tais resultados para prática da gestão e do desenvolvimento e, sobretudo, com apontamentos mais aplicados para comunidades e suas demandas socioculturais. Tal sistemática, será esboçada nos próximos capítulos, mas no recorte deste, estimula a refletir sobre a conduta do pesquisador e da abertura amorosa que precisa existir para reconhecer as demandas legítimas e atualmente oprimidas dos grupos sociais diluídos nos territórios marinho-costeiros.

Na proposição de Sousa Santos (2006) a comunicação e a cumplicidade epistemológica de que não há uma só forma de conhecimento, “é preciso optar pela que favorece a criação de imagens desestabilizadoras e de atitudes de inconformismo perante elas” (p.85).

A comunicação e a cumplicidade permitidas pela globalização hegemônica assentam numa troca desigual que canaliza as diferenças em vez de permitir o diálogo entre elas. Estão armadilhas por silêncios, manipulações e exclusões (SOUSA SANTOS, 2006, p.86)

Conforme também reflete Mariotti (2001) o maior problema epistemológico de nossa cultura é a dificuldade extrema de lidar com tudo aquilo que é subjetivo e qualitativo e, mais ainda, aceitar a relação de complementaridade com o objetivo e o quantitativo, não permitindo afastar tais dimensões no trabalho científico.

Em um programa de doutoramento em Educação, minimamente espera-se possuir a oportunidade de mobilizar condutas, técnicas e teorias que suscitem as demandas reais de indivíduos e de coletivos, numa reflexão pessoal profunda do “fazer pesquisa”. Nesse prisma, reflete-se sobre diversas pesquisas ancoradas na etnoecologia, com muitas traduções para pesca de pequena escala no Brasil. A roupagem “humana”, muitas vezes, não retrata a

essência de reconhecer as demandas mais amplas desses grupos, por vezes minoritários e oprimidos pelos modelos de desenvolvimento em curso.

Não se é estranho, contudo, observar trabalhos de etnoecologia ainda revestidos do caráter excessivamente quantitativo, retroalimentado, para o caso da pesca, em excessivas indicações técnicas para compreendê-la numa dimensão estatística, restringindo-a como atividade produtiva, omitindo sua diversidade cultural e étnica e que coexiste a uma gama de outros fatores da zona costeira.

Conforme indica Little (2002a), “a etnoecologia vai muito além do simples inventário de nomes nativos de plantas ou de práticas produtivas do grupo, já que procura entender sua adaptação como fundamentada em sistemas integrados, dentro de uma lógica própria de transmissão de conhecimento e aprendizagem”. Diante de tais reflexões, a combinação de técnicas traduzidas nas diferentes dimensões - sociais, culturais, ecológicas e econômicas, possibilitou avançar na compreensão sistêmica do território e, ao sujeito pesquisador, a vigília permanente das implicações vinculadas da pesquisa e ao conhecimento em construção.

O esforço de realizar um trabalho de história oral com os grupos tradicionais, torna-se um potencial de valorização e reconhecimento, visto a excessiva exclusão nos processos de criação e gestão de Unidades de Conservação, ou mesmo nos programas de desenvolvimento que (não) existem nos territórios marinhos-costeiros em Santa Catarina. Little (2002, p.19) afirma que o ordenamento territorial não tem sido tratado pelo Estado como uma questão de sobrevivência dos povos que ocupam esses biomas (para o caso da Amazônia, por exemplo), e assumem um caráter centralizador e autoritários, fundamentados na razão instrumental do Estado e na sua exclusividade em tomar decisões sobre suas políticas.

As reflexões resultantes da realização da pesquisa possuem implicações (políticas) e se assemelham aos três grupos de desafios propostos por Chambers (1995) na década de 1990, quando debateu sobre programas de desenvolvimento para pobreza, e parecem ser cada vez mais atuais: i) desafio institucional, ii) desafio profissional e iii) desafio pessoal. Esses desafios permearam o estado de vigília, anestesia e estesia por mim vivenciados durante a pesquisa.

Quanto ao desafio institucional, Chambers (1995) já indicou na época que profissionais de diferentes instituições - governamentais ou não-governamentais e

universidades têm sido lentos em incorporar as palavras "participação" e "empoderamento", pelo e para os menos favorecidos, exigindo uma mudança institucional "por nós", tornando-as organizações de aprendizagem.

Participação "por eles" não será sustentável ou forte, a menos que nós também sejamos participativos. "Apropriação" por eles significa não titularidade por nós. Capacitação para eles significa perda de poder para nós. Em consequência, as culturas de gestão, estilos de interação e procedimentos pessoais têm de mudar (minha tradução de CHAMBERS, 1995, p. 197)

No âmbito institucional, traçando um paralelo às políticas ambientais, de licenciamento, por exemplo, observa-se protocolos que pouco ou nada consideram as dimensões sociais e culturais e, quando muito, traduzem uma dimensão biofísica que silencia os grupos e, sobretudo, negligencia os saberes tradicionais. Nessa linha, a implicação das medidas compensatórias previstas nos processos de licenciamento podem, por um lado, não traduzir todas as demandas do território e dos impactos do empreendimento em si, ou como no estudo de caso em questão, as implicações da seleção da categoria de Unidade de Conservação. Sánchez (2006) indica que o conjunto de atributos, o contexto em que se manifestarão os impactos e a interpretação social definirão a importância dos impactos decorrentes de um determinado empreendimento. O fato, no entanto, demonstra que os protocolos de licenciamento pouco considerarem a compreensão social, ou mesmo a atribuição correta da escala dos seus efeitos, embaraçando a conciliação entre diferentes políticas públicas.

Já no âmbito profissional, o desafio configura-se em aprender a ver as situações de outra maneira, para apreciar e entender que outra realidade existe, nesse caso, a das comunidades tradicionais. Os gargalos propostos pelo autor decorrem da especialização disciplinar e da dominação aos que são subordinados. Exemplifica o autor que moradores, diante de perguntas sobre desmatamento aprenderam a confirmar o que os entrevistadores esperavam ouvir.

O desafio profissional é revisar e reorientar normas, conceitos profissionais, valores, métodos e comportamentos que servem aos "nossos" fins e, em vez disso, permitir que os pobres expressem sua realidade. O novo profissionalismo implica reconhecer até que ponto a "nossa" realidade é gerada pelo nosso treinamento, interações, poder e as necessidades centrais, e, em seguida, revisar e reverter muitos conceitos, valores, métodos e comportamentos (minha tradução de CHAMBERS, 1995, p.198).

Num contexto nacional, no qual historicamente o Estado brasileiro pretendeu a “pacificação” dos povos indígenas e não o seu desenvolvimento, muitas são as dificuldades da implementação de políticas que respeitem a diversidade cultural, porque muitas estatais responsáveis por essas políticas não têm o “treinamento, nem o interesse, nem a visão necessários para estarrecer um verdadeiro diálogo com os grupos etnicamente diferenciados” (LITTLE, 2002a). O autor alvitra como primeiro passo - capacitação e sensibilização - de técnicos, cientistas naturais e sociais e funcionários governamentais que trabalham com as sociedades indígenas outras formas de fazer ciência, com dimensões práticas, cujos “professores” seriam não somente os experts, mas também os indígenas, curandeiros, xamãs, anciãos, promovendo, assim, o diálogo inter científico.

Embora tal contexto pareça estar esgotado na bibliografia acadêmica, especialmente pelas pesquisas que fundamentam a teoria dos recursos de uso comum, o diálogo tem sido infrutífero com os órgãos de gestão brasileiros (nas diferentes esferas), uma vez que a aplicação dos instrumentos de gestão e marcos legais pouco consideram a realidade das comunidades tradicionais e, minimamente, as reconhecem.

Raízes dessa construção são abordadas e questionados por O’Riordan (2000) e estão relacionadas com o próprio papel da ciência nesse contexto. Segundo o autor, a ciência ambiental “tem sido distorcida para servir a propósitos políticos”, muitas vezes provendo fatos necessários para políticos selecionarem e interpretarem de acordo com seus interesses. Contudo, o que parece claro e urgente é que novas formas de relações entre ciência e política se estabeleçam para encontrar as preocupações públicas em geral, numa era de incertezas e descontinuidades (O’RIORDAN, 2000, p. 07).

O conhecimento científico é socialmente construído por regras, normas, redes de polarizações e expectativas e pressões de grupos que definem aprovações e desaprovações, conformidades e não conformidades (O’RIORDAN, 2000, p. 04).

Por fim, para o desafio pessoal, mobiliza o autor que a personalidade individual, percepções, valores, comprometimento e comportamento são fundamentais para a mudança institucional e profissional, não limitando-se ao trabalho profissional. O grande desafio consiste em abrir mão do poder, estar comprometido com os pobres e fracos, ser bom ouvinte,

abraçar o erro, ser democrático e participativo - “encontrar prazer em permitir que outros tomem iniciativas” (CHAMBERS, 1995).

Além de tais desafios, somaria um outro em destaque e correlacionado: o desafio de ultrapassar as barreiras de pesquisas individualizadas e da necessidade urgente de coletivos de pesquisas atuarem em rede e abraçados entre si e com a realidade. Assim, numa primeira dimensão, sobretudo, refletiu-se sobre o papel do pesquisador nos diferentes contextos em que a produção do conhecimento (pesquisa) se enraíza.

Na tríade - institucional, profissional e pessoal - localizo-me, considerando os desafios enfrentados numa pesquisa que envolveu um complexo contexto de instituições e interesses, em detrimento das comunidades tradicionais. Numa reflexão ética e metodológica, necessário provocar-me sobre o papel da pesquisa. Após uma dilatada vigília pessoal sobre os meandros da pesquisa e suas limitações em empoderar, conceder voz aos sujeitos e estabelecer o diálogo entre os diferentes atores, reconcilio meus pensamentos, compreendendo a importância da dimensão pessoal da qual fui inundada nos últimos quatro anos assumindo, quiçá, o singular papel de multiplicar e compartilhar a abertura amorosa ao outro e a própria história que nos constitui como sociedade.

Com efeito, o aprofundamento dos componentes e fluxos das pessoas que compartilham o território, aproximou às proposições de Chambers (1995) quando correlaciona os programas de desenvolvimento para redução da pobreza, à necessidade de abraçar um novo paradigma e uma conduta profissional de que os pobres “expressem sua realidade, colocando-a em primeiro lugar”, diferentemente de definições arbitrárias, de cima para baixo e externa às demandas locais. Esse foi, contudo, um exercício pessoal de aproximação mas que não se esgota em si. Foi desenhado num retrato desafiador, porquanto emoldurou-se na fronteira de diferentes disciplinas, distintas da formação original em Biologia.

Como profissional e pesquisadora não me desvinculei dessas reflexões almejando, ainda que timidamente, alcançar uma renovação mínima das minhas limitações enquanto bióloga, desamarrando amarras de posturas excessivamente quantitativas e de traduções arbitrárias da realidade dos outros.

3.4.2 Na Dimensão Resultante

A reconstrução da trajetória de desenvolvimento dos territórios marinho-costeiros demonstrou as condições de adaptabilidade e transformação adotadas pelas comunidades. As estratégias multivariadas indicaram a íntima relação entre os sistemas naturais, econômicos e sociais das quais estão inseridas, configurando a ideia dos sistemas adaptativos complexos (HOLLING; BERKES; FOLKE, 1998; HOLLING, 2003).

As estratégias adotadas para lidar com as transformações, deflagradas ora por mudanças econômicas, ora ecológicas, ora sociais e ora políticas estiveram também envolvidas num espectro de vetores que constituem os territórios marinho-costeiros na atualidade, oriundos de políticas públicas de diferentes ordens e objetivos.

De modo geral, as estratégias de mudança adotadas pelas comunidades tradicionais são diversas e imersas em particularidades, não incorporadas nas políticas de desenvolvimento e de conservação. Tais políticas têm, por um lado, seguido os limites da Ecologia Profunda, na insistente tática de excluir os “humanos” do espaço protegido e, em outro extremo, reafirmado as políticas desenvolvimentistas. Conforme refletiu Diegues (2005), o estabelecimento de mapas de áreas críticas para proteção da biodiversidade, especialmente àqueles elaborados em encontros financiados por instituições ambientalistas internacionais, poderiam ser realizados com a incorporação de indicadores culturais.

A trajetória de desenvolvimento do território Acaará auxiliou na aproximação de uma lógica diversa daquela que tem sido considerada no rito de criação e gestão das Unidades de Conservação no Brasil. Além disso, clareou a ligação que tais grupos estabelecem com os ecossistemas locais e suas estratégias multivariadas para lidar com os “tempos da natureza” e a ideia de incerteza e imprevisibilidade, sendo um potencial para pensar o fenômeno de desenvolvimento naquele território.

A comunidade tradicional do Acaará está configurada pela existência de grupos étnicos diversos que refletem a diversidade brasileira: indígenas, afrodescendentes, europeus. No entanto, a riqueza que decorre dessa miscigenação não é reconhecida pelos órgãos ambientais brasileiros e por outros setores da sociedade que negam e sectarizam o potencial desses grupos na gestão dos recursos naturais. A conformação de forças induz na direção contrária

para pensar o fenômeno de desenvolvimento, com princípios de empoderamento e minimização das assimetrias de poder, reforçadas pelas Unidades de Conservação. Esse cenário, torna a ascensão dessas comunidades um grande desafio, afastando-as, inclusive, do seu próprio auto reconhecimento.

As políticas ambientais (de desenvolvimento e gestão) alimentam os objetivos de um paradigma econômico, no qual existe o favorecimento de grupos de poder, tendo como imperativo dominante o progresso, por meio de crescimento econômico, onde os regimes de apropriação que prevalecem são o de privatização, sendo a responsabilidade de gestão e desenvolvimento da propriedade privada (individual ou Estado) e as relações de confiança e o balanço ecológico não são considerados. Por outro lado, as correntes preservacionistas impõem a privatização dominante, exemplo clássico impetrado pelos parques, numa gestão excessivamente centralizada pelo Estado, que ignora os diferentes saberes locais (COLBY, 1989).

O arcabouço jurídico também compõe vetor importante e associado às comunidades tradicionais. O desafio tem sido o de reconhecer as populações tradicionais que incidem na zona costeira, como resultado de um processo histórico da miscigenação entre indígenas, europeus e afrodescendentes configurados em modos de fazer particulares, marcados pela pluriatividade. A perda dos espaços territoriais e os conflitos de uso que incidem na zona costeira, faz com que as regulamentações atuais previstas para tais grupos tradicionais, esteja fortemente distante da sua realidade e rupturando modos de ser e fazer.

Na esfera nacional, a Política Nacional de Povos e Populações Tradicionais²⁴, a Lei da Pesca²⁵ e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro²⁶ não dialogam, muitas vezes divergem, e sobretudo não traduzem as demandas dos grupos sociais no nível local, marcados como atividade produtiva e um complexo sistema sociocultural e ecológico.

Estando as comunidades tradicionais do litoral de Santa Catarina nesse conjunto de relações desfavoráveis, a reflexão resultante recai em compreender sua dinâmica e estruturas, com o objetivo de construir propostas de gestão e desenvolvimento para territórios marinho-

²⁴ Decreto 6.040/2007 (BRASIL, 2007).

²⁵ Lei 11.959/2009 (BRASIL, 2009).

²⁶ Lei 7.661/1988 e Decreto 500/2004 (BRASIL, 1988 e 2004).

costeiros, que considerem a diversidade étnico-cultural, os saberes locais, ecossistemas em transformação, imersos em estruturas governamentais enrijecidas por sistemas convencionais de gestão e políticas que nadam na contra-corrente das demandas sociais.

As respostas adaptativas construídas pelas comunidades tradicionais têm sido pouco ou nada consideradas pelos órgãos de gestão e pelas políticas públicas de conservação que idealizam a natureza como algo plano, estático, como se nenhuma força afetasse a estabilidade desses sistemas (GUNDERSON; HOLLING, 2002). Todavia, conforme mencionado pelos autores, é necessário reconhecer e identificar como o crescimento econômico e desenvolvimento humano dependem conjuntamente dos atributos dos ecossistemas e instituições e avaliar se eles têm sido erodidos ou restaurados.

No caso das comunidades estudadas, sua erosão decorre de vários fatores que vão desde a perda dos territórios tradicionais, ou de seu espaço geográfico, pelo incentivo de atividades que coexistem na zona costeira, como turismo e atividades portuárias, até a desvalorização massiva dos aspectos simbólicos desses grupos. Somado a isso, o colapso dos ecossistemas e suas evidentes perdas de resiliência (estrutura e função dos ecossistemas e paisagens) constituem limitações para sua reprodução social, cultural e econômica, que necessitam ser em profundidade compreendidos.

Contudo, abordagem metodológica foi exercitada para construir essas informações a partir de dados levantados e definidos pelos comunitários da sua história.

4. A TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO E A COMPOSIÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO ACARAÍ

Na medida em que o passado deixar de ser automaticamente redimido pelo futuro, o sofrimento humano, a exploração e a opressão que o habitam passarão a ser um comentário cruel sobre o tempo presente, indesculpável porque continua a ocorrer e porque poderia ter sido evitado pela iniciativa humana (BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 2006, p.83)

Mapa do Capítulo:

- 4.1. Introdução
- 4.2. Baía da Babitonga, porto de histórias
- 4.3. Território Nosso Acaraí: é de Tapera, tem Figueira, uma Praia Grande e o “Nosso Acaraí”
- 4.4. Síntese das Fases, Vetores de Mudança e Cenário Atual
 - 4.4.1. Circuitos Produtivos, no mato, na terra e na água
 - 4.4.2. Os Circuitos Multivariados históricos e no tempo atual

4.1. Introdução

Este capítulo tem a intenção de apresentar os resultados da reconstrução da trajetória de desenvolvimento e os elementos que compõem o Território Acaraí. O segundo objetivo, como desdobramento, é construir um marco comum de vetores de transformação e suas principais consequências na manutenção dos modos de vida das comunidades tradicionais do Território estudado e na proteção dos recursos naturais da região centro-norte de Santa Catarina.

Os resultados apresentados possibilitam compreender em profundidade a trajetória de desenvolvimento do território tradicionalmente ocupado e, a partir dela, sinalizar os importantes elos entre a tradicionalidade dos grupos, o lugar, a memória, a composição do

território, mecanismos de conservação da natureza e os saberes tradicionais. Essa composição foi o ponto de partida para compreender as territorialidades da região estudada, bem como os potenciais e recusas para pensar o desenvolvimento e as políticas de ordenamento e gestão do território.

O período da descrição compreendeu aspectos da ocupação do município de São Francisco do Sul pelos imigrantes europeus (a partir do século XVI) e dos afrodescendentes posteriormente, traduzindo a micro-história da região do Acaraí. A precisão das datas foi incorporada a partir de eventos históricos (fases) definidas pelos atores locais. O foco recaiu em indicar, a partir da memória da comunidade, os eventos marcantes que transformaram de algum modo as relações socioeconômicas, sociopolíticas, socioculturais e socioecológicas na escala local e regional.

Embora a descrição aqui proposta esteja desenhada a partir da ocupação de São Francisco do Sul pelos imigrantes europeus, não será desconsiderada a relação com os indígenas, anterior a ocupação dos imigrantes, e que também possui forte relação com a trajetória de desenvolvimento descrita²⁷.

Na primeira parte do capítulo serão pontuados os elementos da trajetória de desenvolvimento do município de São Francisco do Sul, especialmente relacionada aos macro eventos da ocupação da Baía da Babitonga e sua relação com o Território do Acaraí. A composição do território estará inscrita primeiramente com a compreensão histórica dos núcleos comunitários da Figueira, Praia Grande e Tapera, e suas interrelações com o Morro Grande, Gamboa e Miranda (Porto do Rei).

Em relação aos núcleos principais (Figueira, Praia Grande e Tapera), serão clarificadas as principais transformações do sistema agrícola-pesqueiro, as atividades produtivas locais, bem como, os vetores de transformação e suas consequências, com indicações da reconversão criativa dos modos de vida tradicionais estabelecidas pelos comunitários ao longo do tempo. Como parte constituinte do território, será destacado o patrimônio imaterial, associado ou não, às atividades produtivas locais e as ligações sociais inerentes, apresentadas também na forma das redes de parentesco.

²⁷ O objetivo não é descrever de forma específica a história indígena na região. No entanto, aspectos dessa história são estruturantes para compreender a composição do território Acaraí e serão, assim, destacados durante a apresentação dos resultados como contexto e elemento da territorialidade.

Por fim, uma síntese das principais fases, vetores de transformação e consequências que marcaram a trajetória de desenvolvimento do território Acaará será desenhada.

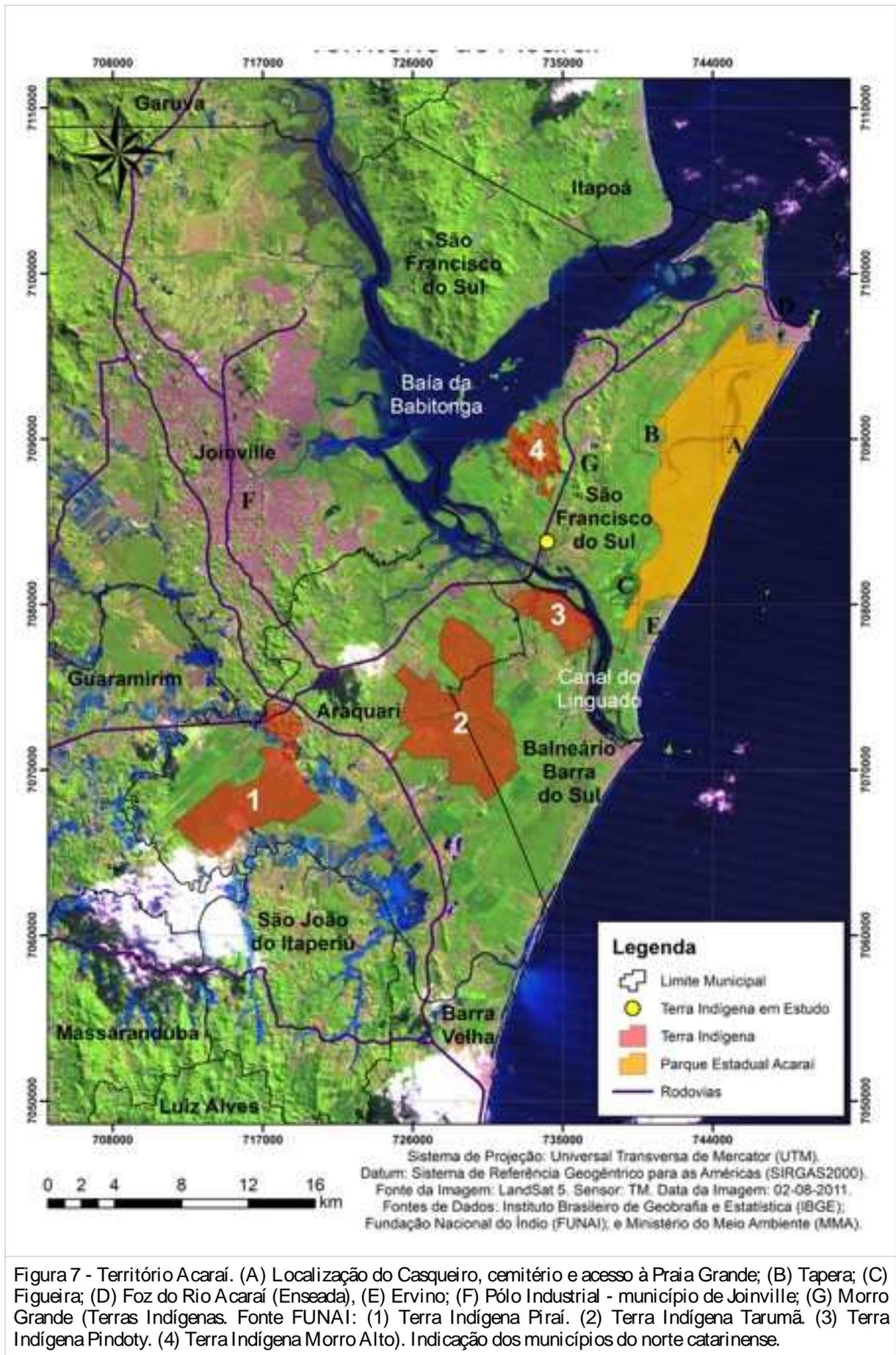
Importa também mencionar que a transcrição dos relatos da comunidade respeitaram a forma de falar como forma de identidade e o relato por vezes biográfico, não havendo pretensão de realizar qualquer análise linguística.

A área de estudo foi novamente apresentada para facilitar a compreensão espacial dos eventos históricos e traz elementos das territorialidades do Acaará. Alguns principais elementos estão espacializados e dialogam textualmente com o que apresenta este capítulo (Figura 7).

4.2 Baía da Babitonga, porto de histórias

O meu vô...ele nasceu nessa região aqui (...) ele era descendente de índio.(...) E então eles nunca concordaram com o nome de Baía aqui, né. Nunca concordaram (...) ele nasceu em... parece que em mil oitocentos e setenta e seis. (...) Ele dizia, ele ensinava pra nós dizendo que: -Eles tão chamando a Baía aí de Baía da Babitonga. Mas não é Baía da Babitonga, e nem é Babitonga. O nome aí projetado é pra Ilha. Que não é Babitonga, mas Bapitanga! – Ele dizia. É uma pitanga preta, que ela dá na beirada da água. Ele contava que era desde lá do Forte e ia embora por aqui, pela Costeira do Porto, Laranjeira, ia embora. Diz que tinha muita daquelas pitanga preta, então na linguagem dele, do índio, da época, ele dizia que aqui não era Babitonga, mas sim, Bapitanga. (Interlocutor 11, homem, 62 anos)

Pensando numa linha temporal, pode-se dizer que as referências de ocupação humana na região de São Francisco do Sul remontam há cinco mil anos atrás, testemunhada pela existência de um número expressivo de sítios arqueológicos, em particular os sambaquis. A partir de fontes etno-históricas, foram os indígenas Guarani, depois denominados Carijós pelos portugueses, que receberam as tripulações europeias, quando navios espanhóis, portugueses e de outras nacionalidades começaram a ter São Francisco como referência nas cartas náuticas, sendo a Baía da Babitonga, local de abrigo para as embarcações, e descanso para população (SANTOS, 2004).



Importante salientar, conforme explicitado pelo autor, que a denominação Carijó foi dada pelos europeus, nos anos imediatos à conquista. Os Guaranis avançaram para o litoral sul, dominando ou expulsando outros povos, entre eles, provavelmente os “construtores” dos sambaquis e de outras tradições culturais. Datações obtidas em sítios arqueológicos no litoral de Santa Catarina indicam a presença dos Guaranis há cerca de 1000 anos, ou seja, “quando da chegada dos europeus eles já estavam ali havia pelo menos 500 anos” (SANTOS, 2004, p. 41).

Essa leitura histórica é presente nas compreensões da comunidade do Acaraí, que identificam traços junto aos seus antepassados, tal qual é explicado pelo Interlocutor 11, contando sobre os ensinamentos do seu avô índio que, segundo ele, “enamorado-se” com sua avó, italiana, que vivia na Figueira:

(...) outra coisa que ele me ensinou... ele diz que é uma grande mentira quando chamam os índios daqui de...Carijós. Ele diz que não! Não é Carijós, ele diz que todos os índios brasileiros, conforme que passaram pra ele, (...) os daqui, era uma qualidade de índio que era Guaranis(...)Então, os portugueses que deram o nome pra eles na língua portuguesa como... Carijós. Porque eles pra ser diferenciais das outras tribos. Porque começou a vir muito índio do sul, este sim são Guaranis, que são do Paraguai, Uruguai, que vieram se infiltrar com os índios daqui (...)Então, Carijós, ele disse que foi dado pra eles um apelido, que também ele dizia que era um apelido. Por causa, pra se defini das outras tribos que estavam chegando e se misturando, eles começaram a usá uma pena de gavião, que é uma pena Carijó, porque antes então, eles usavam pena de gralha, pena azul. (Interlocutor 11, homem, 62 anos)

Conforme já identificado na bibliografia, os povos Guaranis ocupam tradicionalmente um extenso território sulino que compreende o Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil, distribuído pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso, podendo este ser ampliado a medida em que se trata de um “território em expansão” ou “em movimento” (BLOEMER; MENDES, 2008, p. 137²⁸).

A influência dos Carijós nessa região é expressiva, os quais passaram para os europeus os saberes fundamentais à sobrevivência no espaço geográfico que estavam invadindo. O conhecimento das técnicas de horticultura, caça, coleta, olaria, cestaria, além dos conhecimentos sobre a região, como relevo, flora e fauna, foram fundamentais para a

²⁸ Indicado também nesta referência a fonte bibliográfica Basini apud Darella, 2004:61.

sobrevivência dos europeus. Esses saberes chegaram até o tempo atual, retratados com alguns exemplos: farinha, peixe assado na brasa, ervas, cipós e plantas como a mandioca, o feijão e o milho; ou a fabricação de balaios, além dos testemunhos da sua presença nos topônimos regionais, como Babitonga, Ubatuba, Araquari, Itapoá, Tapera²⁹, etc. (SANTOS, 2004).

Nesse sentido, o mesmo interlocutor destaca a relação de miscigenação quando afirma possuir relação com os “índios”, e ao mesmo tempo, pondera não ser mais de uma “raça de índio”. Fica claro, que o povoamento europeu foi simultâneo à aniquilação dos nativos (SANTOS, 2004). De tal modo, a relação entre distintos grupos étnicos fica evidenciada, pelas atividades tradicionais em íntima relação com as práticas indígenas explicitadas acima. Assim, o interlocutor afirma do que viviam a geração de seus avós, sendo um deles nascido em torno de mil oitocentos e setenta e seis (1876):

Ah, só de plantação. Só de plantação e pescaria. Esse era o serviço dele. Tinha que ser vida de índio. Vida de índio. Mesmo já sendo de uma raça que não era índio e nem escravo, mas eles viviam ali só de trabalho e serviço de mato. Pesca, caça e fazendo... artesanatos pra vender, canoa, remo, balaio, o tal de... gamela. O que eles...Tudo tirado do mato aí. Aonde ele conta (...) que a única... que era difícil as coisas que eles comprava na época. Ele dizia: - escute meu filho, o que nós não sabia fazê... A única coisa que mais nós comprava era o sal. (Interlocutor 11, homem, 62 anos)

Pode-se dizer que São Francisco do Sul resulta de uma miscigenação complexa. Foi batizada pela Espanha, sendo efetivamente fundada por iniciativa portuguesa, embora os primeiros convocados para a composição “lendária” que envolve o surgimento de São Francisco do Sul, evocam Gonneville a Içá-Mirim, pertencentes as influências Francesas e Indígenas na região (SANTOS; NACKE; REIS, 2004; THIAGO, 2004).

As influências da ocupação europeia na região de São Francisco do Sul vão sendo complexificadas. A dominação europeia, consolidou o surgimento da vila Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco Xavier do Sul, como uma extensão da conquista portuguesa, que tinha como epicentro a cidadela de São Vicente (litoral de SP) e antecedeu Laguna e Nossa Senhora do Desterro³⁰. De tal modo, tornou-se “comum” a aquisição, pelos portugueses e paulistas, de escravos negros para o trabalho nos empreendimentos agrícolas e nos serviços

²⁹ Nomes de municípios, bairros e praias da região norte do Estado de Santa Catarina.

³⁰ Desterro que atualmente representa a capital do Estado - Florianópolis.

domésticos. Assim, o número de europeus foi ampliando e gente de outras origens, contribuiu para a formação do atual mosaico étnico que caracteriza a sua população (SANTOS et al., 2004).

Tal mosaico, reflete a trajetória de ocupação da região do Acaraí, onde relatos dos afrodescendentes dessa região, identificam a relação com o Porto do Rei, local onde desembarcou os primeiros escravos na região.

Contava (...) o Seu Jacó³¹, que já é, avô, bisavô daqueles pretinho que tem ali (...) esse aí contava mais detalhado pra nós, porque esse ainda trabalhou como escravo, a vó não. Então, ele contava pra nós de que... do Porto, dos primeiros Portos, aonde desciam esses naviozinhos que chegavam... até, inclusive ele contou pra nós aonde que era desembarcado os pretos que vinham praqui. Era lá num lugar chamado Porto do Rei, lá que era o Porto. Porque o povo naquele tempo não distinguia as coisas, então, quando foi um dia chegou um Oficial lá, de um navio lá, e tudo fardado, com coisa. Então eles se assustaro, e então correr: - Oh, lá vem o Rei! Lá vem o Rei! Cuidado que o Rei vem vindo ali! – E não era, era um oficial de um navio, enviado pelo Rei, lá de não sei da onde, da França, de não sei o quê... Mas aí, veio aí, sortô os negrinho por ali e... vendero, não sei o que que fizeram (...).E aí, o pessoal daquela região ficaro chamando de Porto do Rei e até hoje é o Porto do Rei (...) onde começou as coisas foi ali no Porto do Rei. (Interlocutor 11, homem, 62 anos)

A configuração étnica dessa região é identificada, assim, por um mosaico de indígenas, afrodescendentes e europeus. Na região do Acaraí, é evidente o compartilhamento do território por esses grupos, nos núcleos da Figueira, Praia Grande e Tapera, regiões de entorno ao Porto do Rei, acima mencionado.

Do breve contexto histórico de São Francisco do Sul, parte-se para o desenho das especificidades do território Acaraí, sendo este um reflexo do que ocorreu na história da colonização de São Francisco, e do Brasil. Tal pano de fundo é fundamental para constituição do território Acaraí e suas expressões nos modos de vida tradicional, mas com elementos importantes da micro-história e das memórias daqueles que a viveram.

³¹ Jacó é um dos nomes importantes da geração de afrodescendentes do Acaraí, residente inicialmente na região da Figueira. Destaca-se que existiu a geração Rosário, Gregório e Nascimento (sobrenomes relacionado aos afrodescendentes), o Jacó Avô, Jacó Filho e Jacó Neto. Este foi mencionado por muitos interlocutores durante a pesquisa, como uma pessoa chave na história dos afrodescendentes na região do Acaraí.

4.3 Território Acaraí: é de Tapera, tem Figueira, uma Praia Grande e o “Nosso Acaraí”

(...) é onde eles também sempre iam buscar o peixe lá na Tapera, no nosso rio Acaraí. (Interlocutor 20, homem, 66 anos. grifo nosso)

O território aqui denominado de Acaraí (ou “Nosso Acaraí” como denominado pela comunidade) reflete a história da ocupação do município de São Francisco do Sul e as relações estabelecidas entre atores sociais e, entre estes e o ambiente natural. A macro história dos imigrantes europeus em confrontação com os indígenas que no território já viviam, somada a chegada dos escravos oriundos do continente africano como força de trabalho, são expressos na configuração territorial do Nosso Acaraí.

Conceber esse território, a partir do que definem as comunidades viventes nessa região, é falar da influência indígena, bem como da presença de imigrantes europeus e afrodescendentes que compartilharam o território, nos núcleos denominados de Figueira, Praia Grande e Tapera. Tal compartilhamento, expressos nos modos de vida, nas atividades produtivas e acima de tudo, no senso de pertencimento e afetividade ao lugar, configuram aspectos importantes da trajetória de desenvolvimento da região estudada e do território em concepção.

A Figueira, Tapera e Praia Grande constituem núcleos específicos de reprodução sociocultural e podem ser entendidos, a partir de uma linha de tempo, como paralelos em termos de ocupação. Coexistiram no espaço-lugar do Acaraí, ainda que cada um possuísse especificidades em termos étnicos/familiares, atividades produtivas, dimensões simbólicas e de pertencimento à terra, cujo elemento integrador era o Rio Acaraí, tal qual permanece nos dias atuais.

Na região da Tapera, existem as famílias remanescentes da Figueira e Praia Grande, que migraram para tais núcleos comunitários, por vetores de mudanças comuns. Os três territórios eram marcados pela existência de atividades produtivas similares, como pesca, caça e agricultura familiar, com grande expressão na produção de farinha. A Figueira era, conforme relato dos próprios moradores, “terra de escravos”, onde após a abolição, muitos permaneceram na localidade, outros migraram ao longo do tempo para Tapera, além de outros que foram para Praia Grande.

(...) O meu pai nasceu na Figueira (...) Mas ele não foi escravo não (...). O pai dele parece que foi escravo, mas ele não foi. Eu morava lá na Figueira, (meus irmãos), eles casaram tudo e vieram morá pra cá pra Tapera. Eu fiquei morando lá com meu pai, depois ele morreu, aí, vim pra cá (...) depois que o meu pai e a minha mãe morreu eu vim pra Tapera. Pra casa do (...) do Jacó. (Interlocutor 9, homem, 84 anos)

A família dos preto vieram da Figueira (...) meus avós eram descendência de escravos (...) alguns dos meus avós, bisavós, tataravós, esses um eu creio que eram. (...) A turma da Figueira era turma dos meus pais. Pais, tios, vô, esses um. Agora eu não, fui nascida aqui (refere-se a Tapera) mesmo e me criei aqui mesmo. (Interlocutor 5, mulher, 63 anos)

Morava numa casa de escravo (refere-se a casa que morava na Figueira) (...) Os escravos já tinham acabado e o meu pai comprou a casa. Tinha 28 metros de comprimento por 15 de largura (...) Os pilar da casa, os canteiro da casa, o pilar que chama, era um metro quadrado, tudo pedra, tudo pedra. Os alicerces, como esse aqui, tudo pedra. E tinha uma fornalha de fazer rosca, pão. Naquele tempo não fazia pão, era rosca. Também separado da casa, tudo pilar de pedra, quadrado, cinquenta por cinquenta metro quadrado. E era muito bonito a casa. A casa era bonita. (Interlocutor 12, homem 80 anos)

Lá tinha a casa grande, a casa do seu Izidoro que tem os pilar lá. Lá pra Figueira, bem pra lá da Petrobras. Casa grande. Era do pai do Seu Izidoro. Lá eles fazio tarefa, era arrancado a mandioca, botado vinte, vinte pouco, cerão com o cavalo de mandioca, e lá eles iam daqui lá, na Figueira raspá mandioca, raspá tudo aquilo de noite, pra mais de 20, 30 e poucas pessoa. (Interlocutor 5, mulher, 63 anos)

Foi problema de distância de trabalho, de serviço, do meu pai e de um outro home também que trabalhava no mesmo trabalho do pai, que era um tal de Marssal, que era de descendência já de fora. Que essa descendência desse Marssal aí...o avô dele, ele contando história, o avô dele foi o home que mais teve escravo lá na Figueira. Inclusive, agora, esses tempo, eu tive lá (...) sempre gostava de andar no mato, era procurado pra trabalhar no mato pra demarcar terreno. Nós achamos um quadrado de pedra bruta lá, e então fui saber... procurar saber o que é que era aquilo lá no meio do mato, um lindo pé de jabuticaba bem no meio. Então, eu não sabia o que é que era, andei perguntando pros mais antigo aí, como o tal de Seu Manoel Cordeiro. Ele disse: - ah, meu filho, tu achô? Pois aquilo era a tal de senzala, a única que existiu aqui na nossa região, a senzala. - E agora esses tempo eu fui, no ano retrasado (...) fui lá e achei. (Interlocutor 11, homem, 62 anos).

Motivados pelas oportunidades de trabalho associados ao centro da cidade (Porto e Terrestre³²), as famílias foram migrando com o intuito de tornar mais próxima a moradia das

³² "Terrestre" é como os comunitários se referem às instalações portuárias terrestres do Porto de São Francisco do Sul.

possibilidades de trabalho no centro do município, uma vez que os meios de transporte não existiam para facilitar o percurso até a “cidade”.

Ah, porque trabalhavam na cidade. Trabalhavam. Tudo arrumou serviço. Quando eu trabalhava na cidade, [...] que eu morava na Figueira, a gente saía de lá madrugada pra vim trabalhá. Pegá sete hora da manhã. Saía duas hora. Perdia, não tinha relógio, ninguém tinha relógio. Perdia a hora. Uma noite nós saímo de lá, viu? O nosso relógio era o cantar do galo. O galo cantou, saímo em cinco, de noite. Quando deu uma hora nós tava na matriz aí. Aí ficemo, fumo lá pros armazém, dormimo no armazém. Dormimo lá. Então, de manhã, se levantemo. Lavemo a cara. Trabalhemo o dia, trabalhemo a noite e viemo embora. Naquela semana não fumo mais [risos]. É. Era fogo! (Interlocutor 9, homem, 84 anos).

Eu nasci lá na região que até hoje chama de (...) de Figueirinha, Figueira. Naquela, onde hoje está lá... bem em frente ao terminal da Petrobrás. Ali eu nasci. E daí eu nasci ali, e o meu pai começou a trabalhar na terrestre, alí no Centro. Aí resolvemos mudar pra cá, porque era muito longe para ele viajar. (Interlocutor 11, homem, 62 anos)

Eu nasci lá na Figueira. Daí da igreja (refere-se a igreja da Tapera) lá onde eu nasci, nós tinha uma chácara grande lá. Da 6 km. Então eu nasci lá. Lá, era, não tinha estrada, não tinha nada. Pra ir para cidade era um sacrifício. (...) Então pra cá, pra vir pra Tapera, não tinha estrada, era só um trilho, o Morro da Palha³³, essa estrada aqui vai lá pro Morro da Palha. Então, era só um brejo, uma coisa, e muito sacrifício. (Interlocutor 12, homem, 80 anos)

Associado às dificuldades de acesso ao centro da cidade, o período histórico favorecia alguns direitos aos trabalhadores, mas não era acessível aos que viviam no meio rural. A busca por melhores condições e estabilidade, especialmente no período de aposentadoria, forçou a migração para outras atividades produtivas e, como resultado, para regiões mais próximas das oportunidades de trabalho (formal).

Porque naquela época, se tivesse o instituto da lavoura, ninguém, ninguém tinha saído da lavoura, tavam tudo lá. Como na Praia Grande que não tem ninguém. Então, não tinha instituto, o povo saiu pra cidade pra pegar instituto, para poder se aposentar. Foi isso... (Interlocutor 12, homem, 80 anos)

(...)saíram para trabalhar em firma, na terrestre (...) saíram para trabalhar na estrada de ferro. (Interlocutor 13, mulher, 76 anos)

³³ O Morro da Palha é uma região anterior a Figueira. O caminho do Morro da Palha era utilizado como ligação entre Tapera e Figueira, bem como o Morro Grande.

(...) depois foi morrendo os velho, foi se acabando, os filho vieram vindo pra cidade, né? acabou-se! Porque na época, a turma do sítio era abandonado. Nós não tinha instituto, não tinha nada, né? O Getúlio Vargas fez o INPS (...)pra cidade, e não fez pro sítio. Aí, o pessoal do sítio correr tudo, né? Se ele tivesse, na época, feito o IAPTEC³⁴, antigamente, né? aí não tinha corrido o pessoal pra cidade. Agora é que fizeram o... Ernesto... o Emílio Garrastazu Médici, esse... da... da Revolução de sessenta e quatro, né? Foi que fez o instituto Funrural, né? Que aposentou o pessoal do sítio, né? Aí, aposentou-se meu pai, minha mãe, tudo. Aposentou-se tudo. Se não, eles morriu na miséria. Antigamente, o pessoal do sitio morriu na miséria, sem nada. (Interlocutor 10, homem, 76 anos).

Além disso, conforme percepção dos moradores, algumas transformações ecológicas foram determinantes para migração dos grupos, como o fechamento do Canal do Linguado, que influenciou na dinâmica do estuário do Acaraí³⁵.

Que a Figueira [...] era um bairro da Tapera, outro. A Figueira era um bairro só de preto e a Tapera só de branco. Aí, os pescadores, tinha muito pescador lá, sabe? Aí o rio foi fechando, por causa do Linguado, foi criando aquela tiririca, né? Foi fechando, foi fechando, fechou o rio! Acabou-se a Figueira lá. (Interlocutor 10, homem, 76 anos)

Nesse período, como reflexo de um vetor ecológico de mudança, a migração dos afrodescendentes da Figueira para Tapera ocorre no compartilhamento efetivo do núcleo Tapera e não mais somente durante as atividades produtivas, como na pesca, por exemplo. Isso implicou em algumas mudanças no processo de apropriação das terras, originalmente comunitárias e compartilhadas pelas famílias locais.

Pra lá na tinha dono de terra, agora que cada um habita um pedaço que nunca teve. Mais isso aí era terra que Deus deixou pra todo mundo. Aí duns ano foi que cada um tem seu pedaço. Não. Depois que meu pai quando veio morá aqui (Tapera), meu pai já requereu, esse pedaço daqui até lá no rio. Pra isso tem os papel tudo do terreno certinho. Ai depois só fiquei da cerca de lá, até essa cerca daqui, que meus irmão foram vendendo. Naquele tempo não tinha dono. Naquele tempo não. Naquele tempo, dai uns ano pra cá que o seu Izidoro requereu, outro requereu, que foram abrindo rumo, mas naqueles tempo que era plantado não existia isso. Não existia coisa de dizer assim, ah porque esse terreno era meu, não era não, naquele tempo não tinha nada disso. (Interlocutor 5, mulher, 63 anos)

³⁴ Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas. Posteriormente, houve a unificação dos institutos de aposentadoria e previdência social, com a criação do INPS (Decreto-Lei 72 de 21 de novembro de 1966, que foi substituído pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social (Decreto 99.350, de 27 de junho de 1990).

³⁵ Em relação ao Canal do Linguado, maior descrição será dada na sequência.

REDE DE PARENTESCO AFRODESCENDENTES

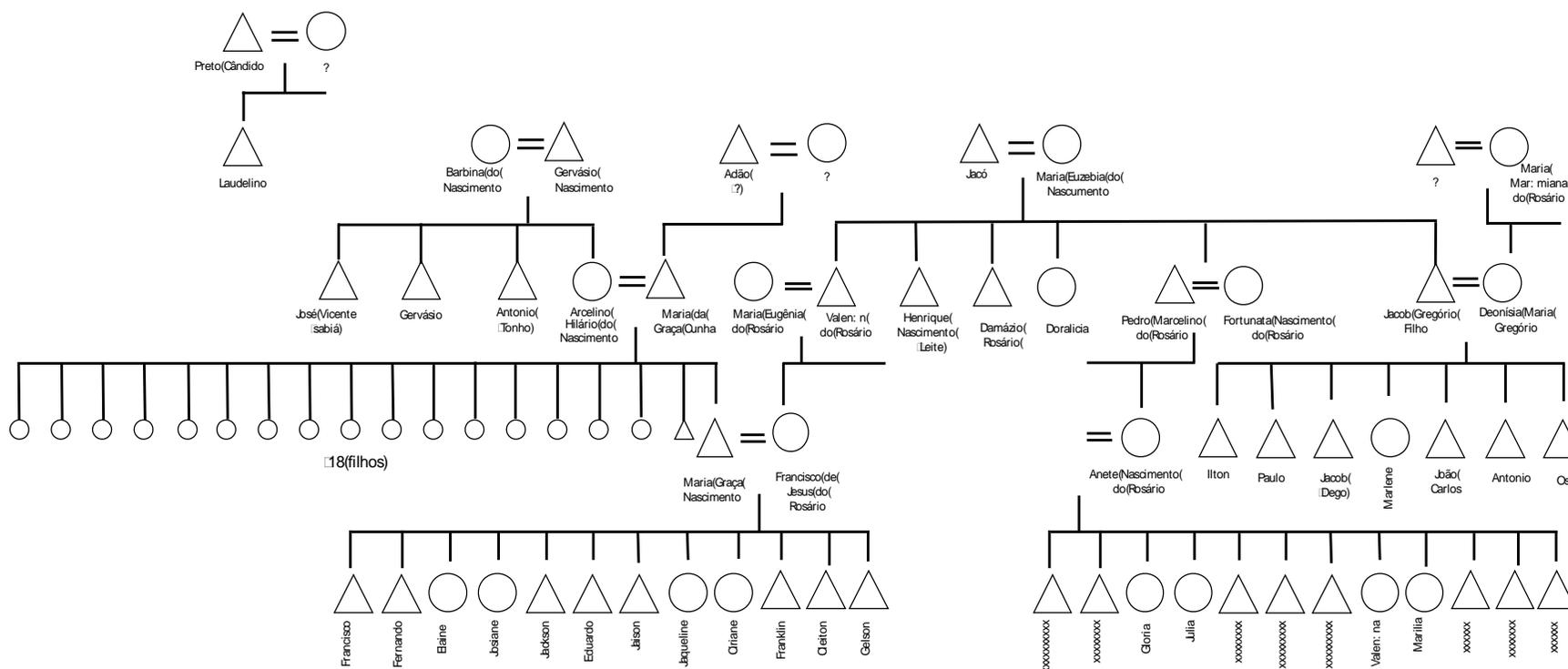


Figura 8 - Rede de parentesco de uma amostra da comunidade da Tapera com especial

REDES DE PARENTESCO

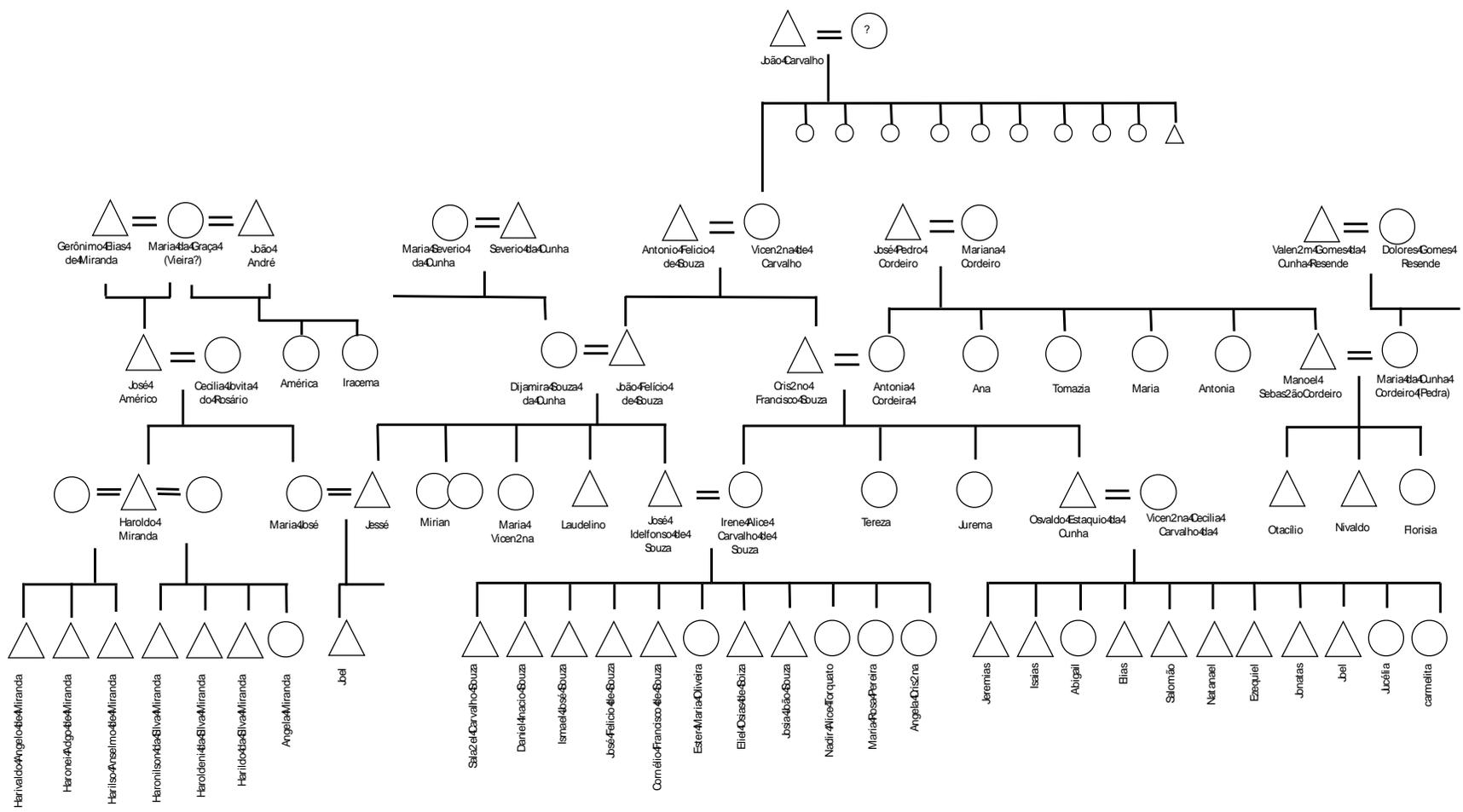


Figura 9 - Rede de parentesco de uma amostra da comunidade da Tapera.

É possível identificar atualmente, que a Rua do Porto da Tapera compõe um dos principais locais de moradia das famílias afrodescendentes. Tal região, foi escolhida por estes quando migraram para Tapera, tal qual é explicado pela Interlocutor 5. A priori, não houve relatos de conflitos explícitos no processo de ocupação das terras, apenas uma mudança no processo de compartilhamento das terras produtivas. Esse território configurado na Rua do Porto, estende-se paralelamente até a região da escola e campo de futebol, onde é possível identificar outro agrupamento da família do Seu Jacó.

Ainda, importante mencionar que a escravidão vivenciada nessa região ressoou nas relações de parentesco entre “brancos” e “negros”, com o nascimento de gerações, fruto dessas relações.

(...) eles vieram com escravos pra cá. Meus bisavós quando vieram, vieram com escravos. Por sinal, uma delas, uma delas, que já não era, vamos dizer assim, tinha deixado de ser escravizada (...) teve uma das escravas dele, que chama-se Idalina (...) pois é, com essa Idalina, falecido meu pai, (imigrante europeu), de solteiro teve um filho com ela, com esta escrava. (Interlocutor 21, homem, 70 anos)

Então, essa minha avó (afrodescendente) trabalhava na casa desse home (“imigrante europeu”), e teve um filho desse home que engravidou minha avó, e foi aonde nasceu minha mãe. (Interlocutor 11, homem, 62 anos)

A partir de uma parcela da comunidade entrevistada foi possível recuperar a ancestralidade étnica da região. As Figuras 8 e 9 demonstram os níveis das gerações da comunidade, bem como a miscigenação entre “brancos” e “negros” da região, tendo nas famílias Gregório, Nascimento e Rosário o principal tronco dos afrodescendentes. Embora o encontro das famílias tenha ocorrido em maior evidência nos ciclos produtivos, existe também confluência nas relações de parentesco estabelecidas.

Os sobrenomes Gregório, Nascimento e Rosário, podem ser considerados de uma mesma raiz ancestral. Embora sejam diferentes na denominação, filhos dos mesmos pais, são ora identificados como Gregório, ora como Rosário, ora como Nascimento.

A história da miscigenação ocorre em níveis diferenciados, tanto na geração dos avós e bisavós da geração atualmente entrevistada, normalmente marcada por relações entre os “senhores” e as “escravizadas”. Um outro nível, demonstra uma miscigenação mais recente,

cujos casamentos entre afrodescendentes ocorre com as famílias descendentes dos imigrantes europeus. Ainda em relação às redes de parentesco, pode-se afirmar que uma grande parcela do grupo afrodescendente manteve os casamentos entre seus descendentes, sendo mais recente e eventual a miscigenação com outras origens étnicas. Todavia, um dos elementos que se observa é que as raízes da escravidão na região, como recuperou Almeida (2002), tratavam-se de famílias de escravos e não de indivíduos.

Em relação ao processo de migração para Tapera, esse ocorre não somente para as famílias afrodescendentes que viviam na Figueira, mas também para as demais famílias e para os que viviam na Praia Grande. As dificuldades compartilhadas forçaram a mudança, reconstruindo assim, um novo território compartilhado no núcleo da Tapera.

No percurso histórico, contudo, muitas foram as transformações que o território Acaará vivenciou. Vetores de mudança ocasionaram novas práticas tradicionais e a reconfiguração dos núcleos condicionaram a migração da Figueira e Praia Grande para Tapera. A Tapera, por ser considerada um local central, era um porto principal de chegada dos moradores da Praia Grande, que sentiam a sua região como uma “ilha”, uma vez que a passagem para Enseada, não possuía ponte, forçando o traslado via embarcação. Assim, a Tapera servia de porto de desembarque para as famílias do Casqueiro, que tinham na Tapera um porto de passagem mais próximo para chegar ao centro da cidade. Na Figueira, da mesma forma, distante cerca de 8 km da Tapera, facilitava a chegada dos moradores ao centro de São Francisco do Sul, sendo um porto de descanso durante a passagem dos moradores.

Algumas famílias residentes na região do Casqueiro (Praia Grande) migraram para Enseada, devido a características marinhas e a forte relação com o mar. Outras, por sua vez, adotaram a Tapera como moradia principal.

A adoção de outro local de moradia não alterou significativamente as atividades produtivas ou as relações sociais, já que foram mantidas as atividades de pesca, a retirada de manini³⁶ e o contato entre as famílias e os núcleos comunitários, comuns ao longo da história. Todavia, mesmo com a migração para Enseada ou Tapera, houve a manutenção dos territórios simbólicos no Casqueiro, com a presença da Igreja, ou o que restou dela (pilares), e o

³⁶ A atividade extrativista que será tratada no Capítulo 5.

cemitério, local em que familiares e vizinhos encontram-se sepultados. Quando no momento de mortes de pessoas na Tapera, estes continuavam sendo transportados de barco, em procissão até o porto, para serem enterrados no cemitério do Casqueiro.

Daí que vem essa história do outro lado, daqui, que é a Praia Grande, onde tem aquele cemitério (...) Eles se refugiavam por ali. Quando foi abolido, aquela coisa toda, eles voltaram pra lá, em massa, depois eles começaram a vir pra Tapera, onde tem aqui os preto daqui. (Interlocutor 21, homem, 70 anos)

Tenho... três irmão enterrado lá. Meu tio, meus tio também. Só o meu vô não. Meu avô enterrou na Enseada. (...) Mas ali, agora que tá meio coisa assim ne, era um cemitério grande, bem tratadinho. Quando nós ia pra praia, a gente sempre dá uma passada lá. (Interlocutor 14, mulher, 61 anos)

Além disso, as festas (com influências católicas) constituíram um importante momento na vida da comunidade. As visitas aos parentes e amigos eram comuns, além da possibilidade de compartilhar os recursos que detinham, numa relação de dádiva com o outro e compondo sobremaneira o conjunto de relações sociais e de identidade coletiva (RADOMSKI; SCHNEIDER, 2007).

É. A gente se dava, se amava, assim, sabe? E... conversava, tinha pessoas que a gente conversava tempos e tempos. Às vezes a gente se encontrava no rio, parava de remá, parava uma canoa na outra e conversava, e o vento pegava e ia levando o povo pra lá, o povo pra cá, ah... [risos] (Interlocutor 17, homem, 72 anos)

(...) aquilo era bonito quando tinha aquela igreja Católica lá, sabe? Tinha festa lá, dos católico, né? O padre ia de canoa. O padre ia abençoando o rio, aquele povo todo ia de canoa, e a festa lá, e lá, o povo todo esperando, né? O pessoal, da cidade e tudo, io tudo de canoa. (Interlocutor 18, mulher, 72 anos)

Tinha muita gente daqui (Tapera) que era enterrado lá. Eu tenho sobrinhos, eu tenho irmão. É frequentado lá, só que já não tem aquela evolução que tinha anterior. Porque antigamente o pessoal se evolui mais muitas vez, porque a gente ia na praia, ah, vamo chega na casa do Augusto Albano, vão chegar na casa do Rito, Tomazinho. Então a gente chegava la, conversava, tomava um café, batia um papo, também tinha casa de engenho ne, que muitos tinha lá, mais ou menos umas 5, 6 casa de engenho, ai parava um tempo la pra bater um papo e os pessoal se davu muito bem ne. Entre aqui, Figueira, la da praia do Vno (Ervino), que tinha quantidade de gente. (Interlocutor 15, homem, 65 anos)

Contudo, após a saída das pessoas da Figueira e Praia Grande, a Tapera acolheu os grupos comunitários que já compartilhavam o território maior do Acaraí, seja em período de festividade, ou nos períodos de pesca, cujas “lanceadas” (arrasto de pesca) eram realizadas de forma coletiva (camaradas).

Era uma rede, com sete pescador. A rede que... viu a rede que... quando Jesus chegou naquele lugar que tava pescando, eram sete pescador, né? Então, essa tradição vem desde o tempo de Jesus Cristo, né? Sabe aquela história de Jesus, né? Que tavam lá todos os pescador, não pescavam nada, né? Aí Jesus chegou no porto: - que que há aí?, aí, ele: que é? Quem é o Senhor?, - eu sou Jesus Cristo!, - Ó, Jesus! Mas nós tamo pescando aqui, não tem nada!, -Mas ali dá, ó!, -Nós já demo três, quatro lanço não saiu nada! – Aí, deram um lanço lá, atolaro de peixe. Aí: - quanto que você quer? –Ah, só me assa um peixe pra eu comer. – Aí, Jesus comeu peixe, nessa hora com ele ali. [...] Então por isso, a tradição das rede é sete pescador! (Interlocutor 10, homem, 76 anos)

O compartilhamento das atividades produtivas também ocorria entre as diferentes origens étnicas que compartilhavam os territórios de pesca, os saberes tradicionais, bem como a “colheita” proveniente dos recursos naturais. Com funções distintas na pesca, variando entre o dono de rede, o “vigia”, o “chumbereiro” e os “camaradas”, “brancos e negros” compartilhavam as práticas tradicionais apreendidas ao longo das gerações, bem como dos recursos, vistos como uma dádiva da natureza.

O Seu Jacó, o nego Jacó³⁷, cansei de coisa, joguei bola com ele lá na Tapera, lá em frente a... onde tem aquela quadrazinha, era um campinho de futebol. Eles lanceavam muito, sempre, cada... vinham com aquelas batera cheia de peixe, eles iam de canoa, e a batera vinha cheia de peixe. Depois eles levavam só pra trazer o peixe. A rede, muitas vezes, não dava nem pra trazer, porque tinha que deixar pra poder buscar outra hora. (Interlocutor 20, homem, 66 anos)

Eu só ajudava a pescar. Pra pescar tinha o chumbereiro, o patrão, tinha tudo né? Nós era pra ajudar (...) Puxavam. Aí, depois tudo ele puxava. Quando a rede tava perto (...) aí saíam pra fora pra enxora a rede e só ficava os chumbereiro. Os dois chumbereiro trabalhavo a noite inteira. Pra não deixar sair o peixe pra... pra matá. E quando dava a hora de enxora, saía, jogava dentro da canoa. Aí, o chumbereiro saía. Quando era muito peixe, metia o remo e jogava dentro da canoa. Porque vinha lanço grande de peixe, vinha peixe bonito. (Interlocutor 23, homem, 81 anos)

³⁷ Segundo relatos, o “Nego Jacó” era um importante vigia na época da lanceada de tai nha (arrasto).

Todas essas atividades eram repletas de significados, e a pesca pode ser considerada um importante “espaço” de reprodução social e cultural da comunidade³⁸. Com a morte dos moradores mais antigos e as novas possibilidades de trabalho associadas ao Porto de São Francisco, os moradores começaram então a migrar da Figueira e da Praia Grande para Tapera, ainda que muitos insistissem e resistissem em manter seus modos de vida vinculados exclusivamente à água e a terra. Segundo relatos de pessoas da comunidade, dois moradores permaneceram até os últimos dez anos (meados de 2004) na Praia Grande, sendo um deles da família do Seu Jacó. Viveram naquele núcleo mantendo as atividades de pesca, extração de samambaia³⁹ e eventualmente realizando atividades na Tapera ou no centro da cidade.

No Território Acaraí, o que inclui diferentes núcleos comunitários, é também importante destacar a região do Morro Grande, visto a migração contínua que algumas famílias faziam entre os diferentes espaço-lugares, seja para compartilhar as atividades, como para buscar novas possibilidades nas atividades produtivas desempenhadas. Além disso, a nova configuração ecológica do Canal do Linguado, rupturou a relação com o Rio Perequê e, por conseguinte, com o Rio Acaraí, envolvendo as regiões da Gamboa/Miranda e Porto do Rei. Essa nova configuração resultou em novos vetores de mudanças nas atividades produtivas, especialmente vinculadas à pesca.

Fica bastante marcante no repertório da comunidade o “Caminho do Estivado”, para ligação entre os diferentes núcleos, especialmente entre o Morro Grande e a Tapera.

Aqui no Morro Grande, aqui? Aqui, tem um caminho aqui por dentro, que por aqui dá oito quilômetros (...) Vem por aqui (...) nós chamava estivado, que o estivado era só por baixo do mato, assim ó. Era tudo estivado que parava lá no Morro Grande. Então, lá tinha dois pasto, cercado, o pasto do João Vicente e do Guilherme. A gente passava, pegava o caminho e ia lá pra nossa casa, pro Morro Grande. (Interlocutor 23, homem, 81 anos)

É porque antigamente, tinha aqui dentro no coisa, tinha o caminho do estivado (...) O pessoal do Morro Grande iam dar lance de tainha e coisa no rio da Tapera. Mas, adepois, com o Linguado, que foi fechado, o rio da Tapera, ele fechou muito. Ele fechou muito, porque as área, aqueles coisa, como tem em todo os local, né? O Marssal, o Marssal onde é a caixa d' água, embaixo, lá tinha engenho de farinha, tinha tudo. E lá, o pessoal ia, eu tinha os meus avô que moravam no

³⁸ No Capítulo 5 um item específico para tratar da pesca artesanal será apresentado, para uma análise em profundidade do contexto atual.

³⁹ No Capítulo 5 um item específico irá tratar da extração de samambaias.

Morro da Palha também, e a minha mãe se criou-se lá. Então, eles iam buscar, pegar, quando eles davam lance de tainha lá, eles iam lá buscar tainha lá. Então, de lá a lá em baixo era, mais ou menos uns três, quatro quilômetro de distância, ou menos, talvez até menos, né? (Interlocutor 20, homem, 66 anos)

Embora existam mudanças na ocupação e localização das famílias, aspectos do território simbólico das comunidades permanecem nas suas memórias, bem como nas práticas ainda adotadas, configurando seu patrimônio imaterial.

O compartilhamento do território ocorria não apenas na delimitação dos lugares e núcleos comunitários, mas também em festividades, eventos religiosos, nas questões relacionadas à saúde da comunidade, como benzimentos, no conhecimento de ervas medicinais, e nos partos realizados por parteiras que ali viviam. Além disso, questões culturais associadas ao lazer da comunidade, o terno de reis, boi de mamão e a “contação de versos”, chamado pela comunidade de Pasquim, faziam e fazem parte da configuração territorial do Nosso Acaará, inter-relacionando núcleos da Figueira e Praia Grande⁴⁰.

Conforme defini Albagli (2004), o termo território vem do latim, territorium, que por sua vez, deriva de terra e significa pedaço de terra apropriado. O território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. A gênese, a dinâmica e a diferenciação dos territórios vinculam-se a uma variedade de dimensões, tais como: físicas, econômicas, simbólicas e sociopolíticas. Pode-se então entender que o território Acaará constituiu-se além dos limites geográficos e núcleos comunitários, incorporando elementos de diversos âmbitos.

A autora ainda menciona o conceito de territorialidade referindo-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas (localidade, região ou país) e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. Esse sentido de relação que um grupo social mantém com seu território poderia ser também tratado a partir do conceito de cosmografia apresentado por Little (2002b):

(...) definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um

⁴⁰ No Capítulo 5 serão destacados aspectos do patrimônio imaterial das comunidades estudadas, elemento importante de sua tradição.

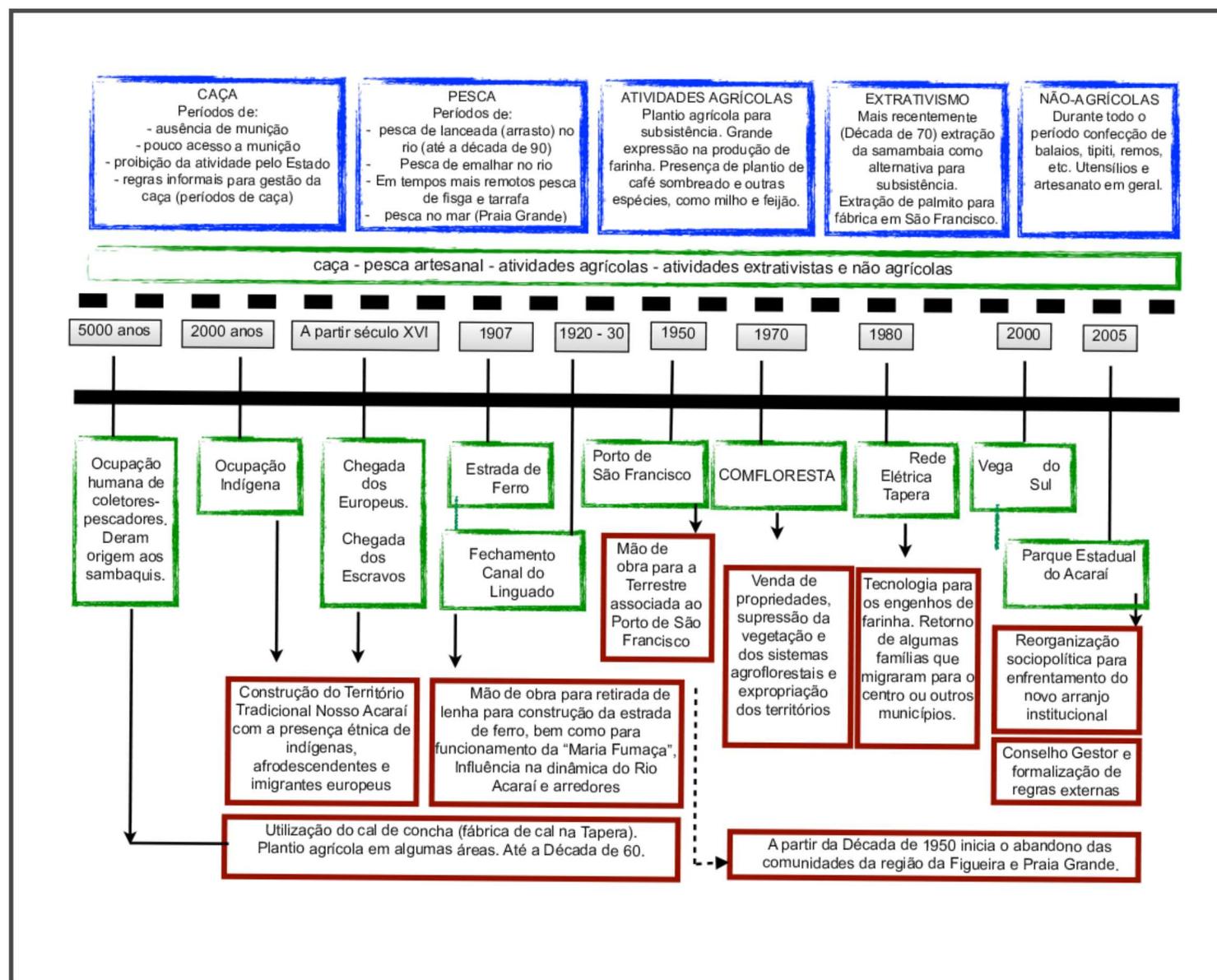


Figura 10 - Principais fases e vetores de mudança que constituem a trajetória de desenvolvimento da região do Acaraí. A linha do tempo contínua indica as principais fases da trajetória de desenvolvimento do território Acaraí, sendo estas demarcadas nos quadros verdes. Nos quadros em vermelho, estão descritas as influências ou vetores de mudanças destas fases, em relação às fases demarcadas em verde. Acima da linha do tempo contínua, uma linha do tempo pontilhada, demarca fases/atividades produtivas, demarcadas em azul, consideradas contínuas ao longo do tempo.

grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002, p. 04b).

Do sentido de pertencimento pode também emergir o sentido de identidade, como capacidade de visualizar, identificar e compreender seu espaço e tempo, que potencializa as intervenções positivas no seu espaço. Nessa correlação, Little (2002b) indica que “ser de um lugar” (pertencer a) não induz a uma relação necessária com etnicidade ou com raça, mas sim a relação com o espaço físico determinado. Adiciona, ainda, que “a categoria de identidade pode se ampliar, à medida que a identidade de um grupo passa, entre outras coisas, pela relação com os territórios construídos com base nas suas respectivas cosmografias” (LITTLE, 2002:10b).

No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade. Contudo, a territorialidade do Acaraí, é expressa a partir dos seus modos de vida, da relação com os recursos naturais, com a expressão dos saberes tradicionais e as relações simbólicas mantidas ao longo do tempo e nos espaços que constituem o território.

4.4 Síntese das Fases, Vetores de Mudança e Cenário Atual

Ao longo do tempo, a região do Acaraí viveu grandes transformações no que tange o cenário sociopolítico, socioeconômico, socioecológico e sociocultural. Uma síntese dos principais elementos que compuseram o território, bem como os vetores de mudança serão analisados, a partir dos relatos dos diferentes interlocutores que construíram e constroem a história longa e recente do território.

Os sistemas de produção dessa região foram diversos e estiveram relacionados ao sistema agrícola, marcado fortemente por um sistema de trocas e de gestão familiar/comunitária dos espaços. A pesca artesanal transitou como pesca de subsistência para um

sistema comercial configurado para complemento de renda familiar. Os ciclos do sistema agrícola-pesqueiro foram influenciados por vetores de transformação, tais como: a implantação do Porto de São Francisco, a construção da Estrada Ferroviária, a chegada da energia elétrica, a Comfloresta e, recentemente, com a constituição do Parque do Acaará.

Tais vetores condicionaram à mudanças sociais e ambientais significativas com implicações para os modos de vida daquele território. Contudo, as diferentes atividades produtivas que compuseram a trajetória de desenvolvimento da região, os vetores de transformação e suas consequências nos sistemas tradicionais dos núcleos comunitários serão neste item tratados. A Figura 10 sintetiza a linha do tempo e indica os principais vetores de mudança do Território Acaará.

4.4.1 Os circuitos produtivos, no mato, na água e na terra...

Eu trabalhava no mato, a não ser, quando não era safra de farinha, eu trabalhava com mato. Eu cortava palmito pra vendê, cortava lenha né, e... chegava sábado, a gente vendia aquela lenha e o palmito, aquelas coisa, e vortava pro mato pra caçá. Matá caça pra só, dois dia né? Que a gente não tinha geladeira, não tinha nada. Só matava e trazia, comia um dia ou dois. Sempre era assim, toda semana. Quando o tempo caía de chuva, assim, que não dava, mas a gente sempre pescava, tinha uma redinha, botava lá no rio, pegava um peixe. E assim... os filho, só me vio, às vezes à noite, às vezes de dia né. Mas, às vezes trabalhava a danar, pra danar, neste mato. (Interlocutor 17, homem, 72 anos)

Pensar nas atividades produtivas desenvolvidas pelas comunidades do Acaará, é relacioná-las num circuito produtivo integrado e multivariado. É possível afirmar que as famílias desempenhavam atividades simultâneas, dividindo as tarefas entre homens, mulheres, jovens e crianças⁴¹, e ao mesmo tempo entre o rio, o mato e a lavoura. A vida cotidiana era integrada entre esses circuitos produtivos, sendo complexificada ao longo do tempo, muitas vezes tencionadas a partir de demandas externas à região.

Na região do Acaará foi presente durante um longo período, o desenvolvimento de atividades vinculadas a caça, pesca e produção agrícola. Tais atividades foram permanentes na

⁴¹ O relato de pessoas mais velhas sobre o trabalho no tempo em que eram crianças é bastante presente. Este momento é avaliado por eles como um momento de ajuda nas atividades domésticas, bem como de aprendizado e obediência (respeito) aos mais velhos, "conhecedores da realidade". O momento de ajudar os pais nas atividades produtivas ("pesca e mato") era também o momento de lazer, aprendizado e cuidado familiar.

vida das famílias, independentes da incorporação de outras atividades (locais ou não). Ou seja, essas atividades foram desenvolvidas pelas famílias ao longo da história da ocupação da região, ainda que simultâneas às atividades mais centrais - no município de São Francisco do Sul e permanecem até os dias atuais.

As atividades produtivas foram contínuas ao longo do tempo, ainda que cada uma tenha sofrido vetores de mudanças específicos. Num primeiro nível, é possível afirmar que as atividades de caça, pesca e agricultura foram constantes, bem como as consideradas “não-agrícolas”, como a confecção de balaios, cestarias e petrechos para pesca, como remos e canoas, vinculadas aos saberes manuais, próprios da miscigenação das comunidades.

A subsistência das famílias marcou as características das atividades, sendo apenas o excedente trocado por outras mercadorias não fabricadas no local. O grande destaque no circuito de trocas estava associado à farinha, a partir da expressiva mão de obra das famílias, nos mutirões e tarefadas:

E quando, as vez, a gente também fazia anssim... prantá uma roça muito grande, né? Que as nossa roça era muito grande. O povo tudo aí prantavo bastante. E então, eles fazio assim, um mutirão, né? A gente convidava pro mutirão um e outro e ia três, quatro de uma casa, três, quatro de outra. Vinha gente da Figueira. Ajudá a prantá. Uns dez home cavava, cavocava, e as mulherada tudo plantavo. [...] É, a alegria do pobre era isso. (Interlocutor 18, mulher, 72 anos)

Muita foi feita ai na figueira. Tinha um canoeiro que fazia. Francisco Rita – era canoeira. Morava na enseada. Quando tinha canoa pra fazer, a gente ia buscar ele, teve uma epoca que ele fez 3 canoas pra nós. (Interlocutor 12, homem, 80 anos)

Moravam la na beira do rio, eles tinha casa de engenho e viviam da roça ne. Aquela coisarada. Plantava arroz, feijaozinho. Pescavam um pouquinho. Porque você ve, naquela época assim, a vida de família, o convívio deles era rústico e pouco. Só que eles se contentavam com pouco que tinha entendeu (Interlocutor 15, homem, 65 anos)

A conexão com o “mato” era para complemento alimentar, a partir da caça de animais de pequeno porte, bem como para retirada de palmito, sendo estes exclusivos para alimentação. Em relação à caça, importante considerar duas fases importantes. A primeira, marcada pela ausência (escassez) de munição, condicionando a captura seletiva dos animais. Além disso, a inexistência de energia elétrica, tornava a caça apenas um complemento de alimento, e não de comercialização direta, devido as limitações para conservação

(refrigeração). Assim, capturava-se o necessário para alimentação do período, especialmente quando não era possível encontrar outro recurso proteico, nesse caso, fortemente associado à pesca.

A segunda fase, é marcada pela presença do Estado, com o estabelecimento de regras formais para o período de caça. Em relação a isso, importante mencionar que tais períodos não eram acordados pela comunidade, não pelo questionamento da sua importância, mas sim, por não concordarem com o período estabelecido para proteção dos animais. Assim, as regras informais da comunidade, para o período de caça, já presentes na primeira fase apresentada, mantiveram-se mesmo com a presença das regras formais do Estado, por entenderem mais sustentáveis para proteção dos animais.

As áreas de floresta conservadas eram também importantes para manutenção da reprodução dos animais, sendo aspecto considerado fundamental pelas comunidades tradicionais. A ida para o “mato” era um elemento importante da vida da comunidade, e muitas vezes, não estava relacionada à captura dos animais e, sim, ao contato com a natureza.

Aí então eles pegavam, secavam a caça, porque não tinha geladeira, na época nada né, ai secavam no fumeiro, que hoje em dia chama-se comida assim, defumação (...) então, defumavam aquela carne tudo, nos varais assim no rancho, então, eles levavo pro lado do Morro grande, Rocio Grande, onde eles se colovavam né? Pra comer, vender algum, porque eles não tinha venda quase, eles davam. Porque naquele tempo as coisas quase não havia dinheiro, era sempre era trocado né? Então, chegava numa casa, tem um pouco de café pra me arrumar, eu te dou um pouco de açúcar grosso, um pouco de farinha, um pouco de uma coisa, ai eles cambiavam né, porque o dinheiro era curto. (Interlocutor 15, homem, 65 anos)

Era um lugar que... de mato cheio. E não tinha morador nenhum, né. Só tinha lá um caminho que varava pra Praia Grande (...) Então, era um mato muito bonito também, então eu gostava de caçá ali e... pra cima, depois is rio acima, andava uma hora e meia, a remo, e lá a gente caçava também. Que a gente custava a adquirir dinheiro pra comprá munição (...) eu caminhei pelo mato com uma espingarda e um cartucho, um meio dia todo, andei uns três quilometro de mato, sem eu dá um tiro, via os pássaro, passavo pra lá, chamavo, eles vinho, aí olhava pra eles assim e ia pra outro lugar. Assim, eu caminhava... e ainda tenho esse costume, sabe? Agora que eu to doente, faz tempo que eu não vou, mas tenho uma vontade de ir pra lá...

Aí nós não caçá, né? Porque a caçada ela tem um tempo (...) mês que eles mando pra caçá, mas já tem os tatu, ta tudo novinho, pequeno

assim. A turma não ia caçar... E o prazo que eles dão pra caçada é naquele tempo de agosto em diante, já as caça tão tudo miudinho.

E um tempo que coisa. Os passarinho tão chocando ainda, muitos passarinho choca no mês de agosto quase inteiro. É o tempo que eles dero, mas ta errado. O tempo deles, de começá a caça até o fim, ta errado. É o tempo, né? Os tatu tão criando, não podia. Eu, que era eu com o meu companheiro, que eu tinha um compadre que morou aqui, na Tapera (...) Nós caçava no tempo que pertencia pra nós, depois nós parava. De caça de espingarda e cachorro, de tudo quanto é coisa nós parava. Então, nós respeitava aquele tempo. (Interlocutor 23, homem, 81 anos)

Ah, nós caçava muito tatu, a paca, né? E era carne boa de comer? Mas, tudo tem um limite, né? Nós só caçava na época que era o tempo de caçar, né?

E que época era?

Nós a... pela licença na época, do IBAMA, que aquela época era IBAMA, né? Era... começava dia quinze de maio. Eu acho que também já era uma hora que não, devia ser quinze de abril e fechado quinze de julho (...) Porque mês de junho... junho ainda não, mas julho, geralmente os tatu, essas coisa, tavo tudo... fala o brasileiro claro: prenha, né? Que eles diz, né? Tavam tudo... porque aí, são quatro tatuzinho. (...) Já tavam grávida. Então, quer dizer que é uma época que já não deviam matar mais. Aí nós parava. Chegava, ou senão, se pegava uma tatua, a gente olhava, soltava ela porque... pra não acabar, né? (Interlocutor 20, homem, 66 anos)

Em relação ao uso dos recursos da floresta, houve um período em que era realizada a extração do palmito pra complemento da renda, com venda à fábrica implantada na região de São Francisco do Sul. Também como atividade produtiva pontual e presente num pequeno ciclo temporal e remoto, foi realizada a extração de cal dos sambaquis presentes na região. Tais estruturas foram exploradas até sua proibição pelo Estado, visto que a concepção dessas estruturas pela comunidade tradicional era diferenciada em relação ao que envolve o patrimônio arqueológico lá identificado. Para alguns membros da comunidade local, os sambaquis são resultado do “dilúvio” relatado na Bíblia e não retratam diretamente a existência de povos que viveram em períodos pretéritos na região. Essa relação é fortemente construídas por influências religiosas em algumas famílias da comunidade.

A retirada de lenha também complementou a renda das famílias, sendo identificado dois ciclos produtivos. O primeiro, considerado longo, mas de menor produção, esteve relacionado à venda para comerciantes locais e uso das famílias. Outro, mais curto, mas com alta produção, esteve vinculado à construção da estrada de ferro na região, reconfigurando as

atividades produtivas locais e a própria migração dos núcleos comunitários da Figueira e Praia Grande para Tapera.

Ainda, como atividade extrativista, a comunidade participou ativamente na construção de cabos para navios, a partir da matéria prima dos cipós. O conhecimento passado de pai para filho, fortaleceu a relação com a terra e o conhecimento das práticas e saberes tradicionais para atender demandas externas à comunidade, como a estrada de ferro e o Porto de São Francisco do Sul.

Importante salientar, que as atividades pontuais (complementares) eram realizadas nos períodos de entressafra, da pesca e da produção de farinha, que exigia o estabelecimento coletivo de trabalho na comunidade. Ou seja, as “lançadas” de pesca, com um sistema altamente coletivo, e a fabricação de farinha, por meio de “mutirões” e “tarefadas” eram priorizadas pela comunidade, sendo os intervalos entre uma atividade e outra, complementada pelas demais atividades produtivas.

Essa dimensão, ou lógica de organização produtiva, enseja que o esgotamento dos recursos não era realizado, tendo em vista a pluriatividade executada ao longo das estações anuais. O potencial de criação Unidade de Conservação de Proteção Integral em território secularmente utilizados pelas comunidades tradicionais, por si só revela a eficácia das modalidades de uso da floresta por tais comunidades, conforme tratado por Farias Junior (2013) em territórios da Amazônia e que não parece ser distinto na zona costeira catarinense em análise. Alguns relatos exemplificam:

A lenha. A lenha eu tirei muita lenha. Porque eu trabalhava, muitas vez quando faltava dinheiro muitas vezes, naquela época a gente tinha um setor diferente. Fazia a farinha tudo de uma vez só. Então quando chegava no fim do ano não tinha mais a farinha e não tinha mais o dinheiro. Ai a coisa apertava entendeu? (Interlocutor 15, homem, 65 anos)

A farinha era no tempo, no inverno, então a gente fazia muita farinha, empaiolava, e ia vendendo. Ai terminava a safra da farinha, cuidava de outra coisa. (Interlocutor 12, homem, 80 anos)

Lá na figueira (...) Naquela época tinha lenha, tinha muito empreiteiro de lenha lá no Morro da Palha, Miranda, então eu cortava lenha pra eles. (...)Pra Joinville, São Francisco, ia pra todo lugar, Jaraguá,. (...) Empreiteiros do trem (...) Eu cortava 10 metros de lenha por dia no machado. Depois eu montei uma fabricazinha de cal, cal de concha. Fazia cal. Eu cortava 30 metros de lenha e mil,

mil e poucos cachão, carrinho de casca. De casqueiro. Era um casqueiro aqui na Tapera. Na estrada do porto, ia para pra esquerda. Cada caieira dava 2, 3 mil quilos (de cal), então eu vendia. (Interlocutor 12, homem, 80 anos)

Ah, nós tirava cipó. Tirava...meu pai tirava o cipó, trazio, discascavo, rachavo tudo no meio, fazio cabos. Cabos pra vender pra navio. Cabo pra rede, cabo pra tudo, daquele tempo (...) Eles mandavo nois coxa na coxadeira, e nós coxava, coxava, e depois pegava, tinha um negócio, tipo de uma carambola, depois do cabo tudo coxado, era unido, e eles passavo aquele negócio, que nem uma carambola assim, no meio, pra lá e pra cá, pra terminar a coxadura, depois tiravo de cá, amarravo a primeira ponta, firmavo bem e amarravo na outra. Fazio aqueles cabo bem grande. Era feito balaio, era feito cesta de cipó, feito chapéu tudo. (Interlocutor 5, mulher, 63 anos)

Não, quem trabalhava na roça, trabalhava... Como quem trabalhava na Terrestre, trabalhava na roça também. Trabalhava na roça, trabalhava no palmito, que naquele tempo tinha muito palmito, não era proibido de tirar. Iam trabalhar e iam trabalhar na roça, às vezes iam tirá palmito. Eles vendiam pro Marquinhos, que tinha uma fábrica de palmito muito grande aí. Tem gente aí que descascava palmito, como eu tenho uma prima da mulher, que aposentou-se. Aposentou-se lá. No tempo que pra descascá palmito pra fazer a conserva. Vinha palmito do outro lado, vinha daqui da Tapera, carroça de palmito. Naquele tempo não era proibido. E tinha! E tinha palmito! Meu Deus do céu! (Interlocutor 23, homem, 81 anos)

Em relação à pesca artesanal, alguns principais ciclos de mudança são notáveis. Primeiramente, observa-se um ciclo fortemente associado ao sistema de arrasto ou “lanceada” no Rio Acaraí, com eventual utilização de tarrafas. O sistema de “lanceada” era realizado de forma coletiva, sendo alterado pela diminuição no número de pessoas disponíveis para realização da atividade. Por outro lado, a proibição da prática com normais formais, também desestimulou a permanência de muitos na região, visto a impossibilidade de realizar as atividades. Assim, os ciclos produtivos influenciaram e foram influenciados por vetores de mudança na região, sendo ora causa, ora efeito de mudança.

Do sistema coletivo de arrasto, a pescaria passou para um sistema que exigia ainda um trabalho coletivo, mas apenas com duas pessoas, a partir da pesca de “redondo” ou “cerco”:

Primeiro foi por causa que o povo começou a ir trabalhá mais pra fora, e começaram a não da mais importância. A segunda, foi porque foi proibido. (Interlocutor 11, homem, 62 anos)

Acabou porque o pessoal começaram a trabalhar com rede de malha, né? E rede de malha é em dois, a rede é grande, bota, pode andar até de bota, né? Pesca, dá o lance e fica esperando. E naquele tempo não, era dentro da água a noite inteira. É. Isso aí faz uns vinte anos, vinte e pouco. (Interlocutor 23, homem, 81 anos)

Em relação aos sistemas de pesca coletivos (arrasto ou lanceada), a Figueira e a Tapera os compartilhavam, existindo proprietários de rede nas duas regiões. Nesse caso, o Rio Acaraí, era território importante para perpetuação do conhecimento tradicional, especialmente entre os mais novos, com função de camaradas da pesca já que possuíam maior força de trabalho. Em direção a foz do rio, as áreas de pesca eram escolhidas para “lançar”, já em direção à nascente, “rio da Figueira”, as espécies como a traíra eram priorizadas, em épocas específicas do ano, devido as características ecológicas do estuário (influência da salinidade).

É. Saíam de lá da Figueira, saíam cedo, pra pegar, pra ir lançar lá embaixo. Lá o rio é largo, dá pra botar rede... de trezentas braça, quatrocentas braça, pode cercar. Mas lá em cima é estreitinho, é só capim. Tem o que? Tem mais ou menos... um quilometro, um quilometro e pouco [...], é tudo tapado, o rio só tem um carrerinho, é tudo tapado de... de... dessa... o limo que dá em cima do rio, né? Como é? [...] É um capim que dá, que tapa tudo, assim, ó. Só de rede de malha. Que eles boto pra pegá taráira, que dava muita taráira lá em cima. Também tem tainha também. Mas é muito pouco. Aonde tem aquela coisa da Petrobrás lá em cima [...], ali é estreito o rio. É longe, é quase um quilometro. (Interlocutor 23, homem, 81 anos)

Que matavo muito peixe aqui. Tinha seis rede, né? Tinha três rede aqui, e tinha duas na Figueira. Que é da gente do Isidoro ali, do pai do Isidoro e o... aquele, como é? O... morava perto do campo, o... Então, tinha cinco rede. Tinha duas na Figueira e tinha três aqui. (Interlocutor 23, homem, 81 anos)

é... tinha muita gente ali na Figueira, e eles também vivio do rio, né? Creio que eles até limpava os capim serra que criava muito lá pra cima, né? Ele matavo muita traíra, muita cará, lá pra cima dava muito. (Interlocutor 18, mulher, 72 anos)

De maneira mais remota, mas paralela ao sistema coletivo de pesca, outras práticas foram identificadas, como a pescaria com o “gasômetro” e a “fisga” (Figura 11). Essas práticas eram estruturadas de maneira artesanal, compreendendo um sistema de conhecimento diferenciado, com uso de tecnologias manuais, incluindo a fabricação dos fios de forma

artesanal. Recursos locais eram utilizados para tecer as redes, destacando-se as espécies de plantas como a “corticeira” e o “tucum” .

Ah, a pescaria era do mesmo tipo, né? (...) De rede, de fisga, matava de fisga, assim. Só que naquele tempo era de fisga, a gente fisgava no rio aí, mas não era de calibrí como tem hoje, com bateria. Naquele tempo era com gasômetro (...) É, gasômetro, é um... [...] Então aquilo ali, a gente botava carbureto ali dentro e ascendia, né? E amarrava na ponta da canoa, assim, e saía devagarzinho, o peixe vinha no claro e a gente fisgava. E rede, né? Espinhel pra pegá traíra, né? Que a gente usava aquelas coisa. Só que aquela rede, naquele tempo era outro tipo de rede, né? Não é a rede que tem hoje. Naquele tempo era rede de fio [...] não era o fio seda (...) (Interlocutor 8, homem, 62 anos)



Figura 11 - Aparelhos de pesca utilizados antigamente no Rio Acaraí. À esquerda, fisga e à direita gasômetro.

Só que naquele tempo, a cortiça não era cortiça comprada. Era de corticeira. Ainda tem na beira do rio a tal de corticeira, que é uma madeira que a gente tira ela, corta um pedacinho e faz cortiça, ali fura e fazia cortiça pra (...) Naquele tempo era de corticeira. [...] Ah, fazia o de tucum. Pra fazer tarrafa. Tarrafa, linha de pescar... (...) pra fazer tarrafa, eles faziam de tucum, da folha de tucum. Eles tiravam né, a folha, eles pegavam a folha, curtiavam a folha, aí ficava só um... uns fiapo e aquilo ali eles iam cochando, a minha mãe fazia muito, cochava aquilo ali pra fazer, ela fazia aqueles fio comprido, dali, eles teciam pra fazer a tarrafa, pra fazer fio pra pescar em caniço, assim, com vara. (Interlocutor 8, homem, 62 anos)

É, hoje tá proibido, né? É proibido (...) a pesca de fisga, (...) então, você facheava, você facheava, via onde tava o peixe parado, você escolhia o peixe pra você matar. É, um de cada vez, né? E quer dizer que é a pesca, é a pesca do índio, do bugre. (...). Você vai matar o peixe, escolhe o peixe pra matar (...) Toda vida foi. Era uma coisa que toda a vida foi... a pesca da fisga era uma pesca que você escolhe o peixe que você quer matar. Você não vai matar qualquer peixe, você vai matar o peixe escolhido, né? Agora, o incrível que eu acho, esses barco de pesca aí fora, com aquelas malhinha miúda (...) (Interlocutor 20, homem, 66 anos)

Em se tratando dos sistemas associados à pesca artesanal, alguns vetores de mudança são percebidos pelos usuários locais, tais como:

(a) Canal do Linguado - fechamento do Canal do Linguado com a construção da Estrada de Ferro.

A história do fechamento do Canal do Linguado remonta ao ano de 1907, iniciado pelo fechamento da porção norte do canal, quando objetivou-se a construção do ramal ferroviário de ligação ao Porto de São Francisco do Sul. Em 1935 foram concluídas as obras de fechamento total do canal. A efetivação do aterro transformou a Ilha de São Francisco do Sul numa península, fechando permanentemente a circulação das águas nessa área, implicando em significativas alterações na hidrodinâmica e na estrutura dos ecossistemas atingidos, tanto na Baía da Babitonga como em Barra do Sul (CREMER, 2004, p.102). O fechamento do canal do Linguado teve um atraso na percepção das mudanças pelos usuários de recursos. Essa percepção não foi imediata, tendo em vista que as alterações mais marcantes se configuraram ao longo do tempo, especialmente comparados com a dinâmica do Rio Acaraí, presenciadas na época dos avós e bisavós da geração atual.

E o nosso rio Acaraí, com o Linguado fechado, ele foi se encolhendo, ele tá se fechando mais. Ele tá cada vez fechando mais, porque ele trabalhava com o Perequê, que lá que vai perto da Praia do Ervino, lá. Ele trabalhava com a Figueira e a boca da barra, da Barra do Sul. Então, ela trabalhava nessa volta. E hoje, tem uma extensão enorme, que ela... o rio secou, o rio secou! É a mesma coisa o nosso Linguado. (Interlocutor 20, homem, 66 anos)

Eu não cheguei a conhecê. Mas o pessoal conta que aqui pra cima, tu vai lá no Perequê, era aberto. O nosso rio aqui tinha duas barra. (Interlocutor 17, homem, 72 anos)

(b) Ponte da Enseada - período em que a barra da Enseada ficou fechada, comprometendo a entrada dos peixes no Acaraí.

As percepções dos comunitários sobre as mudanças na dinâmica do estuário do Acaraí são presentes. Correlacionam-as, no tempo e no espaço, tanto por vetores naturais que apresentavam ciclos amenos de alteração, como vetores antrópicos, resultantes de outras

intervenções em áreas adjacentes, como na Praia da Enseada que apresentou alterações no equilíbrio praiar, decorrente da construção de molhes da Petrobras (Figura 12).

Lá na enseada, lá na barra sabe. Aquela ponte lá, é a barra, então entrava pro rio aí (...) Não tinha ponte naquela época. (Interlocutor 12, homem, 80 anos)

Uma coisa que eu recorro uma vez, fechou a barra desse rio, há muitos ano... eu era sortero, quase sessenta ano faz (...) trancô, levô muito tempo trancado (...) a barra lá da Enseada. [...] Aquilo ali trancou, criou um banco de areia...Só, quando enchia lá, de maré, entrava água pra cá e não vortava, né? Então, foi inundando ali. Então, tudo ali, na margem do rio, pra pegá a mata, tem barranco. Até a beira do barranco secô tudo. Então, o meu pai aproveitô toda aquela lenha. (Interlocutor 17, homem, 72 anos)

Não tava dando peixe mais, quase. Ele ficou uma época sem dar peixe. Porque essa nossa... saía da ponte aí a barra saía costeando, costeando, e ia costeando, tinha lugar que ficava muito baixinho, maré secava, não tinha nem água (...) Por causa da barra, da própria barra lá, que tava fechada. (...)Por causa da natureza, mudou a força, a água, mudou. Aí ficou sem dá peixe, que... o peixe não vinha pra cá. Tinha época que tava seco. Agora aí, agora eles abriro, não. Agora tem uma mudança, a maré tá mais alta, tá mais baixa, tem força de água. (Interlocutor 22, homem, 52 anos)



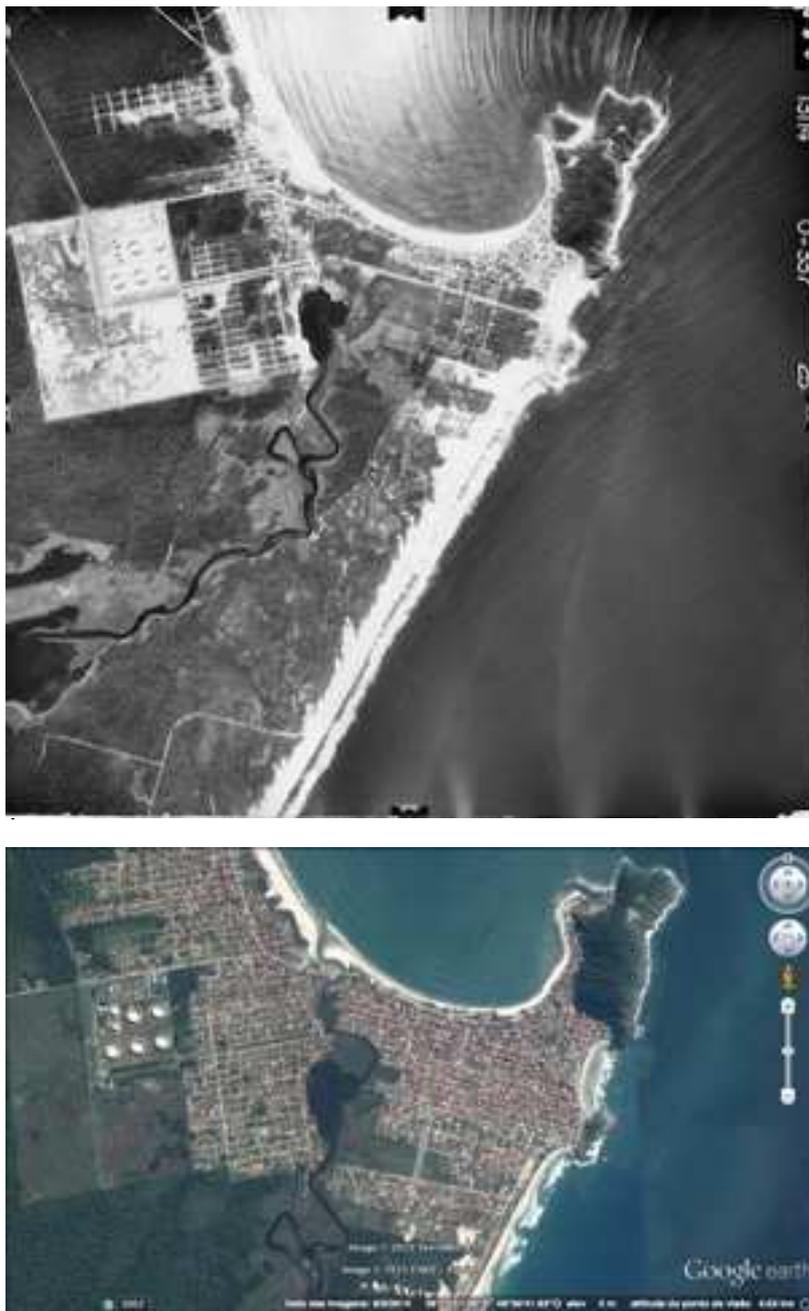


Figura 12 - Série histórica de imagens aéreas da foz do Rio Acaraí. 1957, 1978 e 2014 em ordem de apresentação. Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina (1957 e 1978) e Google Earth (2014).

(c) Redução dos estoques - percepção dos pescadores sobre a condição dos recursos migratórios.

A percepção dos pescadores sobre a condição dos recursos pesqueiros traz elementos de pescarias externas ao Rio Acaraí e também outras modalidades de pesca realizadas no seu interior. A pesca industrial é bastante mencionada, com especial destaque para as espécies de

ocorrência no estuário (tainha, por exemplo). As modalidades de pesca amadora (esportiva) em crescente ascensão na região são identificadas como fator limitador da realização da pesca artesanal (profissional), especialmente por possuírem práticas diferenciadas das realizadas pelos pescadores tradicionais do Acaraí.

Depois que botara esses barco de pesca fora ai, tá acabando com tudo a pesca. Barco tá acabando com tudo. Não vê que não dá mais peixe na Enseada, na Barra do Sul, não dá mais, na Barra Velha não dá mais, em tudo lugar, o barco come tudo la fora. Naquela época não tinha barco, vinha aquele grande cardume de peixe e entrava aqui no rio. (Interlocutor 12, homem, 80 anos)

Cabe também ressaltar as influências das transformações na região da foz do Rio Acaraí (Figura 13), seja nos aspectos da ocupação das margens do rio, em Áreas de Preservação Permanente, que influenciam na dinâmica do estuário, em termos de funcionamento e estabilidade do ecossistema. Há que considerar também a grande concentração de pescadores esportivos naquela localidade, especialmente com a pesca de tarrafa durante o período da tainha e que influenciam diretamente nas atividades produtivas dos comunitários.



Figura 13 - Foz do Rio Acaraí. Fonte: Da autora.

De forma relacional com a pesca, a construção da Estrada de Ferro (iniciada em 1907, tendo sua conclusão, com o fechamento do Linguado, em torno de 1920-1930) condicionou a retirada de lenha da floresta, tanto para construção da estrada, como para o funcionamento do trem – Maria Fumaça.

Vivia de tirar lenha, veja, quando... apertava muito, eles tiravo lenha pra estrada de ferro. Sabe? Que a estrada de ferro comprava lenha em metro aqui (...) Eles compravam... não era pra derrubá tora, que eles não compravam tora. Em parte não compravam tora, mas compravam o dormento. Era tirado dormento pra estrada de ferro. (Interlocutor 21, homem, 70 anos)

Com o estabelecimento do Porto de São Francisco do Sul, grande parte dos moradores da região do Acaraí foram trabalhar na Terrestre e, conforme já explicitado, forçou a migração para regiões mais próximas da cidade. Contudo, mesmo a comunidade do Acaraí estando envolvida em novas atividades, e externas ao Acaraí, elas mantiveram suas atividades tradicionais, notadamente relacionadas à pesca. Assim, o circuito produtivo das comunidades continuou marcado pela presença de pluriatividades, sendo incorporadas atividades relacionadas ao Porto. Essa situação iniciou na década de 1950, com maior pico em 1970, quando a Comfloresta demandou força de trabalho e recursos territoriais.

...enquanto ele não trabalhava na terrestre ele trabalhava pescando aí. Aí depois ele arrumou esse serviço lá na terrestre, quando eu tava perto pra nascer. Quando novo trabalhava aí, nessas pescaria, mato, essas coisa... Depois arrumou esse serviço lá na terrestre e trabalhou até se aposentar. (Interlocutor 11, homem, 62 anos)

A minha mãe trabalhava na roça, o meu pai trabalhava na Terrestre, lá no Sindicato da Terrestre, no Porto. Só que naquela época, era muito ruim a Terrestre, a estiva... então o serviço levava muito tempo. Passavo semana sem trabalhá. Então, meu pai trabalhava lá e vinha pro sítio pra cortá lenha, né. Vendê lenha e (...) Aí depois, cortava lenha seca, pessoal prantava muito arroz (...) e a gente aproveitava aquela lenha que eles derrubavo, cortava tudo, fazia lenha e vendia, né. Meu pai gostava muito... meu pai era muito trabalhador [sorri] (...) Porque aí, meu pai dizia: - bom, enquanto nós aproveitamo a lenha que os outro derruba, nós não derrubamo [ri]. Já aproveitava que ela ta seca, né? a gente secava muito, aquela lenha boa e depois vendia. Nós levava lenha na padaria... nós tinha muito, muito fregueses particular, né. (Interlocutor 17, homem, 72 anos)

Ah, aprendi com o pai! Desde pequeno (...) Mas desde que ele veio pra cá (em 1954), ele já trabalhava na terrestre também, e então a vida dele era assim também. Que nem a vida que eu levei quando eu trabalhava. Trabalhava na terrestre, falhava navio, faltava serviço, que o serviço era pouco. Porque quando não tinha navio, não tinha serviço nessas empresa, nessas madeireira que tinha por aí. Então não tinha chamada, aí ele voltava de lá e ia pesca (...) E eu peguei o memo costume. Fui no memo caminho. (Interlocutor 11, homem, 62 anos)

Aqui, se chove você já não vai. Mas você pode fazer outra coisa. Você pode fazer um balaios, você pode fazer um... tipiti, pode fazer uma vassoura, se você quiser. É o que eles faziam antigamente. Eles aproveitavam todo o tempo que tinham! Não dá pra cortar lenha, não dá pra entrar no mato porque chove, vai trabalhar no rancho, dentro de casa, vai consertar o engenho, vai consertar uma coisa, vai consertar outra. (Interlocutor 21, homem, 70 anos)

O período de instalação da Comfloresta na região pode ser considerada um dos vetores principais de transformação do território Acaraí, visto as alterações que esta provocou nos sistemas socioecológicos, dentre as quais, destaca-se:

- i) venda das propriedades;
- ii) supressão da vegetação;
- iii) expropriação dos territórios comunitários; e
- iv) oferta de empregos temporários.

As vendas das propriedades mudaram o sistema de divisão de terras, alterando inclusive suas dimensões. As propriedades adquiridas ou apropriadas pela Comfloresta foram na sua totalidade desmatadas para o plantio de espécies exóticas (Eucalipto ou Pinus). O sistema de plantio de tais espécies reduziu a possibilidade de manutenção das atividades tradicionais, visto os impactos ocasionados pelo novo sistema florestal. Além disso, muitas áreas comunais de plantio, especialmente na região da Figueira, não puderam mais ser utilizadas, pela proibição por parte da empresa.

O controle de acesso ocorre nos dias atuais, com grande influência para realização das atividades extrativistas, visto o impedimento de entrar nas áreas privatizadas da Comfloresta. A criação de búfalos nas áreas também tenciona a privação de acesso ou da regeneração da vegetação nativa, atualmente privatizada.

Algumas famílias trabalharam na fase inicial da Comfloresta, auxiliando na abertura de rumos, dado o conhecimento aprofundado da região, no corte da vegetação nativa e no plantio das espécies exóticas. Segundo relatos dos que participaram do processo, as condições de trabalho não eram dignas, e muitos acabaram deixando a atividade e retornando às atividades tradicionais desempenhadas anteriormente.

Ah! A Comfloresta. A parte da Comfloresta que a gente plantava la pro lado da Figueira, naqueles terreno la nós não podemo plantar mais.

Esses terrenos, eram terrenos parados né? As pessoas que eram dono, muitos saíram, outros moravam em cima, mas quase não usavam, porque ja tavo velho, cansado. Então, plantavo pouco. Ai eles vieram e foram vendo os dono, comprando, alguns e acabou...

Mas era uma terra que vocês usavam?

Era terra produtiva. Tinha parte de reserva né? As parte baixa do terreno, que enchia, então eram reservas. Ali ficava pra tira o morão, tira vara, tirar palhas, pra cobrir as casa, tira ripa das palmeira, tira madeira pra tora muitas vezes, né. Faze esses madeirame grande de cima da casa. Então aquela reserva só era usada a parte enxuta. E as parte baixa, baixa só que usava mais era só plantio de arroz na beira do rio.

Ai o pessoal foi obrigado a evitar de ir naquela área, não poder tocar mais né. Não usavam mais de tirar mais nada, porque eles não deixo, e logo que eles botaram tudo embaixo, entendeu, eles arrasaram, acabaram com as maquina ne. (Interlocutor 15, homem, 65 anos)

Eles tinha três equipe de tratorista. Um pegava madrugada até dez hora. Outro pegava das dez até as seis, outro pegava a noite... (Interlocutor 17, homem, 72 anos)

Eles traziam peão la de Curitiba, do interior. Daqui era pouca gente que trabalhava. (Interlocutor 13, mulher, 76 anos)

Tinha muito mato. Hoje em dia, uma terça parte do Brasil é tudo da Comfloresta. Isso aqui tem muita coisa de terra que é tudo deles. Só se a senhora ver pra ca, é tudo deles. Ta que é só capoeira, devastaram o Pinus tudo. Ta só em capoeira. Hoje em dia para ca onde era os Pinus, tá uma fazenda de búfalos. E pra ca também, replantaram novamente, eucalipto, tem muito eucalipto plantado lá, na estrada que vai pra Figueira. (...) eles acabavam com a lenha, a lenha que eles tiravam, faziam fogueira, jogavam óleo, queimavam que era barbaridade. Não vendiam...plantavam Pinus. Acabaram com o mato tudo a Comfloresta. (Interlocutor 12, homem, 80 anos)

Também, quando dava enchente, enchia até ali a casa da Tiburcia... as água enchia, né? Que pra lá era muito baixo, muito brejo. Mas, com muito valo que fizeram agora não enche mais. [...] Em parte foi bom. Em parte é ruim, foi ruim pros passarinho, né? Que eles plantaro o pino e botavo muito veneno pra formiga, ainda boto. E essa correrinha que dá assim nas casa (eu gosto do ninho da corria, ela é muito alegrinha, é um passarinho alegre), mas, levou tempo até a gente vê ela cantá. Eu, pra mim, morrero, agora que ce vê uma corroíra cantá (...) Tanto trator, noite e dia, foi uma pena! Muitos animal... muito largato aparecia aqui sem perna. Mataro, mataro não, o cachorro corria atrás de tatu, adepois, alejado, com os quarto tirado, tudo as maquina né? Mas acabou tudo! Foi uma destruição! (Interlocutor 18, mulher, 72 anos)

O período também foi marcado pelo afastamento dos mais jovens, que começaram a associar-se a trabalhos fora da comunidade, ficando os mais velhos com escassez de mão de obra para continuar as atividades produtivas artesanais. Na década de 1970, quando da chegada da Comfloresta, grande parte das pessoas já estavam associadas à Terrestre (Porto), agravando ainda mais a perda de mão de obra para as atividades tradicionais.

Assim, o movimento de resistência à venda das propriedades, se deu nas famílias que optaram em manter suas atividades, à trabalharem em serviços fora do Acaraí. Muitos mantiveram suas propriedades, a fabricação de farinha, ainda que em menor quantidade, mesmo vivenciando a ausência de mão de obra. Outros, mesmo com atividades “externas”, mantiveram seus vínculos com a terra/imóveis no Acaraí.

... o meu ele trabalhava muito no mato. Ele era empregado na cidade, mas como eu falei tinha época que ela largava tudo e vinha pro mato. Que lá, às vezes, perdia tempo, então, não dava serviço, de varde! E ele vinha pro mato. E a gente aprendeu aquele ritmo. É, acostumou. Eu quando dei baixa do exército, eu podia ter pego um serviço na estiva. Eu tinha um concunhado que era presidente da estiva e queria me colocá. Mas eu pensei. Não [risos], não quero. Rejeitei, né? Fiquei aqui no mato. Valeu à pena. Se eu estivesse trabalhando na estiva, não sei o que seria, né? Mas, fiquei aqui, com a minha esposa, trabalhando, e... pescando, curtindo aquele prazer da gente, né? E... graças a Deus, se saímo bem, sabe? (Interlocutor 17, homem, 72 anos)

Em decorrência, a produção agrícola foi alterada, especialmente na apropriação das terras, ou seja, nas regras de manejo e uso para manutenção dos sistemas de plantio, como o “descanso” da terra (coivaras). As terras disponíveis ou subutilizadas eram alugadas para as famílias que ainda mantiveram a tradição agrícola, mas não dispunham de terra para realizar o plantio. Os alugueis mantiveram o sistema de trocas, tal qual eram realizados em tempos anteriores.

Agora, a maioria, quando a gente não tem as terra, tem que alugar dos outro né. Ai tu chega lá no vizinho, tu tem aquele pedaço de terra, que a gente conhece, tu não que aforá? Porque a gente chega no tempo da colheita dá um pouco pra ele.

Muitas vez 7 ano, 6 ano (tempo de espera para o plantio). Que muitas vez tinha uma parte de terra mais fraca, outra mais forte. Então eles se baseavo no plantio das coisa, pelo movimento do mato. Quando o mato era mais viçoso, a terra era mais forte. Quando a parte da terra era mais fraca, o mato era mais ruim, mais raquíto né.

A maioria tudo dono. A maioria tudo tem dono. Porque os terreno aqui antigamente era base de 3300 metro. Três mil metro. Difícil o pedaço de terra pequena. Hoje aqui que ja dividiro um lote pra um, um lote pra outro, tem muito terreno cortado já. (Interlocutor 15, homem, 65 anos)

Ao mesmo tempo em que a mão de obra tornou-se escassa, algumas tecnologias facilitaram a manutenção das atividades, especialmente com a vinda da energia elétrica (na década de 1980), onde os engenhos de farinha passaram de manuais (bulandeiras) para o funcionamento à motor. De qualquer modo, a produção não se manteve como antes, visto que as áreas de plantio também diminuíram. O acesso aos produtos já beneficiados pela “cidade” alterou o sistema de trocas, pela compra direta, facilitados com os salários ganhos nos empregos formais (ou não) no centro de São Francisco do Sul.

Um novo ciclo foi desenhado com a chegada da energia elétrica. Algumas famílias que haviam migrado para outros municípios da região, como Joinville, retornam ao núcleo da Tapera, pela relação de pertencimento ao lugar e para desenvolverem as atividades produtivas, sobretudo a pesca. Esse período pode ser identificado a partir da década de 1990, onde muitas famílias tradicionais voltam a residir na Tapera.

A incorporação da atividade extrativista da samambaia também foi fundamental para complemento de renda das famílias, com grande participação das mulheres. Compradores externos à região, buscaram força de trabalho e o conhecimento da comunidade local para extração da samambaia. Era de conhecimento dos compradores, a realização de retirada de palhas para cobertura de telhados, pela geração dos avós da comunidade atual. Concomitantemente à exaustão dos recursos locais, proveniente da ocupação das terras pela Comfloresta, a extração da samambaia foi uma alternativa importante para sustento de muitas famílias. Nos dias atuais, essa permanece como atividade produtiva fundamental para a região do Acaiaí, e será descrita em detalhes no Capítulo 5.

Embora, atualmente, as mulheres estejam envolvidas com a samambaia, com menor relação com as lavouras, ou produção expressiva de farinha, elas mantêm forte vínculo com a pesca, especialmente do Cará (Família Cichlidae) na estação do verão. Além disso, por ser uma atividade com forte relação de gênero, elas mantêm, em suas propriedades reduzidas, sistemas de cultivo (hortas) para subsistência alimentar. Recente estudo realizado por

Marques (2013) identificou diversas plantas cultivadas e extraídas pelas famílias do entorno do Acaraí. Grande parte das espécimes extraídas são nativas, sendo que na região da Tapera, aparentemente, existe o compartilhamento de informações e práticas sobre as espécies nativas entre nativos e não nativos, diferentemente do que foi encontrado nos balneários adjacentes.

Eu ia pro mato também, tirá samambaia com as criança. Tirei muita samambaia, muito, muito, muito... o caminhão ia lá no mato, na Figueira buscá as samambaia. Nós amarrava tudo, tudo. E quando nós tirava lá na Comfloresta, que não dava do caminhão ir, a gente amarrava tudo, e botava numa vara de bambu e trazia tudo, as minhas filha ainda vinha cantando com aquele peso todo nas costa!

O Seu Isaías, comprava muita samambaia. Ele era lá da Barra do Sul. No mês de maio né, que era tempo do dia das mãe, né? Então ele mandava nós tirá muito, que de certo tinha muita saída né? Ele vendia em porção de lugar. [...] E quando as roça já tava com mato, nós parava com a samambaia e ia carpi as roça. Aí, carpinava tudo de enxada, eu cos rapaze e as menina. Então, quando tava no tempo de fazê farinha, o (marido) parava com as lenha dele, com as madeira que ele tirava e aí ia fazê farinha. Dois, três mês. (Interlocutor 18, mulher, 72 anos)

Em síntese, no período marcado entre a década de 1950 e 1970, muitas transformações ocorreram na região. A considerada “extinção” do Casqueiro, como da Figueira ocorre em função da migração das famílias para Tapera ou Enseada, sendo essas mais próximas às opções de trabalho no Porto (Terrestre). A vinda da Comfloresta, associada ao período de perda de mão de obra das famílias, condicionou a venda de muitas propriedades, além de reduzir as áreas de reprodução social e cultural das comunidades.

A década de 1960 foi também marcada pela forte proibição das atividades agrícolas, tendo em vista as restrições impostas pelo Código Florestal de 1965 - Lei 4.771/1965 (BRASIL, 1965). Em relação ao plantio de mandioca, Foppa (2009) encontrou a mesma situação na região das praias agrestes de Balneário Camboriú (SC), com a interferência direta das normativas legais nos sistemas agrícolas tradicionais.

Para além da dimensão produtiva descrita, pondera-se que o impedimento das atividades produtivas não ruptura as demais relações simbólicas que constituem o território. Embora alguns agrupamentos comunitários não existam mais na sua acepção física, esses locais ainda permanecem como territórios simbólicos importantes para a comunidade que os

revitaliza e revisita para constituição de seus modos de vida. A dimensão coletiva imbuída nessas comunidades tradicionais pode ser exemplificada com a existência/manutenção de um rancho coletivo de pescadores na Praia Grande que abriga as famílias tradicionais no movimento (coletivo) de ida à praia para captura do manini⁴² e durante a safra da tainha (maio a julho).

Acima de tudo, tal território está reafirmado quando da manutenção das recordações dos lugares e de suas memórias, tal como o local onde existia o campo de futebol da Figueira, a “casa grande”, as árvores que servem de contemplação - como Olandi e os “Dois irmãos” (dois coqueiros iguais que ocorrem ao longo do Rio Acaraí) - áreas que foram importantes para caça, o cemitério, os pilares da igreja, o local da escola, etc.

Na Praia Grande, como já relatado, uma importante composição do território simbólico é mantido, visto a presença do cemitério. O Morrete, localizado na Praia Grande, é uma referência importante para as comunidades tradicionais. A passagem do Casqueiro guarda histórias do repertório tradicional da comunidade e constituem importante patrimônio imaterial daquela região.

Eu tenho saudade, então a gente vai pra Figueira (...) ainda esses dia fomo lá (...) passeá e ver aquelas árvores lá, lembrá como era, a gente toda que morava lá (...) (Interlocutor 19, mulher, 67 anos)

Seguindo a compreensão da linha do tempo do território Acaraí, a partir de 2000 ocorreu o estabelecimento da Empresa Vega do Sul⁴³, da qual teve como condicionante do seu processo de licenciamento ambiental, a criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral - o Parque Estadual do Acaraí (em 2005). A implantação da empresa é convergente ao que pode ser denominado de cenário regional no norte catarinense com mudanças significativas em diferentes ordens.

Primeiramente, as políticas desenvolvimentistas em ascensão do norte catarinense, têm no município de Joinville um eixo central, considerando sua posição como terceiro maior pólo industrial do sul do Brasil, voltado aos ramos metal-mecânico, plástico e têxtil⁴⁴.

⁴² Manini (espécie não identificada) é um molusco bivalve (duas conchas) bentônico que vive enterrado na areia da praia, na zona de espraiamento das ondas.

⁴³ Atualmente Arcelor Mittal (indústria de aços).

⁴⁴ Dados de Rocha apud Serafini (2012).

Associado ao contexto industrial do norte catarinense outras atividades econômicas têm sido crescentes, dentre elas àquelas relacionadas ao setor portuário na Baía da Babitonga e mar adjacente, como o porto público de São Francisco do Sul, o porto privado de Itapoá/Empresa Tecon-SC (implementado em 2009), além daqueles em processo de licenciamento como o porto da Norsul (Terminal Marítimo Mar Azul) o de Laranjeiras, em São Francisco do Sul (SERAFINI, 2012) e outros empreendimentos correlatos.

Como parte constituinte da região nota-se outros municípios do norte catarinense assumindo a perspectiva de “crescimento” com mudanças significativas no ordenamento do seu território (físico), com mudanças no zoneamento do Plano Diretor para acomodar empresas e constituir a lógica industrial. Esse cenário foi recentemente observado na implantação da BMW⁴⁵ no município de Araquari.

Ao mesmo tempo em que se observa a tendência de incentivo às políticas desenvolvimentistas, há que se ponderar a existência de nove aldeias indígenas na região norte catarinense, sendo cinco delas localizadas no município de Araquari (Tabela 5 e Figura 7). O processo de reconhecimento das terras indígenas tem sido mediado pela Justiça Federal em longos e conflituosos processos judiciais assentados no interesse de agricultores e outros setores da região. Durante o acompanhamento das audiências públicas do Plano Diretor de Araquari relatos de desconstrução e desvalorização da etnia indígena na região foi observada, em grande parte por agricultores que disputam direitos pelas áreas em litígio.

Nessa linha de argumentação reflete-se sobre as ponderações de Little (2002) sobre a questão indígena no Brasil, no qual a posição do Estado estrutura-se em não reconhecer ou proporcionar o seu desenvolvimento como etnia diferenciada, sendo o cenário complexificado no nível municipal no qual “residem arraigadas forças racistas contrárias aos interesses dos grupos étnicos locais, particularmente os dos índios” (p.41). O autor salienta que embora haja mudanças na conduta do Estado, a implementação de políticas que respeitem a diversidade cultural enfrentam barreiras, tais quais a falta de treinamento das agências, a falta de interesse e visão para dialogar com os grupos etnicamente diferenciados.

⁴⁵ O acompanhamento das alterações no Plano Diretor do Município de Araquari (SC) ocorreu de forma não sistemática nas atividades periciais por mim desempenhadas junto do Ministério Público Federal em Joinville. A análise decorreu dos documentos do Inquérito Civil Público e das audiências públicas realizadas pelo Município no ano de 2013.

Tabela 5 - Localização das Aldeias do Pólo Base de Araquari/SC.

ALDEIA	MUNICÍPIO
YVY D'JU	São Francisco do Sul
MORRO ALTO	São Francisco do Sul
JABUTICABEIRA	Araquari
YVAPURU	Araquari
PINDOTY	Araquari
TIARAJÚ	Araquari
TARUMÃ	Araquari
CONQUISTA	Baln. Barra do Sul
YYA KÃN PORÃ	Garuva

Fonte: FUNASA/Araquari.

Diante do exposto, embora destacadas as influências localizadas do estabelecimento da Empresa Vega do Sul no Acaraí, necessário também assentá-la no plano maior de desenvolvimento da região, com outros efeitos no nível regional. De maneira geral, destacam-se os conflitos entre a pesca de pequena escala e a implantação de portos na Baía da Babitonga (SERAFINI, 2012), entre as terras indígenas (e suas demandas) e as políticas de ordenamento territorial unilaterais lideradas pelos municípios costeiros e, genericamente, entre as comunidades tradicionais e os resultados da compensação ambiental, presentes (ou ausentes/omitidas) nos processos de licenciamento. Além disso, destaca-se o processo conflituoso relacionado à criação de Reserva de Fauna na Baía da Babitonga.

Se no plano regional intenta-se, por parte do Estado, proporcionar com o véu das oportunidades de empregos o “desenvolvimento” da região, no nível local, outras interpretações também são resultantes. No Acaraí, grande parte dos moradores percebem o Parque como uma consequência negativa da Empresa, tendo em vista que a concebem como uma imposição que condiciona a perda dos espaços tradicionais. Além disso, destacam a presença do emissário da empresa que percorre transversalmente o Rio Acaraí, como uma estrutura com potencial de prejuízos ao ecossistema local. Surge também o entendimento de

uma contradição, uma vez que permite-se um emissário, ao mesmo tempo em que as atividades tradicionais desempenhadas secularmente na área do Parque são proibidas.

Embora existam muitas controvérsias em relação ao entendimento sobre o significado do Parque Acaará, fica claro que a proibição do uso direto dos recursos é vista com receio pela comunidade. A norma imposta implicou no abandono (destruição) de alguns ranchos utilizados tradicionalmente para acomodação das embarcações pelas famílias tradicionais. Esse abandono foi fruto do receio de coerção por parte dos órgãos ambientais e pelas informações desconhecidas sobre a implantação do Parque junto à comunidade. O IBAMA atuou de forma indiscriminada em diversos ranchos localizados ao longo do Rio Acaará resultando na demolição de alguns pela via administrativa e/ou judicial. Muitos comunitários, sem a prerrogativa da ampla defesa, adotaram a postura de demolir, sem questionamento, com receio da imposição de multas pecuniárias, atrelando ao Parque a imposição de tais medidas.

Situação semelhante foi também encontrada no Parque Nacional Lagoa do Peixe no Rio Grande do Sul em que Almudi e Kalikoski (2009, p. 06) observaram que as comunidades no interior daquela Unidade de Conservação “têm regredido em estrutura e número de moradores, os quais têm migrado para comunidades fora da área protegida ou para as cidades vizinhas”, reflexo de possíveis pressões informais perpetradas pelos gestores do Parque. No Acaará embora seja evidente o retorno das famílias nativas para residir na Tapera, a medida de gestão impõe a necessidade de uma nova reorganização sociopolítica ou de suas atividades produtivas para enfrentar o novo desenho institucional que decorre do Parque.

Também foi possível observar que grande parte da comunidade tem conhecimento sobre as diferentes categorias de unidades de conservação, sendo parte do seu repertório a não contrariedade à proteção, status praticado pelas comunidades tradicionais. Conhecem a possibilidade de uma categoria de UC de uso sustentável e a concebem como pertinente para compatibilizar os usos tradicionais e seus modos de vida com a proteção dos recursos naturais. Tal conhecimento resulta do período de intervenção do Ministério Público, quando o setor pericial, promotor e procurador com atuação na área, construíram relação de proximidade com os comunitários, informando sobre as possibilidades (legais) de contemplação dos usos tradicionais e a criação de Unidades de Conservação⁴⁶.

⁴⁶ Situação esta que resultou no ajuizamento de Ação Civil Pública.

Com a presença promotora de organizações atuando como pontes (CASH, ADGER e BERKES, 2006)⁴⁷, como o caso do Ministério Público, a comunidade demonstrou capacidade de organização sociopolítica para enfrentamento desse novo vetor de mudança (Parque), sendo ativa nas reuniões relacionadas à temática, bem como na estruturação de uma associação para enfrentamento da implementação do Parque. O distanciamento dos órgãos ambientais, ou sua presença dúbia, incidiu no afastamento da comunidade para mediar o conflito imposto, recorrendo ao apoio judicial para discutir a recategorização da área.

Como resultado do processo judicial um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi firmado entre o Ministério Público Estadual, a FATMA e o Governo do Estado (Anexo A) para extinguir a paralisação da implementação do Parque em medida liminar, sem, no entanto, discutir seus termos com as comunidades diretamente afetadas. Nessa linha, a participação da comunidade do Acaará, seja na figura da representação formal da Associação de Moradores da Tapera no Conselho da UC, ou pela participação como observadores/receptores da nova política de ordenamento/gestão da área, constituiu repertório a ser incorporado pela comunidade, tendo em vista a nova lógica instituída com o Parque⁴⁸. Na direção contrária, não se nota a mesma incorporação pelos órgãos gestores, tendo em vista que a gestão do parque e outras instituições não se mostram abertas em (re)conhecer a comunidade, suas histórias de vínculo e memórias com o território ou, minimamente, os direitos fundamentais garantidos a esses grupos.

No espaço formal do conselho gestor nota-se também a presença de Organizações Não-Governamentais (ONGs), de cunho ambientalista, com postura contrária às comunidades tradicionais e ainda mais afastada da dimensão étnica presente no Acaará. Compõe-se, assim, um jogo de forças que polariza e fragiliza ainda mais as comunidades locais em direção ao status de natureza intocada perpetrada pela UC de Proteção Integral com um protecionismo que reafirma a dimensão econômica e atrofia a dimensão cultural, étnica e territorial.

⁴⁷ As organizações-ponte atuam numa função intermediária e interagem reciprocamente entre níveis, arenas ou escalas e facilitam a co-produção de conhecimento (CASH, ADGER e BERKES, 2006).

⁴⁸ As implicações da judicialização do conflito socioambiental (latente ou em expansão), serão tratados no Capítulo 6, mas na análise aqui descrita importa de ser mencionada, tendo em vista a presença de mais um ator na composição do território Acaará.

Num paralelo com o que ocorre com os povos e comunidades tradicionais da Amazônia, resguardadas as devidas proporções, sente-se do cenário norte catarinense, situação semelhante à abordada por Almeida (2012) para pensar os territórios naquela região:

Assiste-se, atualmente, à implementação de políticas de “reorganização de espaços e territórios” que não são um produto mecânico da expansão gradual das trocas, mas sim o efeito de uma ação de Estado deliberadamente protecionista, voltada para a reestruturação de mercados, disciplinando a comercialização da terra e dos recursos florestais e do subsolo. (ALMEIDA, 2012, p. 63)

Conforme trata o autor, as transformações sociais na primeira década do século XXI, com fortes associações às demandas progressistas de um crescimento econômico, liderados por ações governamentais, “reeditam a prevalência do quadro natural” e “flexibilizam normas jurídicas que asseguram os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais” (ALMEIDA, 2012, p.63) para alimentar tal modelo. O resultado, conforme indica o autor, entre outros aspectos, tem sido o de “debilitar os fatores identitários, atomizar os agentes sociais, fragilizando identidades coletivas, suas condições de representação e os próprios atos de delegação”.

O contexto de políticas desenvolvimentistas que marcaram o cenário brasileiro nas últimas décadas tencionaram essa tendência, e no plano local, pouco visaram as necessidades econômicas e políticas de grupos étnicos e, menos ainda, sua autonomia cultural (LITTLE, 2002a). A tradução para o território Acaará decorre não somente pela nova medida de gestão que polarizou demandas, mas por outros vetores, como da apropriação privada pela Comfloresta, ou mesmo da especulação imobiliária que alcança seu auge de domínio, quando afasta da incorporação nos limites de uma UC de proteção integral a foz do estuário que lhe justificou a criação.

Ainda que correspondam a biomas distintos, num lado Amazonia e do outro Mata Atlântica e Zona Costeira, observa-se o mesmo padrão e tendência de omissão aos grupos tradicionais, numa região onde a discussão/reflexão com essa temática tem sido muito inferior ao seu potencial latente e explícito para o desenvolvimento e gestão dos recursos naturais e garantia dos direitos fundamentais.

Como exemplo que resulta da rotina do conselho gestor de UC, reunião realizada na comunidade da Tapera⁴⁹ para deliberar sobre documento a ser enviado ao Ministério Público, com objetivo de solicitar o “desembargo” do Parque, foi possível notar:

- a) Sucessivas falas de ONG ambientalista com assento no Conselho em desfavor das comunidades, vistas como empecilho ao estabelecimento do Parque, em função da Ação Judicial, bem como da compreensão de um potencial destrutivo das atividades tradicionais desempenhadas pelas comunidades à área;
- b) Monopolização das falas pelo representante da FATMA para mobilizar o conselho a dar seguimento à implementação do Parque, justificado em grande parte, pela eminência de perder recursos oriundos de outras compensações ambientais;
- c) Desvalorização explícita de qualquer fala em favor das comunidades tradicionais, seja por pesquisadores que participavam como ouvintes, e de forma ainda mais hostilizante aos comunitários que almejavam fazer uso da palavra;
- d) Esvaziamento da reunião por parte dos comunitários em função do comportamento aguerrido dos atores presente na reunião contra eles;
- e) Votação majoritária, ainda que não unânime, em favor do documento para continuidade às ações do Parque (fortemente associada à colocação de trilhas e outras medidas para incentivo do “turismo ecológico”).

Dos votos favoráveis, destacam-se aqueles oriundos das representações que, em tese, poderiam defender os direitos das comunidades tradicionais ou, minimamente, compreender suas demandas sociais (como dos pescadores de pequena escala, de grupos étnicos ou extrativistas): Colônia de Pesca de São Francisco do Sul e Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), sendo a última com papel de agência de extensão no Estado e, conseqüentemente, compreenderia os beneficiários da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural que executa.

Conforme tratou Serafini (2012, p. 206), “a Epagri enquanto agência de extensão rural atuante no nível local teria potencial para estreitar relações e assumir responsabilidades em arranjos colaborativos de gestão”, mas o que se observa são várias limitações institucionais, a

⁴⁹ Por se tratar de reunião realizada na Tapera, houve a participação de diversos comunitários, além da representação formal da Associação Comunitária, conselheira naquele Conselho Gestor.

exemplo da restrição de atuação na área agrícola, e quando voltada para o mar, prioriza o incentivo à maricultura à outras demandas mais reais das comunidades pesqueiras, limitando o exercício da extensão (MEDEIROS, 2009; FOPPA; BONATTI; MEDEIROS, 2011).

A recomposição histórica do território Acaará desenhada neste capítulo pretendeu esboçar vetores de mudança e a memória dos comunitários, sem afastá-la de sua permanência no presente. Desse feito, importa correlacionar como precisamente pontuado por Almeida (2008) que:

A Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da OIT logram contemplar estas distintas situações sociais referidas às regiões de colonização antiga, assim como aquelas que caracterizam regiões de ocupação recente, ao recolocar no tempo presente o sentido de “terras tradicionalmente ocupadas”, libertando-o da “imemorialidade”, da preocupação com “origem”, do passado e de categorias correlatas (ALMEIDA, 2008).

A aproximação da trajetória, enquanto abordagem analítica, favoreceu o reconhecimento das mudanças, trazendo à tona os movimentos e adaptação das comunidades tradicionais. A memória do território e o sistema de conhecimento reafirma as perspectivas da sua dinâmica, afastando as categorias de um passado romantizado ou estático que não traduz o que representa e constitui um território tradicionalmente ocupado.

4.4.2 Os circuitos multivariados históricos e no tempo atual

As atividades realizadas no Território Acaará estiveram integradas em ciclos produtivos marcados pela pluriatividade, compartilhados entre diferentes núcleos comunitários ao longo do tempo. A Figura 14 resume cada uma das fases vivenciadas no território estudado.

O ciclo 1 demonstra o período em que os regimes de trocas alimentavam as atividades produtivas, num contato estrito e de alta dependência com o ambiente local. Os ciclos 2 a 5 foram se modificando pela inserção de novas atividades, o abandono seletivo de outras e o retorno de atividades realizadas anteriormente. A pesca e a relação com o mato, seja pela caça ou pelas atividades extrativistas, permaneceram durante todo o período da trajetória, explicitando a íntima relação e conhecimento dos recursos naturais que tais comunidades

estabeleceram e estabelecem com os diferentes espaços físicos e ecossistemas (marinhos ou costeiros).

Algumas atividades presentes nos ciclos podem ser consideradas externas aos circuitos tradicionalmente desenvolvidos, como por exemplo, as atividades portuárias. Outras, no entanto, desenvolvidas no próprio espaço físico do território Acaraí, como a Comfloresta, foram incorporadas nos circuitos produtivos mas tensionaram alterações na dinâmica das atividades produtivas, bem como na manutenção ou afastamento das atividades tradicionais. Entre os ciclos 4 e 5, embora se destaque a presença da Comfloresta como atividade produtiva em ambos os ciclos. No ciclo 5 mais um vetor que interfere nos ciclos internos para o mesmo período, do que na participação direta dos comunitários, como ocorria no ciclo anterior (ciclo 4).

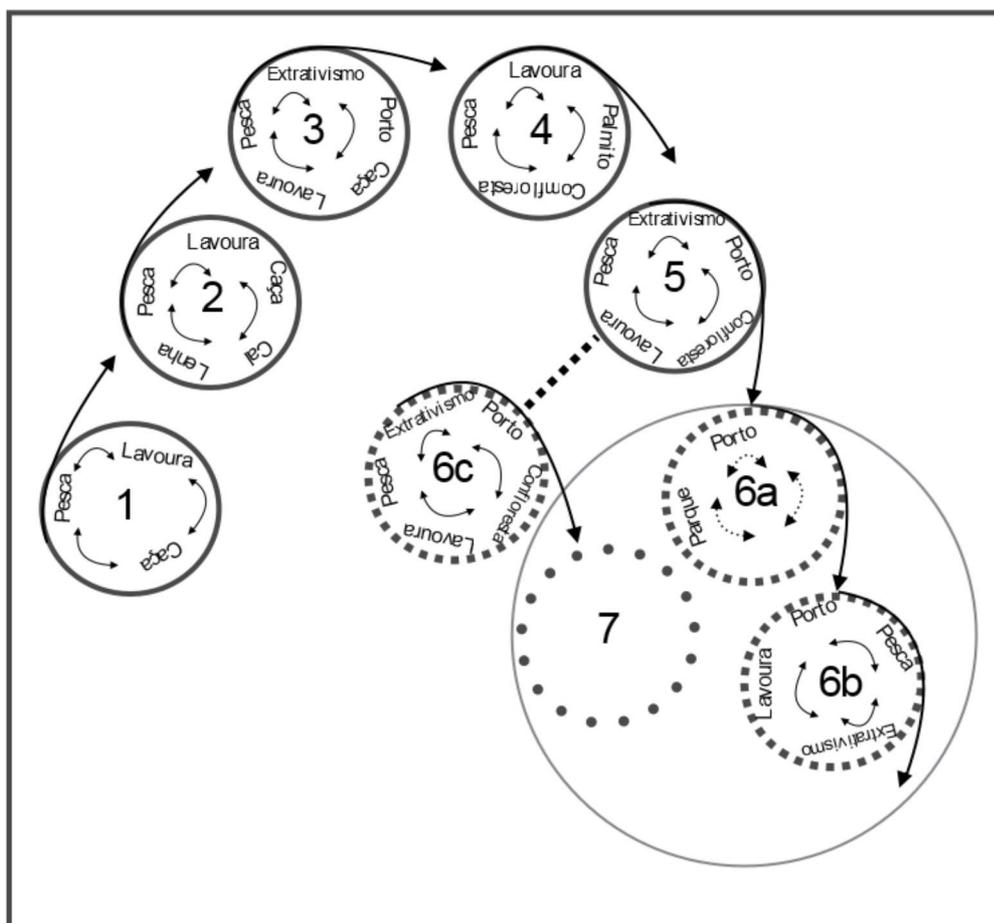


Figura 14 - Ciclos produtivos marcados pela pluriatividades (de 1 a 5). A partir do ciclo 6 tem-se a representação do cenário atual, no qual possuem tendências: com Parque (6b) e negação das atividades tradicionais, sem parque (6c). Com ou sem parque pode haver tendência de outros ciclos oriundos de outras medidas de gestão ou recreação criativa (7).

A incorporação de atividades externas como o Porto e a Terrestre compôs o repertório das pluriatividades, considerando que não houve o abandono completo das atividades tradicionais, e sim, a conciliação entre elas. Uma interpretação possível resulta de que a participação nas atividades “externas”, durante um período significativo, não afetou diretamente na manutenção das atividades tradicionais, tendo em vista a permanência dos circuitos multivariados ao longo de décadas. Tal padrão não é da mesma forma constituído quando do estabelecimento da Comfloresta que tenciona maiores alterações na dinâmica das atividades produtivas e nos seus modos de vida, como dito anteriormente.

Nota-se também que a extração da samambaia (extrativismo) esteve presente em diferentes fases, sendo apenas alterada sua dinâmica local e organização produtiva, reflexo das pressões exercidas pelo circuito comercial liderado por fatores externos à comunidade⁵⁰.

Embora os ciclos retratem nominalmente atividades produtivas, coexistem a elas a dimensão imaterial que compõe cada uma das fases, retratadas pelo conhecimento ecológico, pelos saberes e a constituição da dimensão simbólica que transcende a existência, ou não, das atividades produtivas. Por outro lado, a composição da comunidade com predomínio de famílias tradicionais com laços territoriais definidos é também alterado pela presença crescente de grupos sociais heterogêneos que passam a compartilhar o território em mudança.

Esse vetor é amplificado na zona costeira, tendo em vista a consolidação urbana de muitos balneários que tem condicionado a migração para os territórios ocupados tradicionalmente, em busca de “sossego”, ou aos modos que foram ao longo do tempo mantidos e resguardados em suas características culturais e ambientais pela comunidade tradicional. Assim, novas pressões de atividades vinculadas ao turismo, especulação imobiliária e moradias de segunda residência marcam os circuitos internos da região do Acaraí e marcam o cenário de mudança.

Já o ciclo 6, apresentado com ramificações, pode ser interpretado a partir do ciclo atual que envolve a criação do Parque (6a), podendo, em primeira ordem, inviabilizar as atividades tradicionais num horizonte de médio e longo prazo. A representação nominal como Porto como uma das atividades produtivas no ciclo 6a, pode também ser retratada por qualquer atividade associada ao modelo de desenvolvimento do litoral norte catarinense, como o

⁵⁰ A dinâmica detalhada da atividade extrativista da samambaia será tratada no Capítulo 5.

turismo, atividades industriais ou de serviços, implicando na erosão dos modos de vida tradicionais. Em outra linha - 6b - seria uma possível tendência para uma nova organização produtiva, a partir de uma nova medida de gestão, resultante da intervenção do Parque para conciliar na sua gestão o território tradicional. Já o ciclo 6c, representa um ciclo possível, numa reorganização do território sem a intervenção do Parque, proporcionada pela própria organização sociopolítica da comunidade ou do aporte das organizações-ponte. Essa possibilidade partiria da renovação dos ciclos anteriores à existência do Parque e poderia induzir a existência de um novo ciclo (7), inerente ou não, à gestão do Parque.

5. IMAGENS E MOVIMENTOS DO TERRITÓRIO NO CENÁRIO ATUAL

“ Minha querida Praia Grande, lugar onde nasci, eu tenho muita saudade e ela me faz sorrir” .

(Tiburcia dos Santos, moradora da Tapera e nascida na Praia Grande)

Mapa do Capítulo:

5.1 Introdução

5.2 As atividades produtivas atuais

5.2.1. A pesca artesanal

5.2.1.1 No Nosso Rio Acaraí: “ O tempo de cercar”, “ o tempo de acará”, “ o tempo de curricá”, “ o tempo de manini”, “ o tempo da tainha” ... “ o tempo de passear”.

5.2.1.2 A pesca de corrico (robaló)

5.2.2.3 A pesca de redondo

5.2.1.4. A Enseada e a Gamboa

5.2.1.5. Calendário Etnoecológico e possíveis Regras de Gestão

5.2.1.6. Famílias envolvidas na pesca

5.2.2. Atividades Extrativistas

5.2.2.1. A extração de samambaia

5.2.2.2. Extração de musgos e palhas

5.2.3. Agricultura familiar e atividades não agrícolas

5.3. Patrimônio Imaterial: festas, religiosidade, contos e...

5.4. Características da Comunidade tradicional, aproximando imagens e movimentos do possível auto-reconhecimento

5.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar as atividades produtivas realizadas na atualidade, imersas em modos de fazer que compõem o patrimônio material e imaterial das comunidades do Território Acaraí. Serão colocadas em evidência: i) a pesca artesanal; ii) as

atividades extrativistas; iii) as atividades agrícolas e não agrícolas; sendo também destacados os iv) saberes tradicionais e dimensões simbólicas (patrimônio imaterial) que compõem as imagens e os movimentos da comunidade.

As especificidades das atividades produtivas no território ocupado tradicionalmente possuem várias relações de complementariedade. No entanto, na tentativa de sistematizar as informações, elas serão apresentadas separadamente, organizando o capítulo em 3 blocos. O primeiro descreverá as atividades produtivas subdivididas em três subconjuntos. Nesses itens, estarão destacados os instrumentos de trabalho, as técnicas de produção e os saberes tradicionais envolvidos na realização das atividades. O segundo bloco tratará das festas, religiosidades, contos e do conhecimento que compõem o patrimônio imaterial das comunidades estudadas.

A perspectiva assinalada se insere no objetivo de avaliar a importância da área e dos recursos naturais para as famílias que ocupam o território tradicional, bem como da sua relação com a proteção dos recursos naturais, numa relação de dupla dependência. Contudo, a terceira parte sintetizou as características da comunidade do Acaará, correlacionando com outras evidências sistematizadas na bibliografia que envolve os cenários dicotômicos entre comunidades tradicionais e UCs de Proteção Integral.

5.2 As atividades produtivas atuais

A gente não passou fome porque os rapaze toda vida foro muito pescadô e caçadô, né? (Interlocutor 18, mulher, 72 anos)

Compreender as atividades produtivas constitui uma das formas de pontuar a importância que elas desenham para reprodução social, cultural e econômica das comunidades tradicionais. O conceito de reprodução social pode ser assimilado como:

o processo de manter, repor e transmitir de geração para geração os recursos humanos e materiais de determinado grupo social, através de uma dinâmica interna e um movimento governado por suas relações com o campo social externo (FORTES, 1971:87 apud REIS; BAUERMANN; ANTUNES, 2008, p.129).

Num primeiro nível de análise, vale enfatizar que as atividades produtivas praticadas podem ser consideradas distintas das atividades que objetivam unicamente o mercado econômico. Assim, embora imersas de algum modo, em fins econômicos, eles não são preponderantes na composição dos circuitos produtivos e dos seus objetivos. Ao contrário, o que predomina é uma produção que visa, sobretudo, a subsistência, sendo o excedente utilizado para atender as necessidades básicas das famílias envolvidas na produção.

O reconhecimento dos modos de vida, especialmente das atividades voltadas para a subsistência (consumo próprio/autoconsumo), são também fundamentais, visto o papel que desempenham para segurança alimentar das famílias, que fora da comunidade, encontrariam sérias dificuldades para sua reprodução social (REIS; BAUERMANN; ANTUNES, 2008, p. 144) e de sobrevivência.

Passo a descrever um pouco de cada uma dessas dimensões.

5.2.1 A Pesca Artesanal

A pesca artesanal no território Acaraí é marcada por “tempos”. Esses tempos não podem ser compreendidos sem que um contato seja realizado no ponto de convergência e afirmação da comunidade: o Rio Acaraí - o “nosso Acaraí”. A compreensão do Rio Acaraí decorre de um emaranhado de relações que vão além da captura do recurso pesqueiro e manifestam-se numa compreensão ampliada do território, com vários elementos e símbolos.

Falar do Rio Acaraí não se restringe a correlacioná-lo à pesca artesanal, tendo em vista que os tempos são múltiplos e expressos por diferentes significados. No entanto, é no exercício da atividade pesqueira, não somente como atividade produtiva, mas também por atividade que guarda identidades e conhecimentos que nos aproximamos dos múltiplos tempos, movimentos e imagens que representam o território Acaraí.

5.2.1.1. No Nosso Rio Acaraí - “O tempo de cercar”, “o tempo de acará”, “o tempo de curricá”, “o tempo de manini”, “o tempo da taiha” ... “o tempo de passear”

Os tempos do Território Acaraí comunicam a chegada de safras importantes para comunidade, ou fazem parte de um tempo permanente que compõe o ciclo de produção multivariada desenvolvida pela comunidade. Imersos no tempo de “colher” o peixe, são construídos espaços de reprodução social e cultural. Dos mais novos aos mais antigos, mulheres e homens, possuem uma ou outra participação no “tempo do rio” e do “mar”. Assim, é possível dizer que a faixa etária que desenvolve a pesca artesanal no rio Acaraí vai dos 7 aos mais de 70 anos, envolvendo homens e mulheres.

Entre o Perequê, o Rio da Figueira, o Capivarú e a Praia Grande um amplo trajeto tradicional é construído. Um trajeto em movimento. Histórias entre o anoitecer e o amanhecer são recontadas e reconstruídas no cotidiano dessas famílias tradicionais que constituem uma tradição que vai além da captura de um recurso natural.

Percorrer o Rio Acaraí é percorrer a história da comunidade e conhecer os saberes que parecem estar inscritos em movimento e imagem - em cada árvore, em cada som emitido pelo mato, em cada estrela Dalva que aparece e desaparece nas noites solitárias dos pescadores artesanais ao longo do Rio Acaraí.

Cada curva do rio possui uma história, uma profundidade, um objetivo. Esses são conhecidos pela comunidade e incorporados no cotidiano familiar e comunitário também nas atividades produtivas. As melhores áreas de pesca, as áreas que devem ser protegidas, as áreas onde o peixe dorme, onde o peixe encosta, onde “atola”. Além disso, o espaço cria tempo. Cada lugar tem um tempo diferente que envolve conhecimentos da terra, do mar e da lua. A época do rio cheio, do rio raso, da água doce, da água salgada, da água clara, da água escura, da barra que abre, do peixe que entra. O tempo do bagre, o tempo do robalo, o tempo da tainha. Todos esses elementos são saberes que compõem o repertório da prática tradicional e, com isso, permitem desempenhar com qualidade e conhecimento da e com a natureza em todas as atividades produtivas.

Entre o Rio da Figueira, onde o “remo da canoa alcança percorrer”, até a ponte da Enseada, foram identificados cerca de 60 (sessenta) “pesqueiros” (Apêndice C) com auxílio dos grupos comunitários, sendo esses também mencionados nas entrevistas realizadas com homens e mulheres da comunidade. Cada um desses “pesqueiros”, indicam aspectos ecológicos da região, local de moradia de alguma família que viveu na região, ou marca

alguma história engraçada ou triste ocorrida. Os pescadores serão assim denominados, visto a íntima relação que possuem para caracterizar boas áreas de pesca, adotadas pelos pescadores, que assumem percorrer o rio, em busca do alimento e/ou do contato com a natureza. Mas acima de tudo, compõem as relações simbólicas daquele território ocupado tradicionalmente.

O Rio Acaraí pode ser subdividido em porções distintas, muito embora a comunidade não o fragmente no entendimento de sua dinâmica. Mas foi possível observar que as características do estuário, seja relacionado à salinidade ou a profundidade, condicionam práticas diferenciadas de pesca. Algumas áreas podem ser destacadas:

- (a) Região da Figueira - relaciona elementos importantes da profundidade, bem como da biota – com destaque para ocorrência de peixes de água doce. São destacados portos existentes da comunidade residente na Figueira, bem como áreas de usos tradicionais.
- (b) Região da Tapera - é composta por três portos principais⁵¹. Os portos são utilizados especialmente para pesca desembarcada (caniço e linha), realizada em grande parte por mulheres da comunidade, bem como da prática com tarrafa. Por se tratar de portos configurados com ranchos de pesca, este é o local de saída e desembarque das pescarias. Além disso, são áreas utilizadas para lazer comunitário (banho no rio e interação social).
- (c) Região do Casqueiro - importante ponto de passagem para Praia Grande, para o cemitério e outras áreas, como a antiga escola e igreja. Essa porção do rio é classificada pelos pescadores como “largo”, sendo uma boa área para a pesca do redondo (ou cerco)⁵². É também a passagem do Casqueiro, que os pescadores utilizam para chegar ao rancho coletivo existente na Praia Grande.
- (d) A região do Sambariú - importante região de reprodução de espécies de peixe (criadouro), e é utilizada com restrições pelos pescadores.

⁵¹ No Apêndice C estão indicados por Porto 1, 2 e 3 e serão descritos em detalhes na sequência.

⁵² A pescaria de emalhe será aqui denominada como redondo ou cerco, denominações estas dadas pela comunidade. Também existe, em menor grau, a pesca de emalhe, por meio de redes de espera, e quando se tratar deste tipo de pesca, será então denominada como “redes de espera”.

- (e) A região da Espadaninha e Saco do Cavallo - região de ocorrência de peixes e igualmente ao Sambariú é utilizado com restrições, dada a consideração de ser área de criadouro natural dos peixes. Para as duas áreas, somente condições específicas de nível das águas (maré alta) condiciona seu uso. Caso contrário ele é evitada, sendo seu uso reconhecido como abrigo de juvenis.
- (f) A região do Rio Estreito - utilizada eventualmente pelos pescadores, visto que já se torna mais distante do porto de desembarque, e muitos ainda utilizam embarcação à remo, dificultando assim, seu acesso ou deslocamento. Região considerada de maior uso pelos pescadores da Enseada, do que da Tapera.
- (g) A região da Enseada - a ponte e a barra são as principais referências. Essa região envolve aspectos urbanos, e alguns conflitos emergem, especialmente pela pesca amadora e práticas não tradicionais realizadas. É em grande medida mencionada a ocupação desordenada das margens como fator limitante para manutenção do ecossistema.

Em relação à região da Figueira, mais próxima à nascente do Rio, alguns pontos são marcantes. Áreas como o “Piçarrão” e o “Riozinho” são utilizados para pescaria de peixes de água doce, como traíra e cará. O ponto denominado como “Chico da Banda”, refere-se à moradia antiga de um senhor, ainda vivo, que morava na Figueira e que ainda frequenta esse lugar. Segundo relatos, ele “vem aqui só pra tomar água”. O ponto denominado como “Rio da Figueira” demarca a área de proximidade da chácara que pertenceu a família proprietária da “casa grande”, onde existiam escravos, conforme já comentado no capítulo anterior. Próximo a esse ponto, também residiu recentemente uma tribo indígena Guarani⁵³. Essa relação evidencia mais um elemento de um território ocupado tradicionalmente, nesse caso, com forte relação com os grupos indígenas que se movimentam na região norte catariense.

No ponto marcado como “Entrada da Figueira” existia um porto utilizado antigamente, tal qual o “Porto do Campanha”. Essa região, segundo Interlocutor 7 (homem, 45 anos): “nóis

⁵³ Importante referência sobre a ocorrência de grupos indígenas é relatado no Estudo de Impacto Ambiental da duplicação da BR 280 – Trecho São Francisco do Sul – Jaraguá do Sul – População Indígena Guarani elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina.

chamemo Forno, é um nome da nossa geração” . Este nome é considerado mais recente, pois tem influência da construção de um forno pela Comfloresta.

Do porto da Tapera em direção à sua foz, outros elementos constituem a territorialidade presente ao longo do rio Acaraí. O “Lírio” e a “Cabra” são pontos importantes de lance (cerco), sendo o primeiro considerado a última área de pesca, antes de finalizar a pescaria (noite/madrugada), visto que é onde o peixe dorme. Os pontos marcados como “Natalia” e “Silvana” dizem respeito a moradias de pessoas reconhecidas na comunidade. “Silvana” era um local de plantação (moradora responsável) e também caminho do chamado “Tabuleiro Grande”. Essa chácara foi comprada pelo Sr. Albino, um senhor que criava gados. Nessas regiões de plantação eram realizados diversos cultivos, como o de melancia, amendoim, sendo saudosamente lembrado pelas famílias que circulavam pela Tapera e Praia Grande.

“Chácara do Vevê” é o local onde morou um dos últimos residentes da Praia Grande. Este ainda reside na Enseada, segundo relatos da comunidade. Esta chácara foi vendida por famílias antigas que viveram em tempos mais remotos na Praia Grande.

Já a região da “Casca” (próximo ao “Capim fundo”), é assim definida, devido ao tipo de material que compõe o fundo do sedimento do rio. É considerada uma área importante para pesca da corvina, tal qual o ponto “Cebola”. Interessante mencionar, que do outro lado da margem, onde existe o ponto “Moreira”, o sedimento é composto de lama, conforme próprio monitoramento (observação contínua) realizado pela comunidade.

O ponto marcado como “Tonha” era o local de moradia de uma família, hoje residente na Tapera. Neste ponto existe um abrigo provisório utilizado por alguns pescadores em período de tempo ruim (tempestades). Nas regiões da “Retorcida” e “Tranca” existem búfalos ao longo do rio, bem como córregos (valas) da Comfloresta. A região da Retorcida é também marcada por pescarias exitosas de robalo. Para os pescadores, as valas da Comfloresta, funcionam como canais de drenagem e de assoreamento do rio, cobrindo áreas de lama e de uma cobertura de algas, denominado pelos pescadores de “pelego”. Essas áreas que estão sendo encobertas representam locais de abrigo e alimentação de peixes, além do escoamento de água doce, que interfere nas condições hidrodinâmicas e físico-químicas, segundo a compreensão dos próprios pescadores. Ou seja, a existência de tais canais de escoamento

alteram desfavoravelmente a condição do estuário e, conseqüentemente, da biota local, sendo percebidas pelos pescadores artesanais.

Já na “Coroa Grande”, próximo ao Sambariú, é uma região onde a presença de um mangue é mais caracterizada, com a presença de caranguejo, especialmente no mês de dezembro. Tal ocorrência também se dá na região chamada de “Cambacica”.

A exemplo da descrição realizada, segue relato de um interlocutor sobre os pontos de maior importância do Acaará.

Espadaninha, atolava muito, Sambariú, um braço de rio que atolava muito...e tinha um outro braço de rio, que eu não vou dizer o nome, risos (...) Vou dizer: saco do cavalo...risos (...) Ninguém ia, atolava muito. Mas dava peixe. Era muito baixo, só lama. (Interlocutor 12, homem, 80 anos)

Ainda, importante relato do Interlocutor 17, esclarece a relação dos nomes com os lugares:

é, cada lugar assim, lá da Praia Grande tinha a família, né? E, esse nome de Olandí, assim, é quando tinha uma madeira que ficava velha, então botava o nome. Dois Irmão, era onde tinha dois coqueiro igualzinho, igualzinho! A gente passava lá, olhava... as vez encontrava... depois: -onde encontrou fulano? – Lá nos Dois Irmão. [risos] Então a gente já sabia que era ali né? que tinha dois coqueiro igualzinho. (Interlocutor 17, homem, 72 anos)

Já o Rio Estreito, segundo relatos “tem muita força d’água”, o que ocasiona o estrago das redes. É uma área utilizada em maior grau pelos pescadores da Enseada. Nas suas margens, configura-se área importante para retirada de samambaias, descrita na sequência desse capítulo, quando da descrição das atividades extrativistas.

Na região do “Barranco Grande” (Figura 15) foi possível identificar trilhas de motoqueiros, que segundo o relato da comunidade são muito presentes na região. Nas saídas de campo realizadas foram também encontradas evidências dessa atividade (motociclismo) na região do “Casqueiro”.

Em relação aos Portos, especialmente associados à Tapera, vale considerações especiais. Durante a pesquisa foi realizada uma caracterização visual dos ranchos de pesca.

Embora sejam aqui denominados como “ranchos”, muitos podem ser considerados como moradias de 2ª residência, de pessoas externas à comunidade.



Figura 15 - À esquerda motoqueiros na região do casqueiro. À direita, vista do Rio Estreito de cima do Barranco Grande.

No entanto, não foi possível encontrar todos os proprietários/responsáveis das construções e avaliar a relação que eles possuem com a pesca, ou mesmo com a tradição local. De qualquer modo, algumas das construções foram verificadas como existentes desde a geração dos avós e bisavós da geração atual. Pela caracterização visual, observou-se que muitos deles sofreram alterações, especialmente de melhorias associadas a manutenção/conservação. Tais melhorias fazem parte de um processo de degradação dos materiais, bem como da necessidade de proteção dos petrechos de pesca armazenados nesses locais. Muitos relataram que tem sido presente a ocorrência de furtos nos ranchos, especialmente dos aparelhos de pesca, como redes, anzóis, etc.

Conforme afirmação da própria comunidade, por se tratar de “parte da vida” da comunidade, eles “evoluem” e investem nessas estruturas. Muitos dos ranchos seguem uma apropriação informal de uso, ou seja, empréstimos, compartilhamento de uso, pais que passam para filhos, ou sobrinhos, vizinhos que compartilham a estrutura, situações comuns e associadas aos ranchos de pesca.

O Porto 1, considerado o Porto da Tapera, apresenta cerca de 12 construções e uma demarcação de fundamento, local em que um rancho que foi demolido. Entre os 12 ranchos

reconhecidos, um deles é utilizado para moradia de uma pessoa. Já no Porto 2, existem 12 construções, sendo uma delas em reforma. O Porto 3, chamado pela comunidade como o “Porto do Seu Zeca”, possui características diferenciadas. Coexistem ali, ranchos de pescador, sendo duas unidades, bem como uma residência utilizada para realização de encontros/festas, de alguém não residente na comunidade.

Alguns desses ranchos estão demarcados com numerações. Tal demarcação é resultado do cadastramento realizado pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul⁵⁴, em Junho de 2010. Nesse cadastramento, muitos proprietários não compareceram, não constando informações. Vale aqui destacar que durante o cadastramento, a Prefeitura realizou análise da relação das pessoas com a pesca, avaliando também a presença de sambaquis no entorno dos ranchos e do patrimônio imaterial. Segundo análise contida no cadastramento, “dos 36 ranchos identificados, 08 deverão ser relocados para local adequado, pois retiram o sustento de sua família da pesca. Informamos ainda que os demais ranchos deverão ser retirados do local, em virtude de gerar degradação ambiental na localidade”.

Em relação ao cadastro realizado pela Prefeitura algumas considerações devem ser feitas. Nos critérios de relação com a pesca não está claro o que definem como patrimônio imaterial. As únicas referências que fazem no referido cadastramento ao patrimônio imaterial é o conhecimento que as pessoas possuem sobre os nomes ao longo do rio, saberes relacionados ao conserto e fabricação de rede e conhecimento sobre a “cambira”, peixe preparado localmente. Em relação à ligação com a pesca, os critérios estabelecidos foram construídos a partir dos dias de pesca que o pescador frequenta o rio no mês. Consta no Cadastramento sobre algum pescador que: “...declarou pescar 5 dias/mês, porém constato que com estes dias trabalhados não consegue se manter”; “O sr. é idoso e não pesca mais”; “consideramos 06 dias/mês, não sobreviver da pesca”.

Tais afirmações não consideram as safras específicas utilizadas pelos pescadores, da qual num mês de safra significativa, pode ocorrer muitas idas ao rio, já numa safra ruim, a pesca não se configura como objetivo principal. Além disso, conforme já comentado no Capítulo anterior, a comunidade tradicional do Acaraí é marcada pela pluriatividade, sendo a

⁵⁴ Este cadastramento foi realizado em conjunto com a Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura, a Secretaria de Meio Ambiente e a Assistência Social do Município. Este cadastro foi cedido pela primeira secretaria citada e analisada durante o estudo.

pesca um dos elos do circuito produtivo e não necessariamente o principal. Além disso, não dimensiona a relação de subsistência e segurança alimentar daquelas famílias cadastradas, do compartilhamento dos ranchos com outros pescadores e, menos ainda, dos ranchos e dos lugares apropriados coletivamente e que foram perdidos.

Ainda, vale qualificar que alguns pescadores do Rio Acaraí e que possuem moradia em outra localidade, como o Morro Grande, possuem rancho no Porto da Tapera. Tal relação é reconhecida pela comunidade, visto que essas regiões compõem o território maior do Nosso Acaraí e são reconhecidas pelos diferentes núcleos comunitários entrevistados.

Pode-se considerar, contudo, que duas situações são evidentes: há pescadores que não possuem ranchos e os que não são pescadores, mas possuem ranchos. No primeiro caso, foi observado que muitos pescadores demoliram seus ranchos, com receio de serem multados, a partir do que “ouviram falar desse Parque aí”. Intimidados pelos altos valores das multas aos que mantivessem as estruturas, muitos deles se desfizeram das ocupações tradicionais, agravando a manutenção e motivação desses na atividade pesqueira.

O número de “oito ranchos” que deveriam ser realocados, entendendo-se aqui como mantidos, deveria ser revisto, considerando os critérios adotados, bem como o questionamento de realocados para qual lugar? Vale considerar, ainda, que a definição de pescador artesanal precisa ser contextualizado para o território Acaraí, que conforme já explicitado, possui a dimensão da pluriatividade como uma das características da sua tradicionalidade. Tal comparativo pode ser traçado com a Lei da Pesca⁵⁵ que atribui diferentes conceitos para normatizar a atividade pesqueira e definir o que envolve o pescador artesanal, mas que não apresenta aderência a outras normativas, especialmente àquelas afetas aos povos e comunidades tradicionais. No caso dos ranchos e da configuração dos portos, diferentes políticas precisariam ser manuseadas a fim de abarcar toda a dinâmica e complexidade que envolve as relações que constituem o território Acaraí.

Em se tratando, ainda, dos portos que existem na Tapera, esses podem ser considerados um importante elemento de lazer e confraternização da comunidade. É nele que ocorre o banho de mar e a pesca do “acará” pelas mulheres, sempre acompanhadas dos filhos e filhas. Esse é um tempo de aprendizado, visto que os saberes tradicionais são repassados pela

⁵⁵ Lei 11.959/2009 – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca.

oralidade e observação. A Figura 16 demonstra alguns principais momentos da comunidade, que possui grande significado individual e coletivo.



Figura 16 - Momentos das famílias da Tapera. Aprendizado da pesca, o lazer, confraternização familiar e comunitária.

Importante destacar dois pontos: a pesca do Cará (ou Acará) realizada pelas mulheres da comunidade e os momento de lazer.

Com a mãe nós vamo pescá. As vez ela passa aqui de manhã, quando nós não vamo pro mato tirá samambaia: - vamo pescá, filha?
(Interlocutor 2, mulher, 30 anos)

O rio é tudo...risos. o rio é pá pesca, é a nossas praia pra nois tomá banho, pra tudo. Domingo ainda tivemos la. (Interlocutor 5, mulher, 63 anos)

Ah, cará eu pesco no rio, né? Eu gosto de pescar. Isso faz tempo já, né? A gente é viciada, a gente não pode ir uma vez só, a gente tem que ir todo dia. [risos]. (...) Outro dia, eu tava com a minha roupa acumulada, no que a mãe passa: - vamo pescá! – Aí eu fico indecisa, não sei se eu vou pescar ou se eu lavo roupa [risos](...) Não, tem uma

época do cará, né? O certo dela é só no verão né? Aí no inverno já não pega, só na rede, mas aí tão muito magrinho, não adianta. (Interlocutor 3, mulher, 31 anos)

O relato das mulheres relaciona a pesca do Cará como complemento da atividade de retirada da samambaia, do mesmo modo como relatado por mulheres mais antigas da região.

Muito eu criei meus filhos tirando samambaia, fazia tudo aquele feixinho e vendia pros home que vinho aqui buscar (...) A gente fazia de tudo. (Interlocutor 19, mulher, 67 anos)

Embora os peixes de água doce (especialmente traíra, cará e jundiá) sejam utilizados quase que exclusivamente para consumo, observa-se, segundo relatos, que em situações extremas é adquirido valor para venda: “antigamente não tinha comércio, só para comer, hoje já se consegue por R\$3,00”. Mesmo com valor de venda, eles são capturados especialmente para sobrevivência, sendo também a época do “acará” considerada de fatura para comunidade local. A observação do ambiente é fundamental para o desempenho da atividade e é monitorada constantemente pela comunidade.

Acará. Ah, como é gostoso pesca acarázinho. Na beirada do rio. Risos... Agora que eu não tenho indo, porque a água ta clara. Mas eu vou de manhã, venho, depois vou de tarde, venho, de tardinha. Trago aqueles baldinho de acará, cheio. (...) Esses dia fui, não por causa da butuca, porque a água ta muito clara, não presta, porque a água clara não dá acará, mas quando o rio ta cheio a água ta escura, meu deus. Não dá tempo de jogar o caniço. (Interlocutor 5, mulher, 63 anos)

Outro ponto importante relacionado ao território da pesca é a Praia Grande. Atravessar o casqueiro para retirar o manini é uma constante na comunidade. A distância, não impede que as famílias circulem da Tapera até a Praia Grande para retirada do bivalve característico na região. A captura dessas espécies condiciona também a elaboração de gastronomia típica pela comunidade.

Faz parte né. Porque aquilo alí também é uma sobrevivência. Que a gente vai alí pega o peixe, né, pra gente também sobrevive. Pra nós também é uma boa. Tanto faz ali, como ir na Praia Grande de batera, tirar manini. (Interlocutor 4, mulher, 36 anos)

Em relação ao contato da comunidade com a Praia Grande ela ocorre não só em momentos relacionados à pescaria, como também para retirada de samambaia, conforme será

descrito no próximo item. Mas as relações com a Praia Grande, o caminho do Casqueiro, como já mencionado, é repleto de significados, visto a ocupação de famílias que viveram no local. Embora as famílias não residam mais no espaço, as práticas realizadas permanecem. Um rancho denominado de “Rancho Coletivo”, indica a presença de uma edificação mantida e gerida coletivamente por pescadores da Tapera, em convívio com pescadores de outros municípios. Esse rancho é utilizado pelos pescadores que saem da Tapera para pescar na Praia Grande em várias épocas do ano, com grande expressão na época da tainha (maio a junho).

5.2.1.2 A pesca de corrico (robalo)

A pesca do corrico é feita com linha e anzol, com a embarcação em movimento. Os pescadores se apropriam de uma tecnologia simples, acoplando tiras de plástico, um pedaço de pano, ou garrafa PET para servir de atrator junto ao anzol, para a captura de robalo (*Centropomus spp*). A pescaria é mais comum durante o período de verão, no qual foram observados pescadores locais na atividade.

Vale também considerar que mesmo sendo reduzida em relação a anos anteriores, conforme percepção dos comunitários, foi observada a presença de pescadores amadores que utilizam a mesma pescaria, porém com equipamentos mais modernos.

No âmbito local, é uma atividade que possui também a participação das mulheres, numa forma de pescaria familiar. Apesar de não ser uma pescaria praticada por todos os pescadores, é muito presente naqueles que dependem da pesca como principal fonte de renda, já que o robalo possui o maior valor econômico entre as espécies capturadas.

5.2.2.3 A pesca de redondo

Esta é uma pescaria que utiliza redes de emalhe dispendo a rede em círculo ao longo do rio. A partir do círculo, os pescadores esperam entre 15 e 60 minutos até recolher a rede, para despesca e posterior lançamento. Este procedimento é repetido ao longo do percurso da pescaria, em geral no sentido pesqueiro mais distante – porto.

Apesar do deslocamento aos pesqueiros ser feito com a embarcação motorizada, toda a pescaria é realizada com os motores desligados. Algumas variações dessa pescaria incluem: a) o uso de remo para bater na água, com o sentido de espantar o peixe em direção à rede; b) o “xunxo no mato”, realizado quando o “redondo” é realizado próximo à margem, então os pescadores agitam a vegetação para provocar a movimentação dos peixes.

Em menor escala, alguns pescadores utilizam as redes de espera próximas ao porto. Essas são deixadas por algumas horas, preferencialmente no final do dia, e recolhidas poucas horas depois.

5.2.1.4 A Enseada e a Gamboa

Na região da Enseada não foi possível identificar com clareza o grau de dependência dos moradores/pescadores com a pesca no rio Acaraí. Basicamente, foram encontrados as seguintes tipologia de pescadores na localidade:

- (a) Pescadores artesanais profissionais de ambiente marinho - são pescadores que dependem principalmente da pesca realizada em mar aberto, especialmente a pesca de arrasto de camarão. Neste caso, a pesca no rio Acaraí era feita tanto como lazer como para complemento da renda ou dieta da família. A pesca no rio Acaraí era realizada em períodos específicos, principalmente durante o período de defeso de sua pescaria principal.
- (b) Pescadores artesanais profissionais do Acaraí: Foram identificados pescadores que pescam exclusivamente dentro do Rio, com participação reduzida na pesca artesanal marinha;
- (c) Pescadores amadores: segundo relatos dos interlocutores, há pescadores mais recentes, geralmente aposentados de seus trabalhos originais em Joinville, que decidiram morar à beira do rio. Neste caso, a pesca é esportista e complemento familiar, para alguns. Mas para a maioria tem apenas a finalidade de lazer.

- (d) Pescadores da Gamboa - foi possível identificar que possuem maior relação com a pesca na Baía da Babitonga (canal do Linguado), em função da sua proximidade, do que no Rio Acaraí. Importa ressaltar que uma família de pescadores residente no Morro Grande possui relação direta com a pesca de subsistência no Acaraí.

5.2.1.5 Calendário Etnoecológico e possíveis Regras de Gestão

O levantamento de informações referentes ao conhecimento do ciclo reprodutivo das principais espécies capturadas, realizado durante oficina participativa, trouxe importantes elementos do conhecimento ecológico da comunidade, bem como a abertura para o estabelecimento de regramento da atividade pesqueira no Acaraí.

A Figura 17 demonstra a representação da período reprodutivo das principais espécies de peixe capturadas e que são importantes para pensar a gestão dos recursos pesqueiros ao longo do Rio Acaraí. Importante considerar que não foram realizados acompanhamentos dos desembarques, nem amostragem biológicas das espécies, de tal modo que os nomes populares não foram referenciados. Apesar de ter sido realizado o acompanhamento de pescarias, os espécimes capturadas não foram levadas para classificação taxonômica. Apenas a observação visual foi realizada, permitindo a identificação parcial de espécies como a i) Tainha (*Mugil* sp); ii) Carapeva (*Diapterus rhombeu*) e iii) Bagre (Família *Ariidae*).

O objetivo, contudo, foi o de destacar o conhecimento ecológico dos pescadores sobre o ciclo de vida das espécies capturadas, sendo um passo importante para envolvê-los na construção de regras de gestão. Em relação a possíveis regras, os pescadores sugeriram pontos importantes e que reconhecem como fundamentais para garantir a manutenção dos estoques pesqueiros.

PEIXES	MESES DO ANO											
	JAN	FEV	MA R	AB R	MAI	JUN	JU L	AG O	SET	OUT	NO V	DEZ
 CARAPEVA	●	○	○ ●	○ ●	○ ●	●	○ ●	○ ●	○ ●	○ ●	○ ●	●
 CORVINA	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
 ROBALO	● ●	● ●	○	○	○	○	○	○	○	○	○	● ●
 TAINHA	○	○	○	○	●	●	●	○	○	○	○	○
 BAGRE	●	●	X	X	X	X	X	X	X	X	X	●
 CARÁ	●	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
 TRAÍRA	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	X	X
LEGENDA: fêmea ● filhotes/juvenis ● macho/adulto ○												

Figura 17 - Calendário etnoecológico construído com os pescadores artesanais da Tapera.

Relatá-las demonstra o potencial da comunidade para participar na construção de regras que sejam ecologicamente eficientes e estejam de acordo com a realidade dos pescadores locais. As regras e as principais justificativas elencadas pelos próprios pescadores estão descritas na Tabela 6.

Tabela 6 - Regras propostas pelos pescadores artesanais do Acaraí e respectivas justificativas.

CATEGORIA	REGRA	JUSTIFICATIVA
Boca da Barra	Não pescar na boca da barra (meses maio, junho e julho)	Os peixes (todos, com exceção da traíra e cará) entram para reproduzir no Rio. De tal modo, tarrafa e rede devem ser proibidas da ponte da Enseada até o Jurumirim.
Petrechos de Pesca	Malha mínima 8 a 9 cm.	Malha eficiente para não capturar peixe miúdo.
Pescarias Existentes	Proibição de Arrasto malha menor que 7 cm, Arrasto de portas, Rede feiticeira. Não pode ter rede que fecha de "mato a mato" - A proposta é de que as redes seja dispostas de modo que fique 50 metros livres de cada lado, entre a margem e a rede.	Proteção do fundo do rio e permite o peixe migrar para a nascente e a foz do rio, dependendo de sua biologia. Muitos pescadores amadores colocam a rede ao longo do rio e impedem a passagem dos peixes.
Pescarias Permitidas	Permitir apenas pesca de caniço, linha, corrico, tarrafa (malha 7) e rede 12 panos.	Pescarias que garantem a manutenção (renovação) dos peixes no rio.
Motor/Embarcações	Até 15 hp. Motor desligado para pescar, ligado apenas para deslocamento.	Esta é uma prática dos pescadores tradicionais do Acaraí.
Turismo no Acaraí	Opção 1: pode trazer o barco, mas o pescador guia. Opção 2: não traz o barco, sai com o barco do pescador. Nas duas opções a saída será somente para passeio e não para captura dos peixes.	Para manter o uso dos recursos apenas para subsistência da comunidade local e não exploração para lazer ou outras fontes econômicas.

Fonte: Elaborado pela autora.

5.2.1.6 Famílias envolvidas na pesca

Do reconhecimento realizado, estima-se que existam cerca de 22 famílias envolvidas diretamente com a pesca na região do Rio Acaraí. Este envolvimento direto com a pesca, não ocasiona a exclusividade com a atividade. Muitas das famílias estão envolvidas com

atividades extrativistas locais (samambaia e musgo), agricultura familiar e com serviços informais, como caseiros de casa para execução de serviços de limpeza de terreno, etc. Tal conduta de pluriatividade é considerada histórica no cotidiano das atividades tradicionais destas comunidades, conforme já relatado.

As 22 famílias mencionadas resultam num número indireto de dependência com a atividade em cerca de 65 pessoas (crianças e adultos) e que residem na região da Tapera, Morro Grande e Enseada. Importante enfatizar que a região da Enseada e Gamboa possuem relação com a pesca no Rio Acaraí, mas não foi possível quantificá-las com precisão. Das 22 famílias, apenas duas não são consideradas da região, ou seja, são provenientes de outros municípios como Imaruí e Joinville. No entanto, já possuíam relação com a pesca, ou seja, eram pescadores profissionais em seus municípios de origem e, por isso, guardam na pesca seus modos de vida.

Importante mencionar também que a prática da pesca do redondo, utilizada durante todo o ano no rio Acaraí, necessita de, no mínimo, duas pessoas para executá-la, sendo de fundamental importância a “parceria” de pesca. Embora muitos não possuam embarcação própria, ou os petrechos de pesca, essa força de trabalho da comunidade é fundamental, atuando como camaradas/parceiros do proprietário de embarcação/petrecho. Os parceiros de pesca são selecionados pelo conhecimento que possuem da atividade e são sempre de famílias consideradas tradicionais da região.

Além das 22 famílias que possuem relação constante com a pesca, foi também identificado, mais 4 famílias que possuem outra atividade no centro de São Francisco do Sul (Terrestre/Porto), mas auxiliam no processo de parceria de pesca. São famílias tradicionais da região, e conciliam, assim como seus antepassados, atividade no centro do município para complementação de renda e suas práticas tradicionais na região do Acaraí. Há ainda que considerar, os que vivem exclusivamente da pesca (cerca de 8 famílias), seja na captura do peixe, como consertando redes e fabricando remos.

Estudo realizado na região do Acaraí por Nakamura (2013), utilizando-se dos conceitos de nicho alimentar para identificar o uso dos recursos naturais locais para alimentação com famílias da Tapera, Praia Grande e Ervino, indicou uma vinculação direta com os recursos pesqueiros para os entrevistados do núcleo da Tapera. Essa vinculação alerta

para o fato de que a segurança alimentar seja aspecto importante a ser considerado pela unidade de conservação, considerando as fontes de subsistência.

Com a mesma importância, as famílias de aposentados na região têm papel importante na relação com o Rio. Esses eventualmente vivem o rio Acaraí, tanto para captura do alimento, como para estar em contato com a natureza ou para estabelecer relações de parceria com outros pescadores, situação que permeia fundamentalmente suas histórias de vida.

A tradicionalidade dos pescadores artesanais está constituída fortemente com a presença da pluriatividade, sendo encontradas em diversos contextos do litoral catarinense e brasileiro (BONATTI, 2005; FOPPA, 2009). O pescador artesanal entende sua atividade em períodos de safras, dependentes fortemente das condições climáticas, e ambientais (“ eu sou que nem abelha, trabalho no verão para sobreviver no inverno”). O respeito por períodos de reprodução do peixe, condiciona a seleção da atividade e, do mesmo modo, a busca por outras atividades para complementação da renda, ou mesmo para subsistência das famílias. Sobretudo, a existência de regras informais que definem uma “cota de captura” são presentes e vinculadas à necessidade de subsistência, diferentemente de uma lógica de acúmulo de produção.

E a gente não é ganância, matou pra sobreviver tá bom! Eu sou assim. Matou, que deu pra safar a noite, ganhemo à noite, vamo embora! (Interlocutor 11, homem, 62 anos)

Apesar de possuir um valor agregado maior na comercialização de alguns peixes, estes ocorrem em safras específicas, exigindo dos pescadores um circuito produtivo multivariado em safras de menor alcance.

Enfatiza-se também que o fracasso da atividade nos últimos anos (escassez na captura) também condiciona a complementação da renda familiar e assenta a atividade pesqueira realizada no nível local à outros níveis. O cenário de escassez dos recursos pesqueiros não pode ser atribuído como consequência da (má) gestão pesqueira local, mas sim, à fatores do ordenamento pesqueiro em escala regional/nacional.

Ainda que o fracasso da atividade pesqueira se comporte como uma “sombra” na vida cotidiana dos pescadores, estes não associam a atividade apenas a uma questão de subsistência alimentar, ou sobrevivência econômica, mas, sobretudo, compondo o conjunto de

“necessidades básicas” para sobrevivência não somente individual, mas comunitária (toda a produção permanece na comunidade). A motivação deixa de ser a produção e troca de bens, com interesse puramente material, e passa a estabelecer outros níveis de reciprocidade e/ou dádiva (FOPPA, 2009).

Segundo Jacques Godbout (1999) a relação de dádiva é antes de mais nada um fenômeno de reciprocidade. Os autores que escrevem sobre a dádiva compartilham a surpresa inicial de Marcel Mauss quando ele começou a observar as relações de dádiva, donde se conclui que a essência da dádiva não é ser uma dádiva, e antes de mais nada, não há sempre retorno, no sentido habitual, mercantil do termo, sendo muitas vezes maior do que a própria dádiva (p.113-114).

Em relação à reciprocidade de alguma forma explícita nesses sistemas, importante tecer considerações. Sabourin (2008), numa releitura sobre a dádiva em Mauss, descreve que ela é um processo de vai e volta, independentemente de seu valor, e se explica na força presente da coisa dada, numa dimensão espiritual:

“Pois bem, a reciprocidade supõe uma preocupação pelo outro. Não se pode estar inquieto do outro sem se preocupar com suas condições de existência. Tal preocupação torna-se, portanto, hospitalidade, dádiva de alimentos e víveres, proteção, ou seja, motivos ou obrigações para produzir” (SABOURIN, 2008, p.135).

O autor ainda completa estabelecendo que a reciprocidade se diferencia da troca pois visa produzir valores afetivos ou éticos como a paz, a confiança, a amizade e a compreensão mútua, sendo tais manifestações presentes no repertório tradicional do Acaraí, como a conexão com o rio, o mato, estimulando o compartilhamento e a retribuição do que lhes é dado “gratuitamente”, por “Deus”, remetendo à dimensão espiritual.

Arguém vinha, às vez, com alguma coisa pra trocá por farinha. E a gente trocava também. Peixe, maniní, esse berbigão da praia, eles trazio. Os preto ali que trazio muito maniní, da praia. (...) sempre ele vinha com...aí a gente trocava com farinha. (Interlocutor 18, mulher, 72 anos)

Que existia muita paz aqui também na nossa vida, né? Tanto na minha vida com esposa e os filho, como os vizinho, né? Tudo... ajudava todo mundo né? Todo mundo ajudava. Às vezes a gente saía e: - Ah, eu queria ir caçar contigo! – Vamo comigo! – E levava ele: - Ah, pois eu to sem nada... – Vamo, vamo comigo! – Aí a gente matava um tatu, matava dois, repartia, às vezes dava. Assim a gente levava a vida.

Mas era divertido, sabe? Eu recordo, quando (...), eu fui com meu cunhado lá embaixo, pescá robalo. Então nós vinha vindo, e... sempre esse rio foi a mesma coisa. Aí nós vinha vindo, só que tinha muita gente na Praia Grande, muito morador... aí, encontramos um Senhor que vinha de uma roça que ele tinha pro lado de cá, e ia pra casa: -O que vocês tão fazendo? - Ah, viemo matá robalo. -Robalo? -É. - Aí, encostou em nós, [...] tinha matado uns cinqüenta robalo bonito: -Ah, mas quer vendê? , eu digo: - Vendemo! - Aí peguemo uns cinco robalo e demo pra ele: -Só que agora eu não tenho dinheiro. -Pode levá, é teu. [...] -Olha, quarqué hora, vem aqui que eu vô te pagá. -Não, não precisa pagá! - Aí passou tempo, tempo... um dia, ele tava pescando e eu fui... chegou lá ele me pagou com peixe: -Olha, lembra aquele dia que tu me deu peixe? -Lembro. -Pega um peixe aí. [risos] Então era assim né? (...) É. A gente se dava, se amava, assim, sabe? E... conversava, tinha pessoas que a gente conversava tempos e tempos. Às vezes a gente se encontrava no rio, parava de remá, parava uma canoa na outra e conversava, e o vento pegava e ia levando o povo pra lá, o povo pra cá, ah... [risos] (Interlocutor 17, homem, 72 anos)

Quantificar tais relações é um grande desafio, mas não se configura como um objetivo em si. O pano de fundo que insiste e resiste junto às comunidades do Acaraí, especialmente na geração atual, possui o desafio de manter as práticas tradicionais, em meio ao cenário de imposições de desenvolvimento globalizantes. Considerar este pano de fundo, é fundamental para gestão territorial do que está sendo denominado de Território Acaraí, para além da dimensão numérica que induz, erroneamente, o que deve ou não ser reconhecido.

5.2.2 Atividades Extrativistas

As atividades extrativistas desenvolvidas pela comunidade estão ligadas aos remanescentes florestais que contornam o Rio Acaraí e são parte constituinte da delimitação do Parque. A descrição será feita a partir dos principais grupos extrativistas, ligados a: i) Extração samambaia; ii) Extração e processamento do musgo; e iii) Extração de palha. Em síntese, esses três grupos compõem o circuito produtivo, imersos em relações socioeconômicas, socioecológicas e socioculturais envolvidas nas práticas tradicionais.

5.2.2.1 A extração de samambaia

Porque, na verdade, a samambaia que nós cortemo nós não vamo cortá, nós vamo podá. É podado, não é cortado. (Interlocutor 1, homem, 33 anos)

Foram identificados cinco grupos de extrativistas na região do Acaraí, que se diferenciam em termos de espécies extraídas, áreas de extração e número de pessoas envolvidas (Tabela 7). Além desses grupos com caráter mais permanente, em termos de atividade produtiva, outras pessoas da comunidade também realizam individualmente a atividade, em caráter complementar, não ligadas aos grupos (coletivos) produtivos identificados.

Tabela 7 - Caracterização geral dos Grupos de Extrativistas do Acaraí.

Grupo	Espécies extraídas	Áreas utilizadas para extração	Pessoas envolvidas na produção
Tapera 1	Predominantemente samambaia. Eventualmente palha e musgo.	Acaraí Outros Municípios (eventualmente)	De 5 a 7 pessoas
Tapera 2	Predominantemente samambaia.	Acaraí	De 2 a 3 pessoas
Tapera 3	Predominantemente musgo.	Acaraí	Bastante variável. De 3 a 8 pessoas
Ervino	Predominantemente samambaia. Eventualmente palhas e musgos.	Acaraí São Francisco do Sul (eventualmente)	De 3 a 5 pessoas
Miranda	Predominantemente samambaia.	Acaraí São Francisco do Sul (eventualmente)	1 pessoa

Fonte: Elaborado pela autora.

A região do Acaraí, é uma área procurada por compradores de samambaia, há pelo menos 20 anos.

Não. A mamãe não. Naquele tempo a mamãe não... não... Nesse tempo a mamãe já era morta. Samambaia foi de uns tempo pra cá. Agora, o capim ela vendia, o capim de colchão. (Interlocutor 9, homem, 84 anos)

Considerada como uma região produtiva, no Acaraí encontra-se uma diversidade de locais para a extração e, acima de tudo, existe um potencial humano e de conhecimento para realização dessas atividades. Segundo relatos, foi um japonês que buscou na região a mão de obra para realização dessas atividades que objetivam atender um amplo mercado de

floriculturas no Brasil. As famílias procuradas na região eram vistas como potencial para os compradores, visto o conhecimento que possuíam dos locais de extração, bem como pelo histórico de relação com este tipo de atividade produtiva.

Segundo relato do Interlocutor 30 (homem, 60 anos),

Meu pai começou com a palha, depois, com a samambaia, onde nós continuamos até hoje.

De tal modo, as famílias da região já estavam habituadas a realizar práticas de extração, com objetivo de comercialização, ainda que configurada num circuito produtivo mais simplificado.

(...) Ah, tirava samambaia. Tirei muita samambaia. Tirei samambaia, fiz cabo, fazia cabo de rede pra puxar, eh... vendia capim de colchão. Eu trabalhei muito minha filha. (...) Ah, a samambaia tirava pra vender pro Japonês. De fichinho. Vinte palhinha, vinte e cinco palhinha por quinhentos réis, seiscentos réis. É. Os japonês comprava. Japonês que morava aí no Rocio Grande. (...) Ele vendia pra Curitiba, não sei pra onde. Ele trazia pra casa dele. O caminhão vinha no sábado, vinha buscar. Tinha. E! Dia de tirar cinquenta, sessenta, oitenta maço aí. Era fácil de tirar. (Interlocutor 9, homem, 84 anos).

Além disso, a distância de locais apropriados e próximos para retirada da samambaia, auxiliam na escolha do local,

porque pra mim vim de lá da Araquari aqui, em São Francisco eu ia gastar muito. Pra mim vim todo dia e voltá todo dia. Aí eu ia trabalhar só pro combustível. (Interlocutor 1, homem, 33 anos).

No Brasil, outras experiências de extrativistas de samambaia-preta (*Rumohra adiantiformis*) são relatadas na bibliografia acadêmica. Suas folhas, ou frondes, como tecnicamente são chamadas, são mundialmente comercializadas para utilização em arranjos de flores. A espécie ocorre de forma abundante na Mata Atlântica brasileira, e o Estado do Rio Grande do Sul possui grande expressão produtiva. O extrativismo das frondes é a principal fonte de renda de cerca de 3.000 famílias naquele Estado (BALDAUF, 2007). No Rio Grande do Sul, segundo a autora, a partir de estudos demográficos e genéticos, foi possível demonstrar a sustentabilidade dos sistemas de manejo tradicionalmente utilizados, o que

desencadeou o processo de construção coletiva de uma instrução normativa para regulamentar a coleta das frondes no RS.

Os estudos relatados na bibliografia demonstram similaridades nos modos de produção tradicional realizados no Acaará. Conforme Baldauf (2007), o extrativismo da samambaia preta das comunidades do litoral norte do Rio Grande do Sul, possibilitou a permanência na terra dos agricultores e a manutenção da organização social vinculada às relações familiares de produção. Naquela região, a caracterização dos extrativistas permite afirmar que é formada por “pessoas com poucos recursos materiais, as quais têm na coleta das frondes de samambaia sua principal ou única fonte de renda” (p.46).

De acordo com Suárez (2007), os extrativistas de Maquiné (RS) são caracterizados por um perfil de família onde a importância do extrativismo da samambaia-preta é fundamental para a reprodução socioeconômica, já que essas famílias de agricultores não contam com muitas alternativas de renda, convertendo-se a extração da samambaia-preta em uma oportunidade de garantir a segurança alimentar familiar, bem como de outras necessidades básicas (educação, saúde, vestuário, etc.).

No Acaará existe a mesma situação. A presença da força de trabalho feminino garante o complemento de renda e, muitas vezes, constitui a única renda da família. Para os homens, a mesma situação ocorre, visto a exclusividade da atividade para sustento das famílias. Na Tapera, ela tem sido exercida, em grande parte, pelas famílias afrodescendentes. Em relação a característica da atividade produtiva, foi possível identificar que o circuito produtivo é marcado pelas seguintes funções (Figura 18):

(a) O Comprador – pode ser considerado o “dono” e garante o pagamento final do produto. Os compradores são provenientes da região de São Francisco, Araquari, Curitiba (PR) e São Paulo (SP). Ele é quem distribui os produtos para as floriculturas.

(b) O Patrão - responsável pela equipe extrativista. Morador da região do Acaará, nativo ou não. Ele repassa o pagamento para equipe de extrativistas, que fazem parte da família, ou da comunidade. O patrão tem relação com a tradicionalidade local no caso do Grupo do Ervino, sendo os demais coordenados por pessoas não nativas da região, tal qual ocorria em anos anteriores.

(c) Os “tiradores e tiradoras” de samambaia - extrativistas que pertencem a comunidade tradicional da região do Acaiaí. São homens ou mulheres, pertencentes, ou não, à família do patrão.

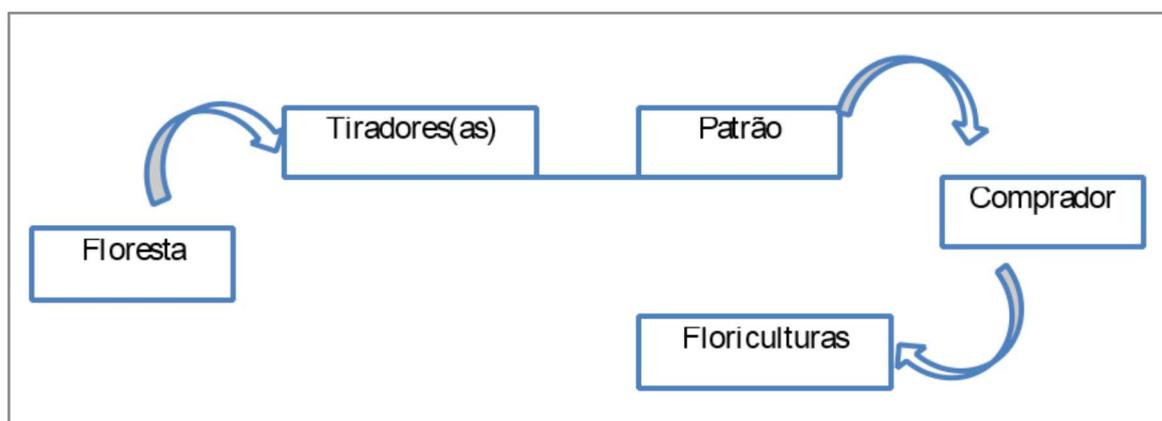


Figura 18 - Esquema do ciclo de comercialização da samambaia.

A Figura 18 acima representa os elos do circuito produtivo, que possui forte relação com os atravessadores - compradores do produto local. Um dos grandes motivos dessa “dependência” ocorre pela dificuldade de transporte pelo patrão ou da comunidade local extrativista. Os grupos utilizam carroças, tobatas ou mesmo carros com pouca estabilidade para transporte dos produtos da floresta até suas casas, onde o produto é armazenado.

Essa limitação impede a distribuição dos produtos diretamente às floriculturas, mesmo as localizadas na região de São Francisco do Sul, o que poderia acarretar um maior valor agregado à produção. Essa dependência, ocasiona baixo preço do produto, além dos custos de manutenção dos veículos utilizados, que ficam a cargo dos compradores, que descontam da produção do patrão, o valor gasto na manutenção. Conseqüentemente, o valor pago aos(as) tiradores(as) diminui.

A produção da samambaia é vendida por “malas”. Essas malas são formadas por um conjunto de cerca de 40 a 60 folhas (frondes) de samambaia. Cada tirador de samambaia retira cerca de 40 a 60 malas por dia, conforme existência das mesmas na área escolhida para extração. A produção, recolhida semanalmente pelos compradores, varia de 600 a 800 malas

por semana. Os compradores normalmente buscam a produção na quarta-feira e sábado para alguns grupos e apenas uma vez por semana, para outros. Essa produção varia consideravelmente em épocas comemorativas, como no dia das mães. O número de malas produzido por semana pode atingir o número de 1500 malas no período.

Os envolvidos com a extração de samambaia (tiradores(as)) regulam a quantidade retirada, visto a capacidade que eles têm de carregar a produção. Em média, cada tirador(a) extrai por dia 40 malas de samambaia. Num dos grupos da Tapera, cada extrativista, conta a sua produção individualmente, ou seja, recebe pelas malas retiradas no dia/semana. Já no grupo do Ervino, a produção é totalizada, vista que os tiradores pertencem à mesma família, ou seja, o patrão e os tiradores compõem a mesma estrutura familiar.

O preço pago para cada membro que ocupa uma função no circuito de comercialização pode variar. Durante o estudo, foi identificado que o comprador paga ao patrão cerca de R\$ 0,90 a R\$ 1,20 a “mala”. Já o patrão, paga cerca de R\$ 0,70 a 0,80 para os(as) tiradores(as) de samambaia. O comprador consegue comercializar as malas num valor aproximado de R\$ 3,00 a R\$ 3,50. Segundo relatos, o preço inicialmente pago aos tiradores era de R\$ 0,40 centavos por mala, sendo exaustivamente negociado para um aumento mínimo no valor pago por mala. Observa-se que o preço final de mercado é cerca de cinco vezes maior que o preço pago aos extrativistas (tiradores e tiradoras).

Para atender esse circuito de comercialização, regras de manejo sustentável são adotadas pelos grupos, com ausência de tecnologias avançadas. O processo de manejo e produção envolve, basicamente:

- i) escolher a área;
- ii) retirar (extrair);
- iii) enfardar; e
- iv) armazenar.

Embora durante o período do estudo não tenha sido realizada o monitoramento das atividades extrativistas, foi possível identificar durante o acompanhamento das atividades, que estas são realizadas por meio de manejo sustentável, visto as técnicas utilizadas para escolha das áreas e forma de extração. As técnicas são muito similares a encontradas em outras

experiências já relatadas pela pesquisa científica, de tal modo, iremos relacioná-las para fundamentar as regras de manejo adotadas pelos grupos.

No trabalho de Marques (2013), que abordou a atividade de extração das samambaias com os grupos coletores registrados neste pesquisa, reforçou o entendimento aqui identificado do conhecimento que possuem sobre a espécie, seu ciclo de vida, cuidados na extração e, conseqüentemente, garantem a sustentabilidade da atividade.

As áreas utilizadas para retirada de samambaia podem ser agrupadas em macro-áreas principais (Tabela 8). Embora todas as macro-áreas sejam mencionadas como importantes para extração da samambaia, a de maior relevância é a do Acaiaí. Isto se dá pela proximidade com a residência dos grupos, reduzindo assim, os custos na produção (especialmente deslocamento – gasolina para os que vão de carro, e tempo dedicado).

Tabela 8 - Macro-áreas e respectivas áreas utilizadas para extração de samambaias dos grupos de extrativistas relacionados ao Território Acaiaí.

Macro-áreas	Sub Áreas
São Francisco do Sul	Capri, Vila da Glória, Enseada.
Acaiaí	Figueira (Caixa d'Água), Capivaru (Tapera), Gamboa, Porto do Rei, Praia Grande (Casqueiro).
Outros municípios	Araquari e Barra do sul.

Fonte: Elaborada pela autora.

O mapa do Apêndice D, exemplifica as características das áreas utilizadas para extração e foi construído a partir do georreferenciamento das áreas percorridas pelos extrativistas (pontos demarcados em verde) durante saída guiada com os grupos comunitários.

No mapa, estão ilustradas três áreas onde foi realizado o acompanhamento, sendo elas: “pinho baixo – Gamboa/entrada do Ervino”, “Capivaru” e “Casqueiro”.

Uma das áreas está associada à Comfloresta, seja pelas que estão ocupadas com o plantio de *Pinus sp*, ou pelas áreas descampadas. Os extrativistas, por meio de permissão informal dos proprietários da Comfloresta utilizam essas áreas para extração. Isso ocorre na

região da Gamboa, Porto do Rei, Figueira e Tapera, visto a grande ocupação de áreas pela Comfloresta na região. Embora haja essa permissão informal, ela não está livre de conflitos com os extrativistas, tendo em vista que a permissão é dada ao “patrão” e não diretamente aos extrativistas. Também não prioriza a permissão às famílias tradicionais, provocando conflitos com outros grupos ou pessoas oriundas de outras regiões. A apropriação privada das áreas de extração pode ser vista como uma limitação para a atividade, tendo em vista que inexistem o compartilhamento de regras entre os diferentes grupos, gerindo o espaço comunitariamente.

As áreas da Comfloresta utilizadas para extração de samambaia, apresentam a priori, limitações, baseadas na compreensão feita pelos extrativistas. As áreas não foram monitoradas durante o estudo, devido ao curto período dedicado ao acompanhamento. Monitoramentos como estes, precisariam recobrir, no mínimo um ciclo das quatro estações do ano, num acompanhamento sistemático. No entanto, algumas compreensões dos extrativistas já estão respaldadas pelo monitoramento ecológico realizado em outras pesquisas no Brasil. Segundo Baldauf (2007):

a estrutura demográfica da samambaia preta é bastante influenciada por fatores climáticos e pelo processo de sucessão florestal, o que remete à necessidade de monitoramento continuado ao longo de vários anos (...) podendo ser avaliados juntamente com os extrativistas nas propriedades onde se procede à coleta, visando à implantação de um sistema de monitoramento participativo (BALDAUF, 2007, p. 55).

Considerando o aspecto participativo, parte-se da observação sistemática dos extrativistas, para indicar alguns elementos, especialmente sobre a limitação de extração de algumas áreas, bem como do potencial de técnicas de manejo adotadas para manutenção das atividades e dos sistemas florestais. De tal modo, considerando a extração associada aos sistemas de plantio da Comfloresta (cultivo de plantas exóticas), as samambaias apresentam características diferenciadas, conforme relato dos interlocutores.

Uma das características é o tipo de fronde, considerada mais “fina” pelos extrativistas. Isso implica na retirada de um número maior de frondes, para completar a meta de 40 a 60 folhas por mala. A outra influência/característica é no tempo de crescimento da samambaia para extração. Segundo os relatos, nas áreas de “pinho baixo”, as plantas possuem crescimento limitado. A influência das plantas exóticas implica num maior tempo para crescimento dos indivíduos e, num extremo, a sua eliminação, visto a forte influência nas

raízes da samambaia. Alguns também relataram o uso de venenos nas propriedades da Comfloresta o que ocasiona o não crescimento, e até mesmo a morte dos indivíduos de samambaia. De maneira geral, entende-se que a utilização de áreas exclusivamente cultivadas pela Comfloresta, exigiria uma circulação e abrangência de área muito mais significativa do que nas áreas utilizadas em sistemas florestais nativos.

Daí a fina já vai mais, a grossa já vai menos. Por isso que a gente procura mais lugar onde tem samambaia grossa pra tirá, né? Porque daí ela rende mais. E a fina não. Que a gente tira, tira e nunca enche a mão. E a grossa já é mais fácil, né? que aí vai tirando e já vê mais, assim a samambaia.(...) No Capivaru é melhor, porque ela é mais grossa, a do Pinho que não rende. Ela é fina. (Interlocutor 3, mulher, 31 anos).

(...) aqui ainda tem. Mas o pinho chega uma época... que, tipo assim, se tu vim todo dia pra cá tirá samambaia, memo que não tenha, mas vim direto tirá samambaia. Chega uma época que daí o próprio calor do pinho, as folha do pinho vai matando a raiz dela. Ela não produz mais ali. É por isso que, tipo assim, cortou, tem que ficar uns seis, quatro mês... pra esperá o broto dela vingá né? pra conseguir tirá de novo. (Interlocutor 1, homem, 33 anos).

Já em áreas como na Praia Grande (Casqueiro) alguns potenciais são encontrados. As folhas são consideradas mais resistentes e, embora possuam tamanho diferenciado, estas têm grande procura pelo mercado comprador. Elas são consideradas conservadas para extração, no entanto a limitação da legalidade da atividade impede a procura nessas áreas pelos extrativistas. As áreas consideradas de uso comum possuem características importantes para extração, mas acabam não sendo utilizadas por receio de fiscalização. Mesmo entendendo suas atividades como não “prejudiciais ao meio ambiente”, os extrativistas preferem não adotar essas áreas como áreas de extrativismo.

Em áreas de remanescentes florestais nativos (diferente das áreas cultivadas por espécies exóticas), o tempo de crescimento é menor, podendo estas serem utilizadas num período de tempo mais próximo. Associado ao manejo utilizado, como a i) escolha das frondes maduras (as mais verdes) e ii) a proteção dos brotos, a rotatividade dessas áreas podem garantir a sustentabilidade econômica e ecológica da atividade. Uma das tendências mais marcantes, e de grande relevância para o manejo da espécie, é a rápida regeneração das frondes após os cortes (BALDAUF, 2007, p.53).

É. Cada vez mais tem. De fato. Quanto mais a gente tira, mais ela vem, ela cresce. É verdade. A gente não pode quebrá a brotação dela, né. É. Porque se tu for lá tirá aquela samambaia, e tivé um monte de brotação e tu quebrá ou tirá, ela vai custá um monte pra crescê. Aquilo ali que tu quebrá não vai vim mais... aqueles ali. Aí faz parte da gente cuidá também, né. [...] quanto mais a gente corta, mais ela vem, né. Ela não acaba. (Interlocutor 4, mulher, 36 anos).

Não pode quebrá os brotinho que tem. Porque onde tem uma samambaia, tem um broto do lado já, crescendo. Aquilo ali tu não pode quebrá. Se tiver um monte, uma malha assim grande, tu tem que arroteiá a malha tirando, só pra não pisar no monte, naquele brotinho, pra não quebrar aquele. Pra qualquer dia que tu for lá não tem mais.

Tem que cuidar, porque se não cuidar... se pegar, se entrar assim, já no meio com tudo, já, o que que vai acontecer depois? Não vai ter mais aquela samambaia pra cortá ali. Porque, se eu for lá e corto três mala de samambaia naquele lugarzinho ali, dali um mês, eu posso voltar lá e cortá... seis mala. Se eu corto três, dali um mês eu posso cortá seis. Porque ele brota, porque daí eu não quebrei, eu não estraguei, eu aproveitei! (Interlocutor 1, homem, 33 anos).

Contudo, a partir da prática extrativista local, pôde-se observar sua importância para socioeconomia local, bem como para manutenção dos modos de vida tradicional. Embora algumas famílias associadas ao extrativismo vivam exclusivamente da atividade, há que considerar os que a inserem juntamente com outras atividades. Alguns inserem a pesca no circuito diário de produção, conforme já destacado no item anterior, e outras, como as mulheres, desempenham serviços informais na comunidade e/ou município.

Quando eu venho do mato, como eu fui ontem, né... Aí, de tardezinha eu vim, tomei banho e fui lá limpar a casa. Como vai ser amanhã de novo, a rotina. Mas, no momento agora eu tô mais indo pro mato. (Interlocutor 4, mulher, 36 anos).

Esse circuito de atividades é fundamental para sobrevivência das famílias sendo também uma questão de segurança alimentar, porquanto oferece complemento familiar para aquisição de alimentos.

Porque, um certo tempo aí... tinha vez de em casa não ter, eu não ter uma pão pra dar pros meus filho e nem pra ela (...) sobrando... é que nem eu disse, sobrando sete, dez, tá bom! Mas pelo menos já tem combustível dentro do carro pra ir trabalhá. (Interlocutor 1, homem, 33 anos).

Porque a gente pega já o necessário pra comprá as coisa pras criança. Porque o meu marido trabalho, no caso, mas ele recebe uma vez por mês. Aí no caso, compra as coisa, sempre falta uma coisa ou outra, e o que me safa é o dinheiro da samambaia, né? O pão de todo dia, que tem que ta comprando, quase todo dia, né? Quando eu não faço o pão de casa. Aí, tem mais o salgado que... que a gente compra

e também já não dá pro mês, né? E tem que sempre tá comprando. O necessário, né? Os básicos. O que a gente precisa mais. É isso aí pra mim a importância da samambaia. E se não for, já era, né? Daí, só tá comprando uma vez por mês, que a gente compra o necessário, né? Mas sempre falta as coisa, né? E esse aí é o que me ajuda bastante, né? (Interlocutor 3, mulher, 31 anos).

Para as famílias que desempenham a extração de samambaia no Acaraí, essa é uma questão de alta relevância socioeconômica, visto sua dependência para subsistência. Além disso, as práticas extrativistas garantem a manutenção de modos de vida, peculiares das comunidades tradicionais – “ a gente vai pro mato porque a gente gosta” .

As limitações impostas pela ilegalidade da profissão, o abandono ou desconhecimento das políticas públicas agravam o cenário da atividade. Os incentivos hoje reconhecidos pela Política de Assistência Técnica e Extensão Rural não são acessíveis aos grupos de São Francisco do Sul. Eles desconhecem tal política e os órgãos executores da políticas, como a Epagri, encontram-se distantes da realidade desse grupo, embora exista, em municípios próximos (Garuva, por exemplo) ações desenvolvidas com a palha da bananeira.

Projetos pilotos que incluam esses grupos, valorizando os modos de vida tradicionais, poderiam assegurar o bem estar de muitas famílias na região. Esses projetos, se concebidos com a comunidade, proporcionariam a inserção num outro projeto de desenvolvimento pessoal e comunitário, onde os valores de dignidade humana seriam assegurados. Além disso, a questão de gênero presente nos circuitos da samambaia necessitam ser priorizada, na dimensão da autoestima pessoal e do grupo, que constitui-se, historicamente, grupo oprimido pelas ausência de políticas na sua direção.

5.2.2.2 Extração de musgos e palhas

Nesses anos todos nós trabalhamos com samambaia, trabalhamos com musgo do... brejo, musgo de caixinha. [...] Aquele outro de bolinha, que é também o musgo fofão, só que aquele lá é muito raro encontrar aquele musgo. Até, não tem mais saída porque é difícil encontrar, no mato.

As características da extração de briófitas (musgos) na floresta é muito similar a da samambaia. Durante o período de estudo foi registrado um grupo residente na Tapera, que

trabalha exclusivamente com a extração dos musgos. A produção é significativa, sendo que o comprador do produto é proveniente do Curitiba (PR). Às áreas de retirada de musgo são semelhantes às de extração de samambaia, no entanto, a ocorrência das briófitas se dá em locais mais úmidos. Embora o Grupo 3 use prioritariamente o musgo como produto do extrativismo, os demais grupos, eventualmente também o utilizam.

Os passos do processo de produção envolve a extração, processamento e embalagem. Após extraído, o musgo é secado ao sol, ao ar livre. Embora a presença de uma estufa auxiliasse o processo de secagem, este não é utilizado pelo Grupo 3. As limitações econômicas não permitem a aquisição (no caso a construção) dessa estrutura. Sendo assim, o musgo é secado naturalmente, com nenhum gasto de energia, sendo constantemente virado para auxiliar na secagem. Após a secagem, este é armazenado para transporte dos compradores.

A extração do musgo é marcada fortemente pelo trabalho dos homens, sendo o seu processamento (secagem) auxiliado por mulheres. Isto se dá devido ao fato de que o processo de extração é mais exaustivo, associado ao peso dos produtos no momento da extração (produto molhado).

Ainda em relação as atividades extrativistas, importante mencionar que os Grupos existentes na região também utilizam palhas em geral para confecção de esteiras, vassouras, balaios, utilizadas tanto para consumo, como para comercialização. Estas atividades são realizadas individualmente e envolvem várias famílias da região, num circuito informal de produção.

5.2.3. Agricultura familiar e atividades não agrícolas

O pessoal da roça, quem trabalha na roça, nunca se diverte de jeito nenhum. A divertência dele é fazê um... uma tarefa de mandioca e aquela noite passa rindo e contando história né, e se alegrando.

Neste item serão apresentadas questões pertinentes à agricultura familiar e atividades não-agrícolas. O objetivo é destacar a importância das atividades, que são parte do ciclo multivariado de atividades desempenhadas pelas comunidades do Acaará. Algumas atividades

são destacadas: i) Os engenhos de produção de farinha artesanal; ii) As plantas medicinais; iii) Artesanatos; iv) Fabricação do pilão e outros artefatos artesanais; e v) Remos.

Atualmente ainda existem dois engenhos de farinha em funcionamento na Tapera. No Morro Grande, atividades como a produção de vinho artesanal, a partir de frutas da região, como jabuticaba é também comum. Essas atividades, anteriormente marcadas como uma produção para atender as demandas da família, atualmente têm sido inserida num circuito comercial diferenciado, ainda que restrito.

Os produtos artesanais têm ganho destaque, especialmente em eventos do município onde o objetivo é valorizar a cultura e os saberes locais. A Interlocutor 18, indica a importância que os produtos artesanais fabricados na comunidade tiveram durante exposição na Festilha, festa tradicional em São Francisco do Sul.

Nós trabalhamo na Festilha, eu fiz muito biju e (...) Biju de massa e de tapioca. Nós vendia... vendemo na Festilha (...) fazia rosca, levemo pão de casa, laranja açúcar, daqui do quintal, né. Marcela... assim, um molhe de Marcela (...)Então muitos levavo pra fazê chá. (Interlocutor 18, mulher, 72 anos)

A marcela⁵⁶, espécie de planta medicinal, é comumente cultivada na região pela comunidade tradicional. Além de encontrada nos quintais de casa, também é cultivada junto das roças de mandioca, num sistema diferenciado de plantio. Essa espécie é indicada para problemas de saúde, com receitas próprias da comunidade. Além disso, parte do cultivo é destinado para comercialização, muito comum para uso em travesseiros com fins medicinais. Esses conhecimentos são mantidos pela comunidade, desde o tempo de seus pais e avós. Saberes tradicionais, passados de geração em geração e compõem o conjunto de valores e tradições das comunidades tradicionais.

Ah, pa febre né? A marcela, a gente bate a gema do ovo e faz o chá da marcela. É muito bom pra quem tem catarro nos brônquio, né (...) bate bem a gema do ovo com açúcar, só a geminha. E faz o cházinho da marcela e põe ali quente, deixa esfriá e toma. [...] Pra febre, pra empanturração, assim, estômago inchado, as vez a comida faz mal, né? [...] É só fazê um chá de marcela. (Interlocutor 18, mulher, 72 anos)

⁵⁶ Planta medicinal.

Isso ai aprendi com as pessoa mais de idade, né. E com meus avos. Porque a minha vó qualquer coisa que a gente tinha era uma erva. Se ela dizia que tava com probrema, com o coração batendo um pouquinho mais ela já ia procurar erva pra tomar. Tava com a barriga meio inchada por causa de uma alguma comida que comeu, ja ia pras folha da laranjeira, risos. Já congestionava aquilo. (Interlocutor 15, homem, 65 anos)

ah, isso já veio do tempo (...) a gente aprendia quando era pequeno, via os velho fazê... (...) Corria pro mato! Cortá erva... (Interlocutor 17, homem, 72 anos)

Ainda, há que considerar o conjunto de habilidades da comunidade ligadas ao trabalho manual. A fabricação de balaios, cestas, tapetes, pilão, são práticas comuns e ainda presentes nessa região, bem como da fabricação de remos por pescadores artesanais. A fabricação dos remos resulta na sua utilização na comunidade, na sua própria atividade e são também comercializados por interessados na região.

5.3 Patrimônio Imaterial: festas, religiosidade, contos e...

Falar das festas, religiosidade e contos de uma comunidade tradicional é reler a sua história. As influências da miscigenação cultural da comunidade é também percebida no conjunto de valores associados à sua religiosidade, nas formas de manifestação cultural (festas), bem como nos modos de comunicação. Falar desses aspectos é tornar ainda mais rico e inundado de significados o Território Acaraí, pois nele estão presentes a expressão cultural particular, marcado pela sua miscigenação. O território do Nosso Acaraí possui diferentes expressões, quais sejam:

(a) Territórios simbólicos, destaca-se a importância dos territórios associados à Figueira e à Praia Grande. Na Figueira, o campo de futebol, os locais de encontro de confraternização, a fundação da “casa grande” e as marcas de um tempo que continua sendo compõem a memória da comunidade. Na Praia Grande, na região do cemitério, é ainda presente a manifestação de fé religiosa. No dia 02 de novembro, dia de Finados, foi possível encontrar a comunidade local, bem como parentes distantes, em rituais de devoção e respeito, no cemitério do Casqueiro, atualmente área do Parque do Acaraí.

As práticas de fé, também se expressam na forma dos benzimentos. Na região foram encontradas cerca de cinco pessoas reconhecidas como “benzedores” e que ainda realizam essas práticas. Tal vocação é aceita com respeito entre a comunidade e familiares. Tal respeito, também se expressa pela referência às antigas parteiras que existiram na região.

(b) Na fala, quando um modo particular de comunicar-se é realizado. E é assim que podemos encontrar os versos cantados em Pasquim, que representam a recordação que mantêm das histórias locais. Os versos possuem muita ligação com os aspectos do cotidiano, recontados pelos rimadores. Remetem à histórias locais, senso de pertencimento ao lugar, questões corriqueiras da comunidade. Expressam a força da oralidade presente nas comunidades tradicionais. Cantados em verso, os saberes ficam registrados na comunidade.

Isso era muito engraçado. O pasquim que eles fazio. [risos] o tio Cordeiro, coitado! O pai do Nivardo. [risos]. (Interlocutor 18, mulher, 72 anos).

(...)

aí tinha um Senhor de idade, que ele tinha posto uma dentadura nova, né? Na época. [risos] aí: “chegou Seu Manoel Cordeiro, com a sua dentadura nova, com os dente de carneiro!” . [risos] (Interlocutor 17, homem, 72 anos).

Ah, e fazio grande. Que, às vezes, eles fazio que acontecia coisa na Tapera, né? Então, o Chico Vieira, ali, era um home assim... palhação, meio marvadão, né? Não fazia mal pra ninguém, mas era meio assim, metido [risos]. Ele fazia e metia assim, por baixo da porta. Quando a gente amanhecia tava aquele caderno tudo escrito. Era só pra ri! Aquilo então dizia: que era pra ler e já colocar na casa de outro. Pra ir passando pra todo mundo. (Interlocutor 18, mulher, 72 anos).

Porque é como eu falei. O pessoal da Tapera, os taperano, conto as história né, do pessoal, do lugar deles né. E a gente que nós era já de lá (Praia Grande), a nossa história é la, né. De contá as coisa...

Só quem, quem coisa era o Leite (...) Esse, quando chegava aqui, a gente se dava muito com ele, (...) Ah, mas ele fala, chegava já começava com aquelas coisas dele, ele sabe essas coisas de pasquim...(Interlocutor 13, mulher, 76 anos).

Antes de apresentar o relato de alguns versos, inclusive do “Leite” grifado anteriormente, quero discorrer, de forma emocionada a experiência feliz que pude viver junto do “Nego Leite”, como carinhosamente é chamado por moradores da comunidade e por seus familiares. A oportunidade de vivenciar uma conversa agradável e engraçada em algumas tardes em que estive com ele no asilo onde escolheu viver, pude perceber um olhar meio tristonho e distante, onde na pele marcada pelo tempo expressou sentimentos e um pouco da sua história de vida e, de algum modo, fez-me sentir parte de um tempo que continua tão presente.

As histórias (estórias) que contou para “galega”, como se reportava a mim quando eu chegava lá, foram os últimos registros de sua história de vida. Falecido quase que um ano depois da finalização do trabalho de campo, deixou marcado em verso e em vídeo, um pouco da sua história e do pouco que eu, enquanto entrevistadora, conquistei com ele em suas memórias. Esse relato motiva e ao mesmo tempo traz lembranças. Mas, sobretudo, provoca a refletir sobre o desafio de retratar num trabalho acadêmico os sentimentos que marcam a tradicionalidade e o senso de pertencimento que os sujeitos entrevistados estabelecem com o “lugar” do Acaraí. Esse desafio remonta a vários níveis, pois é da dificuldade de estabelecer relações, não somente de confiança, mas de respeito à condição do outro, é que se tornam indispensáveis para a construção de uma definição de tradicionalidade e, ainda mais, para sua incorporação nos processos de gestão.

Na sequência, transcritos alguns Pasquins revelados em verso e encharcados não só de lembranças, mas de importantes categorias da relação com a natureza, da liberdade ou das opressões vividas pela sua etnia.

“ Você que sabe muito lê o be-a-bá,
quero que você me diga quantos peixes tem no mar?
Olha, o peixe que tem no mar, eu cubro com meu chapéu.
Eu quero que você me diga quanta estrela tem no céu?
A estrela que tem no céu conto de quatro em quatro.
Quero que você me diga quantas folha tem no mato?
Olha, as folha que tem no mato, isso ai eu não posso lhe dizer,
porque nasce a verde e cai a seca, fora o que tem pra nascer.

E a senhora que sabe muito, venha cá me dizer,
quem era a senhora no mundo antes de sua mãe nascer?
Antes da minha mãe nascer, eu não era vivo, nem morto.
Andava na mão de Deus, não era preto nem sorto” .
(Henrique Nascimento – “Negó Leite”)

“ Minha querida praia grande,
lugar onde nasci,
eu tenho muita saudade
e ela me faz sorrir” .
(Tiburcia dos Santos)

“ Relembrando fiz os versos do lugar onde eu nasci
Praia Grande, São Francisco,
Um pedacinho do Brasil
Os pilares da igreja estão lá
Para provar que existia
Um grande vilarejo onde muita gente vivia
E o cemitério também existe, e temos que conservar
Quem sabe um dia, nossa casa será lá
Não desmate a Praia Grande, que nela eu tenho amor
Deixe o verde lá, que do verde nasce à flor
Onde há flor, há verde
Onde há verde, há esperança
Onde canta os passarinho, sem ódio e sem ganância” .
(Manoel Rafael Vieira – Maneco)

(c) Nas festas - expressão cultural importante da comunidade. Além de uma ocorrência mais remota do boi-de-mamão e do terno-de-reis (“reieiros”), as festas eram muito presentes na Tapera/Figueira e Praia Grande, reunindo pessoas de toda a região e traduzem as diferentes influências culturais que compõe o território. Segundo relato, o tempo do terno-de-reis acontecia entre o mês de dezembro até 6 de janeiro - “ Já faziam a sala grande para cantar o rei, batiam pandeiro, viola, chocalho. Vinha pessoal da

Enseada para Tapera e da Tapera iam para lá (os reeiros). Davam melancia. A mãe vestia as filhas para assistir. Traziam balas para as crianças” .

Além do terno-de-reis, muito comum nas comunidades tradicionais litorâneas de Santa Catarina (FOPPA, 2009), outras festas marcavam a confraternização da comunidade, tais como a “malhação do judas”, “festa de São Gonçalo”, “Pão-por-Deus”:

De primeiro faziam né, pois eles faziam o judas. Como era que se diz? O negócio que eles botavam dentro, no bolso do judas, era pasquim. Botavam numa casa, noutra, depois iam malhar. Diversas pessoas... A pessoa que ia pegar ele para queimar, ai que lia, encontrava , ai que ele ia ler. Era muito legal. Era verso muito engraçado, muitos versos. (Interlocutor 13, mulher, 76 anos).

Ah, eu cantei muito aí. Hoje não dá mais, porque não tenho nem fôlego. Mas eu... dessa...São Gonçalo, naquela época que tinha, dancei... ainda danço São Gonçalo, só que hoje não dá mais porque eu tenho muitas dores nas pernas, coisa. Mas, se for preciso dançar eu sei como é pra fazer. Sei cantar São Gonçalo (...) Chamava o terço de São Gonçalo. [...] Então, eles botavam um santinho lá, uma imagenzinha e faziam aquela festa, aquela dança, né? e... o cara que tocava, cantava, o ritmo é assim (Interlocutor 32, homem, 72 anos):

“ São Gonçalo do Amarante, São Gonçalo do Amarante
Tenho uma filha pra casar, tenho uma filha pra casar, São Gonçalo”

E daí o cara que tava tocando a viola e cantando, fazia o seu repente, o seu verso, que vinha na cabeça. Por exemplo, eu fiz alguns versos, por exemplo: no pão por Deus, naquele tempo tinha o pão por Deus também, né? Então, também se fazia verso...

Pão por Deus é uma história [...]. Você tinha uma namorada, então você mandava pra ela um pão por Deus. Mandava dentro de um envelopinho um coração, e aí você mandava um verso, eh... convidando ela pra passear, pra conversá em outro lugar, assim. Então, eu fiz um verso pra uma namorada que diz assim:

“ Aqui vai meu pão por Deus na asa de um gavião.
Por fora vai minha alma, por dentro meu coração.”

[sorri] São os versos, mas tem que ser verso bonito. Que naquele tempo, a maior parte era analfabeto, mas tinha os homes cantadores, inteligentíssimo. Que eu, por exemplo, tenho o meu tio que morreu com oitenta e oito ano, tocava viola e fazia verso que você podia dizer que ele tinha dez facultade. Inteligentíssimo. Como eu vejo lá no norte, tem caboclo lá do norte ali, que ele não sabe nem falar, mas ele faz cada verso bonito que dá pra admirar. [...] A primeira poesia que eu fiz eu tinha sete ano. Eu manti ela, até hoje ta guardada. Dia da árvore(...)

Além dessas, existia também as festas de “Nossa Senhora Santana”, “Santa Cruz”, “São José” e “São Sebastião”,

Quando eles era vivo nós ia fazê um negócio de terço de São Sebastião, essas coisa lá. Então, nós ia lá. Lá com meu pai, minha mãe, meus irmão. Na novena lá de noite. Fazer essa novena de São Sebastião, né? Esses santo assim. Então, ele fazia na casa dele. Porque não tinha igreja lá ainda. A igreja foi feita depois, no outro lado do Casqueiro. [...] Ali, depois metero a mão, acabaro com aquilo! Mas dava cada festa linda mulhé! Cada festa! O povo, ó! Linda, linda! Coisa bonita mesmo! (...) São Sebastião era o padroeiro da Igreja (...) É, pois São Sebastião diz que era um soldado de Cristo. (Interlocutor 16, mulher, 86 anos)

20 de janeiro, a festa de São Sebastião. E dia 26 de julho, Festa de Nossa Senhora Santana. (Interlocutor 14, mulher, 61 anos)

Eh... Festa de Santa Cruz fazia dia treze de maio lá. Na Tapera. Agora tem festa de São José. Sempre fazem festa lá de São José. Na Praia Grande esqueço o nome, era... ah, Santana (Interlocutor 9, homem, 84 anos):

“ Senhora Santana me traz uma marido.

Que esse que eu tenho não dorme comigo” , ela dizia. [risos]

20 de janeiro, São Sebastião, 19 de março, São José que é o padroeiro, e 3 de maio festa de santa cruz. Tudo isso era feito festa. Feito bingo, tinha jogo de vespas, tinha aquele jogo de massa, mão de massa (...) Era feito uma promessa, por exemplo assim, eu tenho uma osteoporose na minha perna, né, ai fazia aquele pedido pra deus, se eu sarar da minha perna eu adoou uma perna de massa, com pé, joelho, tudo, a gente adoava, mandava fazê, que tinha gente que sabia fazê, ai era feito, botado numa...e aquele leilão, um dava tanto, outro dava tanto, outro dava tanto, até que tinha um que dizia: eu dou tanto...ah, pode leiloá denovo, e assim era feito (...) Aqui na Tapera era feito. Era feito de massa de goma, outra massa não lembro (...) Depois a gente comia, era uma massa limpa (...) Goma da farinha. Daquele tempo era tempo bom divertimento. (Interlocutor 5, mulher, 63 anos)

5.4 Características da comunidade, aproximando imagens e movimentos do possível autorreconhecimento

Da descrição apresentada neste capítulo e no anterior apresento alguns elementos que caracterizam a comunidade estudada e sua relação com a abrangência do território tradicionalmente ocupado. As características apresentadas não pretendem definir a comunidade tradicional, visto que isso afastaria os princípios normativos que marcam a autodeterminação que permeia a temática. O esforço analítico, no entanto, recupera categorias importantes que compõe a complexidade de relações que configuram o território e oferecem pistas para compreender sua tradicionalidade.

O Território Acaraí está traduzido por um conjunto de grupos que poderiam se auto identificar como pescadores artesanais, extrativistas, mulheres da samambaia, agricultores, quilombolas, do “Acaraí”. Qualquer definição dada no escopo dessa pesquisa seria arbitrariedade, tendo em vista que a pesquisa não objetivou desenhar os passos da autodeterminação junto aos sujeitos. Mas cada uma dessas categorias teria um potencial explícito, ou latente, de serem exploradas no sentido do autorreconhecimento, exigindo, contudo, outros passos a percorrer, não priorizados no recorte desta pesquisa.

A prioridade de caracterizar a comunidade está sobretudo relacionado à observação dos potenciais e recusas para pensar o desenvolvimento e gestão do território, atualmente regulamentado pela criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral. Argumenta-se, assim, que elas tenham o direito de se autodeterminar, sob a hipótese de que possam ser caracterizadas como população tradicional, além de demonstrar os potenciais da participação desses grupos para o fortalecimento da gestão da unidade (ALMUDI; KALIKOSKI, 2009), ou do que tenho assumido nesta tese, com base em referências bibliográficas correlatas: de um território ocupado tradicionalmente.

Destaca-se, assim, o papel que elas têm historicamente desempenhado na manutenção da biodiversidade por meio de saberes e práticas tradicionais, tornando-se convergentes com o objetivo das unidades de conservação ou da proteção dos ecossistemas (DIEGUES, 2008), mas que na prática têm sido assumidas como incompatíveis pelos órgãos de gestão.

Essa incompatibilidade resulta em muitos casos, em injustiça social. A bibliografia acadêmica apresenta um arcabouço farto de fundamentações, onde as áreas naturais protegidas (as unidades de conservação) podem reconciliar conservação e justiça social, entendendo o sistema sociocultural das comunidades tradicionais como algo tão importante quanto a conservação dos recursos biológicos, segundo uma abordagem não dicotômica entre natureza e sociedade (KALIKOSKI, 2007). Assim, a tentativa de caracterizar a comunidade, embora não seja algo simples e determinístico, pode auxiliar na garantia dos direitos das comunidades, já previstos em políticas públicas específicas.

No território Acaraí, a coexistência dos afrodescendentes (descendentes de escravos) que ocupam historicamente o território tornam a caracterização pretendida ainda mais complexa, considerando as especificidades identificadas e as formas de relação de poder construídas historicamente.

Reconhecer a existência desse grupo envolve uma dimensão ética e moral. Segundo Oliven (2005, p. 67), torna-se de fundamental importância assegurar os direitos dessas minorias, e com isso construir uma sociedade plenamente democrática. O autor reconhece que a posse das terras às sociedades indígenas e aos remanescentes de comunidades de quilombos não é uma questão que diz respeito apenas a “índios” e negros, mas a toda a sociedade brasileira. Reconhecer a existência dessas comunidades é estimular a sua autoestima, em oposição a um passado de submissão e a uma liberdade relativizada (SILVA, 1997; REIS; BAUERMANN; ANTUNES, 2008).

O esforço de caracterização direciona uma reflexão importante de que o (auto)reconhecimento passe também pela incorporação de suas realidades por outros setores da sociedade, podendo a pesquisa desempenhar papel importante nesse direcionamento, haja vista o contexto de negação de direitos desses grupos minoritários.

Em relação ao grupo de afrodescendentes, cabe sinalizar também que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2007, instaurou no âmbito da Superintendência Regional de Santa Catarina – SR (10) processo para “verificação da possibilidade de existência de comunidades remanescentes de quilombolas nas localidades de Tapera”. De tal modo, conforme relatado pelo analista do INCRA (Ofício/INCRA/SR(10)G/Nº 849/11),

“o processo aguarda emissão da Certidão de Auto-reconhecimento, que deve ser providenciada pela comunidade Tapera junto à Fundação Cultural Palmares, para darmos prosseguimento ao processo de regularização fundiária de seu respectivo território, incluindo, preliminarmente, a prestação dos devidos esclarecimentos sobre este processo e a obtenção do consentimento da comunidade para sua efetivação”.

Durante a pesquisa em campo, foi possível identificar as memórias da comunidade e, os elementos que as famílias descendentes detém sobre sua origem étnica e das dimensões da escravidão na região. No entanto, o processo de autorreconhecimento, não apresentou um cenário favorável no entendimento das famílias. No mesmo Ofício emitido pelo INCRA, é também ponderado que segundo a opinião do presidente da Associação de Moradores da Tapera, “a regularização de um território quilombola poderia provocar controvérsias internas à comunidade e desuni-la, o que prejudicaria seu pleito territorial em relação à referida Unidade de Conservação”.

Essa opinião também foi observada ao longo da pesquisa durante as entrevistas realizadas, sendo um aspecto que requer ações e metodologias específicas para intervenção, respeitando o tempo e a compreensão da comunidade. Na compreensão atual da comunidade, existe uma identidade comum entre os moradores locais, em garantir os usos tradicionais e suas relações com o Rio Acaraí, independente de questões étnicas.

Duas situações são importantes na leitura da situação atual desses atores. Uma delas diz respeito ao grau de isolamento em que viviam antes da criação do Parque, onde aparentemente não se observavam conflitos entre os diferentes grupos e as estratégias adotadas eram incorporadas, independente de questões étnicas. A criação do Parque motivou a organização sociopolítica da comunidade para reivindicar seus direitos de acesso e uso, tornando visível o que foi omitido no processo de criação da Unidade de Conservação. Assim, o elo de ligação e do movimento que potencializa a busca de direitos não foi desenhada a partir da sua configuração étnica, mas sim do território habitado e utilizado tradicionalmente.

A segunda situação, de algum modo decorrente, permeia a discussão: a do desconhecimento sobre os direitos reais dos “quilombolas” e das suas implicações. Durante as conversas informais com a liderança comunitária foi possível observar que a questão dos direitos associados aos quilombolas não faziam parte do repertório de informações, sendo que

o tema por vezes parecia constrangedor para algumas pessoas entrevistadas, receosos de que qualquer medida tomada, poderia romper com os laços de confiança e gerar conflitos entre as diferentes famílias que ocupam o território tradicional. No entanto, isso não significa dizer que os diferentes grupos ou famílias estariam blindados de conflitos e/ou relações de poder em relação a etnia, o que somente um estudo em profundidade das unidades familiares poderiam identificar.

A situação que permeia esses grupos pode ser de difícil codificação e consagração de seus direitos fundamentais, resultando em omissão e invisibilidade nos processos de tomada de decisão, caso as normas e interesses comuns à conservação dos recursos naturais não sejam considerados. O conflito deflagrado pelo Parque configurou, contudo, mobilização política e tem construído identidade, reafirmando os atributos dos que estão vinculados à unidades de trabalho familiar na agricultura, pesca, extrativismos, formas de cooperação simples no uso comum dos recursos naturais, marcados por uma consciência ecológica acentuada (ALMEIDA, 2008).

Não menos importante, a compreensão ampliada do território envolve também terras indígenas em processo de demarcação nos municípios de Araquari e São Francisco do Sul, tendo áreas em torno do Rio Acaiaí como importantes referências.

A caracterização da comunidade, contudo, decorre da análise contextual a partir da valorização das narrativas, considerando o repertório dos saberes comunitários. Foi considerada na análise, uma comparação entre definições realizadas na bibliografia acadêmica, com ênfase nas características de comunidades tradicionais em outros contextos brasileiros (Tabela 9), destacando referências do conhecimento tradicional (Tabela 10).

A comparação apresentada com a comunidade tradicional associada ao Parque Lagoa do Peixe, no Estado do Rio Grande do Sul foi selecionada pela semelhança sociopolítica dos efeitos da criação de um Parque em território tradicionalmente ocupado. A comparação pretende exemplificar as similaridades à outras comunidades tradicionais definidas em pesquisas realizadas no contexto marinho-costeiro brasileiro, mas que não estejam necessariamente vinculadas à dimensão indígena e/ou quilombola.

Tabela 9 - Características da Comunidade Tradicional do Acaraí, São Francisco do Sul em comparação com outras definições encontradas na bibliografia. Continua.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS (DIEGUES, 1996)	PARQUE NACIONAL LAGOA DO PEIXE (ALMUDI E KALIKOSKI, 2009)	COMUNIDADE TRADICIONAL ACARAI
Grande dependência do uso de recursos naturais, a partir do qual constroem um modo de vida particular.	Dependem da pesca para subsistência e como fonte de renda, assim como para manutenção de sua cultura.	Dependem da pesca artesanal para subsistência, fonte de renda e manutenção dos saberes tradicionais. As atividades extrativistas como samambaia, musgo e cipó e a agricultura familiar garantem a sobrevivência das famílias, e a configuração de um modo de vida tradicional.
Conhecimento aprofundado dos ciclos naturais que se reflete na elaboração de estratégias de manejo dos recursos	Possuem conhecimento detalhado a respeito das espécies exploradas, assim como dos ecossistemas em que ocorrem.	Possuem conhecimento amplo da dinâmica do estuário (Rio Acaraí) e suas relações com a Baía da Babitonga. Além disso, conhecem os ciclos reprodutivos das espécies de peixes capturadas ao longo do Rio Acaraí, sua ocorrência e situação de exploração. Em relação as atividades extrativistas usam técnicas de uso sustentável (manejo a longo prazo), com baixa tecnologia.
Senso de pertencimento e apropriação de um território onde o grupo se reproduz social, econômica e simbolicamente.	Senso de ligação com o ambiente local onde exercem o controle de territórios de pesca.	Senso de pertencimento ao território construído. Destacam áreas importantes para pesca, relacionam paisagens, áreas historicamente ocupadas, além da ligação com o patrimônio imaterial local, festas, saberes relacionados à plantas medicinais. Organização sociopolítica foi motivada para manter a relação com o território tradicionalmente ocupado que pode ser afetado pela criação da UC.
Ocupação e permanência desse território por várias gerações.	Ocupação da região desde o século 18 quando chegaram os imigrantes açorianos.	Ocupação da região desde século XVI pelos imigrantes europeus (relações de parentesco recuperadas a partir da micro-história), em contato com os indígenas já existentes no território. Ocupação de descendentes de escravos e sua permanência na região, conforme a genealogia apresentada.
Elevada importância de atividades de subsistência.	Uma parte considerável das capturas é utilizada para o consumo doméstico.	A captura de espécies pesqueiras são em grande parte realizadas para subsistência. A pesca do Cará é utilizada diretamente e exclusivamente para consumo ou troca/doação. Outras espécies pesqueiras de ocorrência na região são destinadas em parte para subsistência, sendo uma porcentagem, utilizada para comercialização. As atividades extrativistas, embora não sejam utilizadas para consumo, o capital adquirido na realização da atividade é destinado para manutenção da segurança alimentar, bem como para suprir necessidades básicas.
Reduzido acúmulo de capital.	Modo de vida simples, com pouco acúmulo dos meios de produção.	Relações de produção não são geridas por lucros, nem acúmulo de capital.
Grande importância dada aos laços de parentesco e à unidade de produção familiar.	Membros da família possuem diferentes atribuições relacionadas à pesca ou a atividades pós-desembarque.	A comunidade é fortemente configurada por relações de parentesco. A atividade pesqueira é realizada entre irmãos e/ou parentes próximos. As atividades extrativistas são compartilhadas entre parentes. Destaca-se aqui os laços estabelecidos entre gerações, a partir da valorização de um conhecimento transmitido entre estas. Importante contribuição das mulheres para realização das atividades tradicionais.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS (DIEGUES, 1996)	PARQUE NACIONAL LAGOA DO PEIXE (ALMUDI E KALIKOSKI, 2009)	COMUNIDADE TRADICIONAL ACARAÍ
Importância atribuída a símbolos, mitos e rituais associadas ao uso dos recursos naturais.	A religião, mitos, folclore e até mesmo o vocabulário dessa população estão associados à prática da pesca.	Verifica-se a presença de saberes tradicionais, mitos e rituais relacionados à plantas medicinais, festas tradicionais e linguagem fortemente marcada por pasquim. Muitos são os símbolos atribuídos na paisagem que constitui o território.
Utilização de tecnologias simples e de limitado impacto ambiental.	Práticas de pesca realizadas manualmente e com petrechos relativamente simples.	Práticas de pesca realizadas manualmente, sendo o uso de motor apenas para locomoção. As atividades extrativistas são feitas de maneira simples, geridas pela capacidade individual e de grupo para retirada das plantas. Nenhuma tecnologia é utilizada para a extração, e até mesmo o transporte, em alguns grupos é feito com carro de boi.
Baixo grau de influência política.	São politicamente desfavorecidos devido à sua baixa educação formal e pouco acúmulo de capital.	Senso de abandono e falta de acesso à políticas públicas. Percepção dos moradores como sendo “discriminados”. O Interlocutor 26, homem, 46 anos, relata que as pessoas falam que na “Tapera só tem preto, pobre e bicho do pé”. No entanto, indícios de reorganização social são evidenciadas com a criação do Parque e pela mediação das organizações-ponte.
Identidade cultural do grupo.	Identidade cultural relacionada à pesca e ao desenvolvimento da cultura açoriana.	Identidade cultural relacionada à pesca artesanal e atividades agrícolas/extrativistas. Existência de remanescente de quilombolas que configura uma identidade cultural particular mas que ainda não está traduzida para o autorreconhecimento.

Fonte: Construído a partir de Almudi e Kalikoski (2009).

Tabela 10 - Evidências do conhecimento ecológico tradicional da Comunidade Tradicional do Acaraí, São Francisco do Sul em comparação com outras definições encontradas na bibliografia.

POPULAÇÕES QUE POSSUEM CONHECIMENTO ECOLÓGICO TRADICIONAL (BERKES, 1999)	PARQUE NACIONAL LAGOA DO PEIXE (ALMUDI E KALIKOSKI, 2009)	COMUNIDADE TRADICIONAL ACARAI
Apresentam conhecimento da biota e ecossistemas locais e seus ciclos, os quais complementam o conhecimento científico.	Possuem conhecimento dos ciclos atmosféricos e hidrológicos, e dos ciclos de vida e comportamento das espécies locais.	Possuem conhecimento amplo da dinâmica do estuário (Rio Acaraí) e suas relações com a Baía da Babitonga (Rio Perequê) e Enseada. Além disso, conhecem os ciclos reprodutivos das espécies de peixes capturadas ao longo do Rio Acaraí, sua ocorrência e situação de exploração. Em relação as atividades extrativistas usam técnicas de uso sustentável (manejo a longo prazo). Tais conhecimentos são reproduzidos oralmente, no qual os mais velhos orientam as práticas tradicionais.
Possuem potencial para manejo adaptativo, ou seja, tem conhecimento de como se adaptar a situações de mudança.	A abertura anual da barra da Lagoa, assim como paradas estratégicas na pesca, são estratégias adaptativas em uso.	Circuito produtivo variado, circulando entre diferentes atividades produtivas, pesca, agricultura, atividades extrativistas. Conhecem pescadores específicos e períodos de pesca importantes que são preservados para manutenção das espécies e conseqüentemente da atividade. Da mesma forma, gerem os espaços de extração de plantas. A pluriatividade é um dos potenciais de manejo do território, adotado por várias gerações.
Podem auxiliar na conservação de áreas protegidas através de práticas de uso sustentável e manejo dos recursos.	O controle de territórios de pesca é uma estratégia que contribui para o uso moderado dos recursos.	Garantiram a manutenção dos sistemas ecológicos do Acaraí (manutenção dos ecossistemas) até os dias atuais. Capacidade de resiliência dos ecossistemas a partir dos usos tradicionais realizados há séculos. Proteção das áreas de preservação permanente (APP), dos recursos hídricos locais, etc.
Podem auxiliar em avaliações ambientais por possuírem conhecimento das peculiaridades do local.	Possuem conhecimento sobre as mudanças que vem ocorrendo no ambiente local, tal como alterações na profundidade da Lagoa.	Contextualizam as mudanças locais não apenas a eventos pontuais, mas sim no tempo e no espaço. Explicam as mudanças dos estoques pesqueiros, e consideram elementos da gestão pesqueira ecossistêmica em outras escalas, bem como identificam vetores de mudança regionais. Além disso, relacionam a importância da ligação do estuário entre a foz e a nascente, aprofundando aspectos da hidrodinâmica local, e suas relações com a biota.
Auxiliam na conservação da biodiversidade.	Há evidências lógicas para supor que o manejo da barra da Lagoa contribui para a manutenção da biodiversidade local (ALMUDI, 2008).	O senso de pertencimento e práticas tradicionais evidenciam o cuidado com o lugar. O conhecimento ecológico tradicional configuram outras relações com a natureza, sendo considerados além do seu potencial produtivo, mas acima de tudo, o seu valor simbólico e imaterial. Compreensão de que manter o equilíbrio ecológico é também manter as práticas tradicionais.

POPULAÇÕES QUE POSSUEM CONHECIMENTO ECOLÓGICO TRADICIONAL (BERKES, 1999)	PARQUE NACIONAL LAGOA DO PEIXE (ALMUDI E KALIKOSKI, 2009)	COMUNIDADE TRADICIONAL ACARÁI
Podem avaliar com maior precisão as necessidades da população local em relação às restrições ambientais e socioeconômicas que podem se apresentar.	São capazes de avaliar suas próprias necessidades socioeconômicas, assim como indicar as dificuldades que certas restrições ambientais lhes causam, tais como mudanças climáticas e recursos em declínio.	Avaliam apropriadamente a importância das áreas naturais que compõem o território Acarái para sua sobrevivência. Com a perspectiva da implantação de um Parque na região, conseguem identificar os prejuízos para manutenção dos seus modos de vida, e sobrevivência. Da mesma forma, reconhecem como importantes, algumas medidas de gestão já adotadas, como a proibição da pesca na “boca da barra”, as “redes de mato a mato”, e os impactos da pesca de grande escala nas suas práticas artesanais. Nas atividades extrativistas possuem conhecimento dos ciclos de vida o que utilizam nas dimensões socioeconômicas.
Expressam em sua cultura aspectos de respeito pela natureza e exploração moderada dos recursos naturais.	A região da Lagoa do Peixe tem sido habitada por séculos, com mínimos prejuízos ao meio ambiente, o que pode ser indicativo de práticas racionais de uso dos recursos (RESENDE, 1988; LOEBMANN, 2004; ALMUDI, 2005).	A relação com os recursos naturais não está vinculada em lógicas puramente econômicas. O respeito, senso de pertencimento, cuidado com a natureza são explicitadas nas práticas e modos de vida que constroem com a natureza. A exemplo: “a gente vive no mato, e gosta do mato” marcam os modos de vida e induzem a qualidade da paisagem da área.

Fonte: Construído a partir de Almudi e Kalikoski (2009).

6. A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS MARINHO-COSTEIROS

A ecologia de saberes tem de ser produzida ecologicamente: com a participação de diferentes saberes e seus sujeitos (...) A ecologia de saberes centra-se nas relações entre saberes, nas hierarquias e poderes que se geram entre eles (BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 2006, p. 158/159).

Mapa do Capítulo:

- 6.1. Introdução
- 6.2. O contexto de vulnerabilidade e a plataforma dos modos de vida
 - 6.2.1 Potencialidades e obstáculos em perspectiva
 - 6.2.2 Como se comportam os ativos?
 - 6.2.3 Síntese
- 6.3 E por falar em políticas: reafirmação ou reversão do contexto de vulnerabilidade?
- 6.4 Unidade de Conservação e Educação Ambiental: por uma gestão que promova aprendizado e desenvolvimento

6.1. Introdução

O Território Acaraí⁵⁷ revela-se em diferentes movimentos no espaço e no tempo. Os capítulos anteriores descreveram como esses movimentos se constituíram no espaço tempo das memórias dos comunitários e o que compõe o repertório atual em termos de atividades produtivas, patrimônio imaterial, instituições informais e o sistema de conhecimento.

De acordo com a proposição analítica desta tese, os movimentos aqui tratados referem-se à coexistência dinâmica de modos de vida que permitiram em maior ou menor grau a sustentabilidade do território marinho-costeiro ocupado tradicionalmente. A configuração

⁵⁷ O Território Acaraí quando se referir ao território estudado será denominado com nome próprio em letras maiúsculas.

atual do território gera questionamento sobre de que maneira é mantido ou estabelecido modos de vida sustentáveis ou resilientes e quais variáveis da estrutura analítica têm sido combinadas na produção das estratégias adaptativas.

O presente capítulo tem como finalidade relacionar, de maneira mais profunda, as variáveis do enfoque proposto - Modos de Vida Sustentáveis e Desenvolvimento Territorial Sustentável para responder essas questões. O capítulo será desenhado em três eixos. O primeiro, tratará dos ativos dos modos de vida existentes e do contexto de vulnerabilidade (choques e tendências) que compõem o Território. Para alimentar o contexto desenhado, será apresentada a matriz de potencialidades e obstáculos do território em suas múltiplas escalas e variações endógenas e exógenas.

O segundo eixo discute quais as implicações do que foi identificado, considerando a dinâmica institucional imposta pela criação de Unidade de Conservação, tratando da estrutura e funcionamento da sua criação, implantação e gestão. O terceiro, por sua vez, propõe como viabilizar as estratégias para enfrentar os obstáculos e potencializar as oportunidades do território, numa perspectiva de cogestão adaptativa que gere aprendizado.

As vertentes assumidas ao longo da tese percorreram na sua essência aspectos da aprendizagem, seja ela pessoal, profissional, institucional ou social. O último eixo, contudo, procura visualizar quais os elementos chaves da educação ambiental que permeiam a aprendizagem para construção de territórios sustentáveis, tendo como ponto de partida os modos de vida sustentáveis e o sistema de conhecimento recuperado com as memórias dos comunitários.

6.2 O contexto de vulnerabilidade e a plataforma dos modos de vida

O desenho da plataforma dos modos de vida retrata os ativos do pentágono. Para avaliar tais ativos, necessário primeiramente explorar o contexto de vulnerabilidade em que eles existem, para entender quais as tendências, choques e tensões que retratam o momento atual e que induzem os cenários futuros.

A análise de correlação entre os ativos e o contexto de vulnerabilidade e, por sua vez, com as políticas, instituições e processos são complexas, sendo por vezes impossível desenvolver uma compreensão completa. Assim, torna-se importante limitar a extensão da análise, sem, contudo, negligenciar a amplitude dos fatores dentro do contexto de vulnerabilidade que poderiam afetar os grupos sociais e seus modos de vida (DFID, 2001).

Como contexto de vulnerabilidade foram selecionados elementos que representam questões mais distantes do controle e intervenção dos grupos identificados, pensando num horizonte de curto e médio prazo. Além disso, o contexto de vulnerabilidade foi combinado com a matriz de obstáculos e oportunidades, trazendo as quatro dimensões incorporadas da abordagem do DTS (político-institucional, socioeconômica, sociocultural e socioecológica) e, conseqüentemente, das suas variações endógenas e exógenas.

A Unidade de Conservação foi analisada como tendência (benigna ou não) e como choque, em dois horizontes temporais distintos. Num primeiro horizonte, como choque⁵⁸, especialmente se tomada suas implicações em termos de acesso e fortalecimento/enfraquecimento dos ativos que o território dispõe com a sua criação. Num segundo, podendo ser vista num horizonte mais alargado das suas implicações, em termos de instituições e capacidade adaptativa, configurando-se como uma tendência do contexto de vulnerabilidade.

Outros componentes do contexto de vulnerabilidade, dizem respeito às mudanças ambientais relacionadas ao estuário do Acaiaí e dos modos de apropriação que resultaram em conflitos de acesso aos recursos materiais e simbólicos do território. Como pano de fundo, o próprio modelo desenvolvimentista da região foi colocado como tendência para pensar de que maneira ele impacta (impactou) os ativos que compõem a plataforma dos modos de vida.

A combinação do contexto de vulnerabilidade terá relação com a matriz de potenciais e obstáculos para compreender de que maneira esse contexto implica os modos de vida nas suas diferentes dimensões. Como categorias gerais, a Tabela 11 apresenta as variáveis de tendências e choques absorvidas na análise.

⁵⁸ Os choques impactam diretamente os ativos.

Tabela 11 - Principais tendências e choques do contexto de vulnerabilidade do Território A carai.

TENDÊNCIAS	CHOQUES
- Políticas Desenvolvimentistas	-Privatização ou estatização das áreas de uso comum (modos de apropriação)
- Conflitos de Acessos	- Mudanças ambientais no estuário (depleção dos recursos, interferências na dinâmica natural) e na paisagem
- Presença de Unidade de Conservação de Proteção Integral	

Fonte: Elaborada pela autora.

Da dimensão dos acessos, observa-se tendência decorrente de choques percebidos ao longo da trajetória de desenvolvimento. A presença da Comfloresta, por exemplo, modificou as formas de apropriação dos recursos naturais e da paisagem, privatizando áreas e gerando conflitos com as atividades tradicionais desempenhadas ao longo do tempo. Vista como tendência ao longo da trajetória, atualmente apresenta-se como um choque, considerando a consolidação de um modelo que se perpetua em relação aos modos de vida tradicionais.

A oferta de empregos temporários e a própria venda das propriedades oportunizou melhorias no capital financeiro das famílias, apresentando-se como uma tendência favorável num determinado intervalo de tempo. Por outro lado, trouxe malefícios permanentes em termos dos ativos naturais e das próprias relações sociais, considerando a apropriação privada, engessando possibilidades de gestão compartilhada das áreas de extração da samambaia entre os diferentes grupos, bem como de outras formas de manejo associado à agricultura familiar. Assim, o horizonte histórico incorporado na pesquisa clareou as modificadas relações estabelecidas entre os comunitários e as novas formas de apropriação, gerando aprendizado e adaptações nas relações.

Somado ao contexto atual da “estatização” da área pelo Parque, mecanismos possíveis de renovação criativa de regulação do acesso e uso das áreas ficam desmobilizados, considerando o grau de incerteza sobre os direitos comunitários relacionados à nova medida de gestão. Por isso, a Unidade de Conservação pode ser vista como tendência e/ou choque, considerando seus efeitos imediatos nas comunidades, com mecanismos de poder e coerção que traduzem a nova lógica institucional.

A proibição dos usos e privatização das áreas, somado ao diminuído capital financeiro que os grupos tradicionais dispõem, uma tendência de abandono das atividades pode ser desenhada. No caso das mulheres extrativistas, atualmente dependentes dos atravessadores/patrões e com limitados recursos financeiros, apresentam fraquezas relacionadas ao capital humano, em termos de saúde e condições de trabalho (disposição e dignidade⁵⁹), mas ao mesmo tempo um saber adquirido sobre os circuitos da floresta. Por outro lado, uma tendência pode revelar-se na sobrecarga do extrativismo, e possível comprometimento dos recursos naturais, dada a ausência de mecanismos de controle e gestão compartilhada, bem como pela necessidade de um aporte de recursos financeiros oriundos da atividade para sustentação da família (filhos, marido).

O bloqueio no acesso e a reduzida capacidade de migrar para outras áreas para o desempenho da atividade, tendo em vista as limitações de logística (capital físico e financeiro), as famílias/grupos podem fortalecer a tendência de empregos formais vinculados à política de crescimento da região (portos, serviços gerais, industriais, como de alguma forma o fizeram no passado). Ou na ausência desses, a redução massiva dos padrões de consumo pode ser ainda mais estabelecida, forçando a migração para atividades de menor sustentabilidade e, sobretudo, com grandes efeitos para o empoderamento, inclusão, valorização dos saberes e bem-estar das famílias e indivíduos.

A própria migração entre os núcleos comunitários, que coexistiram no Território (Figueira, Praia Grande, Tapera) e que tiveram como uma das explicações a necessidade de proximidade com as atividades mais centrais no município, foi induzida e induziu modificações. A pesca, por exemplo, desenvolvida originalmente num sistema coletivo pelos “arrastões” sofreu modificações nas suas artes de pesca pela reduzida força de trabalho que momentaneamente se vinculou às atividades formais do Porto, Construção da Estrada de Ferro, etc. Não obstante a esses fatores, causas naturais de modificação dos recursos, seja pelo fechamento do canal do linguado ou da ausência de ordenamento das atividades vinculadas à foz do Rio Acaraí (choques), direcionaram a outras tendências, variando a combinação de outros ativos para superar os cenários de crise.

⁵⁹ Durante a realização da pesquisa foi observada que uma das mulheres extrativistas realizou o trabalho de coleta até os nove meses de gravidez. Necessidade configurada pelas limitações nos recursos financeiros e a configuração de um saber fazer associado às atividades extrativistas.

No caso da pesca, o beneficiamento dos produtos capturados com a produção de cambira (peixe defumado) pode ser visto como uma condição para um valor agregado ao produto, garantindo mais renda e a manutenção nas atividades tradicionais, mesmo num cenário de migração temporária e seletiva das atividades. As mudanças ambientais, contudo, retrataram choques pontuais ao longo da trajetória, alterando os ativos disponíveis e tencionando a existência/reformulação de outros ativos para alcançar novas estratégias de modos de vida.

Na sequência, as matrizes de potencialidades e obstáculos serão apresentadas para compor o contexto de vulnerabilidade do território estudado, trazendo especificidades dos processos, instituições e políticas em suas variações endógenas e exógenas. O objetivo é trazer novas correlações ao contexto de vulnerabilidade que tencionam os ativos e, por sua vez, o alcance dos modos de vida sustentáveis.

6.2.1 Potencialidades e obstáculos em perspectiva

Das informações resultantes da reconstrução da trajetória de desenvolvimento extrai-se evidências que constituem o repertório de potenciais e fragilidades para construção de estratégias de um processo de desenvolvimento territorial sustentável. Das matrizes elaboradas (Figuras 19 a 22) é possível identificar elementos que reafirmam ou impactam de alguma maneira o contexto de vulnerabilidade, mantendo ou erodindo os ativos e alterando as estratégias para alcançar os modos de vida.

A compreensão dos elementos em potencial e/ou de recusas são oriundos de diferentes escalas, contextos (internos/endógenos e externos/exógenos) e processos. O Território do Acaará resulta da inter-relação entre distintos grupos com diferentes recursos, marcados por arranjos institucionais específicos. Muito embora, as relações mais diretas ou mais fortemente percebidas estejam vinculadas ao estuário e aos subsistemas que o constituem, diferentes dinâmicas e fatores de mudança do território estão vinculados a uma configuração espacial ampliada, correlacionando-se diretamente com outros municípios, com o entorno maior da Baía da Babitonga, quiçá do próprio contexto de desenvolvimento do litoral catarinense.

Diante da complexidade de relações e do imbricamento da maioria das variáveis, a definição do que é interno ou externo ao território não resulta de uma facilitada definição. Assim, os fatores internos e externos dispostos nas matrizes precisam ser interpretados de forma cuidadosa. A natureza das políticas, como elas são percebidas pelos comunitários e, conseqüentemente, como reagem ou a assimilam, criam limiares que dificultam qualquer separação analítica.

Mas a distinção é necessária, considerando que as diferentes escalas e contextos, num processo de gestão ou criação de estratégias para o desenvolvimento, exigirão pensar injeções corretivas e/ou de fortalecimento, dependendo desses contextos e de como as variáveis se expressam no território.

Para fins de composição e interpretação das matrizes, a indicação externa será traduzida, na maioria das vezes, pelas políticas incidentes e organizações externas (nível municipal/regional), com potencial de ameaçar ou criar janelas de oportunidades para os modos de vida sustentáveis que marcam o território tradicionalmente ocupado. A dimensão externa, todavia, pode ser interpretada como os fatores exógenos, ou seja, políticas, instituições e processos que estariam além do controle da comunidade/atores. Já, os fatores internos têm relação com as dimensões endógenas que constituem o repertório de atividades e processos que estariam sob o controle da comunidade, trazendo à tona as instituições informais que marcam esses processos.

Das matrizes apresentadas outras correlações são importantes. Primeiramente, pondera-se que esse tipo de disposição analítica tem sido parte constituinte dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação, comumente denominados de avaliação estratégica nos roteiros metodológicos que fundamentam a sua construção⁶⁰. Os pontos fortes e fracos que incidem na região, nas dimensões externas e internas das UCs, são definidos a partir da interpretação de quais fenômenos ou condições externas/internas auxiliam ou dificultam alcançar os objetivos da UC.

No enfoque de assumir o mandato duplo a ser desempenhado pelas UCs (conservação e desenvolvimento), duas interpretações distintas podem ser resultantes. A primeira delas,

⁶⁰ No portal do ICMBio estão disponíveis roteiros metodológicos para implementação de planos de manejo de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

como pressuposto, seria construir a matriz a partir da compreensão de quais as oportunidades e ameaças do componente social identificado podem/devem ser observados para auxiliar na gestão da UC. A segunda indagação que pode iluminar a construção da matriz, seria compreender de que maneira a Unidade de Conservação impacta, em favor ou em desfavor, os grupos socialmente distintos (tradicionais) nos seus modos de vida e/ou na perspectiva do seu desenvolvimento integral. Ou, ainda, quais ações estratégicas devem ser pensadas, à luz do mandato duplo, para conciliar a conservação (objetivos da UC) e favorecer o desenvolvimento integral dos grupos sociais.

No contexto das indagações propostas, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral per se, não teria como seu objetivo fim, pensar o desenvolvimento das comunidades tradicionais, cabendo a outras categorias (como RDS ou RESEX) a conciliação de tais objetivos. No entanto, na temática das UCs que resultam dos processos de licenciamentos, categorias associadas à proteção integral configuram-se como normativa permitida. Todavia, as possibilidades de encontrar ambientes com aspectos ecológicos de alta relevância e com potencial para criação de UCs de Proteção Integral, desassociado da presença de grupos que ocuparam esses espaços de forma tradicional, são improváveis para o contexto do litoral catarinense.

Foi, contudo, nesse limiar que as matrizes foram elaboradas, trazendo para o conjunto analítico as particularidades do território, indícios de possibilidade de recomposição, observando os recursos, grupos e a forma como podem ser potencialmente compartilhados para atingir objetivos de conservação e desenvolvimento. Para tanto o componente das políticas, instituições (formais e informais) e processos não ficaram desassociados da construção.

A interpretação das matrizes pode ser lida por diferentes combinações. As oportunidades que dispõem o território podem ser analisadas somadas às potencialidades endógenas, indicando se há realmente um componente favorável a ponto de opor-se às dimensões desfavoráveis. As ameaças também precisam ser analisadas em relação ao contexto de oportunidades e potencialidades, para observar de que maneira intensificam o que é frágil, ou, ao contrário, podem ser alvo de mudanças, promovidas pelos componentes positivos que constitui a matriz. Do mesmo modo, as correlações entre as matrizes (diferentes dimensões) também são importantes, considerando que um fator de ameaça pode fragilizar uma

oportunidade de outra dimensão, aproximando, assim, da ideia pentagonal do modelo analítico dos modos de vida. É com a noção do imbricamento dessas correlações que a matriz precisa ser cuidadosamente interpretada.

No contexto político-institucional (Figura 19), por exemplo, as forças de ameaças impulsionam negativamente as potencialidades do território, muitas vezes, gerando novas fragilidades ao contexto local. O contrário também pode ser combinado, quando potencialidades e oportunidades atuam para minimizar as fragilidades e ameaças que incidem no ambiente.

		DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL	
		FAVORÁVEL	DESFAVORÁVEL
		POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
FATORES INTERNOS	- Organização social formal estabelecida por associação de base comunitária	- Presença de instituições informais ligadas à apropriação e gestão de recursos naturais	- Sistema de Conhecimento aprimorado sobre a dinâmica dos ecossistemas (pesca, sistemas florestais, estuário, etc.)
	- Ausência de iniciativas ou diálogo limitado entre os diferentes grupos extrativistas para construir um sistema regras de acesso e uso dos recursos naturais e seu consequente monitoramento	- Restrita formas de incorporação dos saberes tradicionais nos espaços formais de ensino - escola municipal, por exemplo	- Escassa experiência dos grupos para atuarem em espaços de tomada de decisão
		OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
FATORES EXTERNOS	- Presença de ensino público diferenciado, a exemplo da Casa Familiar do Mar de São Francisco do Sul e dos Institutos Federais existentes na região	- Processo de Criação de Unidade de Conservação na Baía da Babitonga que podem tencionar uma discussão mais ampla entre diferentes setores, mediadas pelo Judiciário. Mas pode também direcionar relações de poder que intensifiquem o domínio da gestão de grupos favorecidos em detrimento dos interesses dos grupos tradicionais	- Conselho Consultivo do Parque com predisposição para negar os interesses das comunidades tradicionais, oprimindo as formas de organização local
	- Políticas de Conservação rompidas com as perspectivas de desenvolvimento	- Instituições de extensão não apresentam programas de fomento para ação coletiva, com perspectivas ao empoderamento e participação dos grupos (comunidades tradicionais)	- Compreensão limitada do órgão gestor estadual sobre diferentes formas de uso e gestão do território
			- ONGs ambientalistas com pouca disposição para dialogar com as demandas sociais de grupos tradicionais

Figura 19 - Matriz de Potencialidades e Obstáculos - Dimensão Político-Institucional.

O jogo de forças na dimensão político-institucional combina-se para impulsionar negativamente os fatores endógenos em potencial. As ameaças se articulam e resultam numa atuação com força multiplicada quando, por exemplo, um conselho consultivo se estabelece congregando organizações que atuam na contracorrente dos interesses comunitários, imersas num contexto desenvolvimentista em ascensão com organizações voltadas ao seu fortalecimento (a exemplo das Associações de Municípios, Epagri, Colônia de Pesca). Assim, mesmo com a presença de organização formal (Associação Comunitária) estabelecida para fazer frente ao contexto de ameaças (deflagradas pelo Parque), bem como pela presença de instituições informais centenárias que regulam o uso dos recursos, o sistema de conhecimento é negligenciado pelos setores que compõem o quadro de ameaça, somado ao fato de que as oportunidades que dispõem o território não atuam diretamente para fortalecer seus potenciais.

Das instituições de ensino existentes na área, não foram observadas intervenções diretas sobre a temática dos direitos tradicionais e sua associação com a conservação da natureza. Na mesma direção, o contexto conflituoso da criação de Unidade de Conservação na Baía da Babitonga já demonstrou o potencial de organização de grupos econômicos e a dificuldade de uma compreensão perante os usuários de recursos (pescadores artesanais associados à Baía da Babitonga) dos eventuais potenciais da criação de Unidade de Conservação.

Os usos relacionados à Baía da Babitonga e o contexto industrial do polígono norte de Santa Catarina têm direcionado, via processos de licenciamentos, mais injeções de recursos financeiros (compensação ambiental) para a implantação do Parque Acaraí, em ações que dicotomizam ainda mais a conservação do desenvolvimento, numa lógica de natureza intocada e negação dos direitos tradicionais.

A intervenção do judiciário, por sua vez, tem mediado o processo de conflito associado à criação das Unidades de Conservação (tanto do Parque do Acaraí quanto da UC da Baía da Babitonga), mas com sérias limitações para lidar com os paralelos do direito ambiental e das populações tradicionais. Se num determinado momento temporal, atuou como organização ponte, via Ministério Público (MP), atualmente, por meio do TAC firmado, no caso do PEA, negligenciou a participação dos grupos tradicionais e sua organização sociopolítica na propositura de ajuste para mediar o conflito.

O judiciário, assim, reafirmou a dicotomia, potencializado os conflitos, adiando as demandas da comunidade tradicional e, sobretudo, qualquer possibilidade de aprendizado compartilhado oriundo de uma gestão compartilhada do território ocupado tradicionalmente. Ainda que o Judiciário esteja colocado como uma oportunidade, precisa ser cuidadosamente analisado, especialmente na necessidade de reflexões profundas no nível pessoal e profissional da atuação de promotores, procuradores e juízes e de como se comportam em relação aos interesses de grupos minoritários. Os efeitos da judicialização das políticas⁶¹ precisam também ser considerados no contexto da área, configurando-se numa complexa teia de atores (MP, juízes, advogados) que podem auxiliar na mediação do conflito, se conduzida num viés de conciliação de políticas, ou em outra via, desmobilizar a organização dos grupos, diminuindo os potenciais latentes daquele território.

Para a dimensão socioeconômica e técnica (Figura 20), outras correlações são importantes. O acesso ao mercado regional/nacional pelas atividades extrativistas, por exemplo, decorre uma movimentação de recursos financeiros controlada por atravessadores, com pouca ou nenhuma organização formal dos extrativistas diretos. Grande expressão desse cenário é visualizado nas unidades produtivas que contam com a participação das mulheres da Tapera.

Um grau maior de controle da atividade produtiva ainda existe para as unidades familiares que trabalham integradas, com todos os membros da família atuando com diferentes papéis no circuito produtivo, minimizando de algum modo, o papel dos atravessadores.

No entanto, os atravessadores ainda são peças centrais no circuito produtivo vinculado aos extrativistas. A presença de outros atores “não nativos” compõe o controle das atividades produtivas, possuindo escasso, mas maior recurso financeiro que os comunitários locais. O contexto de ausência de projetos e ações de extensão com esses grupos, somado às carências de capital financeiro e formas de cooperativismo e associativismo dos grupos potencializa, por um lado, a vulnerabilidade com a migração para outras atividades tradicionais (ou não

⁶¹ As implicações da judicialização tem sido abordada em diferentes temáticas. Como reflexão, assume-se: “A judicialização da política requer que operadores da lei prefiram participar da policy-making a deixá-la ao critério de políticos e administradores e, em sua dinâmica, ela própria implicaria papel político mais positivo da decisão judicial do que aquele envolvido em uma não decisão. Daí que a idéia de judicialização envolve tanto a dimensão procedimental quanto substantiva do exercício das funções judiciais” (MACIEL e KOERNER, 2002, p. 114)

tradicionais), e de outro, tenciona novas formas de organização por meio do sistema de conhecimento existente.

		DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA E TÉCNICA	
		FAVORÁVEL	DESAVORÁVEL
FATORES INTERNOS	POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas produtivos vinculados fortemente à satisfação das necessidades básicas, com instituições informais para definir a quantidade de recursos (no caso da pesca e atividades extrativistas) - Sistemas multivariados para produção e geração de renda ou segurança alimentar - Percepção dos comunitários em relação a escassez de incentivos públicos (seja para saúde e/ou infraestrutura local) das quais são mediadas pela associação de base comunitária - Conhecimentos de técnicas associadas ao “saber fazer”, como redes, produtos, culinária típica 	<ul style="list-style-type: none"> - Alta dependência aos atravessadores para comercialização das atividades extrativistas, ocasionando baixo valor ao produto, possível abandono da atividade ou implicações à sustentabilidade da gestão dos recursos extraídos - Esgotamento das áreas de extração devido a competição entre grupos (de extrativistas) ou com outras atividades produtivas como o reflorestamento (Comfloresta) - Inexistência de formas de cooperativismo ou associativismo vinculadas às atividades produtivas. As unidades familiares atuam de forma independente, embora compartilhem regramento comum na extração e compartilhamento das áreas de pesca e/ou extração
	FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso ao mercado regional (outros municípios/Estado) para comercialização da samambaia 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda das áreas de extrativismo como consequência da existência do Parque (modo de apropriação estatal) ou privatização excessiva de áreas do entorno (Comfloresta, por exemplo) gerando conflitos, diminuição de renda e comprometimento da segurança alimentar - Variadas opções do mercado econômico que tencionam as atividades produtivas locais - Ausência de ações/projetos para alívio à pobreza e omissão de entidades para atuar com os grupos identificados 	

Figura 20 - Matriz de Potencialidades e Obstáculos - Dimensão Socioeconômica e Técnica.

As pressões econômicas ainda não são sentidas com maior expressão, considerando que os grupos não têm adotado extração em grande escala, seja dos recursos pesqueiros ou das frondes de samambaia. O acesso restrito aos circuitos econômicos e a própria limitação do esforço associado à extração/captura, mantêm um circuito produtivo mais vinculado à subsistência, ou complementação de renda, do que a busca de lucros mais abrangentes. No

caso da pesca, uma caixa de isopor limita a quantidade do quanto se é capturado na pescaria diária. No entanto, a privatização e/ou estatização das áreas implicam mudanças, e como tendência podem direcionar a uma adaptação positiva, para o empoderamento e aprendizagem dos grupos, ou de outro, abandono ou migração seletiva para outras atividades formais.

Da dimensão sociocultural (Figura 21) parecem resultar as possibilidades mais promissoras do território, tendo em vista o repertório associado aos sistemas de conhecimento e relações simbólicas. Todavia, num contexto volátil de sua expressão, questões formais como o autorreconhecimento dos grupos, a perda dos espaços para sua reprodução sociocultural e econômica, somado ao contexto político que prioriza o crescimento em detrimento ao desenvolvimento integral dos territórios, traduzem novamente uma correlação de forças que não favorecem os grupos sociais.

A negação dos direitos tradicionais por parte das organizações externas permeiam não somente o contexto do Acaará, mas também o contexto regional, que relaciona-se fortemente com o componente indígena, atualmente marcado pelos efeitos da judicialização que controla o processo de demarcação. O potencial latente correspondente ao circuito histórico-cultural da região é negligenciado em detrimento ao modelo de desenvolvimento vinculado à Baía da Babitonga (porto, estaleiros, etc) ou, na sua composição terrestre, aos latifúndios de silvicultura ou agricultura não familiar.

A ausência de organizações com atuação no local vinculada ao processo informativo sobre questões afetas ao autorreconhecimento não proporcionam a aquisição dessa aprendizagem aos grupos locais. O processo de assimilação da política, com forte vinculação às formalidades do autorreconhecimento, cria um lapso temporal entre a organização local que favoreça a ação coletiva daqueles grupos e o crescimento econômico em ascensão da região. As potencialidades endógenas, embora inundadas de elementos que constituem o território tradicionalmente ocupado, esbarram nas formalidades do autorreconhecimento que não podem ser operacionalizadas sem o suporte de organizações externas. Embora exista o Movimento Negro e o Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas (NUER/UFSC) que se articulam para ampliar a discussão dos direitos das comunidades quilombolas em Santa Catarina, a participação das lideranças da Tapera ainda percorrem tímidos circuitos.

	DIMENSÃO SOCIOCULTURAL	
	FAVORÁVEL	DESAVORÁVEL
	POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
FATORES INTERNOS	<ul style="list-style-type: none"> - Patrimônio Imaterial vinculado aos saberes tradicionais relacionados aos recursos naturais (pesca, agricultura, extrativismo, ervas medicinais), festividades, gastronomia típica (Cambira) e “saber fazer” de instrumentos para coleta/pesca/produção e artesanato; - Memória social no conhecimento e comportamento que permeiam os valores no uso dos recursos e na relação de pertencimento e vínculo com o território; 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda dos espaços de reprodução cultural, inviabilizando os sistemas de conhecimento tradicional e poucos mecanismos locais para reagir às ameaças ao patrimônio imaterial/material por parte das comunidades; - Processo de autorreconhecimento limitado pelo desconhecimento dos mecanismos por parte dos grupos comunitários; - Tímido diálogo com instituições ligadas ao reconhecimento dos direitos e políticas dos grupos tradicionais;
FATORES EXTERNOS	<ul style="list-style-type: none"> - Potencial de conexões regionais/nacionais a partir do município de São Francisco do Sul com expressivo patrimônio cultural e arquitetônico - Festividades locais (Festilha com 23 edições realizadas até 2011) que objetiva a valorização dos aspectos culturais do município; - Presença de grupos/terras indígenas na região centro-norte envolvendo vários municípios do entorno. 	<ul style="list-style-type: none"> - Incorporação das questões culturais de forma fragmentada ou mesmo folclórica pelo Município e entidades correlatas que são vistas de maneira menos expressivas em detrimento ao modelo de desenvolvimento que prioriza grandes empreendimentos (portos, estaleiros, condomínios, etc.); - Corroídas formas de lidar com o componente indígena na região - Ineficiência das políticas públicas para lidar com o território ocupado tradicionalmente (práticas, saberes, crenças e seus modos de vida dinâmicos); - Ausência de iniciativas no âmbito municipal, estadual ou federal para valorização das práticas e saberes tradicionais e presença de mecanismos para omiti-los ou invisibilizá-los

Figura 21 - Matriz de Potencialidades e Obstáculos - Dimensão Sociocultural.

Da condição socioecológica do território (Figura 22) correlação curiosa desdobra-se de dois fatores: a presença de ONGs ambientalistas e unidade de conservação, vistas ao mesmo tempo como oportunidade e ameaça às dimensões endógenas do território.

A presença da UC favorece a manutenção dos fragmentos ecossistêmicos, na qual no polígono delimitado, fiscalização, sanções e programas podem reverter usos vinculados à degradação. Isso se aplica diretamente à pesca, quando a pesca esportiva é coibida, havendo um importante elo de convergência entre os interesses de conservação e das comunidades

tradicionais. Além disso, nos limites do Parque, a privatização e modificações da paisagem são substituídas em processos de recuperação, aproximando dos interesses de conservação dos comunitários, o que poderia ser conciliado com o uso indireto e monitoramento das regras informais de gestão já desempenhadas.

A presença da UC, nesse âmbito, pode ser compreendida como oportunidade para manutenção dos modos de vida, mas com limitações, tendo em vista a i) ausência de diálogo direto com os sistemas informais de gestão que secularmente vem sendo desenvolvidos pelos comunitários; ii) pela delimitação que negligenciou importantes relações territoriais dos grupos e iii) pela escala local de atuação da UC, desconectada da gestão e ordenamento das áreas do entorno da UC (foz do estuário não compõe a delimitação) ou de outros setores (como da gestão pesqueira para lidar com os recursos migratórios/sobrexplotados/controlados/ameaçados).

O fortalecimento dos grupos, nesse contexto, fica desfavorecido, limitado pela ausência de participação que remonta o processo de criação. A UC de Proteção Integral, da forma como está legalmente contornada, limita o exercício de aprendizagem que conduz à organização social e ao empoderamento no nível local e afasta ainda mais a atuação dos grupos em outras escalas.

A omissão e negação das instituições informais no nível local emolduram o enfraquecimento das relações, sua continuidade ou outra roupagem que se desdobre para atuar nos espaços formais de tomada de decisão. O aprendizado adquirido dos grupos está associado às regras informais, os saberes acumulados sobre a dinâmica dos ambientes naturais. No entanto, a informalidade resguardada nas relações estabelecidas ao longo do tempo não permitem, com o mesmo grau de efetividade, atuar nos espaços formais exigidos pela UC, numa lógica institucionalizada que não reconhece as regras informais.

A negação do direito de autorreconhecimento dos grupos por parte do órgão ambiental estadual e do próprio Governo do Estado (ou do acesso às informações pertinentes), direcionou a comunidade a uma organização contrária à UC, distanciando os esforços em favor de organização que conduzisse ao autorreconhecimento. A associação comunitária constituída nesse íterim articulou-se para atuar em desfavor do parque, sem que paralelamente tivesse sido investido esforços nas questões identitárias dos grupos. A

organização contrária à UC pode ser vista como um elo comum da comunidade, no entanto, diante das forças contrárias reunidas para manter o Parque e os empreendimentos que o sustentam, via compensação ambiental, neutralizam as iniciativas. As formalidades atreladas ao autorreconhecimento, que no momento atual não apresentam condições de operacionalidade, somam-se no conjunto de forças como um potencial em favor dos grupos contrários aos interesses comunitários.

		DIMENSÃO SOCIOECOLÓGICA	
		FAVORÁVEL	DESFAVORÁVEL
		POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
FATORES INTERNOS		<ul style="list-style-type: none"> - Alto grau de conservação dos recursos naturais especialmente àquelas geridos comunitariamente (não privatizados); - Potencial paisagístico com ecossistemas preservados e vínculo com elementos da paisagem por parte dos comunitários; - Conhecimento da dinâmica ecológica local (rio, plantas); - Mecanismos de controle (fiscalização informal) dos comunitários de práticas não tradicionais e não compatíveis com os interesses de conservação; 	<ul style="list-style-type: none"> - legislação coercitiva para as práticas locais - impedimento de ranchos como meio para desempenho das atividades vinculadas à pesca; - usos diversos às práticas tradicionais como a pesca esportiva no estuário e ausência de medidas específicas para a foz do Rio Acaará, atualmente desconectada das medidas de gestão do Parque e/ou da possibilidade de intervenção dos grupos tradicionais;
		<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Presença de Unidade de Conservação; - ONGs ambientalistas que atuam no enfrentamento do estabelecimento de empreendimentos de significativo impacto ambiental. 	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Presença de Unidade de Conservação; - Gestão ineficiente dos recursos pesqueiros em outros níveis (nacional), especialmente dos recursos migratórios e pouca (nenhuma) participação dos usuários em discussões ampliadas sobre a temática; - Presença de empreendimentos de significativo impacto ambiental no entorno que impedem o estabelecimento de corredores ecológicos, outros espaços para migração dos grupos desempenharem as práticas tradicionais; - ONGs ambientalistas com pouca disposição para dialogar com as demandas sociais de grupos tradicionais.
FATORES EXTERNOS			

Figura 22 - Matriz de Potencialidades e Obstáculos - Dimensão Socioecológica.

As ONGs ambientalistas, por sua vez, também atuam na dicotomia. Embora seja promissora a atuação de controle social sobre os grandes empreendimentos em curso na

região e, de algum modo, conciliem os interesses das pessoas (não necessariamente dos grupos tradicionais) e da conservação, no caso do Parque do Acaiaí, algumas ressalvas são importantes. As ONGs atuam de forma restrita para ocupar a representação no conselho de seus interesses, sem qualquer indício de atuar como organização-ponte entre os grupos tradicionais e a gestão da UC.

No jogo de forças que compõe o cenário desenvolvimentista, embora não seja explícita a parceria entre os grupos tradicionais e as ONGs ambientalistas, pode-se compreender que como objetivo fim, almejam a manutenção dos fragmentos ecossistêmicos e da paisagem. No entanto, do processo decorrem omissões e opressões que podem fragilizar os grupos, ou mesmo fragilizar a busca pelos objetivos comuns, que minimamente se conciliam em defesa dos ativos naturais que compõem o território.

A diferença no acesso às informações entre os grupos tradicionais e as ONGs são abissais, especialmente na estrutura e funcionamento do conselho gestor, distanciando-as com as linguagens utilizadas, as limitações técnicas, entre outras características, retomadas à frente neste capítulo.

6.2.2 Como se comportam os ativos?

O cenário de incertezas e mudanças marcam as imagens de um território em movimento. A heterogeneidade dos grupos e atividades, os limitados recursos financeiros, as formas diferenciadas de apropriação dos recursos naturais e problemas de gestão criados por incertezas ecológicas (dinâmica do estuário/alteração na paisagem) e fragilidades político-institucionais são alguns fatores da sua expressão.

Das categorias de ativos (Tabela 12) observa-se, tal qual o modelo dos Modos de Vida, que eles se relacionam entre si, conforme disposição pentagonal. Assim, apesar de dispostos isoladamente, devem ser interpretados na sua relação. A apresentação dos ativos, embora separados por atividade produtiva, para auxiliar o leitor na composição analítica, será discutido na sua relação, uma vez que eles não se relacionam exclusivamente por atividade produtiva, mas, sobretudo, na diversidade de estratégias que resultam dos vetores de

mudanças que incidem no território. Optou-se, por apresentá-los na Tabela 13 separados, mas discutidos conjuntamente no texto que segue.

Tabela 12 - Especificação dos ativos identificados no Território Acaraí.

Categorias de Ativos	Território Acaraí
FÍSICO	<ul style="list-style-type: none"> • Ativos físicos associados à pesca: <ul style="list-style-type: none"> i) redes: de emalhar, tarrafas, linha/anzol e redinha para coleta manini; ii) embarcações motorizadas ou não; iii) ranchos de pesca; iv) porto pesqueiro; • Ativos físicos associados à extração da samambaia/musgo: <ul style="list-style-type: none"> i) carroças e/ou carros para transporte; ii) animal (cavalo); iii) cordas para amarração; iv) local de armazenamento/secagem realizado nas residências; • Ativos físicos associados à produção agrícola familiar: <ul style="list-style-type: none"> i) terras para o plantio; ii) engenhos para produção de farinha e derivados;
NATURAL	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos florestais (samambaia, musgo e ervas medicinais); • Recursos pesqueiros do estuário; • Paisagem natural como representação do patrimônio imaterial e simbólico das comunidades;
HUMANO	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Conhecimento da dinâmica do estuário e do comportamento da floresta; • Envelhecimento das famílias; • Mulheres vinculadas à atividade produtiva de extração e pesca; • Famílias afrodescendentes;
ECONÔMICO (FINANCEIRO)	<ul style="list-style-type: none"> • Aposentadoria da pesca; • Seguro defeso; • Rendas alternativas de trabalhos vinculados às atividades não tradicionais;
SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Redes de parentesco que atuam associadas nas atividades produtivas; • Associação de base comunitária; • Instituições informais ligadas ao uso dos recursos naturais; • Diferentes grupos associados a diferentes atividades produtivas.

Fonte: Elaborado pela autora.

O capital físico das famílias que possuem vínculos com a pesca e que embasam a realização das atividades estão traduzidos pelos barcos, motores e redes, dos quais são utilizados de forma compartilhada. A parceria na pesca ocorre entre um membro da comunidade que detém o capital físico e, um outro, que nem sempre possui os petrechos de pesca, mas detém capital humano para o exercício da atividade (ou conhecimento da pescaria ou saúde a ser traduzida no esforço manual). Embora o capital físico traduzido pelos motores permita uma maior circulação ao longo do estuário, ele não resulta numa maior apreensão de

recursos e/ou migração para outros ambientes, considerando que são raras as migrações ao ambiente marinho adjacente por parte dos que residem no núcleo da Tapera e Morro Grande.

As idas estão mais vinculadas à retirada do manini na Praia Grande e/ou das suas manifestações imateriais/simbólicas associada ao conjunto Praia Grande/Casqueiro, ambos pertencentes ao Parque Acaará. O contrário também é verdadeiro, cuja vinculação do núcleo comunitário da Enseada (mais próximo ao ambiente marinho) decorre mais das relações simbólicas com o Acaará do que com as atividades produtivas.

O capital físico vinculado à pesca, portanto, alimenta não somente as relações com os recursos produtivos (ativos naturais), mas também com as dimensões imateriais presentes no território (ida ao cemitério, por exemplo) e dos ativos humanos, em relações de dupla dependência. A parceria de pesca traduz o fortalecimento de relações (humanas e sociais), considerando que aqueles que não apresentam exclusividade na atividade, auxiliam o exercício da atividade pesqueira, combinando ativos para sustentá-la.

A aquisição do capital físico provém de aportes do capital financeiro, resultantes de políticas de benefícios (seguro defeso, por exemplo), aposentadoria ou heranças e, em menor grau, dos lucros absorvidos na realização da atividade. Os aportes esporádicos com a realização de atividades temporárias no próprio núcleo comunitário, ou no centro do município, também alimentam o capital físico existente. A proporção da contribuição de cada um não foi priorizado na pesquisa, considerando que as entrevistas e questionários não abordaram o levantamento detalhado das questões financeiras. Mas infere-se que as múltiplas fontes garantem diferentes estratégias e que resultam em modos de vida sustentáveis presentes no território.

Sobre a pescaria do cará, realizada com grande expressão pelas mulheres no verão, ela exige pouco capital físico, considerando os simples petrechos associados (linha e anzol). Todavia está fortemente vinculado aos ativos humanos, considerando o papel na segurança alimentar (saúde), bem como do lazer e perpetuação dos conhecimentos nas e entre famílias.

Os ranchos de pesca constituem também importantes elementos do capital físico e têm sido mantidos por gerações por modalidades de compartilhamento familiar e comunitário. A posse decorre de usos compartilhados entre gerações e auxiliam na reprodução das atividades tradicionais e o vínculo com o Porto, com grande expressão no núcleo comunitário da Tapera.

O capital financeiro é direcionado para manutenção desse capital físico que tem sofrido perdas, considerando as políticas ambientais incidentes (da Unidade de Conservação ou do Código Florestal), conforme já tratado nos outros capítulos.

Ao mesmo tempo em que o limitado capital financeiro é investido para manter os ativos físicos necessários, inclusive para segurança alimentar, as políticas ambientais incidentes não se operacionalizam por sanções graduais ou no diálogo com os direitos dos grupos tradicionais. Assim, o abandono/destruição do capital físico (ranchos), mantido secularmente por algumas famílias, tem sido perpetrado por medo de coerção e de sanções mais drásticas (multas), e que comprometeriam o já escasso capital financeiro das famílias.

Não obstante o capital físico e financeiro vinculado às famílias pesqueiras possam ser considerados limitados, o capital humano, social e natural possuem importante expressão. O sistema de conhecimento do estuário, as regras locais e costumes que mantêm a atividade pesqueira possibilitam uma relação com os ativos naturais numa perspectiva de continuidade e sustentabilidade dos recursos. O trabalho familiar marca as atividades, cujos mais novos auxiliam com a força de trabalho àqueles que já não detêm saúde e idade para continuidade das atividades. O repertório do “saber fazer” amplia-se às outras atividades (tradicionais ou não), distanciando do processo de intensificação das capturas e de maiores investimentos em capital físico para compor pescarias com maior rendimento.

Da descrição geral dos ativos financeiros e físicos do Território, tem-se um cenário similar ao identificado por Scoones (1998) sobre as populações rurais, cujos grupos optam em ganhar mais sustento da agricultura por meio da intensificação ou extensificação⁶² ou partem para uma diversificação de atividades. Isso decorre em afastamento temporário/permanente em outro lugar ou o que é mais comumente encontrado, uma combinação de estratégias em conjunto e em sequência, tal qual identificado no Acaraí, conforme os ciclos multivariados que foram apresentados no Capítulo 4 (Figura 14).

A incorporação de atividades externas, como o Porto e a Terrestre, compôs o repertório das pluriatividades, considerando que não houve o abandono completo das atividades tradicionais e, sim, a conciliação entre elas. Uma interpretação possível resulta de que a

⁶² Intensificação (maior produção por unidade de área através de investimentos ou aumentos de capital em insumos de trabalho) ou de extensificação (mais terra sob cultivo) (SCOONES, 1998).

participação nas atividades “externas”, durante um período significativo, não afetou diretamente na manutenção das atividades tradicionais, mas compôs um circuito produtivo maior e permitiu a manutenção dos modos de vida (mais renda, melhora na segurança alimentar e redução na intensificação dos recursos naturais).

Uma série de recursos ou combinação de ativos/capitais são necessários para definir estratégias de modos de vida. Se a intensificação da agricultura/extrativismo/pesca não foi caminho trilhado pelos grupos estudados, seja pela limitação de capital financeiro, ou mesmo pelos impedimentos resultantes da privatização das áreas geridas comunitariamente, o capital social se revitalizou, fortalecendo regras de uso e acesso aos ativos disponíveis. De tal modo, o contexto dinâmico e histórico, bem como os diferentes recursos foram combinados na busca de diferentes estratégias de modos de vida sendo, portanto, fundamentais para a interpretação da constituição das estratégias adotadas ao longo do tempo (SCOONES, 1998).

Para as famílias vinculadas às atividades extrativistas uma série de táticas são também mobilizadas e constituem os ativos relacionados. Elas variam entre um circuito exclusivo de extração, grupo do Ervino e o patrão da Tapera, a variados mecanismos para manter a subsistência, como no caso das mulheres extrativistas da Tapera que circulam entre atividades vinculadas à natureza (pesca, hortas) e outros serviços informais. Assim sendo, a interpretação dos ativos em nível de grupo produtivo não seria adequada, tendo em vista que poderia gerar interpretações equivocadas. Somente o entendimento das estratégias individuais, considerando o perfil de cada um na condição familiar, bem como dos meandros que envolvem as condições de gênero (se solteiras, se casadas, se divorciadas, com ou sem filhos) retratariam uma composição mais realista das relações entre ativos e que compõem as estratégias multivariadas.

Todavia, o núcleo familiar motiva o contorno das estratégias. A coesão entre os membros de uma mesma família em torno da atividade está regulada pelos ativos sociais, cujas relações de parentesco (trabalho realizado entre irmãs), ou pela hierarquia familiar (membro mais velho - pai/irmão), regulam as atividades, ainda que subordinados à patrão externo aos vínculos familiares/comunitários.

O fato de ir, ou não ir, participar da extração de samambaia, por exemplo, demonstra uma certa coesão que resulta da necessidade de manter um controle relativo da produção e

dos preços definidos pelo patrão. A flexibilidade nos dias trabalhados oferece pistas de algum controle por parte de quem não controla os circuitos financeiros e barganha um maior preço ao sistema de conhecimento adquirido. Retrata, também, outras necessidades que compõem os circuitos vinculados às mulheres que vão além das atividades produtivas, como o cuidado com os filhos, idas ao médico, cuidado de familiares mais velhos, etc.

A estratégia de compartilhar a atividade entre irmãos, ou membros da família, é tática adotada para regular de alguma forma as relações envolvidas na atividade extrativista. Isso, no entanto, não significa dizer que o capital humano e social esteja desenhado para mediar e controlar o poder dos atravessadores e patrões em relação aos extrativistas diretos. Condições de fragilidade do capital financeiro disponível parecem ainda ser determinantes para limitar o encorajamento de outras estratégias de cunho social e institucional relacionado à atividade extrativista.

As negociações entre os grupos extrativistas e os “guardas” da Comfloresta para acessar as áreas privatizadas de extrativismo são mediadas pelos patrões e não contam com a participação dos extrativistas diretos. Disso, decorrem conflitos, considerando que a legitimidade de alguns fica omitida perante o poder de acesso e trama de outros grupos ou indivíduos mais empoderados economicamente no escopo daquele circuito produtivo.

De forma geral, os obstáculos estão, em parte, relacionados às limitações financeiras e físicas que são equilibrados dinamicamente pelos ativos humanos e naturais. A dimensão social da ausência de participação, ou de mecanismos frágeis no processo de tomada de decisão dos comunitários na gestão e regulação de acesso às áreas importantes, implicam também nas diminuídas estratégias estabelecidas para melhorar os ativos físicos e financeiros.

As limitações em alguns ativos podem dificultar que as famílias, indivíduos ou comunidades dependentes de recursos atravessem os limiares críticos de perturbações, ainda que sejam pequenas, e conduzam à resistência dos modos de vida (ARMITAGE, 2007). Nesse caso, as limitações de capital financeiro e físico dos extrativistas vinculados à samambaia podem intensificar o cenário de dependência aos atravessadores, implicando abandono da atividade, na intensificação da extração ou em limitações na renda que não garante a segurança alimentar. Bennet e Dearden (2014) também sugerem que o desenvolvimento de modos de vidas alternativos, muitas vezes requer atenção para a construção de capacidades

locais por meio do aumento do capital financeiro e humano, bem como dos ativos físicos. Demanda real está desenhada para os grupos extrativistas que externalizam necessidades relacionadas aos capitais físicos para melhoramento das atividades, como infraestrutura para o transporte das samambaias e local para armazenamento.

Esse cenário, pode fazer com que o sistema cruze para trás, num limiar crítico caracterizado pela pobreza e vulnerabilidade (ARMITAGE, 2007), especialmente se não considerados os aspectos do equilíbrio dinâmico associado às relações socioecológicas e à diversificação das estratégias que marcam o território no estabelecimento das políticas públicas incidentes.

Sobre as políticas, o item 6.3 trará uma composição específica, especialmente relacionada com as estratégias adotadas. Mas antes, um esforço de síntese será apresentado.

6.2.3 Síntese

O contexto de vulnerabilidade incidente no Território Acaraí entrelaça uma série de fatores que induziu, ao longo do tempo, adaptação dos grupos locais para recuperar de tensões e choques, estabelecendo diferentes estratégias dos modos de vida. Alguns ajustes temporários e outros permanentes indicam a capacidade embutida de se adaptar e lidar com as mudanças, reduzindo, assim, a vulnerabilidade. A Tabela 13 sintetiza a composição analítica dos modos de vida sustentáveis, recuperando as variáveis que compõem o contexto de vulnerabilidade, os ativos, as instituições, políticas e estratégias adotadas que têm efeitos no alcance dos modos de vida.

Mesmo diante de um contexto de vulnerabilidade que desfavorece a sustentabilidade, as estratégias adotadas não tiveram efeitos na mesma direção, porquanto não alteraram a composição dos modos de vida sustentáveis. A intensificação das atividades produtivas foi afastada, sendo assumida a diversificação em seu lugar. A inclusão de atividades não tradicionais também constitui estratégia adotada pelos grupos, sendo a migração para outras áreas e circuitos produtivos, uma realidade a ser compreendida com tenência.

Tabela 13- Síntese dos Componentes dos Modos de Vida Sustentáveis do Território A caráí.

Ativos	Contexto de Vulnerabilidade	Políticas, Instituições e Processos	Estratégias Modos de Vida	Outcomes Modos de Vida
<p>Humano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mulheres extrativistas e pescadoras • Famílias afrodescendentes • Amplo sistema de conhecimento • Trabalho em parceria <p>Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Importância dos laços de parentesco e da unidade de produção familiar • Associação de base comunitária • Instituições Informais para gestão dos recursos naturais <p>Natural</p> <ul style="list-style-type: none"> • Paisagem natural (material e imaterial) • Dinâmica do Estuário que impetra modo particular da pesca. • Ambiente marinho que amplia repertório imaterial e da atividade pesqueira • Floresta (diferentes subprodutos - samambaia, ervas, etc) <p>Físico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura vinculada a diferentes atividades produtivas que ampliam o repertório comunitário. • Tecnologias simples e precária logística para o desempenho das atividades produtivas <p>Financeiro (econômico)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzido acúmulo de capital • Benefícios sociais e financeiros (seguro defeso, herança) 	<p>Tendências (T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Políticas Desenvolvementistas • Conflitos de Acessos <p>Choques (C)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudanças nos modos de apropriação (privatização e estatização das áreas) • Mudanças ambientais no estuário (depleção dos recursos, interferências na dinâmica natural) e na paisagem • Presença de Unidade de Conservação de Proteção Integral (C e T) 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas desenvolvimentistas e/ou de preservação (natureza intocada) com limitadas relações transeculares • Instituições informais significativas e costumes tradicionais • Processos de participação limitados e mercado controlado por atravessadores • Relações sociais, de gênero, de parentesco e de etnia que influenciam as modificações dos ativos • Mercado externo controlando as atividades produtivas (atravessadores) com ausência de processos para reverter o cenário 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificação (múltiplas estratégias produtivas) - agrícolas e não agrícolas, pesca, cultivo, extração. • Beneficiamento dos produtos (cambira, farinha, marcela) • Inclusão de atividades não tradicionais • Migração esporádica para outras áreas de extração (outros municípios) e pesca (marinho e estuarino) 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoras da segurança alimentar • Nível de renda mínimo para afastar indivíduos/famílias da pobreza • Sustentabilidade do ambiente assegurada (paisagem, manutenção dos fragmentos ecossistêmicos, estoques pesqueiros regulados no nível local) • Adaptação que sugere capacidades vigoradas e bem estar

Fonte: Elaborado pela autora.

A escala de percepção dos comunitários frente ao domínio da Comfloresta teve efeitos mais imediatos, considerando a sua localização geográfica próxima dos núcleos comunitários, bem como pela interferência direta nos modos de apropriação a ela vinculada. Já, o Porto, teve e tem uma escala de percepção de impacto mais reduzida, considerando que as relações

simbólicas, de pertencimento e de efeitos nas outras atividades produtivas não são diretamente percebidas, considerando o outro ambiente a ele vinculado - a Baía da Babitonga.

O estresse imposto pela Comfloresta, com os novos regimes de apropriação, compôs modificações mais estruturantes e que se perpetuaram. Os grupos se alimentaram em um período de tempo da sua efetivação, mas afastaram-se da lógica produtivista, optando em manter modos de vida mais simplificados e de certo modo autônomos de interferências externas.

As significativas instituições informais que permeiam as relações socioecológicas, somadas ao variado portfólio de ativos sociais e humanos (relações de gênero, etnia, parentesco) têm balanceado o contexto de vulnerabilidade, equilibrando, de algum modo, as limitações de capital físico e financeiro do Território.

As diferentes estratégias adotadas (migração, diversificação, beneficiamento de produtos) são combinadas para produzir efeitos que podem ser percebidos nas características dos recursos naturais (composição da paisagem, floresta) e na adaptação que sugere o incremento das capacidades criadas e mantidas ao longo do tempo e do espaço. Além disso, a garantia da segurança alimentar integra os outcomes e estabelece margem para redução de pobreza extrema e sensação de bem-estar que resulta da liberdade de definir as direções pessoais e coletivas preferenciais.

6.3 E por falar em políticas: reafirmação ou reversão do contexto de vulnerabilidade?

O alcance dos modos de vida, associado a um repertório multivariado e diversificado, o qual inclui também atividades não tradicionais, exige um olhar aguçado perante as políticas setoriais incidentes. Para analisar o contexto do Território Acaraí, e não sem o cuidado exigido, oferecer generalizações para outros contextos de territórios ocupados tradicionalmente na zona costeira catarinense (ou brasileira), prioriza-se correlacionar algumas políticas e instrumentos de gestão vinculados (Tabela 14): i) à pesca artesanal (ordenamento e gestão); ii) às áreas naturais protegidas (Sistema Nacional de Unidades de

Conservação, Política Nacional de Biodiversidade, Convenção da Diversidade Biológica, Política Nacional de Meio Ambiente e Gerenciamento Costeiro) e iii) dos direitos dos povos e comunidades tradicionais (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, Convenções relacionadas ao patrimônio cultural e imaterial, Lei da Mata Atlântica).

Tabela 14 - Marcos legais de políticas e instrumentos em potencial para articular conservação e desenvolvimento. PNMA (Política Nacional de Meio Ambiente), GERCO (Política Nacional de Gerenciamento Costeiro), SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), PNB (Política Nacional de Biodiversidade), CDB (Convenção de Diversidade Biológica), PNPCT (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais).

Marcos Legais	Instrumentos mobilizados
(1) PNMA - Lei 6.938/1981 (2) GERCO - Lei 7.661/1988 e Decreto 5.300/2004 (3) SNUC - Lei 9.985/2000 e Decreto 4.340/2002 (4) PNB - Decreto 4.339/2002 (5) CDB - Decreto 2.519/2002 (6) PNPCT - Decreto 6.040/2002	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento ambiental • Consultas Públicas • Estudos de Impacto Ambiental • Conselho Gestor • Plano de Manejo • Zoneamento Ecológico Econômico • Zoneamento • Termos de Compromisso • Autorreconhecimento
Outros diplomas legais:	
(7) Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005, ratificada pelo Dec. Leg. 485/2006 e promulgada pelo Presidente da República por meio do Decreto no 6.177/2007 (8) Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, promulgada pelo Decreto no 5.753/2006 (9) Lei da Mata Atlântica - Lei 11.428/2000 (10) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (11) Programa Nacional de Florestas - Decreto 3.420/2000	

Fonte: Elaboração da autora.

Os aspectos a serem abordados na zona costeira não estão restritos aos marcos legais dispostos acima e certamente envolvem inúmeros outros. Freitas (2014) identificou uma infinidade de diplomas legais e políticas públicas pesqueiras e ambientais na Baía de Ilha Grande (RJ), com efeitos aos pescadores artesanais. No entanto, como tem sido abordado na bibliografia associada ao MVS e DTS, tanto a recriação criativa dos grupos sociais quanto o alcance de modos de vidas sustentáveis não podem estar associados a um viés estritamente setorial. Assim, buscou-se destacar das políticas selecionadas, aderências no que tange à

conciliação entre conservação e desenvolvimento, bem como avaliar os gargalos nos instrumentos de gestão que implicariam potencializar ainda mais o contexto de vulnerabilidade, em vez de rebatê-lo.

Ainda que timidamente, seria observar nos diplomas legais a aplicação do modelo transversal de implementação de políticas públicas. Conforme avaliou Vieira e Cader (2013, p. 227), a política ambiental na década 2000-2012 foi desenhada a partir de diretrizes

para promover a gestão ambiental compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal, além da efetivação do chamado princípio da transversalidade – segundo o qual a política ambiental deixa de ser setorial para entrar na agenda dos diversos ministérios e órgãos públicos – e do maior controle e participação social nas políticas ambientais (VIEIRA; CADER, 2013, p. 227).

O Brasil é um dos dezessete países que juntos possuem 70% da biodiversidade do planeta, sendo as unidades de conservação, as terras indígenas, os territórios quilombolas e de comunidades locais (caiçaras, seringueiros) um retrato da rica sociobiodiversidade que reúne inestimável acervo de conhecimentos tradicionais sobre a conservação e o uso da biodiversidade (DIEGUES, 2005; VIEIRA; CADER, 2013). Mas o modelo transversal de implementação de políticas públicas ainda não avançou na valorização dos produtos da sociobiodiversidade, por meio do acesso a políticas públicas e aos territórios, contribuindo na conservação, soberania alimentar e nutricional, e geração de renda (VIEIRA; CADER, 2013).

Se tomadas como exemplos as políticas da pesca artesanal, um panorama restrito desvela-se, no sentido contrário de considerar importante atributo de que famílias de pescadores se envolvem em diferentes atividades, a fim de alcançar a segurança alimentar (ALLISON; ELLIS, 2001).

O acesso ao seguro-defeso⁶³, por exemplo, está atrelado à apresentação de uma série de documentações relacionadas ao exercício da profissão, forçando um “autorreconhecimento” exclusivo como pescador, o que pode não retratar a realidade, mas ao mesmo tempo não afasta sua condição vinculante ao território tradicional. Requisitos como i) a apresentação de documentos fiscais de venda do pescado e de adquirentes; ii) comprovação do exercício profissional da atividade de pesca artesanal em caráter ininterrupto e iii) o veto de vínculos de emprego, outra relação de trabalho ou outra fonte de renda diversa da

⁶³ Avaliação realizada a partir da Lei 10.779/2003 e Medida Provisória nº 665/2014.

decorrente da atividade pesqueira (BRASIL, 2003)⁶⁴, limitam qualquer enquadramento para algumas famílias, exige uma minuciosa análise de outras políticas associadas e dão um caráter excessivamente formal ao que se constitui na informalidade.

Para o caso analisado, incongruência revela-se, porquanto a exclusividade não retrata as estratégias adotadas para alcançar os modos de vida sustentáveis. A intensificação da atividade pesqueira para comprovar o caráter ininterrupto teria que ser adotada, além de que um circuito de migração para outras áreas de extração e pescarias precisariam ser assumidos, podendo acarretar conflitos com outros grupos e usuários. Os investimentos em capital físico e financeiro para desempenhar a exclusividade poderiam não traduzir a sustentabilidade dos recursos.

Allison e Ellis (2001) indicam também a importância de reconhecer a complexidade cíclica e sazonal das estratégias de subsistência. Como preceito fundamental, pensar à luz da abordagem dos modos de vida, auxilia a identificar o que as pessoas têm, mais do que elas não têm, fortalecendo as soluções criativas em vez de substituir, bloquear ou prejudicá-las, ou ainda mais, singularizá-las em políticas setoriais não transversais.

A diversificação geralmente constitui-se como fator favorável para a redução da pobreza, auxiliando na diminuição da vulnerabilidade à insegurança alimentar, e sobretudo, proporcionando a base para construção de ativos que permitam as famílias construir suas próprias rotas, somadas às melhoras na qualidade e sustentabilidade dos recursos naturais (ELLIS; ALLISON, 2004).

Nas reflexões associadas ao desenvolvimento visto como um processo das liberdades que as pessoas desfrutam, e com estreita relação com as noções de capacidades, o sentido das “liberdades subjetivas” promovem a possibilidade de escolher a vida que a pessoa tem razão em valorizar. Se um modo de vida tradicional tem de ser sacrificado para escapar-se da pobreza devastadora ou da longevidade minúscula, então as pessoas diretamente envolvidas têm de ter a oportunidade de participar da decisão do que deve ser escolhido (SEN, 2000). A diversificação, nessa ótica, amplia as opções das pessoas, em novas habilidades e experiências (ELLIS; ALLISON, 2004) e para o Território em comento foi constituída no passado, reafirmada no presente, mas negada estruturalmente na sua tradução em política pública.

⁶⁴ Lei 10.779/2003, Art. 2º, IV-c.

Considerando a diversificação que permeia as estratégias dos modos de vida, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT (BRASIL, 2007) assimilaria melhor a correlação entre os ativos disponíveis e o contexto de vulnerabilidade, esbarrando, contudo, nas formalidades do autorreconhecimento (“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais”), tendo em vista a falta de compreensão momentânea desses mecanismos por parte dos grupos. Outros aspectos, como formas próprias de organização social, uso de recursos naturais e utilização de conhecimentos e práticas transmitidos pela tradição foram claramente identificados com a reconstituição das memórias e das categorias associadas ao tempo atual.

Decreto 6.040/2007, Art. 3º: Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007);

No pensamento de conciliar desenvolvimento e conservação, uma política que incorpore as categorias de Desenvolvimento Sustentável e Povos e Comunidades Tradicionais, num horizonte mais ampliado de suas expressões, pode representar uma maior efetividade, mas precisa ser do mesmo modo avaliada, das suas limitações e correlações com o desenvolvimento que tem sido desenhado para zona costeira catarinense. E, ainda, como seria operacionalizada em conjunto das prerrogativas da Unidade de Conservação instituída.

Dentre os objetivos específicos da PNPCT (Anexo 1, Art. 3º) destacam-se a garantia de acesso aos recursos naturais, ao mesmo tempo que soluções sejam desenhadas para minimizar conflitos gerados pelas UCs de Proteção Integral, incentivando-se a criação de UCs de Uso Sustentável:

Decreto 6.40/2007, Anexo 1, Art. 3º:

I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;

II - solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável; (BRASIL, 2007)

Embora a prevalência de diversificação dos modos de vida seja reconhecido, ainda há uma ampla margem para diferentes interpretações sobre o que isso significa, especialmente para as estratégias de redução da pobreza e o estabelecimento de políticas (ELLIS; ALLISON, 2004). Além disso, a mitigação dos impactos sociais da criação das áreas marinhas protegidas, através da melhoria e diversificação dos meios de subsistência, precisam ser efetivamente desenhadas (BENNETT; DEARDEN, 2014).

Numa revisão da literatura organizada por Agrawal (2002), sobre as características dos grupos e potencial para ação coletiva, o autor observa que comunidades e grupos de usuários possuem condições e direito de organizar novos arranjos institucionais, mas em meio a grandes disputas, a sua resolução não ocorre sem a intervenção do Estado. Mas o papel do governo federal e estadual, segundo análise do autor, tem se constituído no envolvimento, em muitos casos, para transformar os modos de apropriação, antes comunais, em outros regimes relacionados. Como de fato também ocorreu no Território Acaiaí com os incentivos da revolução verde operacionalizada pela privatização das áreas pela Comfloresta ou pela estatização, pela criação do PEA.

Adicionalmente, considerando o conjunto marinho-costeiro, cita-se também a atuação do GERCO, além de sua operacionalização via Projeto Orla, que tem sido desenhado com pouca participação e critérios para compor o Zoneamento Ecológico Econômico balanceado muito mais para variável econômica do que social e ecológica⁶⁵.

As tendências de cenários possíveis podem ser compreendidos em três linhas. De um lado, seria considerar a área sem proteções adicionais específicas (sem UC, por exemplo), de outro, a criação de UC de Uso Sustentável (recategorização do PEA) ou, em outra via, a configuração de outra medida de gestão recriada pelos comunitários e organizações-ponte, desenhadas na perspectiva do Parque já criado ou não.

O cenário sem proteção específica induziria a consagração de um modelo desenvolvimentista fortemente associado à privatização das áreas, com loteamentos, condomínios e outros empreendimentos em expressão do litoral catarinense. Esse cenário, provavelmente não garantiria os modos de vida da comunidade e reverteria os ativos naturais

⁶⁵ ICP instaurado pelo MPF acompanha a execução do ZEE e resultou em Recomendação expedida pelo MPF dadas as incongruências observadas no processo participativo vinculado. O ICP na íntegra está disponível no portal do MPF no endereço: <http://www2.prsc.mpf.mp.br/sedes/prm-itajai/gerco>.

em grau possível de irreversibilidade. Esse cenário se apresenta como importante para pensar a tendência a ser desenhada, caso o PEA não tivesse sido criado, ou para contextos similares em outras regiões litorâneas brasileiras.

Se observada a proposição genérica de criação de UCs de Uso Sustentável, no momento atual decorreria da recategorização do PEA. Para o contexto catarinense isso se revelaria como estratégia de empreendedores para o estabelecimento de Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Essa categoria tem sido percebida como de maior permissividade ambiental e a exemplo disso, a própria Lei Complementar 140/2011⁶⁶ criou diversas exceções para competência da União, dos Estados e dos Municípios nessas categorias de UCs, da qual decorrem fragilidades na condução de processos de licenciamento e fiscalização.

A recategorização da UC ou mesmo a desafetação dos seus limites para acomodar as demandas da comunidade estariam associadas ao estabelecimento de lei, o que acarretaria a intervenção da assembleia legislativa do Estado, que salvo melhor entendimento, possui viés economicista, em detrimento dos direitos tradicionais. Além disso, a previsão explícita de recategorização no SNUC está representada pela alteração de UCs de Uso Sustentável para UCs de Proteção Integral e não ao contrário. Para esse cenário, importa destacar os contornos legais dispostos no artigo 22 do SNUC:

Lei 9.985/2000, Art. 22 (BRASIL, 2000):

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

§ 5º As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de Proteção Integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.

§ 7º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.

⁶⁶ Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981

Mas como tendência que se afigura, o Estado de Santa Catarina, com desaire, recategorizou o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, transformando parte das áreas litorâneas em APAs em total desídia aos contornos legais, demandas sociais e configurações ecossistêmicas⁶⁷. Outras iniciativas são também observadas para recategorização da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo para Parque Nacional, mobilizados pela indústria do turismo da região, com aderência nas esferas estadual e federal e sem mais uma vez abordar os passivos gerados para os pescadores artesanais da região (VICACQUA, 2005; MEDEIROS, 2009).

A argumentação relacionada à compensação ambiental atrelada às UCs de Proteção Integral complexifica ainda mais o cenário. A argumentação da FATMA para manutenção do PEA no âmbito judicial foi permeada pela necessidade de atuar como receptáculo de recursos de compensação, o que ficaria inviabilizado, no entendimento dos juristas do órgão estadual, na existência de UC de Uso Sustentável.

Se tomadas como exemplo as categorias Parques, Resex e RDS elas são em muitos termos análogas. As similaridades permeiam características do domínio e das possibilidades de objetivos a serem alcançados com o zoneamento. A RDS e o Parque devem possuir zonas de proteção integral estabelecidas no Plano de Manejo (Art. 20, § 5º), bem como prevêem a desapropriação, dado o domínio público comum. Outro argumento que evidencia a semelhança está no incentivo à pesquisa, permitindo a visitação desde que em conciliação com os objetivos da UC (Tabela 15).

A possibilidade de recategorização na direção de uma RDS afastaria os retrocessos possíveis com a criação de uma APA, conciliando os interesses da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento das famílias/grupos. No entanto, isso não ocorreria, sem intermináveis embates jurídicos, a exemplo do próprio contexto da criação da Reserva de Fauna da Baía da Babitonga. Precisaria ser considerado também, a organização comunitária necessária para pleitear uma RDS/Resex, contornada por longos períodos de tempo para apreensão das informações atreladas aos trâmites legais. Além disso, dada a complexidade das relações do território (diferentes grupos e usos), o processo de autorreconhecimento naquele

⁶⁷ Existe Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei 14.661/2009 que recategorizou parte do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em três APAs na área costeira.

contexto precisaria ser incluyente e conciliatório de muitas variáveis, articuladas da mediação de organizações (sensu organizações-ponte).

No conjunto marinho-costeiro no litoral sul catarinense experiências articuladas para criação de Resex⁶⁸ foram marcadas por processos com pouca efetividade nos processos de aprendizagem social, considerando o acirramento dos conflitos e da mediação por organizações governamentais que fortalecem os antagonismos entre meio ambiente/ desenvolvimento e conservação da biodiversidade/direitos multiculturais (VIVACQUA, 2012).

Tabela 15 - Comparação das principais características descritas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação entre Parques, Reservas Extrativistas (Resex) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

PARQUE	RESEX	RDS
Domínio público	Domínio público	Domínio público
Desapropriação	Desapropriação	Desapropriação
Conselho Consultivo	Conselho deliberativo	Conselho deliberativo
a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico	proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade	preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações
A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade	visitação pública é permitida desde compatível com o plano de manejo	Visitação pública e Turismo são permitidos, desde que previsto no plano de manejo e compatíveis com os objetivos da UC

Fonte: Elaborado pela autora.

⁶⁸ Resex do Cabo de Santa Marta e Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba.

Em termos de objetivos a serem alcançados, considerando a sociobiodiversidade, a RDSs ofereceria um melhor enquadramento. Mas assumir os interesses comunitários e conselhos deliberativos não parecem associar a pauta e o repertório cotidiano do Estado.

A terceira via aqui analisada (outra medida de gestão) poderia ser operacionalizada em conjunto das prerrogativas previstas no SNUC, mobilizando instrumentos de gestão com profundidade e tino. Os termos de compromisso⁶⁹, estabelecimento de áreas de exclusão, criação de grupos de trabalho específicos para lidar com as expressões dos grupos tradicionais poderiam ser articulados. A revitalização do caráter consultivo do conselho gestor seria também medida necessária, do qual exigiria um processo de renovação pessoal, profissional e institucional do órgão gestor e outras entidades envolvidas (a exemplo das proposições de Chambers, 1995 articuladas no Capítulo 3 desta tese).

Em termos regionais, contudo, pensando no entorno e zona de amortecimento de uma Unidade de Proteção Integral, poderia haver um balanço positivo, considerando que a sua presença impõe importantes exceções. A leitura da Lei da Mata Atlântica e de Resoluções Conama relacionadas ao licenciamento conduzem exigências mais robustas na fase de realização dos estudos técnicos⁷⁰ e dão maior garantia na proteção dos remanescentes florestais. No entanto, no contexto do PEA, mesmo com essa regulamentação em potencial, não tem sido observada atuação diferenciada, ou menos ainda, foi observado no processo de criação, qualquer medida mais efetiva para a silvicultura na área, da ocupação imobiliária do entorno, ou das modificações aceleradas na foz do estuário que justificou a criação da UC.

Contudo, incongruências são observadas nas distintas fases da existência das UCs. Elas fortalecem as dicotomias e distanciam as possibilidades de convergência dos direitos comunitários e da conservação da biodiversidade. Três fases podem ser distinguidas e permeiam alguns fatores que se acumulam na história de existência das UCs.

Algumas afirmações resultam não somente da realidade que envolve o PEA, mas também de outros processos que têm sido por mim acompanhados em outras Unidades de Conservação em Santa Catarina. Como exemplo, destaco as Unidades de Conservação

⁶⁹ Decreto 4.340/2002, Art. 39 (BRASIL, 2002)

⁷⁰ A Lei 11.428/2006 (BRASIL, 2006) normatiza no art. 11 importante restrição no corte e supressão de vegetação de mata atlântica no entorno de Unidades de Conservação. A Resolução Conama 428/2010 (CONAMA, 2010) menciona que num raio de 3 km de UCs de Proteção Integral será necessária a realização de Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) de empreendimentos de significativo impacto ambiental.

Municipais da qual tenho sido conselheira ou acompanhante sistemática da sua evolução, no âmbito judicial ou extrajudicialmente⁷¹.

(a) Fase de Criação - a primeira controversa da criação das UCs resulta dos processos de licenciamento ambiental, embasados por Estudos de Impacto Ambientais (EIAs) parciais, cuja recuperação de variáveis sociais não são incorporadas na sua relação com as variáveis ambientais. Em consequência, medidas compensatórias são propostas, divergentes da realidade, muitas vezes mascarando o caráter de territórios tradicionalmente ocupados, para favorecer os empreendimentos e não criar impasses legais para o seu estabelecimento. As consultas públicas, desfecham um cenário de bravatas, dando voz aos grupos organizados ou ONGs ambientalistas que barganham trocas para uma idealização de natureza intocada ou de reafirmação do modelo de desenvolvimento. A compensação, embora atrelada à criação de UC, nem sempre dispõe de recursos financeiros para manter a UC em vida útil mínima. Outra situação decorrente também resulta de que a injeção de recursos financeiros por parte de empreendedores cria roupagem de comunicação social/ambiental da empresa, reduzindo a criticidade da sociedade em relação ao empreendimento e seus impactos originais. Além disso, a delimitação da abrangência de proteção nem sempre está resguardada em critérios socioecológicos claros. No caso do PEA, a foz do Rio Acaraí não foi incorporada na delimitação da UC, motivada pelas dificuldades alegadas de desapropriação. Já no caso da APA Municipal da Ponta do Araçá, o núcleo comunitário tradicional lá existente foi excluído da delimitação pelo receio de uma aproximação com a comunidade, a fim de esclarecer o significado e importância da medida de gestão, e menos ainda da categoria adequada, considerando as características ambientais e demandas sociais. A ausência nesse processo repercute negativamente no processo de implementação, na qual a comunidade apresenta ressalvas sobre a legitimidade da criação da nova medida de gestão. Por fim, nem sempre a criação das UCs tem retratado alterações efetivas,

⁷¹ A APA da Costa Brava em Balneário Camboriú (SC) da qual algumas reflexões suscitaram durante a pesquisa de mestrado (FOPPA, 2009; FOPPA; MEDEIROS, 2011), além da atuação como voluntária como conselheira do Conselho Gestor e integrante ao Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava. Além disso, atuei durante a tramitação da ACP 5003317-27.2010.404.7208 que teve pelo MPF questionado os desmandos do Poder Público Municipal relacionado à composição do Conselho Gestor daquela UC. Na APA Municipal Ponta do Araçá em Porto Belo (SC) também tenho acompanhado sistematicamente como conselheira, representando o MPF na implementação daquela UC, desde 2012 (ICP 1.33.008.000204/2003-25). Como consideração também destaco o próprio processo de criação de Reserva de Fauna na Baía da Babitonga, do qual origina reflexos em diferentes situações na região norte catarinense.

considerando o alargado lapso temporal entre a sua criação e implementação. As UCs “no papel” também fortalecem a representação de falta de efetividade e experiência adquirida do êxito que resulta dessas experiências. Contudo, uma pré-avaliação consistente da realidade são fundamentais, uma vez que suposições sobre o contexto pode resultar em programas malsucedidos de ação (BENNETT; DEARDEN, 2014). Assim, conforme assinalado pelos autores, o processo de criação de áreas marinhas protegidas, precisariam entender como os fatores micro e macro se articulam, investindo em compreender como ocorre o acesso aos mercados, as capacidades locais, os ambientes políticos e institucionais, os níveis de coesão social, a capacidade de liderança e como as normas culturais influenciam os usos marinho-costeiros e como podem facilitar ou dificultar o desenvolvimento de modos de vida alternativos. Além disso, a relação entre áreas marinhas protegidas e comunidades locais precisa ser aperfeiçoada com o desenvolvimento de estratégias de comunicação e aproximação, evoluindo na percepção de benefícios, sendo um precursor de apoio e, conseqüentemente, de sucesso (FAO, 2011; BENNETT; DEARDEN, 2014).

Principais Controversas:

- i) Criação de UCs como compensação ambiental;
- ii) Definição dos limites e categoria sem considerar as relações territoriais e ecossistêmicas;
- iii) Ausência de participação efetiva para definir limites e categoria;
- iv) UCs no papel que não avançam na efetivação de experiências exitosas e que sirvam de exemplos para outras realidades ou da atuação em rede;
- v) Limitações financeiras para avançar da criação para implementação e gestão da UC (inexistente previsão orçamentária enquanto política pública).

(b) Fase da Implementação - na fase de implantação, caso não sejam considerados os elementos dispostos anteriormente, se agravam a implantação, tendo em vista os conflitos que se acumulam do incorreto direcionamento na fase de criação. Estruturas enrijecidas do Conselho Gestor e do Plano de Manejo vão se consolidando, idealizadas

sem a participação da sociedade, não retratando todos os setores envolvidos naquela realidade. Em algumas realidades, o Plano de Manejo tem sido elaborado, sem que antes o Conselho Gestor tenha sido instituído. A matriz de obstáculos e potencialidades previstos no Plano de Manejo, como dito neste Capítulo, distanciam ainda mais a conciliação dos grupos e dos gestores da UC, na qual ações contrárias aos grupos tradicionais muitas vezes são perpetradas, num ideal de que esses grupos precisam ser receptores da “educação ambiental”. Nessa linha, todo o potencial explícito ou latente, não reconhecido na criação e, provavelmente, negligenciado durante o Plano de Manejo, são mascarados ou potencializados em conflitos e/ou negação de direitos essenciais. No caso do PEA, apenas a Associação Comunitária da Tapera e a Colônia de Pesca (com todas as suas limitações) ganham assento no Conselho. Os grupos extrativistas e agricultores familiares, por não apresentarem organização formal (associação, cooperativa), não são considerados em suas demandas socioeconômicas, culturais e parceria pelo sistema de conhecimento adquirido em gerações. Questões de gênero, também são omitidas, nas quais seus padrões de uso dos recursos, se pensadas à luz de programas de desenvolvimento, poderia levar a maiores benefícios para as famílias e a comunidade em geral, bem como para a conservação (BENNETT; DEARDEN, 2014). Outros recursos oriundos de outras compensações ambientais para implantação do Parque, consagram a natureza intocada, em detrimento de outros incentivos associados aos grupos relacionados aos limites da UC ou do seu entorno. O direcionamento de recursos financeiros para favorecer o desenvolvimento das estratégias de modos de vida, tanto em capitais físicos, bolsas de estudo ou mesmo de infraestrutura social poderia ser linha alternativa a ser seguida, e não apenas investir recursos na gestão stricto sensu da UC, como frequentemente ocorre. Nessa linha, investimentos em formação profissional daqueles que conduzem a UCs (gestores, fiscais, servidores públicos) poderiam entrar na pauta, considerando as fragilidades observadas na mediação dos grupos via conselho gestor.

Principais Controversas:

- i) Implementação fragilizada, decorrente dos conflitos oriundos da fase de criação;

- ii) Desconhecimento do rito associado à implantação - ordem de implementação do Conselho Gestor e do Plano de Manejo;
- iii) Ausência de estudos que direcionem a identificação do tecido social associado e que teriam legitimidade para compor o Conselho Gestor;
- iv) Estrutura enrijecida do Conselho que não acomoda as regras informais e formas próprias de organização dos comunitários;
- v) Mediação do Conselho realizada por pessoas/profissionais que desconhecem as dinâmicas dos grupos, não têm afinidade em lidar com pessoas e centralizam as discussões em torno dos seus próprios interesses;
- vi) Questões de Gênero são mascaradas e normalmente não são acomodadas no processo de implementação;
- vii) Direcionamento de recursos oriundos de outras compensações ambientais não são deliberados pelo Conselho Gestor, fortalecendo as ameaças aos grupos sociais e raros são os investimentos vinculados ao empoderamento dos grupos e do revigoramento dos ativos sociais e humanos;
- viii) Limitações financeiras para implementação e gestão da UC, ficando na maioria das vezes atrelada às compensações ambientais outras, ou “doações” de empresários com interesses na área/entorno da UC, sendo muitas vezes utilizados como barganha e poder nas relações constituídas na rotina dos Conselhos Gestores.

(c) Fase de Gestão e Monitoramento - poucas iniciativas de avaliação sistemática de UCs, dos seus passivos, a exemplo das correlações apresentadas nas Figuras 19 a 22 têm sido desenhadas. O próprio TAC firmado em 2012 no PEA, não desdobrou ações efetivas de aproximação com os grupos comunitários e, menos ainda, de qualquer acompanhamento sistemático das atividades produtivas ou ações de fomento às demais dimensões que envolvem os ativos do Território. Critérios claros de efetividade da UC, seja em termos de indicadores ambientais ou socioculturais, têm sido reduzidamente estruturados. Os conflitos que permeiam os processos de criação e implementação criam uma sensação de falta de efetividade ou mesmo de aparente ineficiência da medida de

gestão. Disso decorre controversa importante, pois a ideia de processos estagnados, nem sempre são sinônimos de ausência de aprendizagem individual ou social, considerando que mecanismos de reação, resistência e organização se constituem em meandros, muitas vezes não acessados pela UC e mais uma vez desconsiderando os aspectos promissores no nível local.

Principais Controversas:

- i) Ausência de experiências exitosas no estabelecimento de critérios sociais, econômicos e ambientais da efetividade da UCs;
- ii) Desconsideração dos processos de reação, resistência e organização e da aprendizagem implícita e explícitas desses processos.

6.4 Unidade de Conservação e Educação Ambiental: por uma gestão que promova aprendizado e desenvolvimento

Examinar o contexto político e institucional em que existem os capitais e sua capacidade de resistência a diferentes tipos e intensidade de choques e tendências implica, no recorte desta pesquisa, avaliar de maneira mais precisa a presença da UC em relação aos ativos disponíveis e outras políticas.

Ao longo da sua trajetória, os indivíduos, famílias e comunidade vinculados ao A carai demonstraram uma série de estratégias que responderam em favor da sustentabilidade dos recursos ou dando minimamente condição de reduzir a vulnerabilidade frente às mudanças vivenciadas no ambiente. A diversificação foi medida adotada para garantir a sustentabilidade dos recursos naturais, bem como para diminuir a insegurança alimentar permitindo, a partir desses elementos, a construção de ativos que possibilitaram às famílias construir suas próprias rotas - de aprendizado ou do uso bem-sucedido dos recursos naturais.

A diversificação ampliou as opções das pessoas, configurando novas habilidades e experiências ao longo da trajetória de desenvolvimento. No entanto, elas precisam ser compreendidas no tensionamento desenhado pelo cenário atual. Ao mesmo tempo em que coexistem as facilidades em se envolver espacialmente em diversas atividades, importa

compreender de que maneira os atributos que envolvem tais facilidades são impedidos por ambientes institucionais desfavoráveis no nível local. Da mesma forma, a dimensão do acesso aos recursos naturais precisam ser vistos com a mesma lente de opções para ampliação de oportunidades (ELLIS; ALLISON, 2004) ou, ao contrário, motivando uma migração mais permanente.

A aparente negligência do poder público ou a opção por um estilo desenvolvimentista, em detrimento à diferenciação dos grupos/famílias que ocuparam o território projetaram, ao longo do tempo, a necessidade de variação de estratégias para manter os modos de vida (diversificação), inclusive incorporando no circuito multivariado, atividades não tradicionais.

O certo isolamento blindou os mecanismos particulares de migração entre núcleos e regras de acesso aos recursos naturais de intervenções governamentais mais expressivas, tendo em vista que seus direitos de conceber instituições não foram desafiados pelas autoridades governamentais externas (AGRAWAL, 2002). Por outro lado, embora esse princípio de não interferência tenha sido expressivo ao longo do tempo, o reconhecimento mínimo dos direitos de organização (OSTROM, 1994) também não foi priorizado, considerando que as regras dos usuários, idealizadas por suas próprias instituições não foram reconhecidas por autoridades governamentais externas, centralizando a concepção de normas pela lógica da UC.

As instituições informais que permearam as relações entre os grupos e os recursos naturais possibilitaram adaptação necessária. As multiatividades desempenhadas, o circuito de diferentes pescarias ao longo das estações e o aprimoramento do “saber fazer” para beneficiar produtos originados do lugar (cambira, farinha, etc.) são alguns exemplos. Tal padrão não foi da mesma forma encontrado quando do estabelecimento da Comfloresta que tencionou maiores alterações na dinâmica das atividades produtivas e nos modos de vida, muito embora tenha sido considerada em um período de tempo pelos comunitários.

Com a implantação do Parque outras tensões são configuradas e se aproximam da centralização de regras impostas, oriundas de uma concepção excessivamente técnica e de curto prazo, podendo implicar altas taxas de falha nas medidas adotadas, faltando-lhe a capacidade de adaptação e resiliência (ALLISON; ELLIS, 2001), características inerentes ao território estudado. O TAC traduz bastante essa concepção, o qual oferece temporariamente

condições de permanência, mas sem a definição clara dos meios para alcançar transição ou estabelecimento dos grupos, ou menos ainda, critérios para avaliar a efetividade das medidas adotadas.

O TAC se assemelha ao discutido por Ellis e Allison (2004), no qual mencionam que inflexibilidade e baixa condição de observação das relações e dos diferentes setores que importam ao território impõem um regime de gestão dos recursos naturais inibidor de intercâmbios, fundamentais para a diversificação e, conseqüentemente, na garantia do sustento - redução da pobreza. O TAC silencia o conflito, em vez de dar protagonismo aos sujeitos. Faz dos sujeitos objetos da sua acomodação. Institucionaliza e não utiliza os mecanismos formais para resolução dos conflitos, sendo ausente a incorporação de instrumentos como do autorreconhecimento (PNPCT) ou dos termos de compromisso (SNUC).

Exceções do Parque para o desempenho da atividade pesqueira no Acaraí, somente vinculado ao caráter exclusivo da atividade poderia, entre outras questões, promover o aumento da especialização da pesca, por meio de investimentos, modificando as atividades de tempo parcial para tempo integral, para garantir enquadramento nas políticas setoriais (como a Lei da Pesca) e do TAC. Esse cenário, poderá implicar também aumento da dependência da pesca, limitando as alternativas vinculadas às outras atividades em períodos de escassez de recursos, comprometendo, por sua vez, a sustentabilidade dos recursos, além de inviabilizar outras relações que não entre a pesca e os peixes (ALLISON; ELLIS, 2001).

A previsão de “cadastros” pode revelar-se como incompatível, considerando primeiramente que não acomodaria o direito do autorreconhecimento (enquanto processo) e limitaria os usos vinculados às atividades produtivas, sem contemplar as demais relações que constituem as territorialidades (patrimônio imaterial e sistema de conhecimento, por exemplo, que transcende as relações produtivas).

Conforme pondera Sen (2000, p.32), “as capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo”. Assim sendo, reassume-se também na perspectiva do desenvolvimento como liberdade, o “valor básico de que se deve permitir às pessoas decidir livremente que tradições elas desejam ou não seguir”;

e “toda forma de privação de capacidade é considerada uma perda da amplitude da liberdade pessoal”.

Na vertente da justiça ambiental, a qual ressignifica a questão ambiental pela reconstituição das arenas onde se dão os embates sociais para construção de futuros possíveis (ACSELRAD, 2005), importa mencionar mecanismos relacionados à “chantagem locacional dos investimentos” como:

mecanismo central, nas condições de liberalização hoje prevalente, para a imposição de riscos ambientais e de trabalho às populações destituídas. Pois em ausência de políticas ambientais de licenciamento e fiscalização de atividades apropriadas e sem políticas sociais e de emprego consistentes, as populações mais pobres e desorganizadas tenderiam a sucumbir às promessas de emprego “quaisquer que sejam os custos” (ACSELRAD, 2005, p. 226) grifo nosso

A desorganização mencionada contorna-se na realidade estudada em paralelos importantes. Embora a dimensão formal da organização, que muitas vezes viabiliza a participação, seja condição necessária, ela não pode estar desarticulada do reconhecimento das instituições informais existentes no nível local. Ao mesmo tempo em que a organização das comunidades para atuar nos processos de tomada de decisão precisam ser desenhadas, a preparação das organizações e instituições municipais, estaduais e federais para lidar com as instituições informais e a participação são condição sine qua non. Isso envolve incorporar novos circuitos de ação e tomada de decisão, não somente na dimensão da implementação/gestão da UC mas, anteriormente, nas políticas ambientais de licenciamento. Além disso, pondera-se que a ausência de políticas ambientais, ou da sua incongruente operacionalização, cria um cenário em que a incorporação das atividades não tradicionais poderá se constituir não como elemento da diversificação das atividades, mas ao contrário, um mecanismo para erosão dos meios de vida.

Até aqui a tese foi construída para apresentar a compreensão das dinâmicas territoriais e sua recomposição específica associadas aos processos de adaptação e recriação criativa que emergiu das relações territoriais. Do ponto de vista analítico, os enfoques do DTS e do MVS indicaram sinais da importante correlação com políticas, processos e instituições trazendo, inevitavelmente, a perspectiva da cogestão adaptativa nesse processo.

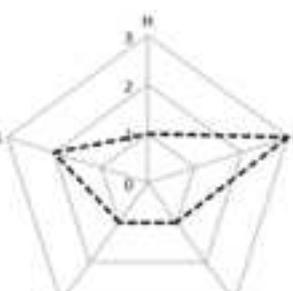
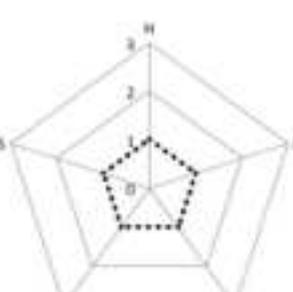
A pesquisa, de fato, não se construiu para alimentar um processo de cogestão adaptativa, tampouco de assumir um processo de educação para o desenvolvimento e gestão (educação ambiental), muito embora os processos de mudança pessoal e de compreensão da realidade tenham refletido nas dimensões pessoais e profissionais do sujeito-pesquisador. Dimensões essas em estreita relação com a transdisciplinaridade que permeia os fundamentos da educação ambiental crítica e transformadora (CARVALHO, 2004; LOUREIRO, 2004).

O desafio prospectivo desta tese se assinala, contudo, em como a educação se insere para pensar as recusas ou os potenciais presentes no Território. O aparente descompasso territorial existente e que se consolida com o caminho trilhado pela nova medida de gestão instituída - PEA - provoca a pensar os elementos essenciais para a construção de um novo compasso territorial, no qual gestão, desenvolvimento e educação se contornam em conjunto.

Um pouco da estrutura e funcionamento das Unidades de Conservação, em suas diferentes fases foi desenhada e, lamentavelmente, poucas são as condições ou iniciativas promotoras do desenvolvimento integral do território a ela vinculada e, menos ainda, a incorporação (valorização) dos modos de vida tradicionais. Dessa forma, qualquer estabelecimento de um novo compasso territorial teria que ser desenhado em duas frentes. Num primeiro conjunto, seria a renovação das organizações que operam no nível local, na qual se incluiriam as organizações-ponte e organizações formais (municipais, estadual e federal) que atuam em diferentes setores e políticas. Em outra frente, seria pensar os elementos endógenos do território na sua expressão comunitária.

A Tabela 16 oferece uma síntese ilustrativa dos ativos, indicando numericamente condições qualitativas de fortalecimento, ou enfraquecimento (coluna 2), nas diferentes possibilidades de governança do território (coluna 1) e suas implicações resultantes (coluna 3). Os graus qualitativos de 1 a 3 relacionados aos ativos representam em 3, o seu fortalecimento, em 2 a sua manutenção (sem grandes alterações) e 1, uma tendência de diminuição (erosão). Quatro cenários foram selecionados partindo do status quo (1), no qual, embora, a criação do Parque exista, será considerado como um Parque ainda não efetivado. Um cenário como Parque implementado (2), outro sem unidade de conservação (3) e um quarto, resultante de outra medida de gestão (4), ensaiada nos moldes da cogestão adaptativa.

Tabela 16 - Possíveis cenários resultantes do contexto institucional e condição esperada dos ativos.

Contexto Institucional	ATIVOS	OUTCOMES ESPERADOS
1. Status quo Parque não implementado		<ul style="list-style-type: none"> i) tendência de migração para outras atividades não tradicionais; ii) reduzido capital físico e financeiro reafirmado pela ausência de políticas associadas; iii) busca do aumento de capital físico e financeiro por meio da “chantagem locacional”, comprometendo os ativos sociais e humanos; iv) comprometimento dos ativos naturais pela gestão incipiente e interferências externas e, sobretudo, pelo modelo de desenvolvimento do norte catarinense; v) recriação criativa dos grupos para reverter o cenário, via organização comunitária, associativismo dos grupos vinculados às atividades produtivas.
2. Com Parque		<ul style="list-style-type: none"> i) valorização acentuada dos ativos naturais; ii) cadastro do TAC que não acomodaria todas as dimensões envolvidas (materiais e imateriais); iii) mais injeções financeiras de compensação ambiental para reafirmar as dicotomias natureza/sociedade; iv) organização social poderia se fortalecer, via organização comunitária, da reafirmação dos elementos endógenos e participação de organizações-ponte; v) ausentes ou incipientes recursos provenientes de políticas para incentivo das atividades tradicionais; vi) medidas de coerção acentuada das atividades produtivas pela gestão do Parque (conselho consultivo), ONGs, etc.
3. Sem Unidade de Conservação		<ul style="list-style-type: none"> i) semelhante ao cenário de status quo; ii) com maior agravamento para manutenção dos ativos humanos, sociais e naturais, considerando a provável tendência de ocupação da áreas por empreendimentos vinculados à lógica desenvolvimentista da zona costeira norte catarinense; iii) possibilidade de recriação da organização dos grupos sociais, a partir de políticas vinculadas ao autorreconhecimento, via organizações-ponte. Menor possibilidade, considerando o espaço-tempo necessário em contraposição ao cenário desenvolvimentista.
4. Outra Medida de Gestão		<ul style="list-style-type: none"> i) recriação da organização social, resultado do TAC, das organizações-ponte ou dos elementos endógenos do território; ii) compatibilização da conservação e de direitos multiculturais, resultante dos elementos endógenos em articulação com os processos, políticas e instituições em outros níveis; iii) predisposição das organizações em diferentes escalas para composição pretendida.

Fonte: Elaboração da autora.

Como prospecção, apresento de que forma a EA se insere no processo (Figura 23), indicando elementos-chave que assinalam uma perspectiva para conciliar conservação e desenvolvimento, bem como os direitos multiculturais associados. Alguns elementos-chaves são desenhados para inserção da educação ambiental. Relacionam-se os modos de vida e a gestão da UC, ou outros cenários possíveis, resultantes da própria intervenção positiva da educação ambiental. Para tanto, a partir dos ativos que compõem os modos de vida do Território Acaraí, ações de EA são articuladas para pensar a robustez dos sistemas socioecológicos.

Os princípios-base da EA que permeiam a ilustração estão ligados à abordagens não diretivas e que envolveriam priorizar o desenvolvimento pessoal, interpessoal/grupal (ROGERS, 1994; MOSCOVICI, 2010) dos comunitários e das organizações formais que lidam com políticas ambientais, de desenvolvimento e direitos multiculturais. A abordagem não diretiva na condução dos processos educativos teriam potencial de torná-los efetivos:

A natureza diretiva de um curso libertador não está propriamente no educador, mas na própria prática da educação, enquanto que o educador dominador mantém nas mãos os objetivos da educação, o conteúdo da educação e o próprio poder diretivo da educação. Todas essas coisas são monopolizadas pelo educador dominador, além da própria escolha dos educandos sobre sua educação. Os educadores libertadores não mantêm o controle de seus educandos nas mãos (FREIRE; SHOR, 1986, p. 104).

Os princípios incorporariam dimensões do “aprender fazendo” (ARMITAGE; BERKES; DOUBLEDAY, 2007), indo além de soluções provisórias, fundamentadas na especialização do conhecimento, gestão e política. Sobre isso, assinala Dansereau (1999):

Confrontar as crises do meio ambiente através da especialização tanto da ciência quanto da gestão e da política, mobilizando pesquisas unidisciplinares, intervenções setoriais e processos oportunistas de tomada de decisão política, acaba criando apenas novas situações de emergência seguidas de soluções provisórias (DANSEREAU, 1999, p. 23).

Levando em conta as oportunidades oferecidas pelo ambiente natural, cultural, social e político, processos de informação e educação com a interpretação lúcida dos interventores, poderia revelar uma repartição dos recursos, por meio de uma percepção melhorada das

necessidades de todos os grupos humanos (locais e numa dimensão planetária) (DANSEREAU, 1999).

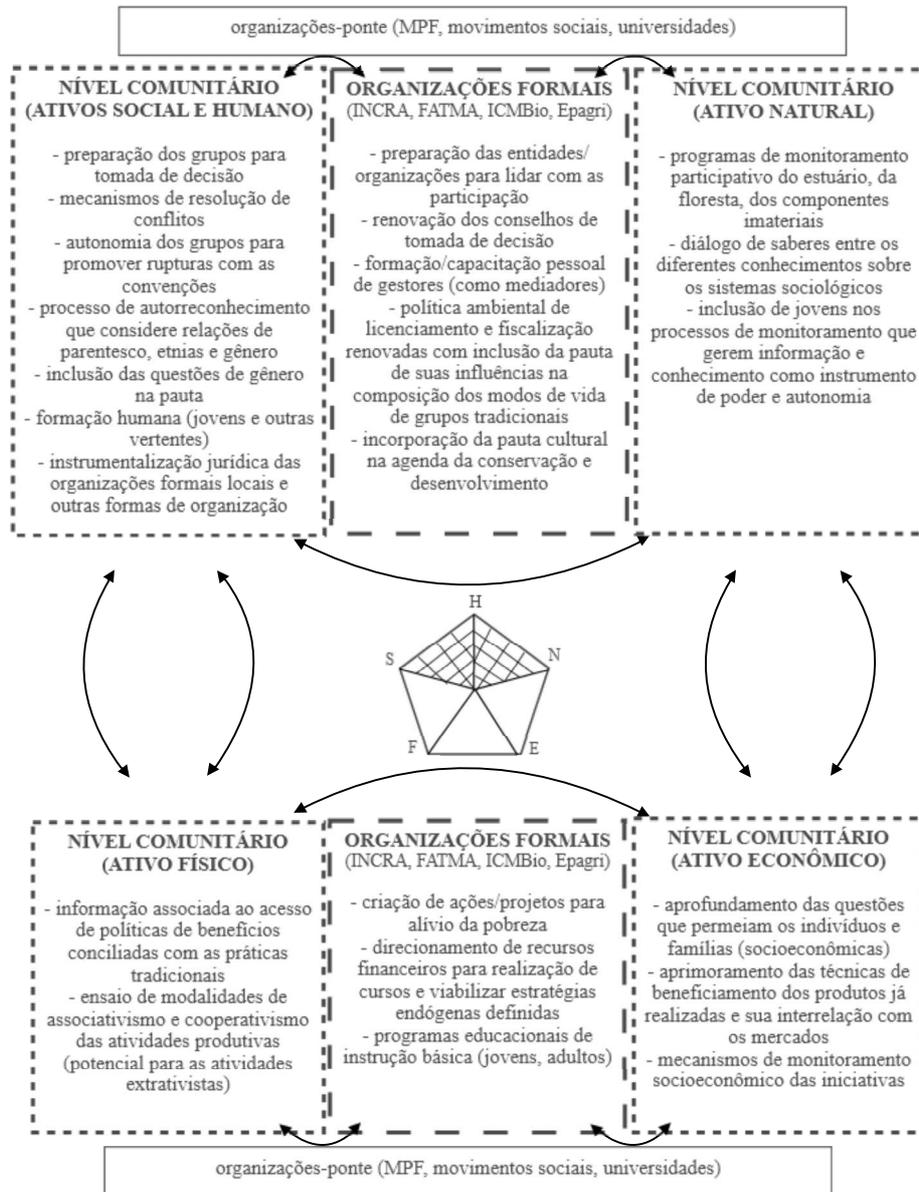


Figura 23 - Elementos a serem considerados pela educação ambiental para conciliar e pensar políticas, a partir do reconhecimento dos ativos. Fonte: Elaborado pela autora.

Numa interpretação sistêmica da problemática local, estudos sistemáticos poderiam alcançar um diagnóstico integrado, propondo ações concretas e, da mesma forma, políticas alternativas que permitissem influenciar na evolução do sistema socioecológico. A EA se

insere para conduzir processos de autonomia que qualifiquem a gestão e criem cenários cujas rotas dos comunitários sejam colocadas em evidência e articuladas na discussão de políticas públicas.

Conforme balizado por Morin (2005):

a hiperespecialização dos saberes disciplinares reduziu a migalhas o saber científico, onde, todos os conceitos molares que abrangem várias disciplinas estão esmagados ou lacerados entre as disciplinas e não são reconstituídos pelas tentativas interdisciplinares. O saber já não é para ser pensado, refletido, meditado, discutido por seres humanos para esclarecer sua visão do mundo e sua ação no mundo, mas é produzido para ser armazenado em bancos de dados e manipulado por poderes anônimos, não permitindo comunicação de ciência, técnica e política (MORIN, 2005, p.120).

A transdisciplinaridade, inerente ao conjunto principiológico, estaria emoldurada no diálogo dos saberes, sendo realmente capaz de sustentar um programa de desenvolvimento e de responder aos desafios sem precedentes em nível local ou mesmo planetário. Muitas são as dimensões da transdisciplinaridade (D'AMBROSIO, 1997; NICOLESCU, 2008), mas exemplifica a sua acomodação, o Artigo 1 da Carta da Transdisciplinaridade proposta pelos autores Lima Dreitas, Edgar Morin e Basarab Nicolescu (NICOLESCU, 2008):

Artigo 1: Qualquer tentativa de reduzir o ser humano a uma definição e de dissolvê-lo em estruturas formais, quaisquer que sejam, é incompatível com a visão transdisciplinar (CARTA DA TRANSDICIPLINARIDADE EM NICOLESCU, 2008, p.162).

A complexidade embutida nas relações e nos sistemas complexos que compõem o território exige desembaraçadas formas de lidar com a dimensão da educação no e com o território. Questões basais como divulgação e acesso às informações, educação básica e cidadã, percepção de demandas locais, identidade e valorização local, dificuldades de acesso às instituições participativas, capacitação, valorização do território, descentralização do poder são questões importantes ponderadas por Giaretta; Fernandes; Philippi Jr (2012).

Adicionalmente, participação requer conhecimentos em um grau de instrução básico e negar a oportunidade de educação escolar é contrário às condições fundamentais da liberdade participativa (SEN, 2000). Dessa forma, os ativos humanos precisam ser cuidadosamente avaliados em suas condições basais - de acesso à educação primária, à saúde, etc., muitas

vezes inexistentes nos contextos comunitários como o estudado. Essas políticas, por sua vez, também poderiam aproximar os saberes, considerando o “saber fazer” comentados ao longo dos capítulos. Questões de saúde poderiam ser revisitadas, incorporando os saberes associados às plantas medicinais à educação formal e, reafirmando uma condição de valorização e reconhecimento dos saberes e práticas comunitárias.

Vários passos e sugestões de intervenção poderiam compor um programa de educação ambiental, mas anteriormente teriam que ser aferidos com a comunidade. Algumas pistas de uma percepção construída com os comunitários, são oriundas das limitações que vivenciam. Questões relacionadas à logística no transporte e armazenamento dos produtos extrativistas foram levantadas pelos padrões e extrativistas. Outras, como a própria questão do autorreconhecimento, embora não percebidas diretamente poderiam ser traduzidas, no sentido do aporte de informações necessários que conduzisse à tomada de decisão pelos atores interessados, ou mesmo os conduzisse à autonomia que rompa com as convenções institucionalizadas.

Componente importante a ser incluído pela EA estaria relacionado também às questões relativas ao gênero (autonomia, autoestima, etc), bem como da formação dos jovens. Assim, capacitação e formação se complementariam, da forma como distingue Maturana e Rezepka (2003), adicionadas às questões de desenvolvimento pessoal e interpessoal - da pedagogia e da andragogia (MOSCOVICI, 2010).

A formação humana tem a ver com o desenvolvimento da criança como pessoa capaz de ser co-criadora com outros de um espaço humano de convivência social desejável (...) A capacitação tem a ver com a aquisição de habilidades e capacidades de ação no mundo no qual se vive, como recursos operacionais que a pessoa tem para realizar o quizer viver (MATURANA E REZEPKA, 2003, p. 11).

As proposições construídas a partir da andragogia e o processo de funcionamento dos grupos (MOSCOVICI, 2010) poderiam ser considerados nos espaços e processos participativos que objetivam a gestão dos recursos naturais. Nesse sentido, as relações pessoais e interpessoais inerentes aos grupos seriam consideradas como proposição para pensar os espaços de tomada de decisão e organização local, para além da discussão de conteúdos e demandas pontuais oriundas da gestão, mas no propósito de dar voz aos sujeitos

diretamente afetados, suas demandas individuais e os elementos que constituem sua identidade pessoal e de grupo (FOPPA, 2011).

Conforme Fela Moscovici (2010) pontua, pedagogia e andragogia possuem distinções importantes, visto que os pressupostos e práticas utilizadas pela pedagogia, com foco na criança e adolescente, não podem trazer os mesmos resultados se aplicados aos adultos. Assim, metodologias participativas, muito utilizadas na gestão ambiental ou em projetos de desenvolvimento local, podem ser um grande potencial para manutenção da resiliência socioecológica, mas pode ao contrário, desencadear movimentos desfavoráveis à sua manutenção, muitas vezes criando uma falsa perspectiva de participação e autonomia local.

Complementa Alcalá (1999) que a andragogia é a ciência e a arte que, sendo parte da Antropologia e estando imersa na educação permanente, desenvolve-se através da práxis fundamentada nos princípios de participação e horizontalidade, cujo processo a ser orientado com características sinérgicas pelo facilitador da aprendizagem, permite incrementar o pensamento, a autogestão, a qualidade de vida e a criatividade do participante adulto, com o propósito de proporcionar uma oportunidade de alcançar sua autorrealização.

Com a lente de opção assinaladas, o desencadeamento de processos participativos (educativos) com adultos, utilizando de técnicas de dinâmica de grupos⁷² e aprendizagem vivencial, reforçaria uma comunicação mais fluente entre os grupos locais e mediadores do processo (organizações-ponte ou gestores). Reside, assim, uma fundamental contribuição da dinâmica dos grupos, normalmente não empregada nos processos que envolvem o encontro de diferentes stakeholders⁷³ para pensar a gestão dos recursos naturais. Tais processos,

⁷² Historicamente a dinâmica dos grupos surge, nos Estados Unidos, no fim da década de 30. Sua origem está ligada, sobretudo, a Kurt Lewin (1890-1947), um psicólogo alemão. Este popularizou a expressão dinâmica de grupo e fez significativas contribuições trabalhando com sua equipe e com estudantes desenvolvendo a ideia de que o treino das capacidades em relações humanas era um importante, mas esquecido tipo de educação na sociedade moderna. A partir das experiências do então chamado T-group (T, significando "training") realizado em 1947 depois da morte de Lewin, a dinâmica de grupo foi sendo configurada pela convergência de várias influências, sendo aqui de grande relevância a experiência do humanista Carl Rogers com os grupos de encontro (ROGERS, 1994), Will Shultz (SHULTZ, 1974, 1996).

⁷³ Stakeholders é uma pessoa, organização ou grupo com interesses nos assuntos ou recursos. Inclui pessoas com poder para controlar o uso e a gestão dos recursos e aquelas com nenhum poder ou influência de quem os meios de subsistência são afetados pela mudança do uso ou gestão os recursos. Eles variam no grau de influência e importância e podem ser categorizados de acordo com o grau de influência ou importância para o sucesso da gestão ambiental (BROWN et al., 2002). Em síntese, stakeholders são os atores sociais envolvidos: indivíduos ou grupos, incluindo instituições governamentais e não governamentais, comunidades tradicionais, universidades, instituições de pesquisa, agências de desenvolvimento, bancos, e financiadores que manifestam algum tipo de interesse ou alguma reivindicação no processo de apropriação e gestão dos recursos naturais (VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005).

normalmente não estão inseridos num programa de educação continuada que vise um processo mediado com frequência pré-estipulada e acordada com os participantes. O contrato psicológico normalmente não fica claro e a rotatividade de pessoas torna-se uma frequência.

Nas vertentes institucionalizadas da EA, observa-se a proposição aleatória e arbitrária que resulta dos processos de licenciamentos, com listagens de programas (nos quais inclui-se a EA), que pouco ou nada consideram as demandas sociais ou construções realmente participativas. Outras políticas, como a confecção do Zoneamento Ecológico Econômico (previsto no GERCO) também alimentam as dicotomias com falsos anseios de participação, seja nos conselhos ou nos planos de ação e gestão instituídos.

O papel do mediador (daqueles agentes ambientais, servidores públicos, pesquisadores, militantes), fundamental na condução dos processos, é exercido de forma distante das proposições de Moscovici (2010), desenhados para ajudar a abrir canais de comunicação entre os aprendizes, conduzir treinamento e habilidades para utilizar a experiência de outras pessoas com recursos de aprendizagem, em envolver os aprendizes nos principais aspectos do processo de aprendizagem, tais como diagnóstico de carências/interesses, planejamento de atividades, participação no processo e avaliação dos resultados.

O papel das organizações-ponte apresenta-se como um potencial, pois pode mobilizar a atuação qualificada de outras organizações ou diretamente junto aos comunitários. No escopo do território estudado, ação ligada ao autorreconhecimento seria condição preliminar, a fim de garantir acesso às políticas relacionadas às populações e comunidades tradicionais. Nessa esfera, limiar delicado se apresenta, considerando a necessidade de ação coletiva formal, mas que não poderia agravar as desigualdades intra-grupo, ou, em outra via, não significar a sua anulação.

Cita-se nessa linha os artigos 8, 10 e 12 da Convenção da Diversidade Biológica⁷⁴, como roupagem importante enquanto diretriz de ação:

Artigo 8 - j) Em conformidade com sua legislação nacional, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas;

⁷⁴ Promulgada pelo Decreto 2.519/1998 (BRASIL, 1998).

e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas.

Artigo 10 - c) Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável.

Artigo 12 - a) Estabelecer e manter programas de educação e treinamento científico e técnico sobre medidas para a identificação, conservação e utilização sustentável da diversidade biológica e seus componentes, e proporcionar apoio a esses programas de educação e treinamento destinados às necessidades específicas de países em desenvolvimento.

Uma síntese de alguns fatores são apresentados, com o objetivo de compor caminhos para educação ambiental e sua relação com o estabelecimento de políticas de conservação e desenvolvimento para o território Acaraí. Os fatores devem ser considerados numa agenda conciliada entre pesquisa, extensão e educação, articulados entre organizações-ponte e organizações que operam no nível local e os comunitários. Ao mesmo tempo, são fatores que devem ser pensados e articulados nas diferentes fases das políticas ambientais, a exemplo das políticas ambientais de licenciamentos com grande potencial de erodir os modos de vida identificados.

Um passo zero dos fatores listados, compõe, sem hesitação, a definição e deliberação dos comunitários das suas prioridades e rotas. Sem qualquer pretensão de “cartilhar” as proposições, uma listagem está desenhada para traduzir a diagnose realizada. Sem pretensões, as sugestões que seguem podem ser incorporadas em outros contextos, especialmente para estabelecer estratégias renovadas dos superados programas de EA que insistem em aparecer nos estudos vinculados aos licenciamentos ambientais, nos planos de gestão de UC, nas iniciativas de pesquisa universitária, etc. A síntese não está ordenada por prioridades, visto que precisam ser observadas na horizontalidade, na inter-relação e na prioridade dada pelos grupos e sujeitos do processo.

i) Questões de gênero - abordagem que incorpore o reconhecimento, valorização e auto estima das mulheres. Embora exista a participação das mulheres nas atividades produtivas, a aproximação com as mulheres tem potencial de ocorrer não somente pelo viés produtivo, mas de outros componentes que configuram as dimensões individuais e de identidade enquanto sujeito e grupo.

ii) Redes de parentesco e relações identitárias - diferentes identidades compõem o território imersas em complexas redes de parentesco que precisam ser consideradas para uma atuação qualificada que objetiva discutir políticas públicas. A formalidade explícita do autorreconhecimento exige a articulação entre organizações e os grupos para compor uma agenda comum. Ações de informação sobre a política, suas implicações e consequências (positivas e negativas) representam importante passo na direção do autorreconhecimento. O INCRA aguarda motivações para dar seguimento aos processos formais. No entanto, motivações outras, no nível local precisam ser desenhadas para deflagração do processo. O INCRA, por sua vez, se ausenta da função informativa/educativa, limitando a sequência do processo formal vinculado ao autorreconhecimento.

iii) Unidade familiar - pesquisas direcionadas para compreender as limitações financeiras e físicas dos indivíduos e famílias, fundamentando o desenho correto das políticas de desenvolvimento associadas (de saúde, de educação, de capital físico e financeiro). Associar à leitura dos ativos físicos e financeiros os critérios de sustentabilidade poderia reduzir o contexto de vulnerabilidade.

iv) Crianças e Jovens - formação de crianças e jovens para uma compreensão lúcida da história comunitária (formação das territorialidades), do patrimônio imaterial e dos saberes associados. A continuidade nas atividades produtivas (pesca e extrativismo) pode ser assumida como uma oportunidade e não como um refúgio. As limitações em capital físico e financeiro podem ser retro-alimentadas pelos ativos humanos e sociais, reconfigurando as estratégias e favorecendo uma nova perspectiva para o território.

v) Cursos - realizados sobretudo com as organizações/instituições com atuação no nível local para aproximação das realidades. Demandas de cursos, treinamentos e capacitações podem ser desenhados com a aproximação da comunidade. Cursos vinculados à mediação de grupos para agentes governamentais, estudantes e militantes pode ser condição para o estabelecimento de espaços coletivos qualificados de tomada de decisão.

vi) Nível local x Nível externo - análise dos fatores externos com relação direta no nível local. Compreensão do significado do aporte das atividades externas e sua leitura crítica para o estabelecimento das políticas públicas. Balanço que decorre da interpretação

crítica da participação em circuitos externos. A não exclusividade das atividades tradicionais deve ser avaliada com cautela - como causa e consequência das estratégias atuais de modos de vida. O estado dos recursos naturais e a condição da gestão dos recursos migratórios são fatores a serem abordados em outras escalas de atuação.

vii) Visão não setorial de atuação - a perspectiva não setorial de atuação envolve pensar não somente as políticas setoriais, mas também as pesquisas individualizadas que não se constituem transversais no distintos elementos que compõem o território. As informações setoriais se não forem articuladas para construção de um cenário territorial podem ser falhas em um contexto de diversificação do sustento. Considerando que diversos meios de subsistência são fundamentalmente inter-setoriais, eles assumem uma homogeneidade na dependência de demanda ou de acesso a um recurso que raramente corresponde a variações nas prioridades de subsistência subjacentes. Também incorporam noções de exclusão do território que inibem a flexibilidade e criação de barreiras para a capacidade dos usuários novos, ou diferentes, para acessar os recursos (ELLIS; ALLISON, 2004). Dessa forma, obriga a compreender a sustentabilidade do sistema socioecológico e, coerentemente, incorporar as ligações desses sistemas a outros níveis (para cima e para baixo), outros setores e escalas, e de um território que é traduzido por diferentes variáveis (natureza transescalar). A busca de instituições flexíveis pode ser uma oportunidade para enfrentar o problema da diversidade inter-setorial que, na verdade, caracteriza a vida das pessoas.

viii) Fóruns - empoderamento e organização dos grupos no nível local, conciliando interesses e objetivos de diferentes atores no nível local para depois conciliá-los em espaços de tomada de decisão. Papel da EA pode ser fundamental para articular os grupos e promover espaços de diálogo na comunidade, divulgar informações e promover o empoderamento dos grupos marginalizados. O estabelecimento de convergências e pontos comuns de pauta podem fortalecer o diálogo de saberes no nível local e na esfera transescalar.

ix) Espaços de tomada de decisão - os espaços dos conselhos (de UC, de MA, etc.) podem ser uma importante frente de atuação de educadores ambientais, tencionando a promoção do diálogo de saberes entre as diferentes instituições que os compõem.

x) Monitoramento Participativo - o monitoramento participativo se assinala como importante ferramenta para considerar as transformações (movimentos) do território. Os programas de monitoramento desenhados para incluir diferentes variáveis no acompanhamento sistemático, dos recursos naturais ao patrimônio imaterial, pode alcançar importantes mecanismos de aprendizagem. A inclusão da avaliação das perdas dos espaços territoriais e sua recuperação, juntamente com o indicadores socioeconômicos podem proporcionar a construção de informação e conhecimento por meio do levantamento de dados sistemáticos, com a participação dos comunitários. Nesse prisma, os programas de monitoramento podem avaliar e assegurar a viabilidade, em longo prazo, dos meios de subsistência com a construção de conhecimento partilhados pelos comunitários.

A aprendizagem adaptativa, integrada na conservação, no discurso e prática do desenvolvimento favorece que as iniciativas fracassadas não sejam repetidas e os sucessos reconhecidos (BENNETT; DEARDEN, 2014). Segundo os autores, os programas de conservação e de desenvolvimento devem atender às necessidades de grupos potencialmente marginalizados, utilizando os processos participativos como antídoto para ações top-down de desenvolvimento, facilitando a co-aprendizagem, a construção de consenso, a capacitação e mobilização local.

Alguns benefícios e limitações são identificados. Como benefícios, o tamanho compacto dos recursos (floresta, estuário), dos grupos (número não expressivo de usuários) e baixos níveis de mobilidade dos recursos (nem todos os recursos pesqueiros são migratórios e o componente florestal favorece outras dinâmicas) podem contribuir na interdependência entre os grupos e sua coesão, na legalização das atividades e em programas de pesquisa-educação. Como limitações, três fatores são preponderantes. A falta de fontes de financiamento isentas, capazes de promover programas de pesquisa e educação incorporando os fatores anteriormente listados, pode limitar a continuidade e a estruturação de programas de longo prazo para atingir todas as variáveis envolvidas. Na contracorrente, outros incentivos financeiros, via compensação ambiental, podem fortalecer a estruturação de programas que considerem variáveis distintas das que foram anteriormente indicadas, desmobilizando o que já é frágil e invisibilizando o que está desenhado como potencial. Uma segunda limitação

envolve a ausência de coletivos de pesquisa ou presença fragmentada de pesquisadores que podem desarticular os grupos, dependendo do marco epistêmico adotado. A atuação em rede com potencial para construir identidades associadas não enlaçaram ainda o território estudado. Como terceira limitação têm-se a necessidade urgente de constituir lideranças bem preparadas para lidar nos enfrentamentos dos processos de licenciamento ambiental e da gestão da Unidade de Conservação. Essa preparação se constitui, muitas vezes, num intervalo temporal superior à capacidade de organização e de articulação do setor produtivo e governamental, criando um abismo na conciliação de demandas. Somado a isso, as ausentes iniciativas de renovar as dimensões pessoais, profissionais e institucionais dos órgãos de gestão envolvidos caracterizam um difícil alcance de territórios sustentáveis.

A postura crítica da educação ambiental ou dos sujeitos educadores opera em solo comum, de natureza conflituosa. No prisma da educação ambiental crítica, as relações indivíduos-sociedade só fazem sentido se pensadas em relação e numa proposição responsável consigo, com os outros e com o ambiente, “sem dicotomia e/ou hierarquizar essas dimensões da ação humana” (CARVALHO, 2004, p. 20).

Ecoando Sousa Santos (2006), reflexões da primeira dimensão ficam registradas: em que medida nós, como pesquisadores ou profissionais com atuação em “meio ambiente” - relacionada à natureza, à sociedade e suas interrelações, reforçamos a lógica ou nos colocamos numa postura de enfrentamento e desviar o conformismo? Incorporar no olhar a existência de formações sociais distintas, nas quais a relação entre a natureza-sociedade tem potencial de ser distinta daquelas que nós mesmos assumimos em nossas vidas, parece ser um passo fundamental para a construção de territórios sustentáveis.

(...) perdemos a capacidade de raiva e de espanto perante o realismo grotesco do que se aceita só porque existe, perdemos a vontade do sacrifício. Para recuperar uma e outra há que reinventar o passado como negatividade, produto da iniciativa humana, e, com base nele, construir interrogações poderosas e tomadas de posição apaixonadas capazes de sentidos inesgotáveis. (SOUSA SANTOS, 2006, p.83)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecer considerações finais apresenta-se como um esforço de síntese. Algumas relações foram construídas nos capítulos anteriores e revelaram as histórias, as memórias, as características dos grupos e a diversidade de estratégias vivenciadas no território e que expressam suas territorialidades. Consciente de que outras inúmeras relações são possíveis, pretendo, assim, destacar alguns pressupostos que desenham a problemática associada à criação de unidades de conservação no litoral catarinense, fruto de políticas ambientais de licenciamento e que afetam territórios ocupados tradicionalmente. E que afetam pessoas, afetam histórias, afetam sonhos e anseios. Afetam vidas e seus modos de vida tão dinâmicos.

Não obstante a esse recorte, os pressupostos resultam da experiência do particular, de um estudo de caso e pretendem, modestamente, não generalizar, mas refletir de algum modo sobre a realidade política descompassada que incide na zona costeira catarinense. Desenhado a partir da leitura territorial com os grupos, tendências foram observadas e auxiliam a direcionar a posição da educação ambiental para renovar as perspectivas de gestão e desenvolvimento dos territórios.

i) A reconstrução da trajetória de desenvolvimento e a mobilização das técnicas utilizadas possibilitou refletir sobre os encontros e desencontros de uma pesquisa que assume não existir apenas uma forma de conhecimento, cujas questões sociais e ecológicas estão imbricadas. O princípio estruturante da pesquisa foi o de dar voz aos sujeitos rompendo com a dicotomia sujeito e objeto, em norma de uma suposta objetividade herdada de cientificismo positivista das ciências naturais. A subjetividade restabeleceu a memória coletiva das comunidades e foi basal para compreensão à luz do modelo de análise selecionado;

ii) A perspectiva não setorial e a contribuição histórica da abordagem proporcionou uma compreensão ampliada das territorialidades e modos de vida, para além das atividades produtivas, com grande contribuição do patrimônio imaterial. Permitiu, assim,

compreender não somente a dimensão do território pelas práticas produtivas, mas também pelas relações simbólicas que nele coexistem. Esse olhar auxiliou não somente o desenho da pesquisa mas pode também ser vislumbrado na fronteira entre ela e a construção de políticas;

iii) A aproximação das dinâmicas que envolvem o território tradicionalmente ocupado direciona uma reflexão importante de que o autorreconhecimento passe também pela incorporação de suas realidades por outros setores da sociedade, podendo a pesquisa desempenhar papel importante nesse clareamento, haja vista o contexto de negação dos direitos desses grupos. Retratar os modos de vida, os diferentes ativos que o compõem e sua relação com o contexto das políticas incidentes, complexifica o olhar e, de forma crítica, pontua a necessidade de uma atuação coordenada entre diferentes instituições que operam no nível local e a comunidade;

iv) A compreensão do “Território Acaraí” permitiu identificar a formação de grupos sociais de origens étnicas distintas. Enquanto abordagem analítica, favoreceu o reconhecimento das mudanças, trazendo à tona a perspectiva de movimento e adaptação das comunidades tradicionais. A memória do território e o sistema de conhecimento reafirmou as perspectivas da sua dinâmica, afastando as categorias de um passado romantizado ou estático que não traduz o que representa e constitui um território tradicionalmente ocupado.

v) A presença dos afrodescendentes, dos colonos brancos e das populações miscigenadas derivadas é de suma importância para mostrar o caráter variado das populações envolvidas dentro de uma miscigenação cultural que configura a sociobiodiversidade da zona costeira. O processo de escravidão de famílias que viveram no território está salientado e criam situações de notória injustiça ambiental que se perpetuam pela assimetria de poder gerada pelo estabelecimento ou negação de políticas públicas.

vi) O foco nas territorialidades contribuiu para compreender as dimensões humanas das áreas marinhas protegidas. Ela oferece subsídios para um melhor planejamento do desenho e criação dos instrumentos de gestão de recursos naturais. Como categoria correlata, as políticas ambientais de licenciamento ambiental constitui fator central para

pensar os modos de vida, uma vez que se aprofunda em tendência negativa para o estabelecimento dos modos de vida. As compensações ambientais, oriundas do modelo de desenvolvimento incentivador de grandes empreendimentos na zona costeira, injetam recursos e fortalecem um modelo que dicotomiza e fragiliza os ativos presentes nos territórios tradicionais;

vii) Este trabalho demonstrou que a categoria de unidade de conservação escolhida diverge da dinâmica local, constituindo como um vetor de ameaça e obstáculo para manutenção do Território Acaará, persistindo a leitura preservacionista de exclusão da presença humana das áreas protegidas. E mesmo após 15 anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC, não há clareza conceitual e operacional sobre como conduzir, de maneira digna, contextos no qual coexiste a presença de populações tradicionais. O judiciário e os atores que o constituem, mesmo com potencial para atuar como organizações-ponte, têm do mesmo modo que os órgãos ambientais, reafirmado, via judicialização, um modelo de distanciamento e de centralização da gestão e tomada de decisão;

viii) No cenário atual, no qual a presença de UC de Proteção Integral se consolida, a sustentabilidade do Território Acaará fica fortemente dependente da habilidade das comunidades tradicionais em aumentar sua capacidade de atuar nas arenas políticas de gestão ambiental e desenvolvimento regional. Repensar o desenvolvimento, a partir do Território Acaará, em curto prazo, deverá passar por novos processos de judicialização e/ou de atuação de organizações-ponte, como forma proativa de enfrentar as adversidades do modelo econômico imposto. O papel da Educação Ambiental, se assinala como caminho de renovação possível.

ix) As famílias que constituem a comunidade mostram íntima relação com os recursos naturais, cuja sustentabilidade esteve enraizada nas práticas e modos de vida. O SNUC abre possibilidades para outras categorias de unidades de conservação, permitindo a manutenção desses grupos. Uma possível transição, para além da capacidade de organização e articulação política das comunidades, depende de uma nova visão de governança no Estado, ainda centrada em priorizar as dimensões econômicas, em detrimento dos direitos multiculturais.

x) A diversificação compõe o repertório das estratégias dos modos de vida. As atividades não tradicionais foram incorporadas, em maior e menor grau, ao longo da trajetória de desenvolvimento e também constituem o cenário atual. O contexto da Unidade de Conservação tem grande potencial para erodir os modos de vida, uma vez que consolida as dicotomias e não se insere para observar a inter-relação dos ativos que garantiram a sustentabilidade do território por gerações. Sectariza os ativos, ou seja, reconhece os ativos naturais, mas omite sua relação com os ativos humanos e sociais como condição sine qua non da sustentabilidade. A diversificação ampliou as opções das pessoas, configurando novas habilidades e experiências ao longo da trajetória de desenvolvimento. No entanto, elas precisam ser compreendidas no tensionamento desenhado pelo cenário atual, na qual a migração para outras atividades não tradicionais pode passar a ser permanente, em vez de aleatória. Esse padrão exige o acompanhamento, considerando os ativos e o contexto de vulnerabilidade identificados. As relações socioecológicas dinâmicas envolvem complexos ciclos de mudança e resiliência aos conflitos e novas dificuldades que se apresentam;

xi) O contexto político e os processos associados à criação e gestão de unidades de conservação contornam a educação ambiental como um elemento em potencial para construir com os atores interessados suas próprias rotas. A construção perpassa a um conjunto de estratégias transversais, mobilizando instituições formais e comunidade para fortalecer a autonomia. Pesquisa e educação, entrelaçadas, podem permitir bases mais sólidas para atuação integrada no território. A atuação em rede e em coletivos acomodaria melhor as diferentes perspectivas a serem tratadas com os grupos que compõem o território.

xii) As generalizações em realidades que combinam territórios tradicionais e áreas marinhas protegidas devem ser vistas com cuidado e não parecem ser aplicáveis. Na tentativa de universalizar o particular, princípios podem ser extraídos para compor as políticas ambientais, pretendendo, assim, reduzir os abismos existentes entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento. O Estado precisa reconhecer minimamente os direitos dos grupos, mas no caso em comento, as instituições vinculadas aos direitos multiculturais atuam de forma fragmentada, com incipiente papel na informação dos sujeitos interessados. Em outra via, as instituições vinculadas às políticas

ambientais reforçam as dicotomias quando não são flexíveis em incorporar e conciliar os diferentes direitos fundamentais. A Unidade de Conservação, nessa via, poderia ser instrumento de gestão não apartada da justiça social. Mudanças no SNUC poderiam ser modeladas, considerando as engessadas normativas do licenciamento, no que tange os direitos multiculturais e flexíveis demais na esfera em que deveriam controlar. Os estudos que embasam os empreendimentos de significativo efeito e àqueles que embasam a criação as Unidades de Conservação poderiam incorporar as interfaces aqui desenhadas. As possibilidades de encontrar ambientes com aspectos ecológicos de alta relevância e com potencial para criação de UCs de Proteção Integral, desassociado da presença de grupos que ocuparam esses espaços de forma tradicional, são improváveis para o contexto do litoral catarinense, exigindo um novo olhar para operacionalizar o SNUC.

Por fim, as transformações sociais e ecológicas da zona costeira, bem como o modelo de desenvolvimento instituído afetam a sustentabilidade dos recursos naturais e a manutenção dos modos de vida das comunidades tradicionais, tendo em vista o comprometimento dos recursos naturais e a desvalorização dos componentes histórico-culturais. A diversificação dos modos de vida, historicamente utilizados nos territórios tradicionalmente ocupados, constituem-se como importantes fatores para garantir a sustentabilidade, mas têm sido desconsiderados e, sobretudo, alterados com transformações significativas nos elementos que o constituem.

A estrutura e funcionamento adotados na criação e implementação de unidades de conservação no litoral catarinense, especialmente àquelas vinculadas aos processos de licenciamento, não consideram a diversidade desses modos de vida e, conseqüentemente, não promovem oportunidades para melhoria das condições socioeconômicas das comunidades tradicionais, seu sistema de conhecimento. Tornam, assim, incompatível a operação das políticas públicas de conservação e desenvolvimento. A gestão das Unidades de Conservação não proporciona ambiente institucional que considera os saberes acumulados das comunidades tradicionais e as dimensões do território, desagregando e tornando incompatível a conciliação entre as políticas públicas.

A compreensão da trajetória de desenvolvimento emoldura-se como importante estratégia para aproximar pesquisadores e gestores dos elementos que constituem o território (memórias, saberes, estratégias adaptativas) e, conseqüentemente, dos elementos

em potencial e limitadores para constituir estratégias de desenvolvimento territorial e gestão para o território.

8. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M. y NIEMAN, G. (orgs.) *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*. Buenos Aires: Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad - CICCUS, 2006. p.51-71.
- ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental. In: FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio (org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005, p.217-228.
- AGRAWAL, Arun. Common Resources and Institutional Sustainability. In: OSTROM, Elinor et al.(ed). *The drama of the commons. Committee on the Human Dimensions of Global Change*. Washington: NATIONAL ACADEMY PRESS. p.41-86, 2002.
- ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C. L.; MORELLI, G. (Org.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégias de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 23-64.
- ALCALÁ, A. Andragogía. Libro guía de estudio. Caracas, Venezuela, 1999.
- ALLISON, Edward H; BADJECK, Marie-Caroline. Livelihoods, local knowledge and the integration of economic development and conservation concerns in the Lower Tana River Basin. *Hydrobiologia*, 527:19–23, 2004.
- ALLISON, Edwar. H.; ELLIS, Frank. The livelihoods approach and management of small-scale fisheries. *Marine Policy*, v. 25, n. 5, p. 377–388, set. 2001.
- ALLISON, Edward. H.; HOREMANS, Benoit. Putting the principles of the Sustainable Livelihoods Approach into fisheries development policy and practice. *Marine Policy*, v. 30, n. 6, p. 757–766. 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Apresentação. In: FARIAS JUNIOR, Emmanuel de A. *Rio dos pretos ao quilombo Tambor*. Manaus: UEA Edições, 2013.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. As populações remanescentes de quilombos. Direitos do passado ou garantia para o futuro? In: Aurélio Virgílio Veiga Rios. (Org.). *Seminário Internacional: as Minorias e o Direito*. Brasília: CEJF, 2002, v. 24, p. 244-255. Disponível em: http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/as-populacoes-remanescentes-de-quilombos-direitos-do-passado-ou-garantia-para-o-futuro. Consulta em 04/11/2014.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas*. 1o vol. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas – UEA /Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia/

Fundação Ford / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios E Territorialidades Específicas Na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, 2012.

ALMUDI, Tiago; KALIKOSKI, Daniela C. Homem e “natureza” em um parque nacional do sul do Brasil: meios de vida e conflitos nos arredores da Lagoa do Peixe. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 20, p. 47-57. 2009.

ALMUDI, Tiago; KALIKOSKI, Daniela C. Traditional fisherfolk and no-take protected areas: The Peixe Lagoon National Park dilemma. *Ocean & Coastal Management*, v. 53, n. 5-6, p. 225–233, 2010.

ANDION, Carolina. Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: Os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGREGO. 2007. 427f. Tese de Doutorado Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas/ Doutorado Sociedade e Meio Ambiente, UFSC, Florianópolis, 2007.

ARMITAGE, Derek et al. Adaptive co-management for social–ecological complexity. *Frontiers in Ecology and Environment*; 7(2): 95–102.2009.

ARMITAGE, Derek. Building resilient livelihoods through adaptive co-management: the role of adaptive capacity. In: Armitage, Derek, Berkes, F. Doubleday, N. Adaptive Co-management. colaborandon, learning, and multi-level governance. Vancouver, UBCPress. p. 62-82. 2007.

ARMITAGE, Derek; Berkes, Fikret; Doubleday, Nancy. Introduction: Moving beyond co-management. In: Armitage, Derek, Berkes, F. Doubleday, N. Adaptive Co-management. colaborandon, learning, and multi-level governance. Vancouver, UBCPress. 2007.

BALDAUF, Cristina. Geração de renda em áreas de Mata Atlântica: a experiência do manejo sustentável da samambaia-preta. In: *Ciência, tecnologia e inclusão social para o Mercosul: edição 2006 do prêmio Mercosul de Ciência e Tecnologia – Brasília: Unesco, RegyT/ Mercosul, MCT, MBC, Petrobras*, 2007. p 41-65.

BENNETT, Nathan James; DEARDEN, Philip. From measuring outcomes to providing inputs: Governance, management, and local development for more effective marine protected areas. *Marine Policy*, 50, p. 96–110. 2014.

BERKES, Fikret. e FOLKE, Carl. Linking social and ecological systems: management practices and social mechanisms for building resilience. Cambridge (UK): Cambridge University Press. 1998.

BERKES, Fikret. FEENY, D.; MCCAY, B.J; ACHESON, J.M. The benefit of the commons. *Ambio*. 340, p. 91-93. 1989.

BERKES, Fikret. Rethinking community-based conservation. *Conservation Biology*, v. 18, n. 3, p. 621–630, jun. 2004.

BERKES, Fikret. *Sacred Ecology*. Tradução. 2. ed. New York: Routledge, 2008.

- BERKES, Fikret. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: VIEIRA, P.F.; BERKES, F.; SEIXAS, C.S. Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED. 2005, 45-72p.
- BERKES, Fikret; COLDING, Johan; FOLKE, Carl; Navigating social-ecological systems: building resilience for complexity and change. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2003.
- BERKES, Fikret. Rethinking community-based conservation. *Conservation Biology*. 18:621-30. 2004.
- BLOEMER, N.M.S. e MENDES, Isackson L.C. Os Guarani da aldeia Conquista (SC): representações e práticas sociais em relação ao poder local e ao processo político eleitoral brasileiro. *CADERNOS DO CEOM – Chapecó: Argos*, n. 29. 2008. P.132-163.
- BONATTI, S. Entre o passado e o futuro: a reprodução social da pesca artesanal em Armação do Itapocorói, Penha (SC). Monografia (Graduação em Ciências Sociais), Universidade do Vale do Itajaí. 119 f. 2005.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. 15a Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.
- BRASIL. Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Código Florestal.
- BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- BROWN, K.; TOMPKINS, E.L. ADEGER, W.N. Making Waves: Integrating Coastal Conservation and Development. Londres: Earthscan Publications Ltda, 2a edição, 2002.
- BUNCE, L. et al. Socioeconomic manual for coral reef management. Tradução. Townsville: Australian Institute of Marine Science, 2000.
- CARRIERE, Jean Paul; CAZELA, Ademir. A. Abordagem Introdutória ao conceito de Desenvolvimento Territorial. *ELSFORIA*, Florianópolis, v.4, n.especial, p.23-47, dez.2006.
- CARVALHO, Isabel, C.M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYARGUES, Philippe P. (coord.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p.13-24, 2004.
- CASH, David; ADGER, W. Neil; BERKES, Fikret et al. Scale and cross-scale dynamics: governance and information in a multilevel world. *Ecology and Society*, Nova Escócia, 11(2):8, 2006. Disponível em <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss2/art8/>.

- CAZELLA, Ademir A. Contribuições metodológicas da sócio-antropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. EISFORIA, Florianópolis, v.4, n.especial, p.225-247, dez.2006.
- CAZELLA, Ademir. BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade Da Agricultura Familiar No Brasil E O Enfoque Da Pesquisa. In: Cazella, A. Bonnal, Philippe; Maluf, Renato S. (Orgs) Agricultura Familiar. Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 47-70.
- CHAMBERS, Robert. Editorial: Responsible Well-Being - A Personal Agenda for Development. World Development, Vol. 25, No 11, pp 1743-1754, 1997.
- CHAMBERS, Robert. Poverty and livelihoods: whose reality counts? Environment and Urbanization, Londres, Vol. 7, No. 1, 173-204, April 1995.
- CHAMBERS, Robert; CONWAY, Gordon. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. IDS Discussion paper 296, 1991.
- CHAUI, Marilena de Souza. Prefácio Os Trabalhos da Memória. In: BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. 15a Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.
- COLBY, Michael E. 1989. The evolution of paradigms of environmental management in development. New York: The World Bank.
- CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. 2a Ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. Transdisciplinaridade. São Paulo: Palas Athenas, 1997.
- DANSEREAU, Pierre. Introdução: a ética ecológica e a educação para o desenvolvimento sustentável. In: VIEIRA, Paulo F. V.; RIBEIRO, Mauricio A. Ecologia Humana, Ética e Educação: a mensagem de Pierre Dansereau. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1999, p. 19-62.
- DARELLA, Maria Dorothea Post. O re Roipota Yvy Porã “ Nós queremos terra boa” . Territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina – Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Estudos Pós-Graduandos em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004, 405p
- DFID. Department for International Development. Sustainable livelihoods guidance sheets. DFID, London. 2001.
- DIEGUES, A. C. O mito da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Tradicionais e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. In: DIEGUES, A.C. (org.). Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: NUPAUB/USP. 1999.
- DIEGUES, A. C. S. Human populations and coastal wetlands: conservation and management in Brazil. Ocean & Coastal Management, v. 42, n. 2-4, p. 187-210, fev. 1999.
- DIEGUES, A.C. Marine Protected Areas and Artisanal Fisheries in Brazil. Samudra Monographs. Chennai: International Collective in Support of Fishworkers, 2008.

- DIEGUES, A.C.S. Sociobiodiversidade. In: FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio (org.). Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, p.303-312, 2005.
- DIETZ, T.; OSTROM, Elinor; STERN, P.C. The struggle to govern the commons. *Science* 302: 1907-12. 2003.
- ELLIS, Frank; ALLISON, Edward. Livelihood diversification and natural resource access. Overseas Development Group University of East Anglia UK. FAO. Livelihood Support Programme(LSP), 2004.
- FAO. Fisheries management. 4. Marine protected areas and fisheries (FAO, Ed.), 2011.
- FARRINGTON, John et al. Sustainable Livelihoods In Practice: Early Applications of Concepts In Rural Areas. *Natural Resource perspectives*, Number 42, June, 1999.
- FEENY, D.; BERKES, F.; McCAY, B. J.; ACHESON, J. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: Diegues, A.C. e Moreira, A.C.C. (orgs). *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001. 17-42.
- FERROL-SCHULTE, Daniella et al. Sustainable Livelihoods Approach in tropical coastal and marine social– ecological systems: A review. *Marine Policy*, v. 42, n. C, p. 253–258, 1 nov. 2013.
- FLORES, Murilo. Da solidariedade social ao individualismo: Um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha. 2007. 311f. Tese de Doutorado Programa de Pós- graduação em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis, 2007.
- FOLKE, C. et al. The problem of fit between ecosystems and institutions: ten years later. *Ecology and Society*, v. 12, n. 1, p. 38, 2007.
- FOPPA, Carina C. A contribuição da Dinâmica dos Grupos para a gestão dos recursos naturais. Especialização em Dinâmicas de Grupos. SBDG – Caderno 141. Sociedade Brasileira de Dinâmicas de Grupos. 2011.
- FOPPA, C.C. Comunidades pesqueiras e a construção de territórios sustentáveis na zona costeira: uma leitura a partir da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava em Balneário Camboriú/SC. 2009. Dissertação (mestrado) Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis.
- FOPPA, Carina Catiana; BONATTI, Siara; MEDEIROS, Rodrigo Pereira; BORGONHA, Maira. Monitoramento participativo da pesca artesanal marinha do estado de Santa Catarina: desafios sociopolíticos. In: V SIMPÓSIO BRASILEIRO DE OCEANOGRAFIA, Santos-SP, 2011.
- FOPPA, Carina Catiana; MEDEIROS, Rodrigo Pereira. A construção de territórios sustentáveis na zona costeira: a criação e gestão de unidades de conservação. *Anais Congresso Brasileiro de Oceanografia*, 2012.

- FOPPA, Carina Catiana; MEDEIROS, Rodrigo Pereira. Nosso Acaraí. Dinâmica socioecológica e relações territoriais das populações tradicionais da área de entorno do Rio Acaraí, município de São Francisco (SC). Relatório técnico apresentado aos autos da Ação Civil Pública Número: 061.07.009145-6. Ministério Público Estadual/FATMA. Itajaí: UNIVALI. 2011. p. 157.
- FREIRE, Paulo; SHOR, I. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FREITAS, Rodrigo R. Implicações De Políticas De Conservação E Desenvolvimento Na Pesca Artesanal Costeira Em Uma Área Marinha Protegida Da Baía Da Ilha Grande. 2014. Tese de Doutorado apresentada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais e ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/NEPAM/UNICAMP, Campinas.
- GIARETTA, Juliana B. Z.; FERNANDES, Valdir; PHILIPPI JR; Arlindo. Desafios e Condicionantes da Participação Social na Gestão Ambiental Municipal no Brasil. O&S - Salvador, V.19 - N.62, P. 527-548, 2012.
- GODBOUT, J.T. (Caillé, A. – colaborador). O espírito da dádiva. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1999. 272p.
- GUNDERSON, Lance H.; HOLLING, Crawford S.; LIGHT, S.S. (Eds.). Barriers and bridges to the renewal of ecosystems and institutions. New York: Columbia University Press. 1995.
- GUNDERSON, Lance. H; HOLLING, Crawford S. (eds.) Panarchy. Understanding transformations in human and natural systems. Washington: Island Press. 2002.
- HAGUETTE, T. M.F. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 7a ed,
- HAGUETTE, Teresa M.F. Metodologias Qualitativas na Sociologia. 7a ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. Science, v. 62, p. 1243–1248, 13 dez. 1968.
- HOLLING, C.S. Foreword: the backloop to sustainability. In: Berkes, F.; Colding, J. e Folke, C. (Eds.) Navigating social-ecological systems. Building resilience for complexity and change. Cambridge: Cambridge University Press, p.xv-xxi. 2003.
- HOLLING, Crawford S., BERKES, Fikret e FOLKE, Carl. Science, sustainability and resource management. In: Fikret Berkes e Carl Folke. Linking Social and Ecological Systems: management practices and Social Mechanisms for building resilience. Cambridge University Press, p. 342-361, 1998.
- JOHNSON, Craig. Rules, norms and the pursuit of sustainable livelihoods. IDS Working Paper 52, Brighton: IDS, 1997.
- KALIKOSKI, Daniela. C. Áreas Marinhas Protegidas Conservação e Justiça Social: Considerações à luz da Teoria dos Comuns. In: Prates, A. P. (Coordenação). Áreas Aquáticas Protegidas como Instrumento de Gestão Pesqueira. Série Áreas Protegidas do Brasil, 4. Edição: Equipe do Núcleo da Zona Costeira e Marinha. Ministério do Meio Ambiente, Brasil,

2007.

KALIKOSKI, Daniela C.; SEIXAS, Cristiana S. ALMUDI, Tiago. Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. *Ambiente e Sociedade*, vol.12, n.1, pp. 151-172 . 2009

KNUTSSON, Per. The sustainable livelihoods approach: A framework for knowledge integration assessment. *Human ecology review*, v. 13, n. 1, p. 90–99, 2006.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: Burke, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Editora da Universidade Estadual Paulista. 1992. p.133/161.

LITTLE, P. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global Campo Grande: *Tellus*, ano 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002a

LITTLE, P. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por Uma Antropologia da Territorialidade. *Série Antropologia* - 322, 2002b.

LOUREIRO, C.F.B. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYARGUES, Philippe P. (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p.65-84, 2004.

MACEDO, Heitor S. Processos participativos na gestão de áreas protegidas: estudos de caso em unidades de conservação de uso sustentável da zona costeira do Sul do Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Departamento de Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

MACIEL, Débora Alves; KOERNER, Andrei. Sentidos Da Judicialização Da Política: Duas Análises. *Lua Nova*. No 57, p. 113, 134. 2002.

MARIOTTI, Humberto. Prefácio Outro Olhar, outra visão. In: MATURANA, Humberto R. e VARELA, Francisco J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athenas, 2001.

MARQUES, Mel S. Pessoas E Plantas No Entorno De Unidade De Conservação De Proteção Integral: O Caso Do Parque Estadual Acaraí, São Francisco Do Sul, Litoral Norte de SC. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biologia de Fungos, Algas e Plantas do Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MATURANA, Humberto; REZEPKA, Sima N. *Formação Humana e Capacitação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MEDEIROS, Rodrigo Pereira. Possibilidades e obstáculos à co-gestão adaptativa de sistemas pesqueiros artesanais: estudo de caso na área da Baía de Tijucas, litoral centro-norte do estado de Santa Catarina, no período de 2004 a 2008. 337 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política), UFSC, 2009.

MINAYO, M. C.de S. *O desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 7 ed., 2000.

- MINAYO, Maria Cecília de S. O desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 7 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 2000.
- MORIN, E. Ciência com consciência. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005.
- MORSE, Stephen; MCNAMARA, Nora; ACHOLO, Mores. Sustainable livelihood approach: a critical analysis of theory and practice. Geographical Paper, v. 189, p. 1–68, 2009.
- MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento inter pessoal: treinamento em grupo. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 2010.
- NAKAMURA, Elaine M. A Dimensão Alimentar Do Nicho Ecológico De Populações Humanas No Entorno De Unidade De Proteção Integral: O Contexto Do Parque Estadual Acaraí, SC. 2013. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ecologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- NICOLESCU, Basarab. O Manifesto da transdisciplinaridade. São Paulo: TRIOM, 1999.
- O'RIORDAN, Timothy. Environmental science on the move. In: T. O' Riordan. Environmental science for environmental management. Prentice Hall. 2000.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho - Brasília: OIT, 2011, 1 v.
- OLIVEN, Ruben George. O Reconhecimento das Terras Indígenas e dos Remanescentes de Comunidades de Quilombos diz Respeito a toda a Sociedade Brasileira. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.) Laudos periciais antropológicos em debate. Florianópolis: Co-edição NUER/ABA/2005. 288p. p.63-67.
- OSTROM, Elinor. Governing the commons: the evolution of institution for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990.
- OSTROM, Elinor, DIETZ, T., DOLSAK, N., STERN, P. C., STONICH, S. e WEBER, E. U. (eds.). The drama of the commons. Washington, National Academy Press. 2002.
- OSTROM, Elinor. Institutional analysis, Design Principles and Threats to sustainable Community Governance and Management of Commons,. In: Pomeroy (ed.) Community management and common property of coastal fisheries in Asia and the Pacific: concepts, methods and experiences. ICLARM conf. Proc. 45, p.34-50. 1994.
- PINKERTON, Evelin. Toward Specificity in Complexity: Understanding Co-Management from a Social Science Perspective. In: Wilson, D.G., Raakjaer Nielsen, J., Degnbol, P. (Eds.), The Fisheries Co-management Experience: Accomplishments, Challenges and Prospects. Kluwer, Dordrecht. 2003.
- PLUMMER, Ryan; FITZGIBBON, John. Connecting adaptive co-management, social learning, and social capital through theory and practice. In: In: Armitage, Derek, Berkes, F. Doubleday, N. Adaptive Co-management. colaborandon, learning, and multi-level governance. Vancouver, UBCPress. p. 38-61. 2007.

- PRATES, Ana P. Plano nacional de áreas protegidas: o contexto das áreas costeiras e matinha. In: PRATES, A.P.; BLANC, D. (orgs.) Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira. Série Áreas Protegidas do Brasil, 4. p. 17-23. 2007.
- PRINS, G. Historia Oral. In: Burke, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1992. p.163-198.
- PRINS, Gwyn. Historia Oral. In: Burke, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. Editora da Universidade Estadual Paulista. p.163-198. 1992.
- QUEIROZ, H.L. A reserva de desenvolvimento sustentável de Mamirauá. Estudos avançados, v. 19, n. 54, pp. 183-203. 2005.
- QUIVY, R e CAMPENHOUDT, L.V. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 2005.
- RADOMSKI, G. SCHNEIDER, S. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. Sociedade e Estado, v. 22, n. 2, pp. 249-284. 2007.
- REIS, Maria José; BAUERMANN, L.; ANTUNES, C.S. Patrimônio imaterial e agroecologia: os saberes e as práticas agrícolas em Valongo. In: Castells, A.N.G. de; Godoy, C.P. F. De; Rabelo, M.M.; Reis, M.J. (orgs.) Ecos e Imagens do Patrimônio Imaterial. Inventário Nacional de Referências Culturais do Sertão de Valongo. Florianópolis: IPHAN. Ministério da Cultura, 2008. p.139-169.
- ROGERS, Carl Grupos de Encontro. São Paulo: Martins Fontes, 7a Ed., 1994.
- ROSA, Helena. História oral e micro-história: aproximações, limites e possibilidades. IV Encontro Regional Sul de História Oral – Anais Eletrônicos – n1/2007. Disponível em www.cfh.ufsc.br/abho4sul/anais.htm
- SABOURIN, Eric. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. Estudos Sociedade e Agricultura, 16, abril 2001: 37-61.
- SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. RBCS. V.23, n. 66, pp. 131- 138. 2008.
- SABOURIN, Eric. e TEIXEIRA, O. A. Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais. Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Emprapa Informação Tecnológica, 2002.
- SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice. 1986.
- SACHS, Ignacy. Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez. 2007.
- SÁNCHEZ, Luis Enrique – Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos – São Paulo : Oficina de Textos, 2006.

- SANTOS, S.C. Notícia sobre os Carijó. In: SANTOS, Silvio Coelho dos; NACKE, Aneliene; REIS, Maria José. São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville – Bien au-delà du voyage de Gonneville. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004. P.39-47.
- SANTOS, S.C; NACKE, A.; REIS, M J. São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville – Bien au-delà du voyage de Gonneville. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004.
- SERAFINI, Thiago Z. Limites e possibilidades para a construção da gestão compartilhada da pesca marinha-estuarina: estudo de caso do sistema socioecológico pesqueiro da Baía da Babitonga-SC. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba, 2012.
- SCOONES, Ian. Sustainable Rural Livelihoods: A Framework for Analysis“, Working Paper 72, Brighton, UK: Institute for Development Studies. IDS WORKING PAPER 72. (1998)
- SEIXAS, Cristiana S. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. IN: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C.S. Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: Conceitos, Métodos e Experiências. Florianópolis: Editora Secco – APED, 2005, p. 73-105.
- SEIXAS, Cristiana S.; KALIKOSKI, Daniela C. Gestão Participativa da pesca no Brasil: levantamento das iniciativas e documentação dos processos. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.20, p.119-139, 2009.
- SEIXAS, Cristiana S. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. IN: VIEIRA, Paulo F.; BERKES, Fikret; SEIXAS, Cristiana S. Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: Conceitos, Métodos e Experiências. Editora Secco – APED, Florianópolis, 2005, p. 73-105.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SHIRAIISHI NETO, J. Direito dos povos e das comunidades tradicionais do Brasil. Tradução. Manaus: UEA, 2007.
- SHUTZ, Will. O Prazer, Expansão da Consciência Humana. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- SHUTZ, Will. Profunda Simplicidade: Uma Nova consciência do Eu Interior. São Paulo: Ágora, 1996.
- SILVA, D. S. Frechal: Cronologia da vitória de uma comunidade remanescente de quilombo. In: Boletim Informativo NUER/Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas/ Fundação Cultural Palmares. Regulamentação de terras de negros no Brasil. v.1, n.1. 2a Ed. Florianópolis: UFSC, 1997. p.92-95.
- SIMPSON, Murray C. An integrated approach to assess the impacts of tourism on community development and sustainable livelihoods. Community Development Journal Vol 44 No 2 April 2009 pp. 186–208.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. A gramática do tempo: para uma nova cultura política.v. 4. São Paulo: Cortez. 2006.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, Boaventura e MENESES, Maria Paula (orgs.) Epistemologias do Sul. 2a Ed. CES: conhecimento e instituições. 2010.

SUÁREZ, Jorge Eliécer Acosta. O Extrativismo de Samambai-a-Preta: Uma Alternativa De Renda Para Agricultores Familiares da Encosta Da Mata Atlântica No Município De Maquiné (RS). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2005. 197f.

THIAGO, Raquel S. As múltiplas histórias da Ilha e arredores. In: SANTOS, S.C; NACKE, A.; REIS, M J. São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville – Bien au-delà du voyage de Goneville. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004. p. 75 a 118.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

THOMPSON, Paul. A voz do passado. 3a Ed. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

VASCONCELLOS, Marcelo; DIEGUES, Antonio C; SALES, R.R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: Costa, A.L. (org.) Nas redes da pesca artesanal. Brasília: IBAMA, 2007. p.15-83

VEIGA, José Eli. Nem tudo é urbano. Ciência e Cultura, ano 56, n. 2, abr.-jun. 2004, p. 26-29.

VIEIRA, Liszt; CADER, Renato. A política ambiental na década 2002-2012. In: Emir Sader (org.) 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, p. 225-238, 2013.

VIEIRA, Paulo Freire; CAZELLA, Ademir A. Modelo de Análise do projeto de pesquisa Desenvolvimento Territorial Sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos e zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina - Projeto CAPES/COFECUB n. 449/2004. UFSC.

VIEIRA, Paulo F.; CAZELLA, Ademir A.; CERDAN, Claire. 2006. Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. *Eisforia* 4(4): 13-22, 2006.

VIEIRA, Paulo Freire.; CUNHA, I.J. Pós-ácio. Repensando o desenvolvimento catarinense. In: VIEIRA, P.F. (org.). A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento. APED Editora/Florianópolis, 2002. p. 289-310.

VIEIRA, Paulo Freire; BERKES, Fikret; SEIXAS, Cristiana S. Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: Conceitos, Métodos e Experiências. Editora Secco – APED, Florianópolis, 415p. 2005.

VIVACQUA, M. Conflitos socioambientais no litoral de Santa Catarina: o caso da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. 2005.

VIVACQUA, Melissa. Dilemas da conservação e desenvolvimento na gestão compartilhada da pesca artesanal: conflitos e sinergias nos processos de criação de Reservas Extrativistas Marinho-Costeiras em Santa Catarina. 2012. Tese (doutorado) Programa de Pós Graduação em Sociologia Política - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis.

9. APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiros de Entrevistas

1) ENTREVISTA GERAL:

A. Entrevista		
Comunidade:	Data e Hora:	Entrevistador:

B. Caracterização do Entrevistad@	
Característica da residência: () 2ª residência () moradia fixa () outro:	
Nome d@ Entrevistad@:	Idade:
Onde nasceu:	Desde quando mora/ trabalha no local:
Por que veio morar:	
Nome d@ espos@:	Onde nasceu:
Nome do pai:	Onde nasceu:
Nome da mãe:	Onde nasceu:
Qual geração nasceu no local: () bisavós () avós () pais	
Nomes:	Nomes:
Onde/ com que trabalha: () pesca () agricultura () extrativa () serviços () outros:	
Desde quando:	Realiza(va) outra:
Possui atividades extrativistas pontuais/ esporádicas:	
Tem filhos:	Idade:
Moram no local:	Quantas pessoas moram na casa:

C. Rio Acaraí	
Frequenta o Rio Acaraí:	Quando?O que faz? Vai sozinho/ com quem?
Qual a importancia do Rio Acaraí para você:	Qual a relação da comunidade e o Rio:
Frequenta a Figueira/ Casqueiro/ P.Grande? Quando?Frequencia? Quem vai? Familia/ sozinho?O que faz?	
Tem algum lugar do rio/ mato/ região que nao frequenta?Qual motivo.	
Principais mudanças que presenciou?(mais fundo, mais peixe...)	

O que tem de bom e de ruim no lugar? Por que está assim?
De antigo, o que tinha de bom neste lugar? O que mudou?
Como era a vida de antigo e como é hoje neste lugar?

2) ENTREVISTA PESCA

A. Entrevista	
Comunidade:	Local da entrevista:
Data e Hora:	Entrevistador:

B. Caracterização do Entrevistad@	
Nome d@Entrevistad@:	Idade:
Onde nasceu:	Desde quando mora/ trabalha no local:
Por que veio morar:	
Nome d@ espos@:	Onde nasceu:
Nome do pai:	Onde nasceu:
Nome da mãe:	Onde nasceu:
Qual geração nasceu no local: () bisavós () avós () pais	
Nomes:	Nomes:
Onde/ com que trabalha: () pesca () agricultura () extrativa () serviços () outros:	
Desde quando:	Realiza(va) outra:
Tem filhos:	Idade:
Moram no local:	Quantas pessoas moram na casa:

C. Rio Acaraí	
Frequenta o Rio Acaraí:	Quando? O que faz? Vai sozinho/ com quem?
Qual a importancia do Rio Acaraí para você:	Qual a relação da comunidade e o Rio:
Frequenta a Figueira/ Casqueiro/ P.Grande? Quando? Frequencia? Quem vai? Família/ sozinho? O que faz?	
Tem algum lugar do rio/ mato/ região que nao frequenta? Qual motivo?	
Principais mudanças que presenciou?(mais fundo, mais peixe...)	

D. A PESCA	
Tecnologia de Pesca	

Tipo de pescaria: ! embarcada ! desembarcada		Qual petrecho:	
Embarcação:	! aluminio ! madeira ! outro:	Tamanho:	! Remo ! Motor:
Idade da embarcação:			
Petrecho:	Tamanho:	Quando usa:	
Para qual pescado:			
Qual lugar do Acaraí costuma ir mais:			
Tem rancho de pesca? Onde fica?			
Proprietário embarcação/ petrecho:			
Pescaria individual ou coletiva - Nomes		Quem possui carteira de pesca?	
Associado a colonia de pesca?			
Aquisição da embarcação/ petrecho: ! doação ! Pronaf ! outro:			
Frequencia da pescaria –todo dia/ safra/ para comer			
Comercialização (onde vende/ para quem)			
Tem algum peixe que nao come? Por que? Prefere vender ou nao gosta?			
Socioeconômico			
De antigo, o que tinha de bom neste lugar? O que mudou?			
Como era a vida de antigo e como é hoje neste lugar?			
Quando começou a pescar?	Com quem aprendeu?	Quanto tempo está na pesca?	
Realizou/ <u>realiza</u> outra atividade?	Quantos/ quem da familia participa da pesca/ papel de cada um/ frequencia?	Já trabalhou embarcado?	
Ciclo Produtivo			
Épocas de peixe e qual safra?			
Comportamento dos peixes: onde estão? Onde dormem? O que comem? Quando?			
Melhor e pior época. O que faz em cada época. Tem outra atividade? Qual?			
Sai para pescar em outros lugares? Praia/ baia? Quando? De carro ou barco?			
Quais as principais mudanças? Quando? Peixe sumiu?			
Principais problemas?			
Como vê o futuro da pesca?			
Seus filhos vão querer ser pescador?			

3) ROTEIRO EXTRATIVISTAS

A. Entrevista

Comunidade:

Local da entrevista:

Data e Hora:	Entrevistador:
B. Caracterização do Entrevistado	
Nome do Entrevistado:	Idade:
Estudou onde? (escolaridade)	
Onde nasceu:	Desde quando mora/ trabalha no local:
Por que veio morar:	
Nome do esposo:	Onde nasceu:
Onde trabalha:	
Nome do pai:	Onde nasceu:
Nome da mãe:	Onde nasceu:
Qual geração nasceu no local: () bisavós () avós () pais	
Nomes:	Nomes:
Origem étnica:	
Tem filhos: Meninos () Meninas ()	Idade:
Moram no local:	Quantas pessoas moram na casa:
Características gerais das residências (alvenaria, madeira, banheiros)	

B. Atividades produtivas - samambaia

Onde/ com que trabalha: () pesca () agricultura () extrativa () serviços () outros:

Frequência de cada atividade:

Qual delas é a atividade principal?

Plantam em casa? Para venda ou consumo?

Quando começou na atividade?

Com quem aprendeu?

Alguém da família trabalha ou já trabalhou?

Com que já trabalhou?

De onde era o 'patrão'?

Tipos de plantas já retirou?

Tipos de plantas já retiradas na Tapera (outras pessoas)

Na Tapera quando a samambaia começou a ter importância comercial?

Beneficia(ou) alguma planta?

Qual?

Vende? Para quem?

Vende sempre para o mesmo?

O preço é justo?

Histórico do preço pago e atual por mala?

Tem alguma época do ano em que a atividade diminui? E que aumenta? Chega a parar?
Variação da quantidade de peças por mala? Varia em épocas do ano?
Quantas malas coleta por semana? Varia durante o ano?
Como é para vocês a questão da legislação/ fiscalização?
Como teve acesso ao mercado? (intermediário)
Teria viabilidade a venda direta? O que precisaria? Ou o que falta?
Varia a exigência em qualidade da samambaia durante o ano? Por quê?
Existe procura de outros tipos de plantas? É atendido? Sim ou não? Por quê?
Quantas vezes por ano corta samambaia no mesmo lugar? Quanto de área consegue cobrir em um dia?
Quais as características da área que produz mais samambaia (em qualidade ou quantidade)? (solo, altitude, sombreamento, umidade)
Tempo de pousio da área?
O que mudou na extração da samambaia? Vetores de mudanças, etc.
O que precisa saber para tirar a samambaia?
Participa de alguma associação?
Por que trabalha na samambaia?
Melhor e pior parte do trabalho?
A questão do Parque afeta o trabalho da samambaia?
O que espera daqui para frente?
Como os seus filhos estão inseridos neste projeto (futuro)?
Questão da mulher desenvolvendo esta atividade!
C. A Tapera, o Rio Acaraí, o Patrimônio Imaterial
Frequentam atualmente a Figueira/ Casqueiro/ P. Grande por qual motivo? Quando? Frequência? Quem vai? Família/ sozinho?
Frequentavam algum lugar que deixou de ir? Por qual motivo? Gostaria de realizar alguma outra atividade que não pode realizar.
Qual a importância do Rio Acaraí para você?
Quando vai ao Rio? E o que faz? Vai sozinho/ com quem?
Principais mudanças que presenciou? (mais fundo, mais peixe...)
Tem algum lugar do Rio/ mato que não frequenta? Qual motivo?
Qual a relação da comunidade e o Rio?
O mais mudou no local
O que fazem para se divertir?
O que tem de bom e de ruim no lugar? Por que está assim?

Como vê o futuro do lugar?

4) ATORES-CHAVE

A. Entrevista

Comunidade:

Local da entrevista:

Data e Hora:

Entrevistador:

B. Caracterização do Entrevistad@

Nome d@ Entrevistad@

Idade:

Onde nasceu:

Desde quando mora/ trabalha no local:

Por que veio morar:

Nome d@ espos@:

Onde nasceu:

Nome do pai:

Onde nasceu:

Nome da mãe:

Onde nasceu:

Qual geração nasceu no local: () bisavós () avós () pais

Nomes:

Nomes:

Onde/ com que trabalha: () pesca () agricultura () extrativa () serviços () outros:

Desde quando:

Realiza(va) outra:

Possui atividades extrativistas pontuais/ esporádicas:

Tem filhos:

Idade:

Moram no local:

Quantas pessoas moram na casa:

B. Trajetória de Desenvolvimento e Rede de Parentesco

De antigo, o que tinha de bom neste lugar? O que mudou?

Como era a vida de antigo e como é hoje neste lugar?

Quais famílias moravam na Praia Grande?

Quais famílias moravam na Figueira?

Quais famílias vieram para Tapera?

Quando?

Quais foram para outros locais?

Quais?

Qual o motivador da saída?

Quais as principais atividades desenvolvidas (Casqueiro/ Figueira/ Tapera)?

Onde comercializavam?

Qual a relação com outros locais (centro, outras comunidades)?

Frequentam atualmente a Figueira/ Casqueiro/ P. Grande por qual motivo? Quando? Frequencia? Quem vai? Família/ sozinho?

Frequentavam algum lugar que deixou de ir? Por qual motivo? Gostaria de realizar alguma outra atividade que não pode realizar.

Como vê o futuro do lugar?

C. O Rio Acaraí

Qual a importância do Rio Acaraí para você?

Quando vai ao Rio? E o que faz? Vai sozinho/ com quem?

Principais mudanças que presenciou?(mais fundo, mais peixe...)

Tem algum lugar do Rio/ mato que não frequenta? Qual motivo?

Qual a relação da comunidade e o Rio?

O mais mudou no local

D. Patrimônio Imaterial

Festas, religião, valores, músicas, lugares importantes.

Benzimentos

Pasquim

Medicina Popular (ervas medicinais). Quando ficavam doente, o que faziam?

Símbolos da comunidade (ex. espantar butuca ou mau olhado)

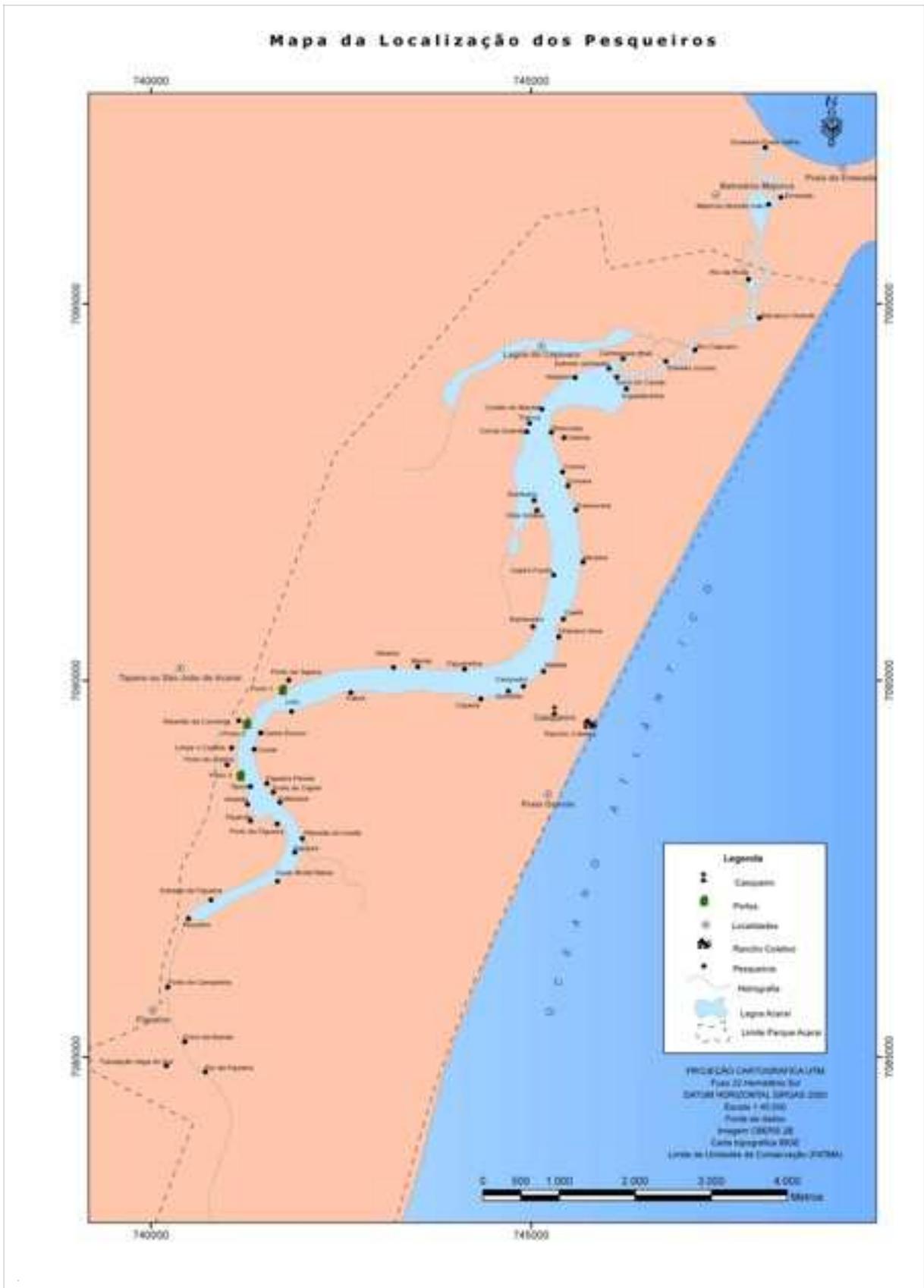
O que faziam para se divertir.

O que tem de bom e de ruim no lugar? Por que está assim?

APÊNDICE B - Características dos entrevistados.

Interlocutor	Gênero	Idade	Interlocutor	Gênero	Idade
Interlocutor 1	Homem	33 anos	Interlocutor 17	Homem	72 anos
Interlocutor 2	Mulher	30 anos	Interlocutor 18	Mulher	72 anos
Interlocutor 3	Mulher	31 anos	Interlocutor 19	Mulher	67 anos
Interlocutor 4	Mulher	36 anos	Interlocutor 20	Homem	66 anos
Interlocutor 5	Mulher	63 anos	Interlocutor 21	Homem	70 anos
Interlocutor 6	Homem	59 anos	Interlocutor 22	Homem	52 anos
Interlocutor 7	Homem	45 anos	Interlocutor 23	Homem	81 anos
Interlocutor 8	Homem	62 anos	Interlocutor 24	Homem	45 anos
Interlocutor 9	Homem	84 anos	Interlocutor 25	Homem	40 anos
Interlocutor 10	Homem	76 anos	Interlocutor 26	Homem	46 anos
Interlocutor 11	Homem	62 anos	Interlocutor 27	Homem	60 anos
Interlocutor 12	Homem	80 anos	Interlocutor 28	Homem	35 anos
Interlocutor 13	Mulher	76 anos	Interlocutor 29	Homem	35 anos
Interlocutor 14	Mulher	61 anos	Interlocutor 30	Homem	60 anos
Interlocutor 15	Homem	65 anos	Interlocutor 31	Homem	65 anos
Interlocutor 16	Mulher	86 anos	Interlocutor 32	Homem	72 anos

APÊNDICE C - Mapa com os pesqueiros e relações simbólicas indicados pela comunidade tradicional no Rio Acaraí.



10. ANEXOS

ANEXO A - Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público Estadual e a FATMA na Ação Civil Pública 061.07.009145-6

